

# 漁戶執照

## 粵海關開攔洋船

文前文有交國... 香山縣... 本年... 署軍民府吳... 諭夷目... 該夷目即便預備公館一所聽候... 本分府臨澳應田毋違特諭

香山縣... 署軍民府吳... 諭夷目... 該夷目即便預備公館一所聽候... 本分府臨澳應田毋違特諭

ISSN 1682-1106  
9 771682 110004

8 Edição Internacional  
International Edition

Revista de Cultura  
Review of Culture

# RC

International Edition 8  
Edição Internacional 8 Outubro/October 2003

Revista de Cultura  
Review of Culture

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau

MINORIAS  
CULTURAIS  
DE MACAU  
MACAO'S  
CULTURAL  
MINORITIES



IC

**COLABORARAM NESTE NÚMERO**

**Contributors to this Issue**

RC, n.º 8 IIIª Série, 4.º Trimestre 2003

RC, no. 8, IIIª Série, 4<sup>th</sup> Quarter 2003

**TEXTOS**

**Writers**

- Ana Maria Amaro
- António Conceição Júnior
- Carl T. Smith
- David Brookshaw
- Guo Deyan
- Jin Guoping
- Liu Jinglian
- Paul A. van Dyke
- Tereza Sena
- Wu Zhiliang

**TRADUÇÃO**

**Translation**

- Huang Huixian,
- Jin Guoping (Chinês--Português),
- Cathryn Hope Clayton,
- Kuan Wai Pan (Chinês-Ingles),
- Lígia Rodrigues (Ingles-Português),
- Paula Sousa e PHILLOS - Comunicação Global, Lda. (Português-Ingles)

**REVISÃO**

**Proofreading**

- Luís Ferreira (Português),
- Cathryn Hope Clayton,
- Marie MacLeod
- e T. Rex Wilson (Ingles)

**AGRADECIMENTOS**

**Acknowledgements**

- Lau Fong
- Arquivo Histórico de Macau
- Biblioteca Central de Macau
- Museu de Arte de Macau



Design Victor Hugo Marreiros

**A NOSSA CAPA**

É um olhar que atravessa séculos, de experiência feito, este olhar arménio que Victor Hugo Marreiros traz à composição da nossa capa. Neste número, iniciamos a publicação de uma série de artigos sobre minorias culturais/religiosas historicamente presentes em Macau. Através das experiências destas pequenas comunidades – que chegaram a ter elementos de grande preponderância na vida económica e social do antigo enclave português do Sul da China – ganhamos outra perspectiva, outro olhar, da sociedade de Macau e das duas comunidades nucleares da sua História, a Chinesa e a Portuguesa.

Os trabalhos que publicamos nesta edição sobre arménios e parses (dois deles realizados por investigadores do Instituto Cultural) baseiam-se em comunicações apresentadas num seminário conjuntamente organizado, em Outubro, pelo IC e pelo Centro de Estudos Asiáticos da Hong Kong University (HKU), subordinado ao tema “Interações Sino-Indianas nos séculos XVIII e XIX: Parsees, Arménios e Muçulmanos em Macau, Cantão e Hong Kong”.

Para além da presença de investigadores de Macau, Hong Kong, China e Índia, o encontro contou com assinalável participação de descendentes dessas diásporas, radicados no sul da China, que proporcionaram, assim, um contraponto e uma visão “interior” da temática. E fizeram prova viva de que, apesar de minoritárias e de deslocadas das suas origens, estas pequenas comunidades conseguiram manter ao longo dos séculos a sua identidade, cultura e tradições ao mesmo tempo que se integravam nas terras de acolhimento.

**OUR COVER**

The Armenian view portrayed on the cover by Victor Hugo Marreiros, is one informed by experience stretching back over the centuries. With this issue, RC begins a series of articles dealing with cultural and religious minorities that have had an historical presence in Macao. By examining the experiences of these small communities—some of whose members rose to play a significant role in the economic and social life of the former Portuguese enclave in South China—we can gain another perspective, a different view of Macao’s society and the lives of the two communities that were so fundamental to its history: the Portuguese and the Chinese.

The articles on the Armenians and the Parsees (two of which were written by Cultural Institute researchers) are based on papers given in a seminar jointly organised last October by Hong Kong University’s Centre for Asian Studies and the Cultural Institute, entitled “Sino-Indian Interactions in the 18th and 19th Centuries: Parsees, Armenians and Muslims in Macao, Canton and Hong Kong”. Researchers from Macao, Hong Kong, China and India presented their latest findings at the event that was also attended by a sizeable number of descendants of the respective diasporas, living in South China. They were able to give an “inside” view of the topic and provided living proof that despite belonging to minorities that are geographically distant from their roots, these communities have retained their identities, cultures and traditions while integrating into their host countries.

# SUMÁRIO

## Index



**IN MEMORIAM: MONSENHOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003) \***  
**IN MEMORIAM: MONSIGNOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)**

6 APENAS UM DEPOIMENTO E O “EXÍLIO” DE CHAVES  
 Ana Maria Amaro

12 CIDADÃO EMÉRITO DE MACAU  
 Tereza Sena

16 RETALHOS DE UMA VIDA – CRONOLOGIA / FRAGMENTS OF A LIFE – TIME LINE

**MINORIAS CULTURAIS DE MACAU \* MACAO’S CULTURAL MINORITIES**

20 ARMENIAN FOOTPRINTS IN MACAO  
 Carl T. Smith and Paul A. Van Dyke

40 FOUR ARMENIAN FAMILIES  
 Carl T. Smith and Paul A. Van Dyke

51 THE STUDY OF PARSEE MERCHANTS IN CANTON, HONG KONG AND MACAO  
 Guo Deyan

**HISTORIOGRAFIA \* HISTORIOGRAPHY**

70 TENTATIVA DE UMA NOVA ABORDAGEM ÀS ORIGENS HISTÓRICAS DA PRESENÇA PORTUGUESA EM MACAU  
 Jin Guoping e Wu Zhiliang

112 AS RELAÇÕES SINO-PORTUGUESAS DURANTE A DINASTIA QING ATRAVÉS DOS OFÍCIOS DAS CHAPAS SÍNICAS  
 Liu Jinglian

**LITERATURA \* LITERATURE**

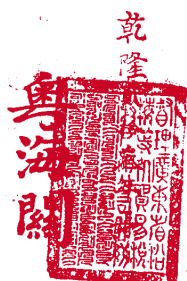
131 HYBRIDITY AND THE PLEASURES OF DISINHERITANCE: THE NOVELS OF BRIAN CASTRO  
 David Brookshaw

**ARTE \* ART**

140 PAZ EM TEMPO DE GUERRA. EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE GEORGE SMIRNOFF  
 António Conceição Júnior

154 RESUMOS [EM PORTUGUÊS]

156 ABSTRACTS [IN ENGLISH]



牌船洋樓關海粵



# Apenas um Depoimento e o “Exílio” de Chaves

ANA MARIA AMARO\*

Conheci o Padre Manuel Teixeira em Macau na década de 60 do século XX. Trabalhámos no Liceu e depois na Escola do Magistério Primário. A sua fama de historiador estava ligada a outros nomes: Prof. Charles R. Boxer, Pe. Benjamim Videira Pires e o macaense Luís Gonzaga Gomes. Naquela altura, o meio intelectual de Macau era praticamente uma ideia e não um facto.

Mas aquele que veio a ser Monsenhor Manuel Teixeira pelo mérito do seu apostolado e do seu amor pela História de Macau era uma pessoa modesta, apesar de figura carismática, na sua batina branca, tão branca como a sua alma e as suas longas barbas de missionário. “Frei Manuel Teixeira da pêra branca” costumava designar-se, a rir da sua popularidade, e que depois substituiu, quando sozinho habitava o imenso casarão do Seminário no meio de muitos livros poeirentos que eram a sua única e dilecta companhia, por *the last ghost*.

Estes nomes, ou melhor, alcunhas eram-lhe atribuídos por si próprio. E ria-se com aquele seu riso sempre pronto.

Frequentava a nossa casa. Era nosso amigo.

Escrever sobre Monsenhor Manuel Teixeira sem cair na repetição de banalidades só me parece possível, neste momento, recorrendo a passagens mais significativas das suas muitas cartas.



Monsenhor escrevia muito. Nenhuma carta ficava sem resposta. E, em Macau, não eram poucas as cartas que recebia.

Mas foi, porém, em Portugal, em Chaves, seu lugar de “exílio” como dizia, que as cartas passaram a ser as suas companhias e a única quebra na sua monótona rotina na Casa de Santa Marta. As visitas eram, então, uma festa, um verdadeiro prazer.

Fomos visitá-lo pouco depois de ter chegado. Ao vê-lo, ao ouvi-lo, o nosso coração encheu-se de amargura. Aquele roble transmuntano forte que nunca tombaria, que havíamos conhecido em Macau, estava quase irreconhecível. A batina branca, o caminhar difícil e uma imensa tristeza, uma imensa saudade de Macau, a terra onde desejara morrer e ficar para sempre. Tinha sido obrigado a sair. E isso havia-o magoado muito. Veio sem bagagem, sem roupa, sem livros, sem nada. Tudo ficara à espera de ser enviado quando pudesse preencher-se um contentor (foi a resposta que se recebeu).

Fisicamente melhorou. Voltou a dar pequenos passeios em redor da Casa. Começou a escrever pequenas crónicas. Mas a verdade é que Monsenhor Manuel Teixeira parecia ter sido esquecido pela maioria dos que lhe haviam tecido louvores, apoiado e se diziam até seus amigos. Aliás, ele dizia-se amigo de toda a gente. E era de facto amigo de todos que dele se aproximavam porque a sua alma era branca, muito pura como a do menino que deixara Trás-os-Montes e a sua família muitos anos antes para ser missionário no Oriente.

\* Professora catedrática jubilada do ISCSP/UTL (Lisboa) onde exerceu docência de várias cadeiras da Licenciatura em Antropologia e Mestrado. Actualmente exerce a docência de cursos de Pós-graduação e é Directora do Centro de Estudos Chineses do ISCSP/UTL, cargo que exerce desde 1988, e professora de Instituições Culturais da China do Curso Livre de Língua e Cultura Chinesas.

*Professor at ISCSP/UTL (Lisbon), where she taught several subjects to the Anthropology course, and Master's degrees. Today she teaches at post-graduate level, and has been the Director of the Centre for Chinese Studies at ISCSP/UTL since 1988. She also lectures on the Cultural Institutions of China in the Studies in Chinese Language and Culture course.*

## IN MEMORIAM: MONSENHOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)



Oficial da Ordem do Império Colonial (1952).

Numa das últimas cartas que nos escreveu antes de adoecer, em Macau, onde assistiu à transição do território para a China com o coração profundamente ferido, Monsenhor dizia:

“Macau, 14.8.99

... Sabe? Este ano celebro 3 jubileus.

I - 75 anos de chegada a Macau (27.10.24 – 27.10.99)

II - Ordenação sacerdotal (29.10.34 – 29.10.99)

III- Primeira Missa (1.11.34 – 1.11. 99).

Do Conservatório de Lisboa veio cá um grupo abrilhantar a Missa: Nuno Vilalonga e sua esposa Sãozinha Galante, o maestro Armando Varela e um tenor espanhol.



Macau está desapontado: Por objecção da China, o Papa não pode vir cá em Novembro (como estava programado) nem sequer fazer-se representar no ‘handover’ de 20.12, para o que estão convidadas 10.000 pessoas.

Assim funciona a genial invenção de Deng Xiao Ping “Um país e dois sistemas”. Afinal o Dragão Vermelho tem a batina branca dum velho de 79 anos...”

Noutras cartas falava-me com entusiasmo do seu “Clube da Alegria”, dos passeios por Macau e pelos arredores da Pousada de Mong-Há, dos grupos de japoneses que o visitavam e lhe pediam para os casarem em Macau. Dava-lhes sorte...

Esta vida activa, as atenções, o carinho que recebia, a veneração que merecia e sentia que por ele tinham, terminaram no dia em que deixou Macau.

E era exactamente a frustração, a sensação de abandono, de solidão, de coisa que se coloca num arquivo ou numa prateleira, fora de uso e sem préstimo, que minava e atormentava os dias de Monsenhor em Chaves. Escrevia pequenas crónicas que ninguém publicava, oferecia-se para fazer palestras e falar sobre Macau, e ninguém ouvia. Foi homenageado, sim. Assistimos a essa homenagem que alguns amigos mais forçaram do que promoveram, mas Monsenhor não precisava de uma homenagem. Precisava de amigos. Precisava de interlocutores. Precisava de sentir que estava vivo e que podia servir para alguma coisa.

“Chaves, 28.4.03

... A notícia do Prémio Identidade de Macau foi enviada ao Pe. Albino Lopes, capelão desta Casa, por uma senhora que eu desconheço, à qual agradecei imediatamente. O capelão deu-me o fax e eu respondi logo à dita senhora desconhecida, que suponho terá informado o Rangel.

Recebi felicitações de outras entidades, a que respondi imediatamente.

Há uns 20 ou 30 anos, a antiga superiora desta Casa de Anciãos Desamparados pediu-me a vida do fundador desta Casa, Pe. José Pita Lages, e eu, que conheci o Pe. Pita em 1924, consultei toda a documentação e remeti-lhe a vida completa.

Mais: pedi ao Eng. Guimarães Lobato, meu íntimo amigo, que subsidiasse a publicação e ele prometeu. Eram mais de 20 páginas. Agora soube que aqui guardaram esse trabalho e nunca lhe tocaram. Disseram que haviam pedido ao capelão que revisse o trabalho. Até agora, nada de nada. E eu já não posso

## IN MEMORIAM: MONSIGNOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)

voltar ao trabalho que me diziam estar nas mãos do capelão, dr. em letras. Este ‘desprezo’ fez-me desanimar, pois estava tudo passado à máquina. Com 91 anos já não é possível recomeçar.”

“Chaves, 26.4.03

... Creio que já lhe disse que faleceu o Pe. João Baptista Guterres, natural de Macau. O Pe. João Paulo de Sousa, também de Macau, está há muitos anos no Asilo de S. Luís, S. J., de Coloane, cego e sem poder andar. É um calvário agreste e doloroso. Foi meu aluno no Seminário e meu coadjutor em Singapura.

O meu aniversário foi aqui celebrado com todos no refeitório e muitas cartas de amigos de Macau e Portugal. Eu cá vou arrastando-me por estes longos corredores e saudando os canários nas suas gaiolas. Melhor seria que andasse a voar pelo azul dos céus. Recebi também parabéns do Gen. Rocha Vieira e esposa; eles nunca se esquecem.

De Bragança recebi um volume de mais de 400 pgs., do Guedes de Amorim e outro, ‘Assim era João XXIII’; já li este 2 vezes e o 1.º, estou a lê-lo.

De resto, celebramos na igreja todas as cerimónias litúrgicas. Visitas são cada vez mais raras.

A guerra foi assunto da TV durante mais de um mês.”

“Chaves, 3.6.03

... Como sabe, publiquei inúmeros vols. sobre a nossa história no Oriente, mas mandei tudo para o Centro Científico e Cultural de Macau e aqui nada tenho e ninguém se interessa pela nossa história oriental.

Logo que aqui cheguei, ofereci às Irmãs conferências sobre Portugal no Oriente. Nunca me responderam. Hoje só se interessa por esse assunto a querida D. A. M. A., que se tem mostrado incansável.

O Joaquim Prada só se interessa pelos euros e passa a vida no Banco em Lisboa. Raramente o vejo. Tem nele um grande admirador e quando aqui vem, passamos o tempo a falar na D. A. M. A.

Quanto às minhas memórias, já tenho 91 anos e não tenho genica para isso. No entanto, escrevo todos os dias um artigo que guardo numa pasta. Mandei uns



## IN MEMORIAM: MONSENHOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)

70 para o Porto, mas nem me responderam. Assim, nada feito.”

Na segunda metade de Agosto estive no Norte e no dia 23 de Agosto fui a Chaves visitar Monsenhor Manuel Teixeira. Ficou contente de me ver.

Repetia várias vezes, estas palavras: “Estava no Céu e agora estou no Inferno”.

Estas foram, talvez, as últimas palavras que lhe ouvimos como desabafo da sua amargura.

A meu pedido deu-me algumas das suas crónicas e o seu testamento.

### AS TRÊS PALAVRAS MAIS PROFUNDAS DA TERRA

Foram proferidas durante o auditório mais selecto e têm sido meditadas profundamente durante 2.000 anos pelas almas mais cultas e mais santas que têm vivido no mundo.

Eu confesso que as medito diariamente e que sempre me comovem e me dão força para viver.

Que palavras são essas?

*In ipso vivimos et moremus et sumos:* vivemos nele, nele nos movemos e nele existimos.

Em quem? Em Deus.

Se vivemos, foi Deus que nos deu a vida e no-la continua a dar a cada momento.

Se nos movemos, é Deus que nos dá a força para andar, respirar e mover qualquer membro.

Se existimos, é Deus que nos prolonga a vida que nos deu.

Um piano só dá som se os dedos tocam nas teclas, se não, há absoluto silêncio.

Se Deus retira de nós a sua mão, volvemos à terra donde fomos tirados.

Ninguém pode acrescentar um minuto à sua existência.

Bom seria que nós meditássemos todos os dias nestas palavras pronunciadas por S. Paulo no Areópago Ateniense, de que saiu convertido Dionísio Aeropagita.

E nós quando nos converteremos?

### O MEU TESTAMENTO

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Tudo o que eu tenho, foi de Deus que o recebi e é a Ele que o quero dar na pessoa dos pobres.



Com os pais e irmãos em Freixo de Espada à Cinta, c. 1923.



## IN MEMORIAM: MONSIGNOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)

Creio que não devo nada a ninguém.

Estou na Casa de S. Marta de Chaves há um ano, mas de Macau remeti para esta Casa umas 60 mil patacas que devem chegar e sobrar para minhas despesas feitas ou a fazer.

Quanto à minha família, tenho apenas uma irmã, Benvinda de Jesus Teixeira, que é Religiosa do S. Coração de Maria em Braga e, como tal, nada precisa. Acresce que eu lhe paguei toda a sua educação.

Tenho ainda uma sobrinha, Maria Regina Guerra Teixeira Corvo, casada com um tal Corvo. Ela já recebeu a herança dos meus pais e de nada precisa.

Possuo várias propriedades em Freixo de Espada, que lego aos pobres na pessoa do Pároco de Freixo. Por exemplo, Vale Madeira, Tomar e não sei que mais. Fica tudo para a Paróquia de Freixo, sendo o seu rendimento para os pobres.

A batina branca que costumo usar lego-a ao Pe. Albino Lopes, capelão da Casa de Santa Marta.

A imagem do S. Coração de Jesus de prata fica para a minha irmã Benvinda de Jesus Teixeira.

Os brasões dos municípios das Câmaras Transmontanas são para o Museu de Freixo de Espada à Cinta, incluindo o brasão dos Bispos de Bragança.

Como nada trouxe para este mundo, também nada quero levar deste mundo.

Irei assim mais leve para o Céu.

Nomeio minha testamenteira minha irmã, Benvinda de Jesus Teixeira, Religiosa do S. Coração de Maria, residente em Braga com as religiosas da mesma Congregação.



Escreveu-me logo a seguir, no dia 27.

“Chaves, 27.8.03

Caríssima D. A. M. A.

A sua visita com o mútuo amigo Paulo de Menezes e Esposa foi um bálsamo nesta solidude de analfabetos. A queridíssima D. A. M. A. insiste comigo, para eu continuar com os meus artigos. Isto vem ao encontro dos meus ardentes desejos. Mas aqui tudo se opõe a isso; os horários opõem-se ao meu

trabalho. As serventes têm de fazer o seu trabalho de limpeza e eu só posso entrar no meu quarto cerca do meio-dia, hora do almoço. A tarde é preenchida com as devoções na igreja.

Mas há outro senão: eu deixei em Macau 6.000 ‘pequenas doses’. O nosso mútuo amigo R. Vieira incumbiu o Gabinete de Comunicação Social, mas eles nada fizeram.

Outro que trabalhou para reunir todos os meus artigos e trabalhou muito para isso foi o Prof. Doutor A. R. B., que fez a maior recolha possível, mas depois desistiu. A querida D. A. M. A. ou o Sr. Paulo de Menezes podiam contactá-lo. Ele é um óptimo católico e muito meu amigo.

Creio até que será o único que poderá reunir tudo o que se pode reunir; ele andou muito entusiasmado com esse trabalho.

Eu aqui nada posso fazer. Mas ficarei eternamente grato a quem levar a cabo esse trabalho. É favor comunicar isto ao amigo Paulo de Menezes, que me parece ser a pessoa mais indicada.

Agradeço mais uma vez a visita dos dois amigos que muito trouxe imensa alegria.

Mil saudades do amigo muito grato,  
P. M. Teixeira”

Respondi-lhe e enviei-lhe um guião para que Monsenhor pudesse preencher os seus dias escrevendo as suas memórias dispersas em vez de pequenas crónicas.

E no dia 15 de Setembro, cerca do meio-dia, tive a notícia, por telegrama, da sua morte. As Irmãs comunicaram-me o ocorrido. Foi uma notícia brutal, por inesperada. Dois dias depois recebi a sua última carta.

“Chaves, 12.9.03

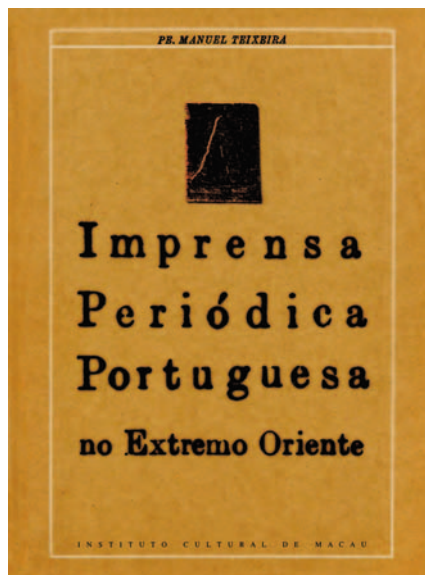
... A perseverança tudo alcança. Foi o que sucedeu com a boa Amiga Dra. A. M. A.

Apesar dos horários impossíveis desta CA de Idosos vou tentar seguir o seu engenhoso guião e rabiscar os traços da minha pobre vida.”

Foi então que tão insólita mensagem me chocou profundamente. Monsenhor finalmente encontrara uma razão para viver.

O historiador que colecionava e transcrevia documentos deixou-me este último documento que junto aos outros que me entregou nos últimos dias da sua vida. **RC**





## Cidadão Emérito de Macau<sup>1</sup>

TEREZA SENA\*

Antes de mais, não posso deixar de agradecer o honroso convite que me foi formulado pelo senhor Presidente do Leal Senado, para que, em tão solene ocasião, falasse um pouco sobre o senhor Padre Manuel Teixeira.

A vastidão da sua obra, o dinamismo que o caracteriza e a sua longevidade, que o tornam omnipresente no quotidiano de Macau ao longo de quase todo este século, não simplificam a tarefa. Tentarei, pois, desempenhá-la, se bem que de forma sucinta, com a preocupação de não pecar por omissão.

\* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em História de Portugal dos Séculos XIX e XX pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora-coordenadora do Instituto Ricci de Macau.

*History graduate from Lisbon University Arts Faculty, with an M.A. in the History of Portugal of the 19th and 20th centuries from the Universidade Nova de Lisboa. Researcher-coordinator in the Macao Ricci Institute.*

Já lhe chamaram “Monsenhor Macau”<sup>2</sup> e, na minha óptica, com extrema propriedade.

Se a contrária não é verdadeira, já que Macau é, tradicional e historicamente, o local de confluência das mais diversas gentes e culturas – e assim o continuará a ser no futuro, bem o cremos –, já a história de Manuel Teixeira se confunde com a da própria cidade.

E ela, proclamando-o hoje seu cidadão emérito, nesta casa onde assentam as raízes da sua governação dos últimos 400 anos, reconhece que Monsenhor Manuel Teixeira é efectivamente uma *peça* – e perdoem-me a expressão – do património cultural de Macau.

Começemos pelo seu prestígio internacional.

Habituada, de há mais de uma década, a lidar com visitantes desta terra, sobretudo estrangeiros, há uma pergunta que, invariavelmente, me dirigem: – Como está – uns –, onde se pode visitar o Pe. Manuel

## IN MEMORIAM: MONSENHOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)



Teixeira – outros –, mas todos, todos o conhecem. E por que conhecem eles Monsenhor Manuel Teixeira?

Sendo um hábito generalizado, sobretudo nos povos de cultura anglo-saxónica, aquela a que poderei chamar de “cultura da viagem”, ou talvez melhor, a viagem como forma de enriquecimento cultural e humano, antes de partirem para qualquer lugar, o mais recôndito que ele seja, todos eles se documentam, pela leitura e pela troca de informações com anteriores visitantes – e muitos deles tiveram certamente o Pe. Manuel Teixeira como guia.

Como poderiam então não ter deparado com o nome de Manuel Teixeira, um homem que, ao longo dos seus 86 anos de vida e quase 60 de Macau – se as contas não me falham e descontando-lhe os 15 anos que viveu em Singapura –, escreveu mais de uma centena de livros e, seguramente, mais do dobro de artigos, muitos dos quais traduzidos ou directamente publicados em línguas estrangeiras, nomeadamente a inglesa?

Já as contaram, são mais de 50 mil páginas.

E isto sem falar da sua contínua e incrível capacidade de produção escrita, ajudada por uma fabulosa memória, que nos oferece diariamente na Imprensa,<sup>3</sup> ao nível da reflexão, da informação, do comentário e ainda da crítica com que também vai fazendo a sua história do quotidiano.

Não admira, pois, que no já distante ano de 1983 tenha sido eleito por uma cadeia de televisão norte-americana como um dos quatro – note-se, apenas quatro – cidadãos septuagenários mais activos do

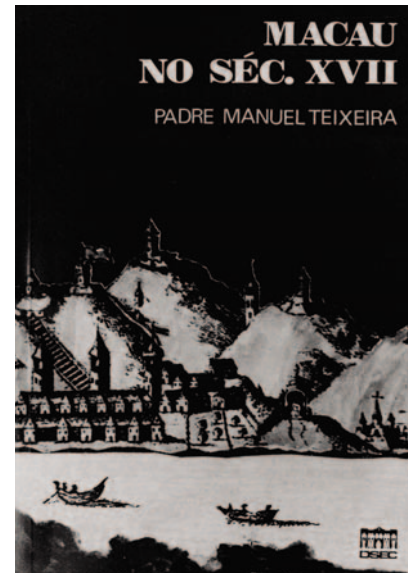
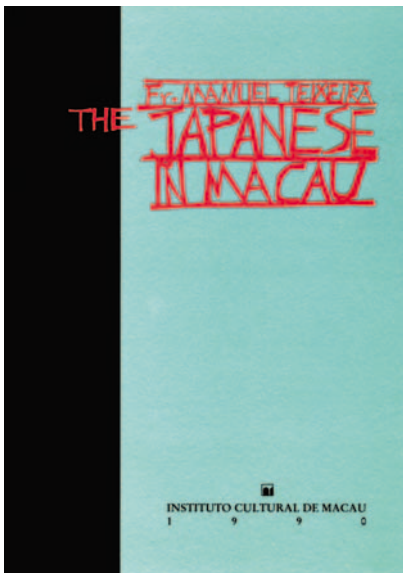
planeta, o que o deu a conhecer a milhares de pessoas em todo o Mundo. É bem provável que hoje seja o primeiro dos octogenários...

Mas permitam-me que, como historiadora, aqui retome o testemunho que, anos atrás, tive ocasião de publicar sobre o Pe. Manuel Teixeira, que, aos 22 anos, dirigia o “Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau”, e, posteriormente – continuando a obra do grande homem de cultura macaense que foi Luís Gonzaga Gomes –, o riquíssimo “Boletim do Instituto Luís de Camões”, e de cuja autoria destaco as monumentais *História da Diocese de Macau*, *Os Militares em Macau* e a *Toponímia de Macau*, úteis obras em qualquer parte do Mundo e em qualquer circunstância de pesquisa relacionada com este Território, estas últimas galardoadas pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1981 e 1983, respectivamente.

Dizia eu então (e perdoem o comodismo de me citar a mim mesma): “O Pe. Manuel Teixeira é uma “obra de referência”, como lhe costumo chamar. Não há assunto, biografia ou data que não tenha “vasculhado”. É essencialmente um coleccionador de documentos e de informação, um erudito e um profundo conhecedor da factologia ligada à História de Macau e da presença portuguesa no Oriente e respectivo divulgador.

O mérito e a utilidade da sua obra advêm precisamente desse facto. Consulta-se como uma enciclopédia. Depois criticam-se (no sentido hermenêutico do termo) e trabalham-se os dados recolhidos.”<sup>4</sup> Assim, todos quantos nos dedicamos ao estudo de Macau,

## IN MEMORIAM: MONSIGNOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)



somos hoje herdeiros da riqueza da sua extensa e prolixa compilação e produção, bem como devedores do reconhecimento por um esforço, dedicação e perseverança, que representam uma vida, a todos os títulos meritórios. Obrigada, pois, Monsenhor Teixeira.

A história pessoal deste homem de figura inconfundível, sacerdote de barbas brancas (ao que dizem casamenteiras), transmontano no ser e no falar, algo peculiar e até pouco ortodoxo, já todos a conhecerão certamente. Desde a partida da sua terra natal, Freixo de Espada à Cinta com apenas 12 anos de idade, rumo ao Seminário de Macau – necessitado que este estava de jovens, que viessem a ser futuros padres e missionários –, e isto pelas mãos do Pe. José Augusto Monteiro, seu conterrâneo, segundo creio, à sua acção na missão de Singapura, ao seu empenho em aplicar todos os bens pessoais em prol dos necessitados e dos estudantes de fracos recursos: o fundo dos Pobrezinhos de Sto. António em Gaia, a doação à paróquia de Freixo de Espada à Cinta para obras de caridade, o Fundo de S. José dos Estudantes Pobres da Missão de

Portuguesa de Singapura, a Fundação Pe. Teixeira de apoio aos estudantes pobres de Macau, por ele instituída por ocasião do seu Jubileu de Oiro Sacerdotal, em 1984, entre outros, às distinções de que foi alvo em Portugal e de que apenas referirei a Ordem Militar do Cavaleiro de S. Tiago – a mais alta condecoração nacional –, com que, em 1989, foi agraciado pelo então Presidente da República, Dr. Mário Soares, e também o reconhecimento de Macau quando, em 1985, o fez Doutor *Honoris Causa* em Letras pela então Universidade da Ásia Oriental, às inúmeras associações de ciência e de cultura a que está ligado, como as prestigiadas Academia Portuguesa de História, Sociedade de Geografia e a Associação Internacional de Historiadores da Ásia, entre outras.

Se continuasse, não caberia o meu depoimento nos escassos minutos de que disponho. Mas mais do que todas as palavras valem os actos e, por isso, estou certa de que o reconhecimento da terra a que dedicou a sua vida e o seu saber, calará bem fundo no coração de Monsenhor Manuel Teixeira. **RC**

## NOTAS

- 1 N. do E. - Comunicação proferida pela Dra. Tereza Sena, a 23 de Junho de 1998, no Salão Nobre do Leal Senado (actual Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais), por ocasião da atribuição do título de Cidadão Emérito de Macau a Monsenhor Manuel Teixeira. Trata-se de um documento inédito que evoca um momento particularmente significativo da longa vida do padre-historiador.
- 2 Vd. Paulo Coutinho, “Monsenhor Macau”, in *Macau*, Macau, IIª Série, (31), Novembro de 1994, pp. 89-103.
- 3 N. do E. - A autora refere-se à crónica “Cálice do Fino” que Monsenhor Manuel Teixeira assinava no diário *Macau Hoje* (entretanto extinto). Até então, mantivera no matutino *Gazeta Macaense*, ao longo de anos a fio, a célebre coluna “Grãozinhos de Bom Senso” – a sua mais prolongada colaboração com a Imprensa.
- 4 Tereza Sena, “Obra de referência”, in *Macau*, Macau, IIª Série, (31), Novembro de 1994, p.103.

### RETALHOS DE UMA VIDA - CRONOLOGIA

---

“O homem é pó, a fama é fumo e o fim é cinza [...] só os meus livros permanecerão ...”  
Monsenhor Teixeira, 1982, em entrevista a Leonard Blussé

1912, 15 de Abril - Nasce Manuel Teixeira, filho de António Maria Teixeira e de Ana Maria Camisa, na vila de Freixo de Espada à Cinta (Trás-os-Montes). Esta localidade tornar-se-ia célebre pelo número significativo de filhos seus que abraçaram a causa da missão da fé cristã no Oriente.

1924, 16 de Setembro - Concluída a instrução primária na sua terra natal, Manuel Teixeira, com apenas 12 anos de idade, embarcou a bordo do paquete *D'Artagnan*, das “Messageries Maritimes”, sendo o mais novo de um conjunto de cinco seminaristas recrutados pelo padre transmontano José Augusto Monteiro para as missões do Oriente. Eram seus companheiros António Manuel Pires, Manuel Maria Variz, Francisco Madeira e Eduardo Augusto Massa.

1924, 27 de Outubro - Chegada a Macau; ingresso no Seminário de S. José. É precisamente neste primeiro ano de seminarista que Manuel Teixeira começa a desenvolver o gosto pela História por influência do seu professor de Francês, padre Régis Gervais, autor de *Histoire Abrégée de Macao* (Pequim, 1928). Os dez anos seguintes são passados em grande recolhimento e estudo. O seminarista destaca-se no Português e no Latim. Domingos Tang, antigo arcebispo de Cantão, que esteve preso durante 22 anos, foi seu companheiro de carteira.

1932 - Manuel Teixeira recebe a tonsura e ordens menores na Catedral de Macau das mãos do bispo D. José da Costa Nunes, em 24 de Julho, e, no ano seguinte, a 29 de Julho, o subdiaconado na igreja do Seminário de S. José, conferido por D. Henrique Valtorta, bispo de Leros e vigário apostólico de Hong Kong. O diaconado viria em 1934 pelas mãos de D. José da Costa Nunes (o prelado tornar-se-ia no seu grande amigo e confidente).

1934, 1 de Novembro - Primeira missa na igreja de S. Domingos. O padre Joaquim Guerra, então escolástico da Companhia de Jesus, pregou “um sermão muito bonito” a pedido de Manuel Teixeira.

1934-1947 - Aos 22 anos torna-se pároco de S. Lourenço, até 1946. Durante sensivelmente o mesmo período é director do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (até 1947), sendo ao mesmo tempo professor no Seminário (1932-46) e no Liceu (1942-45). O *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* tornou-se uma publicação internacionalmente conhecida graças aos trabalhos do padre Manuel Teixeira e ao valioso contributo de outras figuras de grande prestígio, como José M. Braga e Charles R. Boxer. José M. Braga publicou no *Boletim* uma coleção de documentos do século XVIII sobre os *Jesuitas na Ásia*, com mais de 600 páginas. Manuel Teixeira foi ainda fundador, em 1942, da revista mensal *O Clarim* (órgão da Pré-JEC do Liceu Nacional Infante D. Henrique e mais tarde órgão da Juventude Católica de Macau) e co-fundador do semanário *União*, órgão da União Nacional.

1941-1945 - Guerra do Pacífico. Macau é inundada por mais de meio milhão de refugiados da China continental e de Hong Kong, entretanto ocupada pelos Japoneses. Manuel Teixeira testemunha a fome e a miséria em que mergulham os refugiados chineses, que morriam às centenas por dia nas ruas. Pároco de S. Lourenço, fica encarregado de velar pelos refugiados portugueses e ingleses de Hong Kong, albergados no antigo palácio da Fazenda e no Clube Militar.

1946 - Regresso a Portugal, 20 anos após a sua saída de Freixo, em gozo de licença graciosa. No navio viaja também um velho conhecido seu, Pedro Ângelo, fundador do Asilo de Órfãos de D. Bosco, que levava consigo várias caixas com documentos, destacando-se o *Livro dos Forais de Macau* e documentação da Câmara Eclesiástica. Pedro Ângelo adoece a bordo e confia este valioso espólio ao padre Teixeira, acabando por falecer antes de chegar a Lisboa. De regresso a Macau, Manuel Teixeira faz a entrega dos documentos ao Leal Senado após ter transcrito e publicado centenas de páginas de material inédito. Casos semelhantes ao de Pedro Ângelo haveriam de suceder com diversas personalidades e famílias notáveis de Macau de quem Manuel Teixeira ficou fiel depositário. A sobrinha de Montalto de Jesus (autor de *Historic Macao*) ofereceu-lhe todos os papéis e notas que haviam pertencido ao seu tio. Assim aconteceu, também, a uma parte da biblioteca particular de Artur Basto, antigo proprietário da pensão “Vila Flor”.

1948 - Partida para Singapura. Já com quase duas dezenas de livros publicados, abordando sobretudo aspectos históricos de Macau, o padre Manuel Teixeira é designado Superior e Vigário Geral da Missões Portuguesas de Singapura e Malaca. Em Singapura – onde assiste ao nascimento da cidade-estado – organiza e introduz várias instituições religiosas e conhece uma das mais recompensantes experiências humanas da sua vida, diria mais tarde. Funda a revista *Rally* aí publicando, de Setembro de 1950 a Novembro de 1952, a história da Missão Portuguesa de Singapura sob o título de “St. Joseph’s Church”. Fundou, também, o boletim paroquial da Igreja de S. José em Singapura, *Stop, Look, Go*, em 1954. Num período de 14 anos de labor literário em Singapura publica mais de uma dezena de títulos.

1952 - É agraciado pelo Governo Português com o Oficialato da Ordem do Império Colonial, condecoração que lhe foi conferida pelo ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues – o único alto funcionário do Estado Novo a visitar Macau.

1959 - Institui o Fundo dos Estudantes Pobres (St. Joseph’s Church Book Fund). Em Freixo de Espada à Cinta funda a Obra do Pão dos Pobres de Sto. António, legando-lhe uma casa e uma quinta.

1962 - Regressa a Macau. Passa a exercer funções docentes no Colégio de S. José (1962-65), na Escola Comercial Pedro Nolasco (1962-64) e no Liceu Infante D. Henrique (1964-70). Director dos *Arquivos de Macau* (1976-80) e do *Boletim do Instituto Luís de Camões* (1976-80), membro de várias associações civis e eclesiais, capelão do Convento de Sta. Clara (de 1962 até ao regresso a Portugal).

1966, Novembro - Os Arquivos do Leal Senado são objecto da fúria dos sublevados maoistas da Revolução Cultural, cujos reflexos em Macau ficaram conhecidos por “1, 2, 3”. Quase toda a documentação do Arquivo foi deitada para a rua, incluindo livros e máquinas de dactilografar da Biblioteca Nacional que funcionava junto ao Salão Nobre daquela edilidade. O padre Teixeira intervém junto dos revoltosos e recebe um mandato do governador Nobre de Carvalho para orientar a recuperação do valioso espólio documental da edilidade juntamente com o padre Videira Pires, S. J. e Luís Gonzaga Gomes, que veio a arcar com todo o trabalho de recuperação e reorganização do Arquivo do Leal Senado.

1974 - Recebe a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

1981 - A Fundação Calouste Gulbenkian premeia o seu trabalho *Os Militares em Macau* com o prémio de História; dois anos mais tarde, Manuel Teixeira vê o seu trabalho *Toponímia de Macau* galardoado novamente com o prémio de História da Fundação Calouste Gulbenkian, “Presença de Portugal no Mundo”. Outro livro do padre Teixeira, *Portugal na Tailândia*, obra de 564 páginas, foi traduzido em tailandês pelo Ministério da Cultura em Banguecoque.

1982 - É proclamado Figura do Ano em Macau. Por ocasião do 70.º aniversário natalício, o governador de Macau, Vasco de Almeida e Costa, através da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, promove uma exposição das suas obras no Arquivo Histórico.

1983 - Uma cadeia de televisão norte-americana vem a Macau expressamente para rodar cenas com o padre Manuel Teixeira no âmbito de um documentário sobre os “quatro anciãos mais activos no mundo”. O filme, financiado em partes iguais pela ONU e por um milionário japonês, Ryoichi Sasakawa, então com 86 anos de idade, também um dos protagonistas, tem sido visto em todo o mundo. Por essa altura, a figura do missionário de Freixo era já mundialmente famosa e a *National Geographic* chama-lhe “enciclopédia viva”. Apesar das muitas solicitações, do convívio com políticos e estrelas de cinema, o padre Teixeira continuava a preferir o recolhimento, vivendo só, numa série de salas pobremente mobiladas, no andar superior do Seminário de S. José, rodeado pelos livros que escreveu e por uma profusão de papéis e documentos.

1984 - O Vaticano confere-lhe o título honorífico de Monsenhor, no mesmo ano em que comemora o jubileu de Ouro Sacerdotal. Institui um fundo de apoio aos Estudantes Pobres de Macau com o nome Fundação Padre Teixeira, cujo capital excedia, em 1992, a soma de 600.000,00 dólares de Hong Kong.

1985, 27 de Maio - Recebe a Medalha de Valor, condecoração atribuída pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, numa cerimónia que teve lugar na Biblioteca Nacional de Macau.

1989 - A 6 de Janeiro é proclamado Membro da Academia Portuguesa de História e a 10 de Junho é distinguido com a Comenda da Ordem Militar de S. Tiago e Espada, a mais antiga condecoração do Estado Português, pelo Presidente da República Portuguesa, Mário Soares.

1990 - Cria um novo Fundo em favor dos Velhinhos e Abandonados da Casa de Santa Marta de Chaves.

1994, 4 de Janeiro - Monsenhor Manuel Teixeira baixa ao Centro Hospitalar Conde de S. Januário, com a face parcialmente paralisada. É-lhe diagnosticada uma paralisia facial periférica que lhe tolhia os movimentos dos lábios e das pálpebras. Após dez meses de internamento, a vista foi recuperada e apenas os movimentos dos lábios se encontravam ainda ligeiramente afectados. Nada disto o impedia de, diariamente e pelas 7 horas da manhã, rezar missa na Igreja de Sta. Clara. É nessa altura que Monsenhor deixa de atravessar a ponte “velha” de Macau, como sempre fazia diariamente, limitando-se a um passeio nas imediações do Monte da

Guia. Mais tarde, acabado o tratamento mais intenso a que havia sido submetido no hospital, Monsenhor Manuel Teixeira é alojado, por vontade expressa do governador Rocha Vieira, na Pousada de Mong Há.

1995, 9 de Março - Numa polémica crónica, Monsenhor Teixeira relata que um hotel de Macau servia carne humana aos seus clientes durante a Guerra do Pacífico. Publicada no diário *Macau Hoje*, o texto corre mundo através das agências internacionais. A coluna “Cálice do Fino” que Monsenhor mantinha então, diariamente, naquele jornal foi a sua última colaboração regular com a imprensa. Uma actividade iniciada nos anos cinquenta nos jornais de Domingos Gregório da Rosa Duque, reputado *maçon*, e prosseguida, durante anos a fio, na extinta *Gazeta Macaense* com “Grãosinhos de Bom Senso”.

1998, 23 de Junho - Na véspera do Dia da Cidade (que assinalava até 1999 a vitória militar sobre invasores holandeses, em 1622), o Leal Senado atribui a Monsenhor Manuel Teixeira o título de Cidadão Emérito da Cidade de Macau (vd. texto, pp. 12-14). Ainda em 1998 é apresentado ao público de Macau, em sessão concorrida no auditório do Paço Episcopal, a obra intitulada *A Igreja em Cantão*, da responsabilidade editorial do ICM.

1999, 19 de Dezembro - O historiador e missionário, cuja experiência pessoal se confunde com a história de Macau no século XX, assiste a mais um momento marcante: a cerimónia de transferência de Macau para a China. Manuel Teixeira confessa a sua “tristeza” por ver arrear a bandeira Portuguesa.

2001, 15 de Maio – Contra o que tinha sido sempre a sua vontade expressa (“Quero morrer em Macau”), com a saúde muito debilitada, Manuel Teixeira abandona Macau. À partida, no aeroporto, confinado a uma cadeira de rodas e acompanhado por uma irmã que nasceu já depois de o jovem seminarista ter partido para Macau, o padre Teixeira deixava uma palavra de “apeço e saudade” para “os muitos amigos verdadeiros” que ficam em Macau. À chegada ao Porto, depois de um voo com escala em Singapura e Frankfurt, recebem-no, entre outros, o último governador de Macau, Rocha Vieira, e a mulher. Regressa, depois, a Trás-os-Montes onde é alojado na Casa de Santa Marta, em Chaves, instituição que ele próprio ajudara a financiar.

2003, 15 de Setembro – Morre, aos 91 anos, Manuel Teixeira no lar de Chaves, duas semanas depois de ter feito o seu testamento, que enviara à sua amiga e protectora Ana Maria Amaro (vd. pp. 6-11). Numa reacção ao seu desaparecimento, D. José Lai, bispo de Macau, afirmou que “Monsenhor Manuel Teixeira foi um grande missionário e historiador de Macau e da sua diocese e é uma grande perda para nós porque a diocese fica sem a sua grande referência histórica”. Monsenhor Teixeira deixa uma obra com mais de 120 títulos publicados e milhares de páginas inéditas.

Nota do Editor – Esta cronologia tem por base o “Apontamento biográfico” de Jorge Arrimar in *Monsenhor Manuel Teixeira – O Homem e a sua Obra*, Macau, 1999, e o artigo “Monsenhor Macau” de Paulo Coutinho, in *Macau*, Macau, IIª Série, (31), Novembro de 1994, pp. 89-103.

## IN MEMORIAM: MONSENHOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)

### FRAGMENTS OF A LIFE – TIME LINE

---

“Man is dust, fame is smoke and the end is ashes [...] only my books will last...”  
Monsignor Teixeira, 1982, in an interview with Leonard Blussé

1912, 15 April – Birth of Manuel Teixeira, son of António Maria Teixeira and Ana Maria Camisa, in the town of Freixo de Espada à Cinta (Trás-os-Montes). This area was to become famous for the significant number of young men who left to become missionaries for the Christian faith in the East.

1924, 16 September – Having completed his primary education in his native land, the 12 year-old Manuel Teixeira embarked on the steamer *D'Artagnan*, of the “Messageries Maritimes”, as the youngest in a group of five seminarians recruited for the Eastern missions by the Trás-os-Montes priest, Father José Augusto Monteiro. His companions were António Manuel Pires, Manuel Maria Variz, Francisco Madeira and Eduardo Augusto Massa.

1924, 27 October – Arrived in Macao and enrolled in St. Joseph's Seminary. It was during this first year in the seminary that Manuel Teixeira's love for history began to blossom under the influence of his French teacher, Father Régis Gervais, author of *Histoire Abrégée de Macao* (Peking, 1928). The following ten years passed in seclusion and intense study, with the young seminarian showing outstanding abilities in Portuguese and Latin. Domingos Tang, the former archbishop of Canton, who was imprisoned for 22 years, shared his desk in class.

1932 - Manuel Teixeira was tonsured and received minor orders in Macao's Cathedral from Bishop D. José da Costa Nunes, on 24 July. On 29 July of the following year, he was made a sub deacon by D. Henrique Valtorta, Bishop of Leros and Apostolic Vicar of Hong Kong, in St. Joseph's Seminary church. His deaconship was conferred in 1934 by D. José da Costa Nunes (the prelate was to become his great friend and confidant).

1934, 1 November – First mass in St. Dominic's church. Father Joaquim Guerra, then a scholastic of the Company of Jesus, preached “a very beautiful sermon” at the behest of Manuel Teixeira.

1934-1947 – At the age of 22, he became the parish priest for S. Lourenço, and remained so until 1946. During this period he was also director of the *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, the Macao diocese ecclesiastical magazine (until 1947), being at the same time a teacher in the Seminary (1932-46) and the High School (1942-45). The *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* became an internationally recognised publication, thanks to the work of Father Manuel Teixeira and the valuable contributions of other prestigious figures, such as José M. Braga and Charles R. Boxer. José M. Braga published a collection of 18th century documents on the *Jesuits in Asia* in the *Boletim*, which ran to over 600 pages. In 1942, Manuel Teixeira also founded the monthly magazine *O Clarim* (the Infante D. Henrique National High School magazine that pre-dated the *Juventude Escolar Católica*, and later the Macanese Catholic Youth magazine) and co-founded the weekly paper *União*, magazine of the National Union.

1941-1945 - Pacific War. Macao was swamped by over half a million refugees from Mainland China and Hong Kong, which had been taken over by the Japanese. Manuel Teixeira witnessed the hunger and misery of the Chinese refugees who died in their hundreds in the streets every day. As parish priest of S. Lourenço, he was charged with looking after the Portuguese and English refugees from Hong Kong, who were housed in the old Palace of the Exchequer and in the Military Club.

1946 – Returned on leave to Portugal, 20 years after leaving Freixo. An old acquaintance, Pedro Ângelo, founder of the D. Bosco Orphanage, was travelling on the same ship with several boxes of documents, among them the *Livro dos Forais de Macau* (Book of Macanese Charters) and Ecclesiastical Council documentation. Pedro Ângelo fell ill on board and consigned this valuable collection to Father Teixeira, dying before the ship reached Lisbon. On his return to Macao, Manuel Teixeira handed the documents over to the Senate after having transcribed and published hundreds of previously unpublished pages. Nor was the incident with Pedro Ângelo unique, as similar donations were made by various notables of Macao who entrusted their documents to Manuel Teixeira. The niece of Montalto de Jesus (author of *Historic Macao*) offered him all of her uncle's papers and notes. The same thing happened with part of the private library of Artur Basto, the former owner of the “Vila Flor” boarding house.

1948 – Departed for Singapore. Having already published twenty or so books, mainly dealing with historical aspects of Macao, Father Manuel Teixeira was named Superior and General Vicar of the Portuguese Missions of Singapore and Malacca. In Singapore – where he was present for the birth of the city-state – he organised and introduced various religious institutions and had what he would later call one of the most worthwhile human experiences of his life. He founded the *Rally* magazine, publishing in it, between September 1950 and November 1952, the history of the Portuguese Mission in Singapore, under the title of “St. Joseph's Church”. He also founded the parish bulletin for St. Joseph's Church in Singapore, *Stop, Look, Go*, in 1954. Over 14 years of literary labour in Singapore, he published more than ten books.

1952 – He was honoured by the Portuguese Government with the Office of The Order of the Colonial Empire, with the decoration being bestowed by Minister for the Colonies, Commander Sarmiento Rodrigues – the only senior civil servant from the Estado Novo to visit Macao.

1959 – He set up the Fundo dos Estudantes Pobres (St. Joseph's Church Book Fund). In Freixo de Espada à Cinta he founded the Obra do Pão dos Pobres de Sto. António, making over to it a house and farm.

1962 – Returned to Macao. Began teaching at the St. Joseph's College (1962-65), Pedro Nolasco Commercial School (1962-64) and Infante D. Henrique High School (1964-70). Was Director of the *Arquivos de Macau* (1976-80) and the *Boletim do Instituto Luís de Camões* (1976-1980); joined various civil and ecclesiastical organisations and became chaplain of St. Clare's Convent (from 1962 until his return to Portugal).

1966, November – The Senate Archives were targeted by the Maoist insurgents of the Cultural Revolution, whose repercussions in Macao would become known as “1, 2, 3”. Nearly all of the documents from the Archives were thrown into the street, including books and typewriters from the National Library housed next to the council chamber. Father Teixeira intervened with the rebels and was mandated by Governor Nobre de Carvalho to oversee the recovery of the council's document collection, together with Father Videira Pires, S. J. and Luís Gonzaga Gomes, who grappled with the task of recovering and reorganising the Senate's archive.



## IN MEMORIAM: MONSIGNOR MANUEL TEIXEIRA (1912-2003)

1974 – Received the Comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

1981 - The Calouste Gulbenkian Foundation awarded its History Prize to his work *Os Militares em Macau* (The Military in Macao); and two years later, Manuel Teixeira was once again honoured with the Calouste Gulbenkian Foundation History Prize, “Portuguese Presence in the World”, for his work *Toponímia de Macau* (Toponymy of Macao). Another book by Father Teixeira, the 564-page *Portugal na Tailândia* (Portugal in Thailand), was translated into Thai by the Bangkok Ministry of Culture.

1982 – Manuel Teixeira was proclaimed Personality of the Year in Macao. To celebrate the 70<sup>th</sup> anniversary of his birth, an exhibition of his work in the Historical Archives was promoted by Governor Vasco de Almeida e Costa, through the Department for Educational Services and Culture.

1983 – An American television network came to Macao expressly to film Father Manuel Teixeira as part of a documentary on the “four most active old men in the world”. The film, which was financed in equal parts by the U.N. and a Japanese millionaire, Ryoichi Sasakawa, who at the time was 86 years-old, and who also featured, was seen all over the world. At that time, the missionary from Freixo was already world-famous and *National Geographic* called him a “living encyclopaedia”. Despite the many invitations from politicians and movie stars, Father Teixeira continued to prefer living quietly, in a suite of poorly furnished rooms on the top floor of St. Joseph’s Seminary, surrounded by the books he had written and a profusion of papers and documents.

1984 – The Vatican bestowed on him the honorary title of Monsignor, in the year of his Golden Jubilee as a priest. He set up the Father Teixeira Foundation, a fund to support the poor students of Macao, whose capital in 1992 was over 600,000.00 Hong Kong dollars.

1985, 27 May – Received the Medalha de Valor, a decoration bestowed by the President of the Republic, General Ramalho Eanes, during a ceremony at the Macao National Library.

1989 - On 6 January, he was proclaimed a Member of the Portuguese Academy of History, and on 10 June he was distinguished with the Comenda da Ordem Militar de S. Tiago e Espada, the oldest decoration of the Portuguese State, by the President of the Portuguese Republic, Mário Soares.

1990 – He created a new Fund for the Elderly and the Abandoned of the Casa de Santa Marta in Chaves.

1994, 4 January - Monsignor Manuel Teixeira was admitted to Conde de S. Januário Hospital, with his face semi-paralysed. He was diagnosed as having peripheral facial paralysis affecting the movement of his lips and eyelids. After ten months in hospital, he recovered his sight and only the movement of his lips remained slightly affected. None of this stopped him from saying 7 o’clock mass every morning at St. Clare’s Church. It was at this time that Monsignor ceased taking his daily walk over the “old” bridge of Macao, limiting himself to strolling in the district around Guia Hill. Later, once he had completed the more intensive treatment in

the hospital, Monsignor Manuel Teixeira was housed in the Mong Há Pousada, on the express wishes of governor Rocha Vieira.

1995, 9 March – In a controversial newspaper piece, Monsignor Teixeira reported that a Macao hotel used to serve human flesh to its clients during the Pacific War. Published in the daily *Macau Hoje*, the text was taken up by the international agencies and relayed around the world. The daily column “Cálice do Fino” which Monsignor was then writing for that newspaper was his last regular collaboration with the press – an activity he had begun in the 1950’s with the newspapers of the well known Mason, Domingos Gregório da Rosa Duque, and continued for years on end in the now defunct *Gazeta Macaense* with “Grãosinhos de Bom Senso” (Little Grains of Good Sense).

1998, 23 June – On the eve of the City Day (which until 1999 used to commemorate the 1622 military victory over Dutch invaders), the Senate bestowed upon Monsignor Manuel Teixeira the title of Emeritus Citizen of the City of Macao (see text, pp.12-14). Also in 1998 there was a public presentation of the work entitled *A Igreja em Cantão* (The Church in Canton), published by the Cultural Institute of Macao, in the auditorium of the Bishop’s Palace.

1999, 19 December – The historian and missionary whose personal experience was so intermingled with the history of Macao in the 20<sup>th</sup> Century, was present at yet another key moment: the ceremony handing Macao over to China. Manuel Teixeira confessed his “sadness” at seeing the Portuguese flag being lowered.

2001, 15 May – Contrary to what had always been his express wish (“I want to die in Macao”), Manuel Teixeira left Macao in very poor health. On his departure at the airport, confined to a wheelchair and accompanied by a sister who was born after the young seminarian had already left for Macao, Father Teixeira expressed how much he esteemed and would miss the “many true friends” he was leaving in Macao. He was met at Oporto airport, after a flight stopping off at Singapore and Frankfurt, by the last governor of Macao, Rocha Vieira, and his wife, among other people. He then returned to Trás-os-Montes where he was housed in the Casa de Santa Marta, in Chaves – the institution he himself had helped to finance.

2003, 15 September – Manuel Teixeira died, aged 91, in the Chaves home, two weeks after having re-written his will and sent it to his friend and protector, Ana Maria Amaro (see text, pp. 6-11). Reacting to his passing, D. José Lai, Bishop of Macao, stated that “Monsignor Manuel Teixeira was a great missionary and historian of Macao and its diocese, and he is a great loss to us because the diocese no longer has its great historic reference”. Monsignor Teixeira left behind over 120 published titles and thousands of unpublished pages.

Publisher’s note – This time line is based on the “Apontamento biográfico” (Biographical Notes) of Jorge Arrimar in *Monsenhor Manuel Teixeira – O Homem e a sua Obra*, Macao, 1999, and the article “Monsenhor Macau” by Paulo Coutinho, in *Macau*, Macao, II<sup>a</sup> Série, (31), Novembro de 1994, pp. 89-103.

# Armenian Footprints in Macao

CARL T. SMITH\* AND PAUL A. VAN DYKE\*\*

After living for centuries without a nation to call their home, Armenians became some of the most flexible, adaptable, and adept traders in the early modern world (ca. 1500 to 1800). It was not uncommon to find Armenians at the forefront of the expansion of international trading networks—establishing themselves in ports long before normalized trade developed. By the seventeenth century, Armenians had built up an extensive private trading network throughout India that had links to many ports in Southeast Asia. After China removed its prohibition on foreign commerce in the mid-1680s, Armenians entered that market as well.

There are very few private Armenian records that are known to have survived, and as far as we know, none have surfaced from Armenians in Macao. We are thus left with no other choice but to reconstruct their story from what other foreigners and Chinese said about them in their records. Sometimes they show up in those documents with their own ships; sometimes as captains, merchants, or agents for other traders and companies; and sometimes as individual itinerant passengers moving about Asia from ship to ship and from port to port.

As far as the China trade was concerned, Armenians operated outside of the large companies and colonial empires. They were engaged by those powers on occasion and formed alliances with members of those commercial and political structures, but the Armenians themselves were recognized as a class apart. They were often considered in their own time (as well as by historians today) to be part of the class of merchants that we call the “country” or “private” traders. They traveled about Asia carrying on their trade, but were subject to many of the same restrictions and limitations that all private traders in Asia encountered. Occasionally, however, we find Armenians being granted special privileges that gave them an edge in their trade.

In 1688, the English East India Company granted a charter to the Armenian merchants of Calcutta to receive “all the privileges of European merchants.”<sup>1</sup> It was these types of special advantages that helped Armenians become established in China as well. When China began welcoming more foreign traders to its shores in the late 1680s and 1690s, Armenians took advantage of the opportunity. Consequently, when the Frenchman François Froger

\* “Distinguished Fellow” of the Centre of Asian Studies at the University of Hong Kong and member of the Royal Asiatic Society. A prestigious investigator dedicated to the research of sources concerning the social history of Macao (parish records, courts, building and land registry, etc).

*Membro (“Distinguished Fellow”) do Centro de Estudos Asiáticos da Universidade de Hong Kong e membro da Royal Asiatic Society. Investigador conceituado que se dedica ao levantamento das fontes concernentes à história social de Macau (arquivos paroquiais, tribunais, registo predial, etc).*

\*\* Ph.D. in History from the University of Southern California. Historian and Researcher for the Cultural Institute of the Macao S.A.R. Government.

*Doutor em História pela Universidade da Califórnia do Sul. Historiador e investigador do Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau.*

*Armenian Man* by Louis Dupre (colour lithograph, 1825).



## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

arrived at Macao in 1698 aboard the ship *L'Amphitrite*, he reported that Armenians were already involved in commerce in both Macao and Canton.<sup>2</sup> From the very early years of the Canton trade, Armenians were especially active in the Macao-Manila-India route. That involvement continued throughout the Canton era (ca. 1700 to 1842).

In 1700, the Armenian Ignacio Marcos arrived in Macao from Manila as the captain of the bark *S. Juan*. Marcos applied to the superintendent of customs (known by the foreigners as the "Hoppon") for permission to carry on trade in Canton. He returned to Macao again in 1705 with the same vessel. In 1700, 1702, and 1713 the Armenian Estêvão (or Steven) also shows up in Macao as the captain of the bark *Sta. Maria e Sta. Ana* (also called *Sta. Ana e Sta. Maria*) in the Macao-Manila route. He sailed under a Portuguese flag, indicating that he had a Portuguese sponsor in Macao (which was necessary to be allowed to trade there). The owner, António da Cruz, died in 1712, and the ship was put up for auction. Captain Estêvão attempted to purchase the ship and to continue sailing it under a Portuguese flag. However, this move was considered to be a threat to Macao's monopoly, and Estêvão was consequently not allowed to purchase the vessel, but he continued to be its captain.<sup>3</sup>

Most of the private vessels trading at Macao and Canton (including the Portuguese) were fairly small compared to the East Indiamen. They usually ranged from 150 to no more than 500 tons, and would have had crews of about 40 to 100 men, respectively. The sailors on Macao ships often came from many nations and represented various races. Nevertheless, in this research, we found no references to Armenians being "sailors." Those who arrived at Macao or Canton almost always appear in the records as officers, captains, supercargoes, agents, or private merchants, and not sailors or the like. It is not clear whether this was typical with Armenians coming to China or whether this picture is due to a lack of transparency in the documents.

In 1722, the English reported that an Armenian ship from India was anchored at Whampoa. The vessel was bound for Batavia, and took in "little or no tea." The ship had a capacity of about 300 tons, and returned again to Canton from Batavia in 1723. The imports for that year were estimated to be "about 1,000 piculs of pepper, a little spice, and some tin."<sup>4</sup>

The East India companies often tried to regulate the trade in certain types of tea, so that was left exclusively to the use of company bottoms. Consequently, we often find private vessels, such as those of the Armenians, trading in products that were not regulated by the companies. The same was true with the Portuguese vessels at Macao, the Chinese junks coming to Macao and Canton, and the other private vessels coming to China.<sup>5</sup> All of them traded in similar products, so the Armenians in China had to be very competitive to survive.

Just like many of the other private traders conducting trade in Canton, Armenians were used as a means for the Chinese merchants to dispose of their leftover quantities at the end of each trading season. It was not profitable to have inventories remaining from one year to the next, so after the East India companies' ships were all loaded and gone, the Hong merchants offered the remaining goods that had been rejected by the companies to the private traders. Because these small private traders usually had little capital, the merchants often had to offer the goods on credit. When the vessels returned in the following season, the private traders then repaid the Hong merchants for those cargoes. Even though such transactions could be risky, it was probably better than keeping their capital tied up in unwanted inventories. This situation offered small traders, such as some of the Armenians, a chance to partake in the trade without having a large amount of funds to invest.

Another role that the Armenians were particularly active in was that of money brokering. There was a huge demand in Canton for credit, and Armenians helped to fill this void in two ways: they loaned their own money to Chinese and foreigners involved in the trade, and they brokered capital in Macao and Canton for other foreigners. The usury rates in Canton were very high compared to Macao and other places. Money from the Portuguese in Macao, for example, could be obtained for a rate of 10 or 12 percent annual interest, and then those same funds could be loaned out to the Hong merchants at 15 percent, 20 percent, or as much as 40 percent. Thus, an Armenian with only a little to invest could actually double and triple his money in a very short time by loaning it out to others. This situation quickly led to some of the Hong merchants in Canton becoming deeply indebted to Armenian financiers,

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

which was a characteristic of the trade throughout the eighteenth century.<sup>6</sup>

In 1724, the English reported that all of the merchants in Canton, except Suqua (Chen Shouguan 陈寿观), were deeply indebted “to certain Armenians and others.”<sup>7</sup> Despite the negative effects of high usury rates, the trade could not expand without investment capital, and in that capacity, the Armenians played a very important role. Other references below will show Armenians continuing to be involved in the capital market in both Canton and Macao, while other Armenians focused on the trade itself.

The Armenian Don Francisco shows up in the Dutch records trading in Canton in 1735 and 1739. He is noted as being one of the main persons involved in the Canton-Manila commerce in the late 1730s. In Aug. 1738, Don Francisco was also the consignee of the cargo that arrived at Whampoa aboard the private English ship *Godolphyn* from Madras.<sup>8</sup> He most likely had his hands in other China-bound cargoes as well.

In 1736, an individual Armenian applied to the Danes in Tranquebar, India to take passage aboard one of the Danish ships bound for Malacca. Because the Danish Asiatic Company (DAC) bottoms often stopped at Tranquebar each year on their way to China, the Danes were sometimes approached to transport private persons and merchandise. Unlike some of the large companies that forbade carrying non-company merchandise aboard, the DAC often carried private goods if there was room. This particular Armenian was carrying a quantity of Indian goods. While the ship was en route to Malacca, the Danes also spoke to an Armenian vessel that had come from Madras. This vessel was bound for Pegu via Malacca, which is just another glimpse of the extensive networks that the Armenians had established in India.

After this Armenian had exchanged his goods in Malacca, it was possible for him to then take his new cargo and apply for passage aboard another ship bound for Manila, Macao, or some other destination. The objective of these itinerant traders, of course, was to have the value of their possessions increase from one transaction to the next, and from one port to the next. If they were successful, in time they could perhaps purchase their own ship. Later in the eighteenth century, the Americans greatly expanded this type of circuit trading to encompass the entire globe. The Armenians, however, were already doing this

extensively throughout Asia during the seventeenth and early eighteenth centuries.<sup>9</sup>

This type of itinerant commerce was not always very successful, because it depended very heavily on existing inventories that were available in the port upon arrival. The large companies trading in China, for example, had to order much of their merchandise in advance in order to be sure that there would be enough good quality merchandise to load the ships when they arrived. Itinerant traders arriving in China, on the other hand, who expected to quickly exchange their goods and leave, could be very disappointed. Chinese merchants did not like to keep large inventories on hand, so these itinerant traders could be left with selecting from the unwanted leftovers that the companies had rejected.

The Armenians were eventually able to overcome this problem by ordering their goods in advance through other Armenians who were already in China. In these transactions, there were additional fees for the agent's services and possibly interest that had to be paid for the funds that the agents forwarded to the Hong merchants, but it was a way for itinerant traders to be assured of obtaining good quality merchandise when they arrived. Moreover, it saved them the costs of laying over in the event that there were no goods available. Because this was an on-going characteristic of the China trade, we find Armenians maintaining a fairly constant presence in China acting as agents or buyers for absentee merchants. This was especially true after Macao relaxed its residency restrictions in the late 1750s (explained below). Nevertheless, some Armenians were still faced with having to suffer the cost of laying over for a season in China.

In May 1741, the Danes reported that two Manila-bound ships left Canton after lying there for eighteen months. The Armenian Captain Surrat was in charge of one of them. Before leaving Macao, the captain was invited to the residences of other European traders to bid him farewell. From those social exchanges, the Danish supercargoes, who had remained in China during the off-season to order merchandise for the next year, gained the following information: Captain Surrat's ship had a cargo of silks worth 300,000 reals of eight (ca. 216,000 taels). As far as the Canton trade was concerned, this was a very expensive cargo, so it may have been worth Capt. Surrat's while to suffer the cost of laying over for a season.<sup>10</sup>

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

Al Sig. D. Giovanni Abraham Grill Abraham in Cantone  
 Per Piaſtre 2000—  
 A viſta di queſta prima e ſola Lettera di cambio vi contenterete pagare  
 all'ordine del Sig. Matheus Joannes Mercante Armeno piaſtre nuove  
 Meſſicane due mila del danaro che avete in voſtra mano appartenen-  
 te a queſta Procura, per ſimil ſumma dallo ſteſſo qui ricevuta; mentre  
 a viſta della dilui ricevuta ſarà una tal ſumma bonificata ne' noſtri conti.  
 Addio. Macao 21. di Novembre 1765.  
 Emiliano Palladini Proc. G. della Cong. di Prop. & Fide

This Italian document is a Letter of Exchange, dated 21 November 1765. It was written and signed by the Procurator of *Propaganda Fide* in Macao, Emiliano Palladini. The letter is addressed to the Swedish Supercargo Giovanni (Johan) Abraham Grill in Canton, and concerns the payment of 2,000 Piasters (in this case, new Mexican Dollars) to the Armenian Matheus Joannes in Macao. On the reverse side there is Armenian script. This document is another example of the intricate network the Armenians established in Macao and Canton, which not only involved merchants, but ecclesiastics as well. [Source: NM Godegårdsarkivet F:17]

Besides the costs of laying over, there were also sea risks and other expenses that could cut into Armenian profits. There are only a few references that give us a glimpse of the downside of the Armenian trade in Asia, but in each of them we can imagine Armenian profits being affected. On 13 March 1741, the Dutch report that they had seen a stranded Armenian ship while en route to Batavia from Macao.<sup>11</sup> In 1745, Manuel da Silva Martins complained to the Macao Senate that an Armenian from Madras had sold him a bolt of cloth that had been infected with white ants (termites). The accused Armenian claimed that the fabric had been undamaged when it was examined by the Macao customhouse at the time the duties were paid.<sup>12</sup> In 1758, Miguel de Abreu petitioned the Senate to order an Armenian to pay the freight that was due on the goods he shipped;<sup>13</sup> and in 1759, an Armenian from Madras asked to be excused from the duties on fifteen bolts of cloth that he had shipped from Manila (with the assumption that without being excused, he would make no profit).<sup>14</sup>

There are other examples as well. On 20 Oct. 1764, the Macao Senate was presented with the case of an Armenian by the name of Aratu (probably

“Aratoon”). Aratu had consigned some cloth aboard two English ships sailing from Madras to Manila. Upon arriving at Manila, however, the cargo was not permitted to land. The ships proceeded to Canton with the cloth, but they found a very poor market there. Aratu then appealed to the Senate for permission to unload the cargo in Macao rather than Canton. The Senate, however, deemed such privileges not advantageous to the interests of Macao, and rejected the petition.<sup>15</sup>

On 22 July 1772, the Dutch in Macao report that they were expecting a shipment of cloves to arrive on their ship *Rynsburg* on consignment to the Armenian Ignatius Narcisus. However, about a week later, two of the sailors from the ship landed in Macao and reported that the ship had sunk on 17 July in the South China Sea. Everything was lost, so unless Narcisus had insured his cargo, he was out of his investment.<sup>16</sup>

Another example is from 8 Sep. 1780, when the Dutch learned that a private English merchant ship had captured a sloop named *Hornby* near Macao. It had sailed from Manila under a Spanish flag. Except for two chests of birds' nests that belonged to the captain, the cargo consisted entirely of silver coins that

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

the Dutch said belonged to Armenians. The sloop was originally held for ransom by the English Captain Tasker. However, the English commander Panton of the war frigate *Sea Horse*, which was in China at the time, found out that the Spanish vessel carried no letters of marque. The commander thus ordered Tasker to hand the ship and cargo over to him as a prize for King George III of England.<sup>17</sup>

In all of these brief examples above, we see Armenian profits being threatened. Despite how lucrative some of these transactions may appear to be, there were considerable risks involved. If a small itinerant Armenian put all his investment in one commodity, one market or one ship, and those transactions went bad, he could very easily end up leaving China broke or in a considerably worse condition than when he arrived.

Armenians, on the whole, traded in a wide range of merchandise in China that included both bulk and fine goods. In 1747, for example, a Portuguese merchant in Macao sent a shipment of sugar to Manila under the care of the Armenian Marot José.<sup>18</sup> In this reference, José appears to be acting as a broker or shipping agent, for which he probably received a commission on the sale of the goods. In 1748, the Dutch mentioned that Armenians were bringing putchuk to China and exchanging it for zinc.<sup>19</sup> In December 1750, the Armenian Markas Pedrus requested passage aboard the VOC ship *Getrouwighyd*, which was about to leave Canton. Pedrus was granted passage along with his cargo, which consisted of 240 piculs of fine tea, 60 chests of porcelain, and 5 or 6 bales of *lywaaten*.<sup>20</sup> Other references show that some of the Armenian traders specialized in luxury goods.

In 1747, the midshipman Israel Reinius, aboard the Swedish ship *Adolph Friedrich*, wrote a brief description of the Persian and Armenian trade in Canton. In his journal, Reinius suggested that the mandarins allowed these traders to come to Canton pretty much as they pleased because they brought invaluable goods that were in demand. Besides the cloth mentioned above, Reinius reported that they traded in jewels, pearls, precious stones, ground and unground agate and amber, and other costly luxury goods. Reinius further suggests that as soon as these goods arrived on shore in China, they were quickly bought up by the mandarins at incredible profit to the Armenians and Persians.<sup>21</sup>

These luxury goods were very important to the trade in Canton. Besides the Armenians, there were other persons involved in this trade as well, such as some of the private English and French traders. All of the top Chinese officials and merchants were expected to give their superiors presents each year for the privilege of serving in their respective posts, and the higher the position, the greater the gift expected. The Hong merchants were also granted privileges on a year-by-year basis, which was partially based upon their relationship with the government officials in charge of the trade. These top positions in Canton could be very lucrative, but they came with a price. In order to attain and to keep those privileges, it was necessary to show appreciation to superiors with an appropriate gift.

Some of the top offices in Canton, such as those of the Hoppo, governor, and viceroy, were only three-year assignments. If those three-year office holders expected to be reassigned to an equally lucrative or prestigious post at the end of their stint, then they needed to build the good favor of superiors. One way of doing this was to offer expensive gifts to the persons in charge of making those assignments. These luxury items, however, were very troublesome to the large companies because if a particular officer in Canton took a fancy to a certain precious stone or an exotic jewel, he put great pressure on the Chinese merchant assigned to that ship to purchase it for him (at a loss to the merchant, of course). The merchants often tried to work out an arrangement with the companies to minimize this loss, which could be very troublesome for the supercargoes and burdensome to profits. The

*Just like many of the other private traders conducting trade in Canton, Armenians were used as a means for the Chinese merchants to dispose of their leftover quantities at the end of each trading season.*

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

Hong merchants could cause much grief to the foreigners if they were not satisfactorily accommodated.

The private traders such as the Armenians, on the other hand, were not connected to the large companies, so they had much more leverage and freedom to negotiate in selling luxury goods, with much less to lose. They could make the sale without affecting their other trade (partially because some of them had no other trade). Thus, Reinius' description above of the Persians and Armenians in Canton trading almost exclusively in those items, and in their being allowed to come and go as they pleased, was probably not far from the truth. With their connections in India and elsewhere in Asia, and with the huge demand in Canton for novelty and luxury goods, those privateers were in a very good position to gain the favor of the mandarins. For the most part, because of all the problems connected to those transactions, the East India companies were more than willing to leave that trade to the privateers.

This lucrative luxury trade attracted many itinerant Armenians to Canton. The Englishman, Charles Frederick Noble, who was also in Canton in 1747, gave the following account of the Armenians he saw there:

"I have seen multitudes of Armenians at Canton; and I am much mistaken if there was not many Jews [probably used derogatively here] among them. They flocked always together, and here, as every where in Europe, they distinguished themselves from the people of China. Their beards, features, and complexion, confirmed my conjecture. I sometimes asked my Chinese acquaintances, what they were: they gave me many answers in broken and mixed dialect of English and Portuguese, which I could not understand. One of them told me, pointing at one of them, *He no cari China man's Joss, hap oter Joss*, or, in better English, that man does not worship our god, but has another god."<sup>22</sup>

Noble's account above clearly shows that foreigners and Chinese alike seemed to be able to distinguish Armenians from other traders simply by the way that they dressed and conducted themselves. In 1751, the Swedish chaplain, Pehr Osbeck, left us with a more precise description of the Armenians he encountered in Surat. He wrote that some of the Armenians had adapted to wearing Moorish (Muslim) clothes and a turban. If this attire was also true with

Armenians in China, then they would often be confused with Muslims, but that did not usually happen. Even in the off-hand references to Armenians in China, the authors give the impression that they clearly knew they were not Muslims. Osbeck also mentions that other Armenians in Surat wore the traditional clothing of their countrymen. It is not clear from Osbeck's narrative what their clothing looked like, but he does mention that they wore a small skull-cap. On top of the skull-cap, was placed a four-cornered black velvet hat that had a two-inch brim and was open at the front and the back.<sup>23</sup> Attire such as this would have clearly distinguished them from every other foreigner in China.

Regardless of what they wore, it is obvious from these examples that many of the Armenians in China made it a point to maintain their identities. They changed their names to adapt to their new environments; they learned the native languages of the places to which they migrated; and they learned to accept and adapt to all the foreign rules and regulations of the ports that they frequented. But despite all of this assimilation, they were still "Armenians."

Noble's account also states that Armenians "flocked always together." This, in fact, was true of most foreigners, largely because they were told by the companies not to intermingle with other foreigners. The company officers, of course, went around regularly to dinner at the various factories, as did the Armenians. However, aside from that social protocol, supercargoes, officers, and crews of the ships pretty much kept to themselves. They were all competitors in the trade, so it was not good to be sharing knowledge or to become too attached to other foreigners, which could raise suspicions. Thus, Noble's comments about the Armenians keeping close together may be a little misleading. The English, Dutch, French, Swedish, and Danish merchants would also have been commonly seen going around together in their own little groups, just like the Armenians.

There were many Armenian communities like this in ports throughout Asia. In this respect, Canton and Macao were just small points in a huge informal Armenian network that had been developing for a couple of hundred years. Aside from religious reasons, it was probably important for the sake of commerce for Armenians to outwardly show their identities so that they would be readily accepted into this web upon arrival.



## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

The accounts mentioned above have so far given the picture that the Armenians were coming and going regularly from both Canton and Macao, but not necessarily staying in China. As was mentioned, some Armenians were eventually able to stay longer, and they profited from acting as agents for others. By the late 1740s and 1750s, evidence begins to emerge of them growing deeper roots.<sup>24</sup> In 1748, Miguel Pedro Heytor requested the Macao Senate to return the key to his house, which had been occupied by a visiting Chinese mandarin. This request was made because Heytor had made arrangements to rent the house to an Armenian by the name of Gregorio.<sup>25</sup> In 1757, Apolinario da Costa requested a license to rent his house to the Armenian Antonio Baptista,<sup>26</sup> and in 1760, the Macao Senate received another request from two Armenians for permission to rent houses.<sup>27</sup>

These examples are clear evidence of a permanent community of Armenians emerging and maintaining a continual residence in Macao. It is likely, however, that Portuguese had been renting to Armenians all along and not requesting permission. Many of the Portuguese documents in Macao from the early eighteenth century have not survived, so even if a license had been applied for, it is likely that we would have no record of it. Other foreigners were staying in Macao and renting places all along, for which no Portuguese documents have survived, so there is no reason why the same would not be true for Armenians (see the Danish example above from 1741). The documents do show, however, that a permanent Armenian community began to emerge at least by the mid-eighteenth century, and was firmly established by 1760.

Foreigners without Portuguese citizenship could only trade in Macao under the name of a Portuguese merchant, which meant that they had to share some of the profits with those persons. Canton, however, was a different story. From the 1690s and after, all foreigners were welcomed to that port except the Russians and the Japanese.<sup>28</sup> Armenians could apply to go upriver just like other foreigners as long as they could prove they were in some way connected to one of the merchant ships and wanted to trade. They were then recorded as being attached to that particular ship (or ships). After that vessel(s) was loaded and departed, the Armenians were then required to remove to Macao just like other foreigners.<sup>29</sup>

As would be expected from a group of people who were constantly moving to new environments, it was important for Armenians to learn the language of their new home. On 7 March 1750, the mandarin at Casa Branca (Qianshan) inquired if there was anyone in Macao who could translate Siamese. The Macao Senate answered that there was a Moor and an Armenian who could perform that task.<sup>30</sup> Siamese junks regularly frequented Canton, and they would have had Chinese aboard who could speak Siamese. But by the time of this request (March) the junks were probably already gone as they usually left in January or February.<sup>31</sup>

The Jesuits, the Portuguese, and other foreigners in Macao were often called upon to translate messages for Chinese officials and foreign traders. The Canton linguists also needed assistance from time to time to translate documents from languages such as Siamese, Spanish, French, Dutch, Danish, and Swedish into Chinese. When those needs arose, they went searching for persons like the Armenian in Macao mentioned above. The foreigners would explain the contents of the documents line by line in pidgin English or Portuguese (depending on the linguist's skills). The linguist could then write the basic contents of the text in Chinese.<sup>32</sup>

In December 1750, there is an entry in the Portuguese records in Macao connecting the Armenians to the opium trade. This is no surprise to the historian, because opium was a legitimate commodity in many ports throughout Asia. It was widely traded by East India companies and private traders alike (including the Chinese junks). Ever since 1729, opium had been outlawed in China, but small amounts continued to be smuggled in. Some of the contraband was channeled through Macao. The entry mentions that the Dutch in Batavia and Malacca had seized some opium that they had found aboard Portuguese vessels. In this case, the opium that was confiscated belonged to an Armenian (who was apparently in Macao). The Macao Senate appealed to the Portuguese Viceroy in India to send a letter to the King of Portugal requesting him to settle this matter with the Dutch authorities.<sup>33</sup>

In ports outside China, opium was often regulated by the large trading companies. The Dutch, in fact, had a monopoly on opium in Dutch ports, which probably accounts for the confiscation of the

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

drug at Batavia and Malacca. The nature of this entry suggests that the Portuguese who transported the opium for the Armenian merchant may have attempted to trade the article illegally in those ports, resulting in its seizure. If the opium had stayed aboard and not been declared or made known, there should not have been any reason for the Dutch to seize it. Thus, in this case, it is not clear whether the opium was bound for Macao or was intended to be traded elsewhere. Nevertheless, other references clearly show that some of the Armenians were deeply involved in the opium trade in Macao in later years.<sup>34</sup>

Foreigners could only legally stay in Macao if they had the approval of the Portuguese governor, but if they in some way offended or transgressed against

*Canton and Macao were just small points in a huge informal Armenian network that had been developing for a couple of hundred years.*

the Chinese authorities, they could expect to fall under Chinese scrutiny as well. In January 1752, the Macao authorities received an order from the mandarin for the expulsion of a certain Armenian by the name of Ignacio Sarquis (or Sarkis). The Senate replied that he had already left.<sup>35</sup>

There are several other accounts from the 1750s that reveal bits and pieces of Armenian trading activities in Macao and Canton. In 1757, an Armenian captain from Manila requested permission to pay the same reduced duties that the Spanish paid.<sup>36</sup> On 10 January 1759, another Armenian by the name of Agaualy Zatur requested permission from the Dutch to ship 1,000 piculs of goods from Canton to Batavia. The products included tea, porcelain, and rhubarb. He was granted permission to load the goods aboard the *Zuydbeveland*, but because the VOC had changed its policy concerning non-company merchandise being allowed aboard company ships, they had to enter the goods under the names of two Dutch officers: Pieter Ras and Evert Jan Nyvenheim. Zatur himself was not permitted to go aboard the *Zuydbeveland*, but was

advised to take passage to Batavia aboard one of the Canton junks.<sup>37</sup>

What all of the accounts above have shown so far is that Armenians were very independent businessmen. They often traveled alone; they brought with them whatever merchandise they could muster together; they sought out whatever means they could to get from one place to the next; and they appear to be very determined in accomplishing their objectives. The one unique factor about them that perhaps is not obvious from the examples above is that they were readily accepted by both Protestants and Catholics alike.<sup>38</sup> Because the Chinese also made no distinctions between the races, religions, or ethnic creeds of the merchants that they allowed to trade at Canton, the Armenians had great freedom to carry out their commerce in China.<sup>39</sup> They moved in and out of Catholic Macao and Manila with little trouble; they engaged themselves and formed commercial alliances with Catholics, Protestants, and Chinese alike; they had extensive trading connections to Armenians, Jews, Muslims, and Hindus in India and Southeast Asia;<sup>40</sup> and they formed an important niche in the trade of luxury goods to the mandarins in Canton. As long as they did not try to compete with the large monopolistic East India companies, those entities did not interfere with the Armenian activities in China.

Aside from the Armenians themselves, the references to them also tell us something about the wider environment in which they lived. It is clear from the examples above that individual entrepreneurs who had no connections to any large companies or any particular ship could engage in business throughout Asia by going from port to port selling their wares. It did not matter how much merchandise or money they were carrying, and they did not have to be physically present to make their sales. There were many ways to ship merchandise in both small and large quantities via third parties, who charged a small fee for their brokering and transportation services. Individual entrepreneurs could move fairly freely between colonies, monopolies, and empires, despite all of the restrictions, limitations, and controls those institutions placed on the trade. The increasing number of Armenians coming to China is itself clear testimony that the constraints did not prevent small itinerant traders from being able to make good profits. As long as they abided by the rules, individual

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

Armenians were just as welcome to trade in Canton as the large East India companies.

As more Armenians became involved in the China trade, we find them becoming more firmly rooted in Macao. In April 1761, the Armenians Matheus Joannes,<sup>41</sup> Zoure Joannes, Artú [Aratoon] Jacob,<sup>42</sup> and Sueri de Ayvai<sup>43</sup> applied for permission to rent a house.<sup>44</sup> This was an important event for the Armenians in China, because it was the beginning of an Armenian commercial consortium that led to some of them becoming very wealthy. By the late 1780s and early 1790s, one of them, Matheus Joannes, emerged as a prominent player in both the Macao and Canton trade. The role that Joannes and other Armenians played in these later decades had a significant impact (both positive and negative) on the growth of trade in the entire region.

Another part of the trade in which the Armenians played an intricate role was the capital market. The foreign records contain many examples of Armenians financing the trade. In Dec. 1761, for example, Sorere [Zoure or Sueri] and Aratoon gave a private loan of 740 taels to the Swedish supercargo Johan Abraham Grill and the ex-supercargo Michael Grubb. Both Grill and Grubb were deeply involved in the capital market in Canton and Macao in the 1760s. They regularly pooled money together from Portuguese, Armenian, and other individuals in Macao at annual interest rates of about 10 to 12 percent, and then loaned those funds out to the Chinese merchants or to other foreigners at a higher rate.<sup>45</sup>

There are many more entries in the Swedish records of Aratoon loaning money from 1763 to the end of 1765. Two of those entries show Zour as his partner, but most of them only mention Aratoon's name.<sup>46</sup> This omission of Zour's name could simply have been due to the fact that partners are often not mentioned in the records. This was true with the Chinese merchants in Canton doing business with the foreigners as well. Chinese partners are often omitted or just mentioned generically as "& Co.," "& Brothers," or "& Partners." It is possible that all the transactions with the Swedes were done as a partnership between Aratoon and Zour.<sup>47</sup>

The loans to the Swedes varied in size from 740 taels (1,000 Spanish dollars) to 3,700 taels (5,000 Spanish dollars). It is clearly stated in the records that a couple of the loans were issued with an interest rate

of 1 percent per month (or 12 percent per year). The interest rates of the other loans are less clear. Sometimes the same loans are listed twice under Grill's name but under different dates, and then they might be listed somewhere else under a partner's account. Consequently, the way that the figures were entered makes it very difficult to clearly determine the rates on each of the loans. The entries that are more obvious suggest that they were issued at a rate that was very close to the normal rate of 1 percent per month. Throughout the eighteenth century, loans could be procured in Macao at 10 to 12 percent annual interest.

Several other Armenians show up in Grill's account books in the 1760s. One of the entries shows clearly why it may have been better for Armenians to loan out their money at rates of 10 or 12 percent interest rather than at the higher rates that could be obtained in Canton. In 1765, the Armenian Ignacious Narcipe loaned 296 taels (400 Spanish dollars) to Grill, but the interest rate is not known. Grill pooled Narcipe's money together with other money that he had borrowed to issue a bottomry contract on the Canton Junk Sihing (Ruixingzhou 瑞兴舫). The bottomry bond was set at 40 percent (per voyage, which often lasted about 10 months). The Sihing, however, never returned to Canton. In Jan. 1766, it was reported "missing at sea." Grill still had to pay Narcipe the principle and interest on the loan that he had taken out, despite the fact that he had lost all of his investment on the bottomry bond with the loss of the junk. With most of the Armenian transactions mentioned in the Swedish records, the interest rates that they charged were much lower than what Grill was getting from the Chinese, but there was also much less risk involved.<sup>48</sup>

Thus, contrary to what might be expected from such adventurous businessmen, we find in the Swedish records that these particular Armenians were more conservative with their money than other private traders (including the Chinese). Aratoon, Zour, and Narcipe could just as well have used the money that they gave to the Swedes and issued it to the Chinese merchants and junk traders themselves at a much higher rate, but that would have exposed them to much greater risk.

Other Armenians that appear in Grill's papers show up as "Pascual" and "Martinus Bejan Matines Jorican Nauon." It is not clear whether these latter names represent two, three, or four persons. They are referred

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

to using the plural form of the verb, so they are assumed to be more than one person. It is clear, however, that they were in Canton at the time. Pascual appears to have been involved with Captain Jackson, who was a private English merchant trading in China.<sup>49</sup>

In 1762, the Dutch mention that there were Armenians in Macao who were known to be good friends with Simão Vicente Rosa. Rosa's brother-in-law was the ex-governor of Timor, who upon the departure of the governor had taken over that post. This ex-governor was considered to be a rebel by the Portuguese because he had supposedly killed two members of the Timor Council. He then proposed to sell the land to the Dutch. Upon hearing that the new governor was on his way to Timor from Goa, he fled to the Dutch in Batavia. They, in turn, shipped him off to China aboard the *Admiraal de Ruyter*. In this way he arrived secretly at Whampoa.

When the ex-governor arrived, the Dutch supercargoes did not know what to do with him, which is where the Armenians came into the picture. Because of their close relationship with Rosa in Macao, the Dutch felt that the Armenians could perhaps help mediate the situation. The Armenians were notified of the arrival of the ex-governor, and after finding out the details, they agreed to take him in. The last entry about him in the Dutch records states that he left the ship at Whampoa on the evening of 18 Oct. and headed for Macao.<sup>50</sup>

It may be a coincidence, but on 26 April 1763, about six months after the Armenians smuggled the ex-governor into their home, an order from the Secretary of the City Council in Macao, José Joaquim Barros, called for an investigation to be made of the Armenians. He wanted to know whether the commerce or service of these foreigners was of any benefit to the city or the nation; or whether they should be refused residency and expelled. Barros specifically mentioned the names of Arotum Joannes and Zuri Jacob, and referred to the rest of the Armenians in their group as "the others."<sup>51</sup>

It is not known what become of Barros' investigation, but another matter involving the Armenians was brought to the attention of the Senate a few months later. On 14 Jan. 1764, the Senate received a complaint from Bernardo Nogueira against the Armenian firm of Matheus and Zore. The charge stated that these persons had made injurious

statements against the residents and the governor of the city. However, nothing seems to have come of this charge either.

It is doubtful that the Senate in Macao could have successfully expelled the Armenians for any of the charges mentioned above. In the eyes of the Chinese government, these private traders were legitimate visitors to the central kingdom and had the right to engage in commerce. As long as they abided by the rules, they had the permission of the Emperor to remain. The Chinese authorities were not concerned with internal matters within the Portuguese empire, so protecting an enemy of the Portuguese or saying things against them was no reason to expel them. From about 1757 onwards, Macao was obligated by the Emperor to receive and grant residency to all foreigners arriving from Canton. The Portuguese were not allowed to turn away anyone who was sent downriver regardless of their race, religion, or creed. The Armenians were among this permitted group of traders, and in that capacity they could overstep the Portuguese authority if they felt they were treated unfairly.

If the Portuguese in Macao had tried to prosecute the Armenians for any of the charges mentioned above, the Armenians could simply appeal directly to the Canton authorities. They could also request their Dutch, Danish, French, English, or Swedish connections in Canton and Macao to intervene on their behalf. All of these East India companies had considerable clout in Canton, and they could present petitions to the hoppos or governor generals if they thought it to be advantageous to their respective concerns. Prosecuting a foreigner in Macao for the sake of internal colonial matters was something that was in the interests of all other foreigners in China to prevent, because if it was allowed to happen to the Armenians, it could also happen to them. All of these factors were certain to have been in the minds of the Armenians when they agreed to hide the ex-governor of Timor in their home.

There are many examples in the foreign records that show that the Armenians had just as many rights as other foreigners in China. In April 1763, for example, the mandarins sent word to the Dutch stating that it was impossible for them to stay in Canton any longer than the French, Danes, or the Armenians. The English were not referred to in this particular case because they still had a ship at Whampoa and could,

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

Micae Srs de Honoravel Companhia de Landeja <sup>781</sup>

Recebi vossa honra Carta de V. M. de Com.  
 lenda de Nobre Companhia; e respeito do dinheiro  
 q tem prometido p Nobre Conselho de Batavia  
 Srs Manue Jacob, e Vartao Gaspar, he certo q  
 este Srs. tem na sua Lembranca q hade  
 cobrar este dinheiro aquantia de vinte Mil, Pa-  
 lacas p entregar a V. M. e agora me acho nella  
 contrario q neste anno não posso receber; julgo  
 nos q emte outra moeda poderão ser q ha-se  
 receber, e tem nos hade dar parte p este Srs. nos  
 na Batavia. os mais q'uo p obediencia. etc.

Macao 23 de Novbr.

1798

Outfungen 1798  
 Elm 25 Novbr 1798

L. V. M.  
 Mento Removido

Lasar Johannes  
 Macarties Basilio

This Portuguese letter is dated 23 November 1798 at Macao. It is addressed to the Honourable Gentlemen of the Honourable Dutch Company concerning a loan between the Dutch government in Batavia and the Armenians in Macao for 20,000 Spanish dollars. The Dutch translation and other Dutch documents concerning this matter clearly state that the two signatures at the bottom of the letter are written in the Armenian script and are those of Lasar Johannes and Macarties Basilio (also spelled Macatish Vasilio or Macarties Wazilio), in Macao. But their names are not mentioned in the Portuguese text. The Dutch appear to have arranged this loan through Manuc Jacob and Vartao Gaspar in Batavia, which also shows the tight business network the Armenians established in ports throughout Asia. Money could be borrowed in one port and payment made in another. [Source: ARA 1.04.20 Canton 60]

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

therefore, legally remain, but all other foreigners with no ships had to leave. What the mandarins were telling the Dutch was that if they did not go to Macao, then these other foreigners, including the Armenians, had every right to stay in Canton as well.<sup>52</sup>

Other references reveal the diversity of the Armenian trade. On 1 Aug. 1763, just before the foreigners (except the English) left Canton, the Dutch requested Captain Hagerop, who was aboard his ship at Whampoa, to declare the goods that he had shipped to China from Batavia. The VOC supercargoes had heard that a certain Armenian by the name of "Aretoen" (Aratoon) had arranged to ship a chest of gold thread and silver goods, and they suspected that the chest was aboard Hagerop's ship. Captain Mastriicht had signed for the goods at the post office in Batavia (presumably so that they appeared to belong to an officer of the company). Because these were luxury items, the supercargoes were afraid that if the mandarins found out about them, they would pressure the Chinese merchants assigned to Hagerop's ship to purchase the items at a great loss. They did not want to put the merchants in this difficult situation. The Dutch supercargoes thus tried to prevent the chest from landing ashore. Hagerop answered a few days later saying that he had no such chest aboard his ship.<sup>53</sup>

Aside from the reference to Hagerop above, the Dutch mention other Armenian freight in 1763. On 26 Sep. 1763, the private English ship *Houghton*, under the command of Capt. Smith, had arrived at Whampoa. The *Houghton* came from Madras and had stopped at Manila. At one of those ports [probably Manila], it picked up 20 chests of cloves on consignment to Armenians in China. However, the Armenians were still in Macao at the time that the ship arrived, so the Swedish merchant Grubb received the goods on their behalf.<sup>54</sup>

These examples show that the Armenians were clearly using all channels available to them to carry on their trade. If we had full transparency of all the transactions, we would probably find them shipping all kinds of goods in many different vessels all at the same time. And besides cargo, full transparency would probably also show very extensive involvement in the capital market in both Macao and Canton. Even though the cargo shipments often appear to be rather small in volume in comparison

to other merchants, their trade had an effect on the markets in China. In one of their letters at the end of the 1763 season, the Dutch supercargoes give a report of the trade in zinc. They mention that when the Portuguese and Armenians were buying up this item for the coast of India, the price rose. Consequently, it was best to buy it before or after those traders demanded it.<sup>55</sup>

In the 1760s and 1770s, many more references to Armenians begin to show up in the foreign records. On 11 May 1764, the Dutch in Canton report that Armenians left to go to Macao.<sup>56</sup> On 13 March 1765, the Macao Senate received a request from Sucry de Ayuar of the "*Minorita*" nation (probably Armenian) and the Armenian Ignacio Manacacem (possibly "Minas") for permission to reside in Macao until their ships arrived.<sup>57</sup> On 22 March 1765, the Armenian Ignatie and the private Frenchman Hay were visited by the governor of Macao, whereupon they complained about the charges they had to pay for unloading their one sampan of baggage that they had brought from Canton.<sup>58</sup> Ignatio (probably the same person as above) shows up again in Canton in 1766.<sup>59</sup> On 7 April 1767, the Dutch in Canton report again that all the Armenian and French private traders left to go to Macao;<sup>60</sup> and on 28 Dec. 1767, the Danes in Canton received payment from the Armenian Ignace Narcy for cargo he had shipped aboard one of the Danish ships from Tranquebar, India.<sup>61</sup>

In October and November 1767, the Portuguese Viceroy in Goa inquired into why Armenian merchants had been allowed to stay in Macao in the previous winter season, which he thought to be injurious to the welfare of the city. The Senate explained that the Armenians were going to leave for Goa on the ship *Nossa Senhora do Carmo*, but had remained in order to sell certain goods to Macao residents at attractive prices (and thus, a benefit rather than an injury to the city).<sup>62</sup>

On 9 May 1768, the Dutch in Canton reported that the private French merchants Hay and Martin left for Macao, together with the three Armenians that were there.<sup>63</sup> On 7 May 1769, the *procurador* in Macao asked for permission to rent his house on S. Agostinho Street to the Armenian Lazaro;<sup>64</sup> and on 23 April 1769, one of the two Armenians that were in Canton left in company with the Frenchman Hay. The remaining Armenian was able to stay in Canton that year under

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

the cloak of pretending he was an Englishman who still had a ship at Whampoa.<sup>65</sup> As can be seen from all of these references, Armenians were now a permanent part of the trade each year.

While some of the Armenians maintained a long residence in China, others came and went with the ships. On 1 March 1769, the Armenian Eduard Raphael is reported by the Dutch to have left Canton for Macao. On 16 Feb. 1770, they report again that Eduard Raphael left Canton for Macao, and that he was from Pondicherry (India). In Macao, he was going to board a Portuguese ship bound for Madras. This was apparently a quick trip to India because on 4 Sep. 1771 Raphael was back in Canton again with the Frenchman Hay. On 26 Jan. 1772, he left Canton for Macao, where he was going to catch another ship bound for the coast (India). Raphael shows up again in Macao on 15 July 1777, when the Dutch say he left for Canton with another Armenian. Thus, in this case, Raphael appears to be accompanying his cargo wherever it went, whereas many of the other Armenians simply stayed in China and shipped their goods under the care of others.<sup>66</sup>

On 21 Feb. 1770, Joaquim Lopes da Silva informed the Senate in Macao that the Armenians Mateus [Matheus] and Inacio [Ignacio] had arrived from Canton and were living in his house.<sup>67</sup> As far as we know, Mateus, who was undoubtedly the "Matheus Joannes" mentioned above, had been residing in Macao ever since he first arrived in 1761. There were several Armenians in Macao who went by the name "Ignacio" (or something close), so this person's identity is not clear.

There are several other brief references to Armenians in the early 1770s: On 10 Nov. 1770, the Senate agreed to provide maintenance for an Armenian prisoner.<sup>68</sup> On 4 May 1771, the Macao Senate received a request from the widow Ozorio for permission to rent a house to Armenians, but their names are not mentioned.<sup>69</sup> On 28 July 1770, Aratoon arrived again at Canton in company with two other Armenians; and on 11 Aug., Ignatius (probably the "Ignatius Narcisus" mentioned below) arrived.<sup>70</sup>

In all of the references above, no mention is made of Armenians having "domestics" or servants helping them. The same is true of other foreigners, such as the Frenchman Mr. Hay and the Swedish merchants Grill and Grubb. These traders all appear in the records as

if they were arriving in Canton and Macao by themselves, and living in those places without any servants. This picture, however, is erroneous, because almost all of them had servants who cooked their meals, washed their clothes, and ran errands for them. Many of the top merchants and officers had their own private slaves. The records from the period (Portuguese, Chinese and others) usually only mention these other persons when a problem arose that in some way concerned them.

On 14 Nov. 1770, for example, two Dutch soldiers guarding the factory in Canton had been offered stolen goods for sale by a young black servant who worked for the Armenian Ignatius Narcisus. This particular youngster had been caught and punished the previous year for stealing goods. Narcisus probably had several other servants in his employ as well, because one person could not have taken care of all the duties required to maintain a household in Canton or Macao.

Armenians communicated with their correspondents throughout Asia in the same way that other foreigners did: they sent letters with each ship that was departing. This privilege was part of the maritime culture. As long as the respective foreigners were not at war with each other, they carried the letters of anyone who had a dispatch to send. On 29 June 1771, the Dutch were disappointed that they had not received any letters with the arrival of the English ship *The Earl of Elgin*. Even though the ship had wintered in Batavia, it only brought letters for the Portuguese, Armenians, and Chinese.<sup>71</sup>

More Armenian circuit traders continued to try their luck in China over time. On 4 Aug. 1774, the Danes reported that one of their ships had taken the Armenian Morad Johanjchon aboard as passenger. He was charged 50 "pillars" (Spanish dollars) for himself and his goods to be transported to Macao. At the going rate of about 4 percent of the value of the goods for freight from India to China, he was probably carrying somewhere around 1,000 Spanish dollars worth of merchandise.<sup>72</sup>

From the references above, we can see that there were only a few Armenians (excluding their servants) in Canton each year. They appear to have been coming consistently every year from the early decades of the trade, but often only one, two, or three to no more than five or six at a time. On 25 Feb. 1775, for example, the Dutch

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

report that there were three Armenians in Canton, and on 11 April 1777, they mention that two Armenians arrived at Macao from Canton with the English private merchant Crommelin.<sup>73</sup> The remaining three Armenians who were in Canton that year (making a total of five for 1777) arrived at Macao on 29 April.<sup>74</sup> These persons were over and above the Armenians who managed to convince the Portuguese to allow them to remain behind in Macao, but those were certain to have been few as well.

Over the next few years, the number of Armenians setting themselves up as directors, agents, or brokers (the Dutch and the Danes called them “*commissioners*”) in China increased considerably. On 5 March 1778, the Dutch report six Armenians in Canton with all of their servants. On 11 March 1779, there were ten to twelve Armenians in Canton, not counting all of their servants. The Dutch also record this year that the failed Hong merchant Kousia (Zhang Tianqiu) was deeply indebted to seven or eight of these Armenians.<sup>75</sup>

*Armenians were very independent businessmen. They often traveled alone; they brought with them whatever merchandise they could muster together; they sought out whatever means they could to get from one place to the next; and they appear to be very determined in accomplishing their objectives.*

In 1782 and again in 1783, the English report there to be “about thirty Armenians” in Canton (this number may have included some of their servants).<sup>76</sup>

On 11 April 1785, the Dutch in Macao report eleven Armenians arriving from Canton. On 11 Oct. 1792, the mandarin at Qianshan granted the Armenian Matheus [Joannes] permission to return to Canton with nine other persons in his entourage.<sup>77</sup> On 3 Oct. 1793, Matheus received permission again to return to Canton with a total of fourteen persons.<sup>78</sup> In June 1798, ten Armenians arrived at Macao from Canton; and on 30 Sep. 1800, seven Armenians arrived at Canton from Macao.<sup>79</sup>

The increase in the numbers of Armenians coming to China was not looked upon by everyone as something that was good for Macao. In 1777, the

Bishop, D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, expressed concern about the effects that foreigners were having on Macao. Ever since 1757, after numerous exchanges with Goa and Portugal, Macao residents were officially allowed to rent houses out to foreigners (some were doing this before despite the restrictions). Armenians were particularly looked upon with favor by some of the Portuguese because they were Asians without a state. They were also thought to have ecclesiastical beliefs that could be reconciled with the Roman Catholic tradition.<sup>80</sup>

As the numbers of all foreigners coming to China continued to increase, changes took place in Macao, some of which the Bishop did not look upon favorably. Foreign merchants were continually trying to offer goods for sale at cut-rate prices, which affected the profits of Portuguese merchants. It was, in fact, illegal for other foreigners to trade in Macao, but now with all of the traffic going on between Canton and Macao, there were many opportunities to sneak goods in and sell them illegally.

Bishop Guimarães pointed out how Armenians and the private English traders were glutting the market with their products. As can be seen from many of the examples above, private Armenian and English traders were forming alliances with some of the Portuguese merchants. As long as they “hid” their transactions under the auspices of a legitimate Portuguese trader, they could market their goods in Macao. The Bishop was also concerned about the increasing amounts of opium that were coming in from other foreigners, which threatened Macao’s monopoly on that trade. He recommended expelling the foreigners and returning to the former days of monopoly control so that the Macao merchants would benefit. This suggestion, of course, was now impossible for the reasons mentioned above.<sup>81</sup>



## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

In the late eighteenth century, there were many other Armenians involved in the China trade. On 26 March 1779, the Armenian Demetrius Steffanus from Nagagatnam (Negaputnam?) engaged the Danes in Tranquebar to ship several cases of *specerier* (probably “spices”) to China. On 9 April 1779, the Armenian Sador Gregorig from Madras engaged the Danes in Tranquebar to ship two small chests of camphor to China. This cargo was to be placed in the hands of his *commissioner* (agent) in Macao, “Mathius Johones”.<sup>82</sup>

On 4 April 1780, Matheus, who was now one of the most prominent private merchants in China, arrived at Macao from Canton with his entourage. The Armenian Calestan (also spelled Calistan Satur) accompanied him.<sup>83</sup> On 23 April 1780, the Armenian Gregory arrived at Macao from Canton and gave a report to the Dutch supercargoes of the debts that the Hong merchants owed to the private traders (which was sure to have included Armenians).<sup>84</sup> In September of that year, the *Hornby* was captured with Armenian capital aboard (see above).

From 1781 to 1783, entries in the Dutch records show Matheus Joannes and Calistan Satur loaning money to the VOC at 10 percent annual interest.<sup>85</sup> On 13 July 1784, a two-masted sloop that was hired by Armenians arrived at Macao from Batavia;<sup>86</sup> and on 23 Aug. 1787, a two-masted Armenian snow arrived at Macao from Madras.<sup>87</sup> These two vessels were probably connected in some way to Matheus Joannes. As far as we know, Matheus was the only Armenian at the time who had permission to trade on his own account in Macao.

On 13 April 1785, the Danes in Tranquebar received a small amount of cargo to be shipped to China from the Armenian Gollemeer (one bale of piece goods), the Armenian Elias Minos and his partner Hohn Galde (five bales of piece goods), and the Armenian Gregory Abraham (six bales of piece goods and eighteen bales of shark fins).<sup>88</sup> By the mid-1780s, the VOC had relaxed its policy of refusing outside passengers aboard company ships, and the Armenians took advantage of this new opportunity. On 18 Aug. 1786, the Armenian Balthazar Joseph applied in Batavia for passage to China aboard the ship *Vreedenburg*. He had his two servants, Alcadio and Asia, with him. Also traveling as passengers with him were the Portuguese supercargo Manuel Rosario [probably Manuel do Rozario] and his two servants, Aübanoe

and Ayoen. Rosario had arrived at Batavia from Timor, and instead of waiting for a Macao ship to show up, he took passage aboard the *Vreedenburg*. On 25 Aug. 1787, the Armenian Michiel Gregorie was also granted permission to board the ship *Barbestein* at Batavia and sail to Macao.<sup>89</sup>

As was the case with all foreigners coming to trade at this time, some of the Armenians did not make it back to their homelands, but died in China. By the 1780s, several Armenians had already died in Macao and were buried on the inner harbor side of Penha Hill. Unfortunately, the graves were above the Lilau fountain, which was an important source of the city's water.<sup>90</sup>

In 1784, the Senate sent a letter to the Vicar of the Hermitage of Nossa Senhora da Penha, requesting that no more graves be opened on their hill. The Senate regarded the Armenian cemetery as a serious threat to the health of the city. The Vicar consented to their request, but then reminded the Senate that the Armenians had been given permission to bury their dead there.<sup>91</sup>

This issue arose because the Hermitage had given permission in 9 April 1784 for a burial. There were four previous interments that had been made at the site by order of the procurator of the Senate. Out of the five burials – assuming that the fifth had been made – only two gravestones were found at the site. The epitaphs were written in the Armenian script.<sup>92</sup>

By the late eighteenth century, the Armenians were among the dominant players in the trade in Canton and Macao. In 1790, the Danes in Canton borrowed a large sum of money from the Armenian Samut (or Samuel) Moorat. He loaned 30,000 pillars (Spanish dollars) to the Danes on 30 Oct., and on 30 Nov. he added to that amount another 11,711 pillars. The loan was issued at the standard Macao rate of 1 percent interest per month. The total amount of 41,711 pillars was to be repaid with interest eight months after the date to “Messr. Edmund Boehm & Co.” in London on the account of “Edward Raphad Esq.” (possibly the “Eduard Raphael” mentioned above).<sup>93</sup>

On 10 Dec. 1794, Matheus Joannes died in Canton, and the proceedings of his will created much concern in Macao because of the hundreds of thousands of Spanish dollars that were involved.<sup>94</sup> On 30 Dec. 1794, the VOC entered 20,000 Spanish dollars

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

(14,509.804 taels) into the company's treasury in Canton from the Armenian Martinus Johannes.<sup>95</sup> After the collapse of the VOC in 1795, the Dutch hired the Armenian Abraham Avitmall to continue their trade with China. He conducted all of the Dutch trade in Canton in 1796, and did a lot of his own personal transactions on the side. Avitmall's private transactions later led to many problems for the Dutch residents in Macao and Canton, because he left a number of debts and unfinished business behind him.<sup>96</sup> In June 1797, the Danes in Tranquebar were approached again by another itinerant Armenian who wanted to send 20,000 pillars (Spanish dollars), a considerable amount of cargo, and himself to China.<sup>97</sup>

Armenian captains continue to show up in China as well. The Dutch report on 30 Sep. 1799 that the English country ship *Fair* arrived at Macao from Bombay and Madras under the command of the Armenian Captain R. Aerth.<sup>98</sup> The ship left China again on 21 Dec. 1799 bound for Madras. The *Fair* was back in China again the next year with the same captain, and departed again for Bengal on 7 Jan. 1801. The Dutch record the *Fair* arriving again at Macao from Madras on 25 Sep. of the same year, but this time under the command of the Armenian Captain J. Drinkwater. Thus, as far as commanding vessels was concerned, the references show Armenians being captains of China-bound ships throughout the eighteenth century.<sup>99</sup>

What all of these scattered references above tell us about the Armenians is that, by the 1790s, they were among the most permanent merchants supporting commerce in China. They formed links between China and the outside markets despite the colonial restrictions in Macao; they supplied the necessary luxury items in Canton that kept the mandarins and top officials at bay so the trade could continue to grow; they sometimes traveled with their cargo as supercargoes, captains, and agents; and they invested in China in many different capacities that helped the trade to flourish, including trading in commodities, loaning money to merchants, and providing brokering and freight-forwarding services.

Their contributions to the advancement of commerce in both Macao and Canton have, until now, been given very little recognition. But as would be expected, not all of the contributions Armenians made were positive. They were also deeply involved

in the opium trade in China, and did much to advance that commerce. They provided financing for opium smugglers; they provided the links that helped smugglers bring contraband to China; and they traded in illegal commodities themselves in the delta. All of this activity is what led a Dutch visitor in 1793 to state that "of the Asian folks who trade at Canton, there are none more prominent and rich than the Armenians."<sup>100</sup> **RC**

Author's Note about the "Armenian" Names : No attempt has been made by the authors to guess or suggest that any of the persons mentioned in this article were "Armenian" because they had an "Armenian" name. On the contrary, Armenians often changed their names to better adapt to their communities. It is thus not possible to determine their nationality or race by simply looking at those names. Without exception, all of the persons identified as "Armenians" in this article were referred to as "Armenians" by contemporary writers in the original documents. In some cases such as the name "Matheus Joannes", there are references to him being an Armenian in many languages, including Portuguese, Chinese, Dutch, Danish, English and Swedish. In other cases, a name only appears once in one language.

## ABREVIATIONS

- |     |   |
|-----|---|
| AM  | <i>Arquivos de Macau</i> . Published in three series: Series 1 has three volumes (1929-1931); Series 2 has one volume (1941); and Series 3 has 15 volumes (1964). |
| ARA | Algemeen Rijksarchief (General State Archives), The Hague, Netherlands.   |
| JFB | James Ford Bell Library, University of Minnesota, USA.  |
| NM  | Nordic Museum (Archive), Stockholm, Sweden.   |
| OIO | Oriental and India Office Library, London, UK.  |
| RAC | Rigsarkivet (National Archives), Copenhagen, Denmark  |
| VOC | Dutch East India Company  |

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

## NOTES

- 1 H. B. Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China 1635-1834* (Cambridge: Harvard University Press, 1926. Reprint, Taipei: Ch'eng-wen Publishing Co., 1966), 1:174 n1.
- 2 E. A. Voretzsch, ed., François Froger. *Relation du Premier Voyage des François à la Chine fait en 1698, 1699 et 1700 sur le Vaisseau 'L'Amphitrite'* (Leipzig: Asia Major, 1926), 90, 143.
- 3 Benjamim Videira Pires, S. J., *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX* (Macao, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987; Reprint, Museu Marítimo de Macau, 1994), 42-43; and AM: 3. II. no. 3 (Sep. 1964) 146, and XV. no. 2 (Feb. 1971) 105-106.
- 4 Morse, *Chronicles*, 1:174; and OIO: G/12/24.
- 5 See a comparison of the cargoes aboard private ships and junks going to Macao and Canton in the eighteenth century, in Paul Van Dyke, "Port Canton and the Pearl River Delta, 1690-1845" (Ph.D. dissertation, University of Southern California, 2002) Appendixes.
- 6 For an extensive discussion on the usury rates and capital market in Macao and Canton, see A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800)*, (Macao, Instituto Português do Oriente, 1997); and Van Dyke, "Port Canton." Chapter Five: "The Macau Trade, the Junk Trade, and the Capital Market in Canton."
- 7 OIO: G/12/25.
- 8 ARA: VOC 2346, 2438.
- 9 RAC: Ask 1116. Some American ships bounced around the world for four, five, or six years before returning home. If they were successful, then the cargo that they brought home was worth many times more than the cargo they left with. Many examples of this can be seen in the Carrington papers at the Rhode Island Historical Society.
- 10 Captain Surrat set sail from Macao on May 10, 1741. RAC: Ask 1120. His ship was probably no more than 200 to 250 tons in capacity, but was carrying a cargo worth as much as an 800 to 900 ton Danish ship loaded with tea. Most of the East India companies' ships of that size would have an export cargo worth somewhere around 150,000 to 250,000 taels. For the possible size of Surrat's ship, see Morse, *Chronicles*, 1:275.
- 11 ARA: VOC 2535.
- 12 AM 3. XXII. no. 3 (Sep. 1974).
- 13 AM 3. XXIII. no. 4 (Apr. 1975) 186.
- 14 AM 3. XXIII. no. 4 (Apr. 1975) 197.
- 15 AM 3. XXIII. no. 6 (Jun. 1975) 304-305.
- 16 ARA: Canton 79, 81.
- 17 The Dutch and English reports of this event differ somewhat. The Dutch reported that the cargo consisted of two chests of birds nests that belonged to the captain, and 12,000 Spanish reals that was the property of the Armenians. They said the ship was held for a ransom of 3,000 Spanish dollars. The English records, however, show the ransom to be "2,000 dollars." Captain Tasker reported the cargo to be "in money and Bird's nests 8,299 Dollars," with no mention of Armenians. ARA: Canton 89; and Morse, *Chronicles*, 2:51-52.
- 18 AM 3. XXII. no. 4 (Oct. 1974) 206. Armenians were also involved in shipping sugar from the Philippines to India. Benito J. Legarda, Jr., *After the Galleons* (Manila: Ateneo de Manila University Press, 1999), 81-82.
- 19 ARA: Canton 10.
- 20 ARA: Canton 13.
- 21 Israel Reinius, *Journal hällén på resan till Canton i China* (Helsingfors: 1939), 223. The Armenians probably also dealt in other luxury items as well, such as pearls and coral. Kuo-tung Anthony Ch'en, *The Insolvency of the Chinese Hong Merchants, 1760-1843* (Taipei: Academia Sinica, 1990), 278.
- 22 Charles Frederick Noble, *A Voyage to the East Indies in 1747 and 1748* (London: T. Becket and P. A. Dehondt, 1762), 244-245.
- 23 Our gratitude to Kinglsey Bolton of the University of Hong Kong for helping us understand this Swedish passage. Pehr Osbeck, *Dagbok öfver en Ostindis Resa åren 1750, 1751, 1752* (Stockholm: 1757. Reprint, Redviva Publishing House, 1969), 341. Another account also mentions Armenians in Bombay "wearing the Persian dress and dyeing their hair and whiskers with henna." Mesrovb Jacob Seth, *Armenians in India* (Calcutta, 1937, reprint New Delhi: Asian Educational Services, 1992), 299.
- 24 This outcome may simply be the result of many of the Macao records from the early eighteenth century not surviving. It is very possible that Armenians were permanent inhabitants of Macao from the very beginning of the Canton trade, but we have no records to substantiate it.
- 25 AM: 3. XXII. no. 5 (Nov. 1974) 250.
- 26 AM: 3. XXIII. no. 3 (Mar. 1975) 133.
- 27 AM: 3. XXIII. no. 4 (Apr. 1975) 215.
- 28 The Russians and Japanese had separate agreements with the Qing government and had special conditions placed upon their trade that restricted them to other ports. Canton was not an option for them.
- 29 This requirement to remove to Macao in the off-season began around 1759 or 1760, but was not firmly in place until about 1765. It took several years for it to become effective. See Van Dyke, "Port Canton," 45.
- 30 AM: 3. XXII. no. 6 (Dec. 1974) 310-311.
- 31 Because they had to sail in conjunction with the monsoon winds, the junks usually arrived at Canton in July or August and departed in January or February. Van Dyke, "Port Canton," Chapter Five: "The Macau Trade, the Junk Trade, and the Capital Market in Canton."
- 32 For a description of the duties and responsibilities of the Canton linguists during this period, see Van Dyke, "Port Canton," Chapter Four: "The Linguists."
- 33 AM: 3. XVI. no. 1 (July 1971) 40.
- 34 At the time of the confiscation, the Dutch opium trade was under the authority of the Amfioen-Sociëteit [Opium Society], which had been granted a ten-year monopoly in 1745. Ewald Vanvugt, *Wettig Opium. 350 Jaar Nederlandse Opiumhandel in the Indische Archipel* [Legal Opium. 350 Years of the Dutch Opium Trade in the Indies Archipelago] (Amsterdam: Globe Pockets, 1985; Reprint, 1995), 111. For a narrative of the early development of the opium trade in Macao and the Pearl River delta, see Van Dyke, "Port Canton," Chapter Six: "The Contraband Trade."
- 35 AM: 3. XXIII. no. 1 (Jan. 1975) 3.
- 36 AM: 3. XXIII. no. 3 (March 1975) 134.
- 37 At the time of Zatur's request, the VOC's policy was to restrict non-employees from boarding company ships. The Dutch refused passage to many persons in Canton, regardless of what they were offered and regardless of where they wanted to go. The persons who managed to gain passage on VOC ships in Canton or Macao were usually hired by the company to fill a position, which then gave them the right to board. The same was true with merchandise, which is why Zatur's goods had to be shipped under a Dutch officer's name. He was charged 3 rixdollars per picul for the tea and rhubarb, and rixdollars 0.24.8 [24 stuivers 8 penny?] for the porcelain. It is not known how much his passage cost aboard the junk. ARA: Canton 23, 24. The two Canton junks that loaded in Batavia in 1759 and that Zatur was likely to have gained passage on were the *Souhin*, nachoda Lim Hoanko, and the *Soenian*, nachoda Lie Thehoe. ARA: VOC 4387. This policy of restricting non-employees

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

- from boarding VOC ships varied somewhat over time and with each situation. There were persons who came and left Canton and Macao aboard Dutch ships without having been employed by the company, but those cases were exceptions to the general rule.
- 38 There has been an on-going discourse over the centuries of the possibility of reconciling the Armenian faith with that of the Roman Catholic Church, and it continues to the present day. For a summary of this discussion, see the entry "Armenia" in the *Catholic Encyclopedia*.
- 39 The exceptions to the Chinese rule, of course, were the Russians and Japanese, who were not allowed at Canton because they had separate trading agreements with China.
- 40 A few references to the Armenians trading in Asia can be found in the following sources: Jeyamalar Kathirithamby-Wells, "Restraints on the Development of Merchant Capitalism in Southeast Asia before c. 1800," in *Southeast Asia in the Early Modern Era*, ed. by Anthony Reid (Ithaca: Cornell University Press, 1993), 134-135, 141; Victor Lieberman, "Was the Seventeenth Century a Watershed in Burmese History?," in *Southeast Asia in the Early Modern Era*, 226; Dhiravat na Pmbejra, "Ayutthaya at the End of the Seventeenth Century: Was There a Shift to Isolation?," in *Southeast Asia in the Early Modern Era*, 269; S. Arasaratnam, "Merchants of Coromandel in Trade and Entrepreneurship circa 1650-1700," in *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*, ed. by Roderich Ptak and Dietmar Rothermund (Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1991), 40; John E. Wills, Jr., "China's Farther Shores: Continuities and Changes in the Destination Ports of China's Maritime Trade, 1680-1690," in *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*, 59; Ashin Das Gupta, "Changing Faces of the Maritime Merchant," in *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*, 360; Gedalia Yogev, *Diamonds and Coral. Anglo-Dutch Jews and Eighteenth-Century Trade* (Leicester: Leicester University Press, 1978), 166; Denys Lombard, "Questions on the Contact Between European Companies and Asian Societies," in *Companies and Trade*, ed. by Leonard Blussé and Femme Gaastra (Leiden: Leiden University Press, 1981), 182; Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient, 1600-1800* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1976), passim; and Stephan Diller, *Die Dänen in Indien, Südostasien und China (1620-1845)* (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1999) idem. For a brief historical summary of the Armenian trade in Asia, see Frédéric Mauro, "Merchant communities, 1350-1750," in *The Rise of Merchant Empires*, ed. by James D. Tracy (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), 270-274.
- 41 Aliases: Joannes Matthias, J. Matheus, Matheus, and Matheus Johannes.
- 42 Aliases: Artur/Arthur Jacob, or simply Aretoen, Aroutoun, Archtoen, Anetoen, Arotoun, Arcteon, Arruthum Jacob.
- 43 Alias: Sucry de Ayuar. In the 1761 petition, Sueri is mentioned as being an Armenian, but a Portuguese reference from 1765 simply refers to him as a member of a "minorita" nation. AM: 3. XXIII. no. 6 (June 1975) 323 and no. 5 (May 1975) 286-287.
- 44 AM: 3. XXIII. no. 4 (April 1975) 237.
- 45 NM: Godegårdsarkivet. Ostindiska Handling. F17. [Hereafter listed simply as: NM: F17]
- 46 There are only three entries mentioning Aratoon trading with "Zour", and 24 entries where he is listed under his own name. But that could be simply an omission, because partners were often omitted in many of the records. "Zour" was also spelled "Sorore" and "Zouer," so it is not clear whether he was Sueri de Ayuar, Zoure Jacob, or Soure Joannes. NM: F17.
- 47 NM: F17. The 12 May and Oct. 1763 entries clearly show that "Arrruthum" and "Aroutoun" were the same person in the entries of Grill's account book.
- 48 NM: F17.
- 49 There is no date on this document, but all of these records in Grill's archive were from the 1760s, and early 1770s, and this reference was found bundled with others from 1766. It is thus assumed that this reference is also probably from the late 1760s.
- 50 ARA: Canton 71.
- 51 AM: 3. X. no. 2 (Aug. 1968) 85-86. At about the same time as this order was issued, the Macao Senate was receiving letters informing them of the situation in Timor and what could be done to stabilize the situation there. Thus, this order may have had a connection to the Armenians helping the ex-governor.
- 52 ARA: Canton 72.
- 53 ARA: Canton 72. If Hagerop did indeed have the chest aboard his ship, which was very possible, then it was not a difficult matter for him to arrange with Aretoen to have it smuggled ashore. For a discussion of how this could have been done, see Van Dyke, "Port Canton," Chapter Six: "The Contraband Trade."
- 54 The Dutch supercargoes managed somehow to get a sample of the cloves in those 20 chests, and found them to be of inferior quality. They expected the price to be much lower than the VOC cloves. In Dec. 1763, the Dutch reported that this Armenian consignment of cloves consisted of 21 piculs 17 cattles. ARA: Canton 72. In Oct. 1763, the Swedish records also show Grubb involved with an Armenian by the name of Pascual. NM: F17.
- 55 ARA: Canton 26.
- 56 ARA: Canton 73.
- 57 AM: 3. XXIII. no. 6 (June 1975) 323.
- 58 ARA: Canton 74.
- 59 ARA: Canton 75.
- 60 ARA: Canton 76.
- 61 The freight for this merchandise came to 36.96 taels. At the going freight-rate of 4 percent of the value to ship the goods from India to China, that would amount to about 924 taels (ca. 1280 Spanish dollars) worth of merchandise. RAC: Ask 1157.
- 62 AM: 3. VII. no. 6 (June 1967) 311-312 and XXIV. no. 2 (Aug. 1975) 61, 85-86.
- 63 ARA: Canton 77.
- 64 The house was on the street going to St. Augustine's Church, where Dutch, Spanish, and other foreigners lived as well. AM: 3. XXIV. no. 2 (Aug. 1975) 85-86.
- 65 All of these references to Armenians in 1769 are taken from ARA: Canton 78.
- 66 ARA: Canton 79, 80, 81, 86.
- 67 AM: 3. XXIV. no. 3 (Sep. 1975) 138.
- 68 AM: 3. XXIV. no. 3 (Sep. 1975) 157.
- 69 AM: 3. XXIV. no. 3 (Sep. 1975) 166.
- 70 ARA: Canton 79.
- 71 ARA: Canton 80.
- 72 RAC: Ask 1172.
- 73 Matheus Joannes and Inácio Narveis were two Armenians who were in Macao in 1775. They were probably two of the "three Armenians" who were in Canton that year. Vale, *Os Portugueses em Macau*, 170.
- 74 ARA: Canton 84, 86.
- 75 RAC: Ask 1180; and ARA: Canton 87, 88.
- 76 Morse, *Chronicles*, 2:75, 85.
- 77 Lau Fong 劉芳 and Zhang Wenqin 章文欽, eds. *Qingdai Aomen Zhongwen Dangan hui bian* 清代澳門中文檔案匯編 [A Collection of Ming Chinese Documents Concerning Macao] (Macao: Aomen Jijinhui Chuban, 1999), 2:708-709 no. 1378; and Liu Yingsheng 劉迎勝 "Qianlong nianjian Aomen de yameiniya shangren 乾隆年間澳門的亞美尼亞商人," *Wenhua Zazhi* 文化雜誌 (Macao: Winter 2002), 39-42.
- 78 Lau and Zhang, eds., *Qingdai Aomen*, 2:733 no. 1419. Liu Yingsheng has transformed some of the names of these persons

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

from Chinese to Portuguese. However, as some of the examples in this paper clearly show, Armenians did not necessarily adopt Portuguese names. For most of the persons in Mathias's group, there is no way of telling from the Chinese license whether they were Armenians, Portuguese, or some other nationality. Moreover, Armenians were just as likely to have servants and slaves with them from India, Africa, or Southeast Asia as was the case with many of the other foreign traders in Canton. The name "Mathas" is clear because it is given in both Portuguese and Chinese on the 1793 license, and Mathas is clearly listed as being an Armenian in both languages. But as far as the other persons are concerned, we cannot assume that the Chinese officers translated their names from Portuguese equivalents. Liu Yingsheng, "Qianlong nianjian Aomen de yameiniya shangren," 39-42.

- 79 ARA: Canton 91, 97.  
 80 AM: 3. XVI. no. 4 (Oct. 1971) 204-210, 214-215.  
 81 AM: 3. XVI. no. 4 (Oct. 1971) 204-210, 214-215. For coverage of the early development of the opium trade in the 1760s and 1770s in Macao and Canton, see Van Dyke, "Port Canton," Chapter Six: "The Contraband Trade."  
 82 RAC: Ask 1180.  
 83 ARA: Canton 89.  
 84 ARA: Canton 89.  
 85 ARA: VOC 4423, 4430 and Canton 244, 245.  
 86 ARA: Canton 90.  
 87 RAC: Ask 1202.  
 88 The reference is not clear, but Gollemeere himself appears to have been on his way to Madras. The word for bale (*balle, balje, or baller*) and tub (*balle, balje, or baller*) are the same in Danish, so this cargo could be "tubs" rather than "bales." RAC: Ask 1197.  
 89 ARA: Canton 295, 296.  
 90 AM: 3. XVI. No. 5 (Nov. 1971) 291-292.  
 91 AM: 3. XVI. No. 5 (Nov. 1971) 291-292.  
 92 AM: 3. XVI. No. 5 (Nov. 1971) 291-292. According to Teixeira, the two epitaphs read as follows: "In this grave is buried the body of a pious man named Lazar, son of Pogos, of Armenian nationality

in the year of our Lord 1783" and "This is the son of Johannes of Julpha, who died aged 26 in the month of September, A. D. 1783." Monsignor Manuel Teixeira, *A Voz das Pedras de Macau* (Macao: Imprensa Nacional, 1980), 22. At present, there is also an Armenian buried in the Old Protestant Cemetery in Macao. The person was Mrs. Dishkoone Seth, daughter of the late Aratoon J. Marooth, and she died on 15 July 1857. Lindsay and May Ride, *An East India Company Cemetery: Protestant Burials in Macao* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 1996; reprinted, 1998), 86.

- 93 RAC: Ask 1206.  
 94 Carl Smith, "Armenian Strands in the Tangled Web of the [Pre-Lin Zexu] Opium Trade," unpublished paper presented at the Hong Kong History Museum Conference in Dec. 1998.  
 95 ARA: Canton 57. Circumstances suggest that "Martinus Johannes" (the spelling is not clear in the original) may have been the same person as "Matheus Joannes." The money borrowed from this "Martinus" does not show up again in the Dutch records, but there are many later references to the Dutch owing a similar amount to "Matheus." References to this debt show up in both the Dutch and Portuguese documents. However, there is also a problem with that assumption because Matheus died in Canton on 10 Dec. 1794, but the name Martinus shows up again in the Dutch records thereafter. On 10 May 1795 while in Macao, Martinus received a letter from Canton via the Armenian Koechunalo reporting that the Dutch Ambassador Isaac Titsingh had returned to Canton from Beijing. ARA: Canton 57. If this latter reference meant "the house of Martinus" rather than simply "Martinus" himself, then "Martinus" could possibly be referring to "Matheus."  
 96 ARA: Canton 96, 373, 374, 375, 376.  
 97 RAC: Ask 1211.  
 98 "Aerth" is also spelled "Avith" and "Aurth" in the Dutch records, which was probably the same as "Aviet" in the Portuguese records.  
 99 ARA: Canton 97, 98. The names of all the captains commanding private ships bound for China are not known.  
 100 JFB: Hu 1799. J. C. Hüttner, *Reize van het Britsch Gezantschap door China, 1799.*

## Four Armenian Families

CARL T. SMITH AND PAUL A. VAN DYKE

By the late eighteenth century, Armenians were at the center of many of the commercial activities in both Macao and Canton. They poured money into the capital market that allowed the China trade to grow; they were actively involved in both the import and export trade in Canton, which also contributed to its growth; and they were intricately involved in the contraband trade that contributed to the trade's collapse. The reconstruction of the four family histories in this paper will help to fill a void in the literature so that we can better understand the historical processes that were behind the developments in the region.

### RESIDENCY REQUIREMENTS IN MACAO

Permanent and temporary residency in Macao was regulated by the Portuguese Viceroy in Goa. Normally only Portuguese citizens and persons connected to their households, such as slaves and servants, were allowed to reside in Macao. All other persons (which usually meant non-Portuguese) needed special permission from the Macao Senate to stay there. Prior to the 1680s, very few non-Portuguese traders were allowed to remain in the city (with the exception perhaps of the Japanese).

In the late 1680s and early 1690s, the situation began to change, and Macao had to adopt a new policy. The Qing government established an interest in encouraging foreign trade, and as a result, pressure was placed upon the Macao government to allow foreign<sup>1</sup> traders to reside there for the purpose of conducting trade with Canton. Except for a few special arrangements that were made with Spanish merchants from Manila, other foreigners were not allowed to do business in Macao. They could come to the city if they were in some way connected to a legitimate Macao trader (e.g., captain, sailor, or servant on a Portuguese ship, etc.), but they could not stay or do business on their own account. Persons without those connections could only conduct trade at Canton.

Trading at Canton was, in fact, a prerequisite to obtaining permission to reside temporarily in Macao. The trading season in Canton lasted from about August to January, and when that was over, the foreigners were expected (required after 1757) by the Canton government to leave. Permission to live in Macao in the off-season was granted on a season-by-season and case-by-case basis. The license often stipulated that the foreigners had to leave again when the next trading season began. If their ships were delayed and did not show up as expected, then they could appeal for an exemption from the Macao Senate to stay longer. In those cases, however, it was entirely up to the Senate to allow such leniency, because the Qing government also supported the stipulation that trade was a prerequisite to temporary residency. This policy was applied to all male traders who were non-Portuguese citizens.

Foreign women were not allowed in Canton, so they were usually the only non-Portuguese who were allowed to live year-round in Macao. There were foreigners who found ways to get around the residency restrictions by connecting themselves in some way to the Portuguese in Macao. The Senate also made exceptions and allowances to foreigners with extenuating circumstances such as severe illness or the loss of a ship. The only other way for non-Portuguese foreigners, including the Armenians, to get around the connection between temporary residency in Macao and trade at Canton, was to become a Portuguese citizen.

### THE JOANNES FAMILY

The Joannes family provides one of the most interesting, revealing, and intriguing stories of Macao's history during the era of the Canton trade (ca. 1700 to 1842). The affairs connected to the family over the years present a unique cross-sectional view of what it was like for non-Portuguese foreigners to live in a Portuguese colony in China. Over time, the family became very influential and important, to the point

that, by the early nineteenth century, officials in Macao felt that the city's economy would collapse without the Joannes fortune supporting it. The story of the Joannes family is thus an important part of Macao's history that has been given very little attention in the historical literature in the past.

**Matheus Joannes** first arrived at Macao as a young man in 1761. After many years of working his way into the social and commercial fabric of the city, he applied for citizenship and was naturalized as a subject of Portugal in 1783. Matheus died fourteen years later in Canton on 10 Dec. 1794. He was survived by two brothers: Lazaro and Cachick.<sup>2</sup>

Matheus Joannes never married, but he had a natural son by a Greek woman, Vartini Petrus Gajam. The son, João (the Portuguese version of Joannes), was baptized at the Church of Sto. António in Macao in 1784. The boy's godfather was Manuel Vicente Rosa de Barros, an elderly bachelor from one of Macao's leading families.<sup>3</sup>

The historical records that have survived provide us with only a very brief view of Matheus's early years in Macao and Canton. We know that when he first arrived, he lived in a house with three other Armenians, Zoure [Zore] Joannes, Artú [Aratoon] Jacob, and Sueri de Ayyai. In 1764, Matheus's name shows up again in the records. In that year, one of the Macao Senators reported that "the Armenian firm called Matheus and Zoré had made various injurious statements against the residents of this city and the government of this Republic, which members of this Senate consider to be reprehensible."<sup>4</sup>

The example above shows clearly that Matheus did indeed come for the purpose of doing business in China, and he was a partner with Zore Joannes.<sup>5</sup> Many of the references to "Armenians" in the records often do not have specific personal names attached to them, so it is not possible to retrace each person's movements. However, because we know that all adult male foreigners were expected to leave Macao and go to Canton each year, we can assume that Matheus followed this practice as well.

In late 1760s, a few references begin to appear of Matheus's business activities. In 1767, Matheus was repaid for a loan that he had given to the Swedish supercargo Johan Abraham Grill. The exchange, however, was done under the name of Simão Vicente Rosa in Macao. The amount that the Swedes paid him

was 1,332 taels (1,500 Spanish dollars, which probably represents the original principal). In 1768, Matheus gave another loan to the Swedes, but this time he was in partnership with Father Rioz [Rodrigues] of Macao. That loan was for 740 taels (1,000 Spanish dollars).<sup>6</sup> Matheus was a very active participant in this capital market in Macao.

The first specific reference that we have to Matheus Joannes making a trip to Canton is on 21 Feb. 1770. On that day, Joaquim Lopes da Silva informed the Senate that the Armenians Mateus [Matheus] and Inácio [Ignacio] had arrived from Canton and were living in his house.<sup>7</sup> In these early years, Armenians often traveled to Canton with other private traders, such as the English or the French. This could be the reason why they do not show up regularly in the records. After their numbers increased, Armenians began hiring their own sampans and traveled separately to Canton. Then they show up separately in the records as well.

In the 1770s and 1780s, references begin to appear that give us a picture of Matheus's trading activities in China. On 23 Aug. 1775, the Dutch report that Matheus arrived at Canton. The next day he received 35 piculs (47 chests) of cloves out of the Dutch ship *Indian*. The cloves were shipped from Batavia, and were taken aboard on consignment to Matheus. This means that Matheus would have owed the Dutch freight charges.<sup>8</sup>

In September of the same year, Matheus agreed to purchase several hundred canisters of sugar from the Dutch. After agreeing on the price, the sugar was transferred out of the Dutch ship *Blyenburgh*, by the English Captain Janson, to a small vessel at anchor in Whampoa Roads. The Dutch mention that this private ship arrived on 21 Sept., that it was flying an English flag, and that it was on consignment to the Armenians. Because of a lack of transparency in the records, it is difficult to know how many private ships were actually covers, like this one, for Armenian trade.<sup>9</sup> After the sugar was received, it was discovered that much of it was water damaged, and the majority was subsequently rejected.<sup>10</sup>

Matheus is mentioned again in the Dutch records on 7 Aug. 1777, when he is said to have arrived at Macao from Canton with his entourage. On 30 Mar. 1779, he arrived again at Macao with six or seven other Armenians, and then returned to Canton with his

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

entourage on Aug. 25. In that year, the Dutch stated that Matheus and the other Armenians were holding large debts of the Hong merchant Kousia [Zhang Tianqiu]. Kousia was in a very bad financial state at the time because his pack house had been entirely consumed by flames in late March.<sup>11</sup>

These brief references to Matheus's business activities reveal a couple of interesting things about him and his commercial affairs. He appears to be shipping goods to China by any means possible, aboard private ships as well as those of the East India companies (in this case, the Dutch). The references also suggest that by the late 1770s, Matheus was the senior Armenian merchant in Canton as other Armenians with him are simply recorded as part of "his entourage."

The examples also show that Matheus and company dealt in both high-cost and high-risk items such as cloves, and in low-cost and low-risk items such as sugar. The clove market in Canton could be quite volatile at times. Because of the market's uncertainty, many of the Hong merchants preferred not to deal in cloves. Some Chinese merchants refused to purchase or accept the spices on barter regardless of the attractive prices they were offered.<sup>12</sup>

There were good reasons for these apprehensions. The quality of the cloves coming to Canton in the eighteenth century varied considerably, which means there was also a wide range in their prices. In a given year, the lower-end cloves might go for around 60 to 80 taels per picul; the mid-level range might go for 90 to 110 taels per picul; and the superior quality might have a purchase price of over 140 taels per picul. To make matters worse, cloves were tied to nutmeg prices in China, and were often sold together. Chinese herbal medicine buyers, who were the main purchasers of the two spices, considered them to be of equal value, whereas, outside of China, cloves could sell for almost double the price of nutmeg.<sup>13</sup>

In order to balance out the disparity between the Chinese market and the outside markets, merchants in Canton matched one picul of cloves to one picul of nutmeg when they purchased them from the foreigners. They added the two purchase prices together (e.g. 146 + 84 = 230 taels), and then took the sum and divided it in half ( $230/2 = 115$  taels). As far as the Chinese merchants were concerned, the quotient (115 taels) was the price of both products in China. Because of this disparity in prices inside and outside of China,

because of their high value, and because of the wide range in their prices and quality, it was very tricky business dealing in cloves in Canton. Unless a merchant understood this market very well, it was probably best to stay out of it. In the reference above, Matheus ordered 35 piculs of cloves, which was a fairly large amount. He was thus prepared to take risks.<sup>14</sup>

One of the examples above shows Matheus giving credit to a *Hong* merchant. We know from Matheus's estate papers that this was a regular part of his business dealings. Loaning money to the Canton merchants could produce very handsome profits from interest, but those transactions also carried great risk. In the 1760s and 1770s, Matheus could command a rate of at least 20 percent to as much as 40 or 50 percent annual interest on loans to Chinese merchants. But as the example of Kousia reveals, Chinese merchant houses could be ruined very easily overnight. A pack house burning up, a junk sinking at sea, or a foreigner absconding on a debt were all potential hazards of the trade that sometimes devastated smaller merchants.<sup>15</sup>

As would be expected of a good businessman, Matheus balanced out his high-risk transactions with more stable ones. Aside from trading in sugar, which was much more consistent in quality and price from one year to the next than cloves, he also offered brokering services.<sup>16</sup> On 9 April 1779, the Danes loaded two chests of camphor aboard one of their ships at Tranquebar. The goods came from the Armenian Sador Gregorig of Madras, but were shipped to China on consignment to "Mathius Johones." The freight amounted to 4 percent of the value of the cargo, which was the common going rate at the time. Matheus would have taken a commission for his services in arranging the sale of the goods, which was usually around 3 to 5 percent of the value. As far as Matheus's commission was concerned, he would get his money regardless of whether or not Gregorig made a profit on the sale. This "safer" side of Matheus's business activities was probably a way for him to balance out losses suffered on his high-risk ventures.<sup>17</sup>

This was about the same time that Matheus made another move to provide himself and his business with more security in Macao. In 1780, he applied to Queen Maria I for Portuguese citizenship. In his application, Matheus took advantage of a new law that allowed him exemption from serving in public positions such as senator, procurator, and judge. Notification of the



## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

approval of his naturalization reached the Macao Senate on 5 Dec. 1783. Shortly thereafter (22 Dec.) he requested permission to go to Lisbon, so he may have been away from Macao in 1784 and the first half of 1785 (assuming that it would take him at least a year and a half to make the trip).<sup>18</sup>

By this time, Matheus was a very wealthy man, so he also had the wherewithal to take full advantage of his new rights and purchase his own ships. According to the Macao ship passports that have survived, Matheus owned and operated the following vessels:

Date of passport <sup>19</sup>	Name of vessel	Destination
1785 Dec. 16	<i>Santa Rita</i>	Bengal
1786 Feb. 1	<i>Santa Luz</i>	Madras
1786 Dec. 15	<i>Santo José (João?)</i>	Coromandel and Malaya
1788 Jan. 13	<i>Santo João</i>	Madras
1789 Mar. 4	<i>João Baptista</i>	Malaya
1790 Jan. 30	<i>João Baptista</i>	Batavia and Coromandel

All of the Macao ships at this time were rather small compared to those of the East India companies. The Macao vessels ranged from about 150 tons to usually no more than 500 tons. One of the reasons for the smaller size was the shallowness of the water around Macao. By the eighteenth century, all Macao vessels (Chinese and Portuguese) were required to anchor in the Inner Harbor. That was where their respective customs houses were, and where the trade was regulated, taxed, and controlled. The Inner Harbor, however, could only accommodate ships with a draft of no more than about eighteen feet at low tide. Ships larger than 500 tons usually drew more than eighteen feet of water. Those larger vessels could enter the Inner Harbor at high tide, but when the tide subsided, they would become grounded.

The Barra Fort protected the entrance to the Inner Harbor, and only allowed those vessels that were licensed to trade in Macao to pass. All other ships had to remain in the anchorage called Macao Roads near Cabrita Point on Taipa Island. They remained there until permission was granted for them to come upriver to Canton.<sup>20</sup>

As for ascertaining the purchase price of these ships, we get some idea of their value from a Dutch

reference. In 1772, the Dutch East India Company (VOC) purchased a Portuguese ship in Macao of 475 tons, the *S. Simão*, for 38,000 Spanish dollars.<sup>21</sup> A couple of Matheus's vessels were listed as "sloops", so they were probably in the range of about 200 tons. Matheus could have purchased one of these small two-masted vessels in Macao for around 15,000 to 25,000 Spanish dollars. From the loans mentioned above that he gave to the Dutch, who were by no means the only persons he lent money to, we can assume that by the mid-1780s, Matheus probably had sufficient funds to pay cash money for all of these ships.

On 30 Dec. 1790, the ownership of Matheus's sloop *João Baptista* was transferred to someone outside of Macao.<sup>22</sup> This may have been the fate of Matheus's other ships as well, because they do not show up again in the Macao records. There is no mention of them being lost at sea, which is something the foreigners (especially the Dutch) usually kept close track of. Thus, it is possible that the first ships Matheus purchased were employed in the Indian coastal trade, or that he simply had purchased them for a third party.

Even though Matheus now had the freedom to remain in Macao, he appears to have continued going to Canton every year until his death. On 4 April 1780, the Dutch report that Matheus arrived at Macao from Canton in three sampans. He was accompanied by the Armenian Caleston [also spelled Calistan Satur] and the rest of his entourage.<sup>23</sup> In 1784, the Bishop assigned to Peking visited Matheus's house in Canton. In 1787, the Dutch reported that Matheus arrived in Canton on 10 Nov. On 11 Oct. 1792, he was issued a pass from the *junminfu* to go to Canton with nine other persons; and we know that he was in Canton when he died on 10 Dec. 1794.<sup>24</sup>

Aside from loaning money to the Chinese merchants, Matheus also loaned money out to safer and more secure patrons, albeit at a much lower interest rate. In 1781, he gave a loan of 20,000 Spanish dollars (14,800 taels) to the VOC at 10 percent annual interest. By 1783, the amount listed in the Dutch books under Matheus's name had risen to 43,350 Spanish dollars (32,079 taels).<sup>25</sup> He was able to provide these funds despite the fact that he was holding debts with Kousia, and despite the fact that the Armenians in Macao had lost nearly 10,000 Spanish dollars when the English captured the Manila sloop *Hornby* in 1780. Some of those revenues were certain to have been the

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

property of Matheus, as he had his hands in almost all aspects of the trade.<sup>26</sup>

This was when Matheus applied for Portuguese citizenship. He did not have citizenship yet when the *Hornby* was captured, so he had no legal means of applying for compensation for any loss that had occurred. The capture of the *Hornby* was thus a clear sign to the Armenians that they were in a very precarious situation in Macao. They could not trade in the port unless they disguised their trade under Spanish or Portuguese colors, which meant sharing part of the profits with those parties. But the privilege of using that disguise did not come with any protection, as it did for the Spanish or Portuguese themselves. Thus, as far as the trade was concerned, citizenship may have given Matheus more protection for his profits. It allowed him the freedom to trade in his own name and to remain in Macao permanently, which were also benefits that provided security. Along with that protection and those freedoms, of course, came greater responsibility and expectations of him to contribute to Macao's welfare. But the latter was much more predictable and negotiable than the former, so taking citizenship was probably a good move on his part. However, for his descendants and the inheritors of his fortune, his citizenship status created enormous problems.

After his death, the executing of Matheus's estate became a major ordeal in Macao. Because the estate involved such large amounts of money that were connected in various ways to the Macao government, Portuguese officials put many obstacles in the way of collecting the inheritance. Matheus's total receipts came to many hundreds of thousands of Spanish dollars (called "patacas" in his will), while the total receipts and expenditures of the city of Macao itself in 1797 was a mere 215,390 dollars. If all of the funds in Matheus's estate were withdrawn from the treasury at the same time, it was feared that it could bankrupt the city.<sup>27</sup>

The enormous importance of the estate to the stability of the city gave rise to a very long and drawn-out ordeal of endless claims being filed, and then of government officials issuing counter-claims to keep the funds from leaving. Aside from family members, numerous Armenian and Portuguese partners, and other private traders in China and India, Matheus had dealings with almost all the foreign trading companies and Chinese merchants in Canton. English, Dutch, Swedish, Spanish, and French companies were all issued

bonds and/or promissory notes that were in some way connected to Matheus's estate. Some of the Chinese merchants either owed money to the estate, or were creditors holding Matheus's debt receipts. Many of those funds were eventually collected by Portuguese officials, but then the money tended to remain in the city. The heirs to the estate tried every tactic they could think of to wrest their inheritance from Macao, but were only marginally successful. By as late as 1832, a good share of Matheus's estate was still in the hands of the city, which led the government in Portugal to once again urge the case to be closed.<sup>28</sup>

**João Mateus:** Matheus's immediate family suffered considerably because of this tangled financial web. Matheus's son, João Mateus, and the boy's mother had been assigned in the will to be sent to Madras. They were to be placed under the care of Shamier Sultan. The judge in Macao, however, declared that the boy was "a Portuguese subject, and according to the emigration law, he could not leave without a license from the Sovereign." At the same time, his elderly godfather, Manuel Vicente Rosa de Barros, was appointed his guardian and placed "in charge of his Christian and civil education, and his property was not to be taken from the city."<sup>29</sup>

In 1800, at the age of sixteen, João was taken to Lisbon by his guardian and placed in a school. Six thousand patacas were used from his inheritance to pay for his voyage, education, and expenses in Lisbon. In the issuing of the license for the boy to leave Macao, the Secretary of State warned that if a large amount of his estate also left, "a serious inconvenience would result to the commerce of Macao." His godfather argued that if he moved the boy to Portugal, and placed him in some good school for young people in the capital city, he might forget Armenian ideas, acquire a love of the Portuguese nation, respect for Our Majesty, and become a good subject and a useful merchant, which could not be done in Macao.<sup>30</sup>

In May 1803, João's godfather died, and the boy was placed in an institution called the Casa de Rihafoles, which was run by Lazarist Fathers. A year later at the age of eighteen, he fell in love with Joana Fuschini, the daughter of a Venetian painter living in Lisbon. The Councilor of the Overseas Council to the Secretary of the State for Overseas Dominions recommended that a marriage not take place before a contract was drawn up. The girl was a year older than João, and his inheritance

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

in Macao was now worth about 300,000 patacas. These two factors alone were probably enough to raise concerns that she and her family might be trying to take advantage of João's youth and his infatuation with their daughter Joana to get at his wealth.<sup>31</sup>

João's request to marry was denied because his guardian at the time did not approve. All of the parishes in Lisbon were instructed not to perform the ceremony. The would-be groom and her father then appealed to the throne for help. While they were waiting for a reply, João was placed in quarantine at the Lazarist College. He could not leave or communicate with anyone outside without express permission from the school administration. Somehow, however, he managed to send an appeal to the throne for his release. Finally, the throne intervened in the affair, João was granted his freedom, and the marriage was approved. They were married on 9 Oct. 1804.<sup>32</sup>

The marriage presented a problem for the holders of Matheus's estate in Macao. According to Portuguese law, this change in his status should have qualified João to receive his full inheritance, but because the funds were being used to support the trade in Macao, there was still great reluctance among officials to allow the inheritance to leave.<sup>33</sup>

In 1805, João's name shows up again in a list of donations to the royal crown. The document shows him giving one-tenth of his inheritance "to Her Majesty at a time of national crisis." This action was apparently the result of an appeal that the crown had made to the extended empire to help the motherland in its present crisis. João's donation reached Portugal in the form of merchandise sent in the ship *Carolina* to the value of 30,461.15 patacas. It is not known who actually officiated this transaction.<sup>34</sup>

The Macao records do not reveal much about João Mateus over the next two decades. In 1824, João's name appears in a request for a statement of the delivery of the six thousand patacas that had been given to his guardian more than twenty years before.<sup>35</sup> This action suggests that that money may not have ended up in João's hands. The authorities in Lisbon requested the Judge of the Macao Orphans Court in Macao, Miquel de Arriaga Brum da Silveira, to wind up the affairs of the estate. The judge used the excuse that great harm would come to the economy if such a large sum was withdrawn from the treasury. In 1827, Macao informed Lisbon that it would transmit one-tenth of

João's fund.<sup>36</sup> As is noted above, five years later the government in Portugal made another appeal, but to no avail. The other inheritors of Matheus's estate fared no better.

## THE LAZARO FAMILY

**Lazaro Joannes's** first arrival in Macao is a bit of a mystery. In a document from the late 1790s, there is a reference stating that Lazaro had arrived eighteen years before with his wife, which would put him in Macao sometime in 1780 or 1781.<sup>37</sup> Another reference, however, mentions Lazaro being in Macao earlier. In 1777, a citizen of Macao, João Fernandes, died, and an inventory was taken of his godown. Among the goods listed were eleven chests of opium that belonged to Lazaro Joannes. The court ordered the merchandise to be sold at auction, and the money was to be placed in the public treasury until a final decision was given as to its ultimate disposal.<sup>38</sup> Thus, the reference to 1780 may be the year that Lazaro settled in Macao, and not necessarily the first time he visited the city.

By this time, Matheus was well established in the region, so Lazaro could benefit from his brother's extensive commercial connections. Little is known of Lazaro's early years in Macao. We know that a son was born shortly after the couple's arrival, and was named Joannes Lazaro [also called Lassar].

In 1791, in a letter from the Senate to the governor general at Goa, Lazaro is noted as being connected to the "vagabond foreigners" in Macao. The document mentions that there were six vessels anchored in an "English port" near Macao. Lazaro apparently purchased a sloop there and was using it to ship goods to Macao. This activity was seen as harmful to the Portuguese trade. The service boats from the vessels in that harbor were given permission to obtain their daily supplies from Macao. However, some of these small craft were coming in at night, and it was suspected that they were engaging themselves in various injurious and illegal activities.<sup>39</sup>

In 1795, Lazaro and Moisés Joannes show up in a document where they are listed as being part-owners of 306 chests of opium that were seized by the Macao government from the ship *Lucônia*. Because three Armenians and one Chinese were listed on the ship's manifest, it was suspected that this opium was being shipped into Macao illegally, under the name of José

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

Luís Barreto.<sup>40</sup> The seizure of the opium was probably one of the reasons behind Lazaro requesting a license on 12 Nov. 1796 to ship opium in Macao ships. This request was refused because it violated the stipulation that opium could only be imported by Portuguese subjects in Macao ships.<sup>41</sup>

Lazaro then appealed to the Viceroy at Goa to reverse the Senate's decision, but there is no record of this effort being successful. After the death of his brother, Lazaro tried to shore up his precarious situation in Macao by applying for citizenship, but that was denied as well. He then transferred some of his business to Calcutta.<sup>42</sup>

The Senate saw the example of Matheus's naturalization as injurious to the city, and even claimed that Matheus had introduced opium into Macao. While it was true that the Joannes brothers were deeply involved in the opium trade, Matheus was certainly not the first person to introduce the drug to the city. Nevertheless, because of this past experience with Matheus and these perceptions of the threat that Armenians posed to the monopoly on the trade, the government was reluctant to allow Lazaro the same freedoms. In the years that followed, he continued to meet with one refusal after another.<sup>43</sup>

Because of Matheus's citizenship, Lazaro was faced with the daunting task of trying to wrestle his brother's estate out of the hands of the Orphan's Court. This led to several accusations being filed against Lazaro by the Macao Senate in 1800, in which he was accused of mishandling the accounts of the estate. The Orphan's Court claimed that he had illegally transferred some funds in Canton and Bengal to Armenian accounts outside of Macao. The Court claimed that these funds should have come under the administration of the city. This last accusation and the failure of Lazaro to establish himself as a legitimate trader were probably the reasons why he and his family left Macao shortly thereafter.<sup>44</sup> After Lazaro's departure, his brother Cachick Joannes took over as executor of the estate, and he also experienced considerable obstacles (explained below).

**Joannes Lazaro** [also called Lassar]. After the Lazaro family moved to Calcutta in 1802, the son, Lassar, appears to have found employment with the English government as a Chinese translator. By this time, he was about twenty years old. In 1835, the editor of the *Chinese Repository* investigated the boy's past and discovered that he had been raised by two Christian Chinese who were provided for him by his parents. It

was suggested that Lassar may have learned the Chinese language from these two house servants.<sup>45</sup>

By 1806, Lassar had gained a reputation for his knowledge of the Chinese language. Upon examining several of his translations, the provost of the college at Fort William, Rev. D. Brown, declared that Lassar could read "everything in the language [Chinese] as readily as you do in English, and writes it as rapidly." He was recommended as being duly suited to "the great work of translating the scriptures into that language."<sup>46</sup> On 28 April 1808, Rev. Brown wrote about Lassar again, stating that he had made much progress in the translating of the scriptures, which he had apparently been doing for the past year and a half. The entire New Testament of the Bible was translated into Chinese by the end of 1813 and available in print by 1814.<sup>47</sup>

In December 1813, Dr. Marshman wrote the following from Serampore about Lassar and the ongoing work of translating the Bible:

"The first step ... taken in the translation, is that of Mr. Lassar's sitting-down at my elbow, (where he sits from month to month and year to year,) and translating from the English, assisted by his knowledge of the Armenian. For a long time he and I read over the assigned portion together, prior to his beginning it, till he found it unnecessary; he now therefore only consults me respecting particular characters, rejecting some, and suggesting others. When a whole chapter is thus done, which sometimes takes three or four hours, I give him the Chinese, and read Griesback into English very slowly and distinctly, he the meanwhile keeping his eye on the Chinese version. It is then copied fairly, and sometimes, (that is when any doubt remains,) it is examined thus a second, and even a third time."<sup>48</sup>

It took another nine or ten years to complete the translating of the Old Testament into Chinese. It is not known the extent to which Lassar was involved with the rest of this work. By 1824, the entire Bible was in print in Chinese.<sup>49</sup> Much of the credit for that work went to a Macao-born Armenian by the name of Lassar—nephew to Matheus, one of the great private traders in Asia during the Canton era.

## THE CACHICK FAMILY

**Cachick Joannes** arrived at Macao sometime around 1800. Unlike his brother Lazaro, who returned to India out of frustration with his dealings with the

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

Macao government, Cachick became a long-term resident of the city. He married Maria Teresa Pereira in Macao. They lived on Sto. António Street in Macao, which is where other foreigners had their residence as well. Cachick and Maria had a son, João Joaquim, and a daughter, Isabel Maria.<sup>50</sup>

Unfortunately, most of the information that has survived about his early years in Macao concerns his legal and financial difficulties. Cachick took over as executor of Matheus's estate after Lazaro Joannes left in 1802, but his difficulties had begun even before this transition. On 30 Dec. 1800, Cachick was listed as the brother and heir of Matheus in a case that was filed in the Macao court by the Hong merchant Gonqua [Zhang Zhongqian]. Gonqua claimed that he had loaned 18,000 patacas to Matheus before his death. The loan consisted of 1,875 patacas in cash and 150 chests of opium, which was exchanged for a promissory note of 18,000 patacas. Sixty chests of opium came from the ship *Frederick* that was anchored at Whampoa. The loan was issued at a rate of 2 percent per month and was to be repaid two months later. Three Portuguese and two Armenians (José Minaz and Mathias Bazilio) witnessed the transaction. To support his claim, Gonqua submitted a document that was originally written in Armenian and translated into Portuguese by Minaz.<sup>51</sup>

Another court case involving Cachick emerged shortly thereafter. After Lazaro moved to India in 1802, he and another Armenian, Aviet Seth, filed a complaint against Cachick for mismanaging the estate. The two claimed that Matheus's former partner in Madras, Nazar Jacob Shamier, had not received the rightful amount that he was owed. Two obligations were in dispute: one in the amount of 5,000 patacas from the Armenian Aratoon Petrus, and one in the amount of 15,000 patacas worth of merchandise that was seized by Shamier. The two brothers were apparently now adversaries, because we see the case dragging on through the Macao courts for many years. In 1809, Cachick filed an appeal against Lazaro's claim, which reappears again in 1819.<sup>52</sup> As can be seen from all of these examples, Matheus's estate created no end of problems for the immediate family.

## THE BABOOM FAMILY

**Gregory Marcar Baboom**<sup>53</sup> was the son of Marcar Joannes Baboom and Clara Baboom of Madras. He married Maria Baboom, who was the daughter of

Miquel Joannes Baboom. The common middle name "Joannes" suggests that Gregory's father and Miquel may have been brothers, which would make Maria a cousin of Gregory.<sup>54</sup>

Gregory and Maria had two children in Macao. Unlike other Armenian families in which their father's first name became the children's last name, the Baboom children used their father's last name as well. Margarida Michaela Baboom was born in December 1806, and Miguel João Baboom in February 1810. Both of the children were baptized at the S. Lourenço church in Macao. Maria Baboom died in Madras on 3 Sep. 1837.<sup>55</sup>

Gregory was a very determined, resourceful, and motivated businessman. He had no scruples about smuggling opium into China, and even tried to establish a monopoly on the trafficking. In 1799, he wrote to the English East India Company (EIC) Committee in China proposing to contract for the whole of the opium manufactured in Bengal. He wanted a three-year contract that would fix the purchase price at 550 sicca rupees per chest, and the maximum output set at 4,500 chests per year. The exchange rate of the rupee was to be fixed at 43 Spanish dollars per 100 rupees. If Baboom's proposal had been approved, he would have gained considerable control over the selling price of the drug in China. This would have, in turn, brought greater protection to his profits. The proposal was passed on to the governor general at Bengal, but nothing came of it.<sup>56</sup>

Having failed this attempt, Baboom moved on to other grand schemes. In 1801, he contracted with the Hong merchant Conseequa [Pan Zhangyao] for 100,000 Spanish dollars worth of pearls from Madras. After making the agreement, Baboom then set off to India and appointed Mr. Charles Mackinnon as his agent to oversee the contract. Conseequa, however, refused to recognize Mackinnon. Mackinnon then sought help from the EIC. But Baboom was still indebted to the EIC for contracts that predated Conseequa's, so the directors were not about to intercede in the matter concerning Conseequa.

In the meantime, Captain George Seton of the private ship *Mysore* wrote to the EIC Committee complaining that Conseequa refused to account for 500 piculs of tin and 1,500 piculs of pepper that had been sold to him by Baboom. Payment was to be made in camphor, but Conseequa refused to

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

deliver the goods or to return the tin or pepper until Baboom liquidated his account.

The EIC directors in Canton deliberated over the matter and resolved that all parties were somewhat at fault, but in the end laid most of the blame on Baboom. They felt that Captain Seton had been very careless to assign Baboom as agent without security. The directors were of several opinions concerning the matter, but finally decided that Captain Seton must file his claim against Baboom. They condemned Conseequa's countermeasures of withholding the payment, but did not allow Captain Seton to file a claim against him.<sup>57</sup>

It is not certain how long Baboom stayed in India. He seems to have continued being involved in the China trade in the years that followed, but the next reference we have to him being in China is from the 1806-1807 trading season. On 19 April 1807, the Dutch reported that the private merchant G. M. Baboom arrived at Macao from Canton.<sup>58</sup>

Baboom shows up fairly regularly in the years that follow, and he appears to have formed a business relationship with the Barretto family in Macao. On 14 Sep. 1807, the Dutch report that he left Macao for Canton in company with Luis Barretto. On 1 Oct. 1808, Baboom made the trip in company with the Armenian Lazar. On 19 May 1809, Baboom arrived at Macao with the "Barrettos"; and on 30 Sep. 1809 and again on 23 Oct. 1810, he made the trip to Canton in company with A. L. Barretto.<sup>59</sup>

In the 1808-1809 season, Conseequa purchased all of the EIC's tin imports for Baboom, who intended to re-export it to India. Because the company was in need of silver for tea purchases, and because Baboom offered to pay for the tin in silver from his opium sales, the EIC Committee allowed it to go forward. By February of 1810, however, the tin still had not been paid in full, because the opium market was in a slump.<sup>60</sup>

Baboom's name reappears again in the EIC records in 1816. By this year, there were many private Moor [Muslim], Parsee, and Armenian traders in China staying over each season. The directors of the EIC saw their continual presence as a problem to the control of the trade and harmony in the port. They thus tried to make all private traders leave Canton by April 1<sup>st</sup> of each year. It was recommended that Baboom, who had now been in China for about ten years, should be forcibly deported.<sup>61</sup>

By this time, the small private traders were well accustomed to coming and staying in Canton and Macao as long as they pleased (as long as some trade was done). They evaded English attempts to force them away by claiming citizenship from Austria, Prussia, Sweden, or some other country. In 1819, Baboom himself claimed the American privilege to remain in China.

Several of these nations had established consulates in China that represented private traders operating under their respective flags. The consuls protected the merchants under their charge and did what they could to represent their concerns. The persons did not necessarily have to be citizens of those nations so long as some of the cargo or the ship itself was at least partially owned by a national. This situation made it easy for private traders to claim rights under another flag, and in so doing, avoid the EIC impositions.

The following reference from the account book of the American brig *China* provides us with an inside glimpse of how Baboom conducted his opium business in the delta.

1817, Sep 16: "Sold to Gregory Baboom all the Opium on board at five hundred & twenty five dollars per picul of one hundred & thirty three 1/3 pounds. He is to take it from on board & pay all expences—is to pay noting to my officers—to clear it from the ship in thirty days from this date. He is to pay me bargain money to morrow evening fifty dollars per pecul—which he is to forfeit in case he does not comply with his bargain. He is to pay me down in Cash before he takes away any—at each time he wants to receive—and the Opium is at his Risk."<sup>62</sup>

Baboom contracted "all the Opium on board" the brig, which is consistent with his other monopolistic activities mentioned above. The more supply of opium that he could obtain, the more he could control prices in China, which would bring some protection to his profit margins. As was often the case with smuggling in the delta and in Canton, Baboom was to "pay all expences," which means he assumed all the risks. He also put down earnest money of "fifty dollars per pecul." Both of these practices lowered the risks to foreign shippers, which contributed to more contraband coming to China.

As the risks were lessened, the trafficking became more stable. This, in turn, helped the smugglers to

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

better calculate profits in advance. Greater security and transparency in the sale of the drug led to more foreigners trying their luck in opium. As the example of the brig *China* clearly shows, agents like Baboom formed a crucial link in the contraband trade. Thus, even though many Armenians provided valuable services to the legal trade in China, some of them contributed directly to the advancement of illicit trade and to the deterioration of the Chinese economy and society in general.<sup>63</sup>

## SUMMARY

As can be seen from the examples of the four families described above, Armenians played a very important role in the historical development of the Pearl River delta. By the late eighteenth century, Armenians were at the center of much of the commercial activity in both Macao and Canton, including the capital market, the legitimate trade in commodities, and the contraband trade. They were also actively involved in the missionary effort in China, with Lassar's translation of the Bible into Chinese. Histories of Macao, Canton, and the delta that have been written

in the past have only briefly mentioned the role of the Armenians, mainly because of the lack of information available about them. Now that we know they were very important participants, and now that we have a brief history of some of their lives and their activities, it is time we reconsidered the events and the processes that were behind the historical developments in the region. ☒

## ABBREVIATIONS

AM	<i>Arquivos de Macau</i> . Published in three series: Series 1 has three volumes (1929-1931); Series 2 has one volume (1941); and Series 3 has fifteen volumes (1964).
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal
ARA	Algemeen Rijksarchief (General State Archives), The Hague, Netherlands.
EIC	English East India Company.
PL	Philips Library, Pebody Essex Museum, Salem, Massachusetts, USA.
RAC	Rigsarkivet (National Archives), Copenhagen, Denmark.
VOC	Dutch East India Company.

## NOTES

- 1 The terms "foreign" and "foreigner" in this paper refer to things, places, and persons that were not of China or the Chinese.
- 2 In this period, many Armenians were following the patronymic naming system, in which individuals adopted the given name of their father as their surname. Hence, the children of the two brothers had the surname Lazaro and Cachick, respectively.
- 3 AHU: Macau cx. 22, no. 22 microfilm CO643 and cx. 24, no. 19 microfilm CO645; and Jorge Forjaz, *Familias Macaenses* (Macao: Fundação Oriente, Instituto Cultural de Macau, 1996), 3:297. There were other Armenians who had illegitimate children as well. In 1774, Anna Xavier is mentioned in the Bishop's Visitation Report as living with an Armenian on the Travessa Thomas Moniz. She is mentioned as already having two children with him. AHU: Macau cx. 7, no. 29, microfilm CO632.
- 4 AM: 3. XXIII. no. 5 (May 1975) 286-287.
- 5 The authors have not been able to establish whether Zoure [Zore] Joannes was related to Matheus Joannes. It seems likely that they were, considering that they appear to have the same last name. It is possible that "Zore" was in fact Matheus's brother "Lazaro," who appears later in the records.
- 6 NM: F17.
- 7 AM: 3. XXIV. no. 3 (Sep. 1975) 137-138.
- 8 ARA: Canton 84.
- 9 On 26 Jan. 1779, for example, the Dutch mention that the private English ship *Elisa*, of George Smith, was being freighted to Madras and Bombay by the Armenians in China. ARA: Canton 88. Armenians were conducting their trade under cover of English and Danish passes in Southeast Asia as well. Jeyamalar Kathirithamby-Wells, "Restraints on the Development of Merchant Capitalism in Southeast Asia before c. 1800," in *Southeast Asia in the Early Modern Era*, ed. by Anthony Reid (Ithaca: Cornell University Press, 1993), 134-135.
- 10 Matheus would only accept 377 canisters out of about 1,000, all the rest being water damaged. At this time in Canton, sugar was normally exported by the foreigners, not imported. The cargo on the Blyenburgh was actually intended for Japan, but the ship put into Canton because of storm damage, which is why it was sold in Canton. ARA: Canton 38, 84.
- 11 ARA: Canton 86, 88.
- 12 ARA: Canton 73.
- 13 ARA: Canton 73.
- 14 ARA: Canton 73.
- 15 For a more detailed analysis of the risks involved in Canton, see Paul Van Dyke, "Port Canton and the Pearl River Delta, 1690-1845" (Ph.D. dissertation, University of Southern California, 2002) Chapter Five: "The Macau Trade, the Junk Trade, and the Capital Market in Canton."
- 16 Armenians were also involved in the sugar industry in the Philippines at this time. Benito J. Legarda, Jr., *After the Galleons* (Manila: Ateneo de Manila University Press, 1999), 81-82.
- 17 RAC: Ask 1180.
- 18 AHU: Macau cx. 13, no. 17 microfilm CO636, and cx. 14 no. 41 microfilm CO638.

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

- 19 AHM/LS/120. Passports issued by the Leal Senado, nos. 8, 11, 18, 26, 37, 97. These passports and voyages are also mentioned in A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800)* (Macao, Instituto Português do Oriente, 1997), 170 n. 420.
- 20 For a detailed analysis of the relationship between drafts, river depth, and trade in the Pearl River delta, see Van Dyke, "Port Canton," Chapter Two: "Piloting the Pearl River."
- 21 The Dutch renamed the ship *The Herstelder*. ARA: Canton 81.
- 22 AM: 3. XVII. no. 2 (Feb. 1972) 83-85.
- 23 ARA: Canton 89. "Caliston" may be the same as the name "Galstin" or "Galauston" that appears in other records.
- 24 AM: 3. XIV. no. 6 (Dec. 1970) 325-327; ARA: Canton 93; and Lau Fong 劉芳 and Zhang Wenqin 章文欽, eds. *Qingdai Aomen Zhongwen Dangan hui bian* 清代澳門中文檔案匯編 [A Collection of Ming Chinese Documents Concerning Macao] (Macao: Aomen Jijinhui Chuban, 1999), 2:708-709 no. 1378 and 733 no. 1419. Matheus's will was written on 4 Dec. 1794, and he died in Canton a few days later (Dec. 10). AHU: Macau, cx 20, no. 33, microfilm CO642.
- 25 ARA: VOC 4423, 4430 and Canton 244, 245.
- 26 The Dutch and English reports of the capture of the *Hornby* are somewhat different. The Dutch reported that the cargo consisted of two chests of birds nests that belonged to the captain, and 12, 000 Spanish reals that belonged to the Armenians. They said the ship was held for a ransom of 3,000 Spanish dollars. The English records, however, show the ransom to be "2,000 dollars." Captain Tasker reported the cargo to be "in money and Bird's nests 8,299 Dollars," with no mention of Armenians. ARA: Canton 89; and H.B. Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China 1635-1834* (Cambridge: Harvard University Press, 1926. Reprint, Taipei: Ch'eng-wen Publishing Co., 1966), 2:51-52. Matheus's will and estate documents clearly show him being deeply involved with the Spanish in Manila. AHU: Macau, cx. 20, no. 33, microfilm CO642.
- 27 AHU: Macau cx. 20, no. 33, CO642. The authors hope to publish Matheus's estate proceedings and claims in a separate article. They are much too extensive to include here.
- 28 AHU: Macau cx. 20, no. 33, CO642.
- 29 AHU: Macau cx. 63, no. 39, microfilm CO671.
- 30 AHU: Macau cx. 63, no. 39, microfilm CO671.
- 31 AHU: Macau cx. 24. no. 19, microfilm CO645.
- 32 AHU: Macau cx. 24. no. 19, microfilm CO645, and cx. 25, no. 22, microfilm CO645.
- 33 AHU: Macau cx. 27, no. 41, microfilm CO647.
- 34 AHU: Macau cx. 25, no. 22, microfilm CO645.
- 35 AHU: Macau cx. 51, no. 33, microfilm CO664.
- 36 AHU: Macau cx. 44, no. 40, microfilm CO658, cx. 46, no. 35, microfilm CO659; and cx. 59, no. 16, microfilm CO668.
- 37 AM: 3. VIII. no. 2 (Aug. 1967) 81-82.
- 38 AM: 3. X. no. 4 (Oct. 1968) 233. See do Vale, *Os Portugueses em Macau*, 211, n. 503.
- 39 This "English port" was probably Lark's Bay, on the west side of Hengqin Island. It was a popular smuggling depot from about 1780 to 1800. In 1780, the opium market became glutted, and the private English traders who were bringing the product to China responded by anchoring a warehouse ship (called a "hulk") at Lark's Bay. This location then became the storage and distribution place for the opium smugglers. See Van Dyke, "Port Canton," Chapter Six: "The Contraband Trade."
- 40 AM: 3. VIII. no. 2 (Aug. 1967) 81-82; Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial. Macau e as Relações Luso-Chinesas (1780-1844)* (Macao, Instituto Português do Oriente, 1996), 67-68; and A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau*, 211. Moisés Joannes does not appear in Matheus's will, so it is assumed he was not related.
- 41 AM: 3. VIII. no. 2 (Aug. 1967) 81-82.
- 42 AM: 3. VIII. no. 2 (Aug. 1967) 81-82; Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial. Macau e as Relações Luso-Chinesas (1780-1844)*, 67-68; and Vale, *Os Portugueses em Macau*, 211.
- 43 AM: 3. XVII. no. 4 (April 1972) 202-203. For a detailed account of the early development of the opium trade in Macao and the Pearl River Delta, see Van Dyke, "Port Canton," Chapter Six: "The Contraband Trade."
- 44 AM: 3. XVII. no. 4 (April 1972) 202-203. In 1835, the editor of the *Chinese Repository* reported that the Lazaro family left Macao in 1802 for Calcutta. *Chinese Repository* (Oct. 1835), 4:252 and note †.
- 45 All of the information in this paragraph comes from the 1835 reference to him in the *Chinese Repository* (Oct. 1835), 4:252 and note †.
- 46 *Chinese Repository* (Oct. 1835), 4:252 and note †.
- 47 *Chinese Repository* (Oct. 1835), 4:252-257.
- 48 *Chinese Repository* (Oct. 1835), 4:253-254.
- 49 *Chinese Repository* (Oct. 1835), 4:252-256.
- 50 Father Manuel Teixeira, *Arquivos da Diocese de Macau* (Macao 1970), "Tipografia da Missão do Padroado" 1:134 n. 1. Aside from other Armenians, the Dutch and Spanish lived on Sto. António Street as well. Some of the English supercargoes lived at the end of the street near Sto. António Church. Joannes Cachick is sometimes also called "Cachick Joannes" in the records. The same was true with other Armenians such as Matheus, who was sometimes called "Matheus Joannes" and other times "Joannes Matheus."
- 51 Microfilm from the Genealogical Society of Utah in the Macao Historical Archive of the Archives of Juízo de Direito da Comarca de Macau. Reel no. 1127863. Here after referred to as JDCM. Gonqua was in serious financial difficulties at the time. Anthony Kuo-tung Ch'en, *The Insolvency of the Chinese Hong Merchants, 1760-1843* (Taipei: Academia Sinica, 1990), 327-328.
- 52 JDCM reel no. 1127859.
- 53 Aliases: Gregorio Marcos.
- 54 *Canton Register*, 28 Nov. 1837.
- 55 *Canton Register*, 28 Nov. 1837. According to *The Hindu* (28/04/2003), Maria Baboom's and Roasa Johannes Baboom's tombs are at the Moorat Chapel in Madras. Both died in 1837.
- 56 Morse, *Chronicles*, 2:325-326.
- 57 Morse, *Chronicles*, 2:365-367; and Ch'en, *Insolvency*, 378 n. 59. This debt was small compared to the credits Conseequa extended to the American merchants, which by 1808 were said to have reached half a million dollars. Frederic D. Grant, Jr., "The Failure of the Li-ch'uan Hong: Litigation as a Hazard of Nineteenth Century Foreign Trade," *The American Neptune*, vol. 48, no. 4 (Fall 1988), 243-260.
- 58 ARA: Canton 99.
- 59 ARA: Canton 99, 100.
- 60 Morse, *Chronicles*, 3:106-107. It is difficult to ascertain from Morse's account of this affair whether or not it was finally settled.
- 61 Morse, *Chronicles*, 3:252-253.
- 62 PL: Benjamin Schreve Papers, "Brig China Accountbook 1817."
- 63 For a detailed description of the contraband trade and breakdown of the connivance fees in the delta, see Van Dyke, "Port Canton," Chapter Six: "The Contraband Trade."



# The Study of Parsee Merchants in Canton, Hong Kong and Macao

GUO DEYAN\*



Above: Entrance to Macao's Parsee Cemetery.  
Following pages: Views of the gravestones.

One rarely comes across the term “Parsee” (or Parsi) in modern Chinese historical scholarship. However, the Parsees were of crucial importance to several

\* 郭德焱 Ph. D. in History, Zhongshan University, Guangzhou, 2001. Worked in the Government News Office of Guangzhou and the Guangzhou Planning Office of Philosophy and Social Science. Present department chief of the Preparatory Department of the Palace Museum of the Nanyue Wang, Guangzhou, mainly responsible for doing research on the history of Guangzhou ports and the history of Chinese Foreign relations.

*Doutor em História, Universidade de Zhongshan de Cantão (2001). Trabalhou no Gabinete de Informação e no Gabinete de Planeamento de Filosofia e Ciências Sociais do município de Cantão. Actualmente, é chefe de departamento na Comissão Instaladora do Museu do Palácio de Nanyue Wang, Cantão, fazendo, sobretudo, investigação sobre a História dos portos de Cantão e das Relações Exteriores da China.*

aspects of the history of modern China, such as the opium trade and the Opium War, that are of great interest to historians in China and abroad. Despite the importance of the Parsees in China, their participation in these events is often neglected by Chinese scholars, while scholars overseas have never made a systematic study of them.

I have argued elsewhere that the main reason the Parsees have been neglected by contemporary scholars is that the historical records lack unity or clarity in referring to this group.<sup>1</sup> For this reason, when studying the Parsees in China, it is necessary first to examine the records in Western languages, sifting through,

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

systematizing, and categorizing the different uses of the term “Parsee.” Chinese-language sources and secondary literature from Guangzhou, Hong Kong and Macao can contribute significantly to this process.

### CHINESE-LANGUAGE SOURCES IN CANTON, HONG KONG AND MACAO

Although there have been few studies that focus directly on the Parsee merchants in Guangzhou during the Qing Dynasty, studies on other topics often include references to the Parsees in China. On the whole, Western scholarship has tended to deal with the Parsees more often than Chinese scholarship.

There are two main distinguishing features of Western scholarship on the Parsees. First, it tends to



be based primarily on non-Chinese language sources. Second, there is far more scholarship on the Parsees in India than on those in China. In Chinese scholarship, there are many references to the Parsees in China before and after the Opium War, but very few studies that focus primarily on them. As far as I know, there have been no full-length studies on the Parsees' activities in China, yet there has been copious Chinese scholarship on aspects of history that involved the Parsees, including general histories of modern China, studies of the Opium War, biographies of Lin Zexu, histories of England and India, historical geography, histories of transportation and shipping between China and the West, and more general studies of the relationship between China and the West in modern times.

After reviewing the history of Chinese and Western scholarship on this subject,<sup>2</sup> it becomes clear that one important reason why Chinese scholarship has largely ignored the Parsees, and Western scholarship lacks systematicity in studying them, is due to a bottle-neck in the Qing dynasty source materials. If we want to fully understand the relevant Chinese language sources from the Qing dynasty, we must in turn examine the situation in Guangzhou, Hong Kong and Macao.

Of course we understand that many Western scholars may have lacked access to the Chinese-language materials or the ability to read Chinese. However, there are many Chinese scholars who can both read Western languages and are very familiar with Qing documents: why, for them, should this bottle-neck still exist? One reason is that there was a plethora of Chinese translations of “Parsee.” Even after the Opium War there was no standardized way of referring to this group. Another reason is that Qing sources often did not specify different groups within the general appellation “yi” (foreigners), or they mislabelled the Parsees as “foreigners from Britain.” Thus a crucial way—really, the only reliable way—to trace the history of the Parsees is to examine the sources in which the names of particular foreign families are mentioned. Until now, however, historians of this period generally tend to regard the events as more important than the names of the individual foreigners (especially foreigners who were not particularly prominent) involved in these events. This tendency is evident in the fact that, first, there has been virtually no study (let alone a systematic study) of foreign names mentioned in the Chinese sources, and second, despite the enormous effort that has been expended in

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

translating foreign-language materials into Chinese, the idea of translating a list of foreign names has always been considered unnecessary. For example, in Hu Bin's "Translations of Selected Documents on the Opium War from the British Archives" (Part I, p. 423), Hu writes, "the original document lists here the names of forty-two foreign 'factories'; I have deleted them in the interests of brevity." Yet on page 658 of the *British Parliamentary Papers: China. Vol. 30*, I discovered that Parsees owned or operated no less than 28 of these 42 factories. Thus we can see that in "the interests of brevity," an important source of information about the Parsees was overlooked.

Even when we have access to documents in which foreigners' names have been translated, there often exist significant discrepancies between the modern transliteration of Parsee names and the method of transcription used in Qing documents. There are two

The first category is Chinese and English documents translated by missionaries. Missionaries played an important role in the history of encounters between Chinese and the West. In Section Twelve of Yao Ying's *Kang you ji xing* 康轡纪行, the author states, "among the foreigners, aside from the English, the Italians put the most effort into [learning] Chinese, followed by the Prussians." In Section 8 of Fang Junshi's *Jiao xuan sui lu* 蕉轩随录, the author writes, "In the Daoguang period, the Britisher named Morrison could write Chinese..." Many of these missionaries mastered not only *guanhua*, the official language, but also the Cantonese dialect.<sup>3</sup> In this period, missionaries translated many official documents and publications into English. For example, Morrison translated Lin Zexu's proclamations and public statements prohibiting the opium trade; these documents are now part of the British



reasons for these discrepancies: one is because modern translators use different standards for rendering foreign names into Chinese; and the second is a problem of dialect. Modern translators virtually always work in Mandarin, yet because the Parsees were most active in Guangzhou, Hong Kong and Macao, the documents that best record their activities were written by Cantonese speakers, who used different characters to transliterate the sounds of foreign names. This is a crucial point that is all too often overlooked by modern translators, but it is one of the main reasons why the names of Parsees in translated documents do not correspond to those in the Qing documents.

The Parsees resided along the Guangdong coast during an unusual period in history; for this reason, there are three main categories of documents that record their activities in the region.

Blue Books.<sup>4</sup> English-to-Chinese translations were published primarily in a variety of missionary periodicals, such as the *Eastern Western Monthly Magazine* (*Dong xi yang kao mei yue tong ji zhuan* 东西洋考每月统记传). In these Chinese documents, missionaries most often used Cantonese transliterations to render Parsee names. English versions of these Chinese documents can be found in sources such as the British Blue Books and *The Chinese Repository*, and there is almost a perfect correspondence between the Chinese and English versions of the names, providing us with proof beyond conjecture of the original Cantonese transliterations. Such accurate and detailed sources are virtually unprecedented in the study of the history relations between China and the West.

However, there were also variations in the missionary sources. And when the people of the Qing

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

dynasty read, quoted or reorganized these documents, even if their sources were reliable, mistakes and omissions were made, which complicates the attempt to establish correspondences between the different versions. Guo Shili's two books *Gu jin wan guo gang jian* 古今万国纲鉴 (Nations through the Ages) and *Wan guo dili quan ji* 万国地理全集 (Geographies of All Nations); Elijah Bridbman's *Meilige he sheng guo zhilue* 美理哥合省国志略 (A Sketch of the United States of America); Wei Yuan's *Hai Guo Tu Zhi* 海国图志 (Maps of Maritime Nations), and Liang Tingnan's *Hai guo si shuo* 海国四说 (On Maritime Nations) drew heavily upon the missionary literature.<sup>5</sup> These “value-added” sources often have more references to the Parsees.

The second category of documents is the journals kept by men working on the “front lines” of the trade along the Guangdong coast. These are the most “primitive” Chinese-language documents about the Parsees. Naturally, these documents also record Parsees' names in Cantonese transliteration. Many Chinese-language documents, especially those of Ye Mingshen, now kept in the archives of the British Foreign Office, provide information about every foreign trader who arrived and departed during the trading season, many of whom were Parsees.<sup>6</sup>

The third category of documents is Chinese documents that did not pass through the hands of missionaries or Chinese linguists. These documents are far more plentiful than the other two categories, and the kinds of information provided in the diaries or poems written by Qing officials are often neglected in other sources. However, it is difficult to evaluate these sources. When using these sources, it is best to compare the information in them with Western sources, or to cross-check it with sources in the two above-mentioned categories.

In the rest of this article, I will discuss how these sources for the history of the Guangzhou, Hong Kong and Macao regions may contribute to the study of the Parsees in China.

## CHINESE TERMS FOR “PARSEE”

Modern Chinese scholars usually transliterate the name “Parsee” as 帕西 (*pa xi*), 帕尔西 (*pa er xi*), 波尔西 (*bo er xi*), or refer to Parsees by their religion: 印度袄教徒 (*yindu xianjiaotu*, Indian Zoroastrians), 火袄教徒 (*huoxian jiaotu*, lit. followers of Ormazd), or 拜



火教徒 (*baihuo jiaotu*, lit. fire-worshippers).<sup>7</sup> These translations are not found in Qing documents and are, therefore, not useful to the study of Parsees in Chinese history. According to western sources and secondary materials, before the Opium War, Parsees comprised one-third of the foreign merchants in Canton—more numerous than the British or the Americans.<sup>8</sup> So we must ask how the Qing sources refer to this important ethnic group.

In English, they are referred to as Parsis or Parsees; but there is some dispute as to the origin of this name. Some say that it derives from “Parsa,” the name of a province in Persia.<sup>9</sup> Others say it derives from the word “Pars” (or Persia).<sup>10</sup> Still others argue that the name has its origins in the word “Parasiks,” which in turn is derived from the word “Parshavas” in ancient Indian literature.<sup>11</sup>

*The Chinese Repository*, published in English in Guangzhou during the nineteenth century, lists the names of all the foreigners who came to China each

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES



year before and after the Opium War. One especially notable characteristic of the Parsee names listed here is that they usually end in “jee” or “bhoy.” “Jee” could also be spelled “ji”; in the Guzarattee [Gujarati] language, “jee” means “Mr.”<sup>12</sup> Although methods used to translate foreign documents into Chinese varied widely in the Qing, depending on the dialect of the writer, whether the documents were personal or official in nature, and so on, there was a remarkable degree of consistency in translating this last syllable of Parsee names: it was usually translated as “治” [Mandarin “zhi,” Cantonese “ji”]. Evidence of this can be found in Western-language documents, official documents of the Qing government, diaries, and other sources.

One document in the *British Parliamentary Papers* shows some common ways of rendering Parsee names in Chinese<sup>13</sup> (Table 1 overleaf).

Hong Kong’s Ruttonjee Hospital was established by Parsees, and its name is now rendered as “律敦治” [Mandarin *lǜ dùn zhī*, Cantonese *leuht dun jī*] Hospital,

providing yet more irrefutable proof of the most common Chinese transliteration of “jee.”

The final syllable “-bhoy” (also “-bhai”) was rendered as “皮” [Mandarin “*pí*,” Cantonese “*pei*”] in the Qing dynasty; two examples are the famous opium smugglers Dadabhoy (打打皮 or *da-da-pí*) and Jeejeebhoy (噫之皮 or *yi-zhi-pí*).<sup>14</sup>

Thus there was a relatively standardized way of translating Parsee names into Chinese; but what about the word “Parsee” (Parsi) itself? The variety of translations for this term can be divided into five main categories:

## 1. TRANSLITERATIONS

According to standardized phonetic symbols adopted by the International Phonetic Association, “Parsee” and “Parsi” are both pronounced /ˈpɑːr-/.<sup>15</sup> Following this pronunciation, the people of the Qing Dynasty used a variety of characters to transliterate the name “Parsee”: 巴斯 [*ba sī*], 八思 [*ba sī*], 八师 [*ba shī*], 叭史 [*ba shī*], 巴史 [*ba shī*], 巴社 [*ba she*], 包社 [*bao she*] and 巴西 [*ba xī*].

a. 巴斯 [*ba sī*]

On Changzhou Island in the Huangpu district of Guangzhou, there is a cemetery that is surrounded by stone tablets inscribed in English and Chinese. The English inscription reads “Parsee Ground” and the Chinese reads “巴斯墓界” [*Ba Si Graveyard*]. Since this translation was made by the Parsees themselves, in this article I have chosen to use “巴斯” [*ba sī*] as the standard Chinese rendering of the term “Parsee.”

b. 八思, 八师 [*ba sī, ba shī*]

In 1830, three Parsees—Framjee, Nowrojee, and Jamsetjee—killed a Dutch man named Mackenzie. The Chinese documents in the British Foreign Office list these three murderers as Parsees, or “八思” [*ba sī*].<sup>16</sup> Another Parsee who appears in these documents, Hormusjee (also called Aomatchee), who defaulted on a loan made to him by the factories, was called “八思夷人 [*ba shī yi ren*],” a “Parsee foreigner.”<sup>17</sup>

c. 叭史 [*ba shī*], 巴史 [*ba shī*], 巴西 [*ba xī*]

In the *Hailu* 海录 (Records of the Seas), author Xie Qinggao mentions “there is a town with barbarians called ‘ba-shi’ [叭史], whose countenances

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

are fairly white in colour.” In the book *Hailu Zhu* 海录注 (Notes on ‘Records of the Seas’) by Fang Chengjun, the author explains that Xie’s “叭史” [*ba shi*] refers to Parsees. In Lin Zexu’s *Si Zhou Zhi* 四洲志 (Annals of the Four Continents), which is based largely on the *Hailu*, he refers to the Parsees as “巴史” [*ba shi*]. Finally, in the book *Hai Guo Tu Zhi* 海国图志 (Maps of Maritime Nations), Parsees are referred to as “巴西” [*ba xi*].<sup>18</sup>

d. 巴社 [*ba she*], 包社 [*bao she*]

In Qing documents, the characters “巴社” [*ba she*] and “包社” [*bao she*] usually refer to Persia. The reason for transliterating Persia in this way is explained in Xu Jiyu’s book *Ying Huan Zhi Lue* 瀛环志略 (A Sketch of the World), in which he asserts that people of the Qing dynasty often could not distinguish between the terms “Parsee,” “巴社” [*ba she*] and “包社” [*bao she*]. Liang Tingnan, in his book *Ying Ji Li Guo Ji* 英吉利国记 (Chronicles of England), argues that “巴社” [*ba she*] refers to Persia; however, he also states that “the 巴社 [*ba she*] are an Islamic people, commonly referred to as ‘white-headed barbarians;’ they engage in trade at Hong Kong, and their ships sail under British flags.”<sup>19</sup> Thus we can see that the term “Parsee” was often confused with the term “包社” [*bao she*]. Ma Jianzhong, in his book *Nan xing ji* 南行记 (Chronicles of an Expedition to the South), states that during the Qing, “Parsee” was also transliterated as “包社” [*bao she*].<sup>20</sup>

2. DESCRIPTIVE TERMS: “WHITE-HEAD PEOPLE” (*BAI TOU REN*), “WHITE-HEAD FOREIGNERS” (*BAI TOU YI*), OR “WHITE-HEAD DEVILS” (*BAI TOU GUI*)

The term “white-head” (白头 *bai tou*) was used in two different ways in Qing documents: first, as a geographical term referring to the regions of India and Iran, and second, to refer to Parsees in China, who were noted for wearing white turbans. Why was this term used to refer to India and Iraq, two places with

which the Parsees had close historical ties? The book *Ying Huan Zhi Lue* 瀛环志略 (A Sketch of the World) states that “Persia is called the ‘Great White-Head’ and India is called the ‘Lesser White-Head.’ They are referred to in this way because in both regions it is customary for men to wear white turbans on their heads.”<sup>21</sup> Other written works of the era, including *Qing chao xu wenxian tong kao* 清朝续文献通考 (More Documents of the Qing Dynasty),<sup>22</sup> *yue hai guan zhi* 粤海关志 (Annals of the Guangdong Customhouse)<sup>23</sup> and *Yindu kao lue* 印度考略 (A Brief Study of India)<sup>24</sup> also make reference to this fact.

That the term “white-head people” refers to Parsees can be demonstrated both from textual sources and material objects. In the textual sources, we can look to the records of Li Hongbing, then Governor of Guangdong and Guangxi, who referred to the three Parsees who killed a Dutch merchant in 1830 as “white-head foreigners” (白头夷 *bai tou yi*). The British Foreign Office Records translated Li’s phrase “白头夷” [*bai tou yi*] as “white-head (Parsee) Foreigners.”<sup>25</sup>

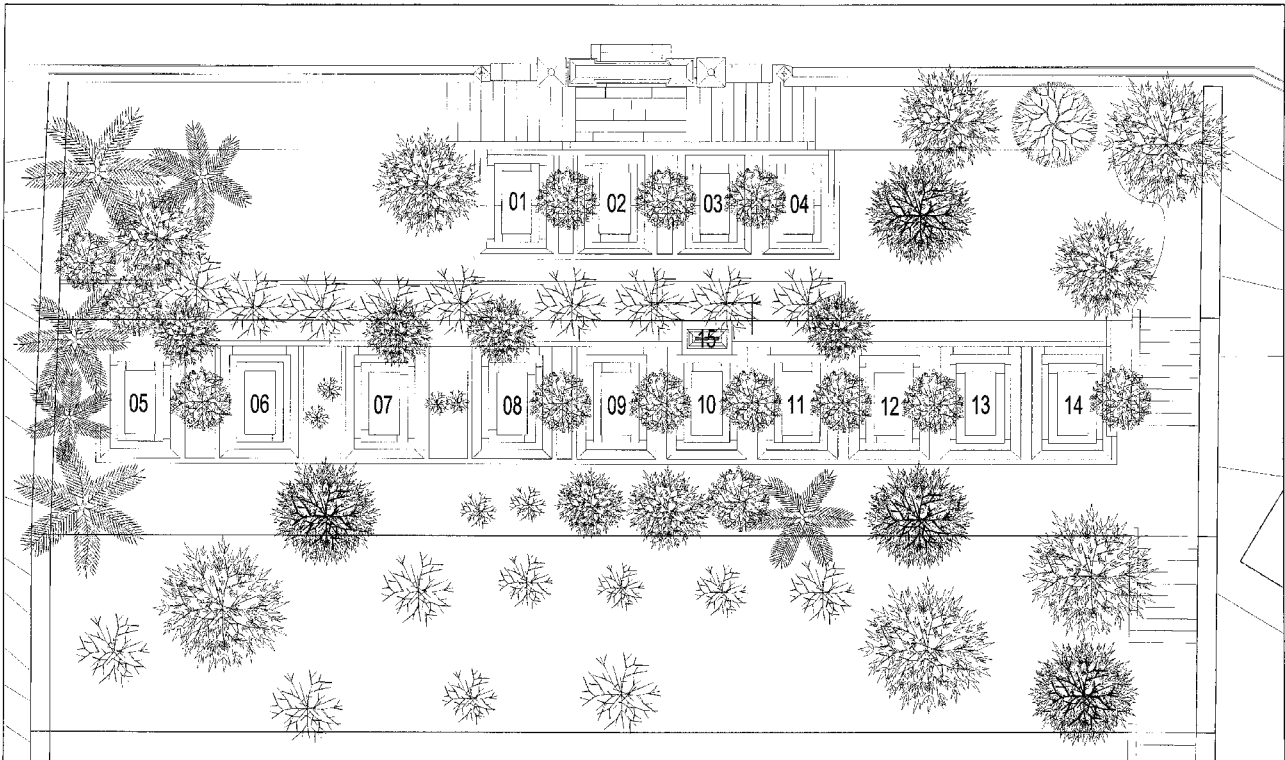
As for historical objects, evidence can be found in the Parsee Cemetery that was built in Macao in 1829. Even today, this cemetery is referred to in Chinese as the “white-head cemetery” (白头坟场 *bai tou fen chang*). There is also a street in Macao that was once inhabited by Parsees, which is called “White-Head Road” (白头马路 *bai tou ma lu*); in Portuguese, it is called “Estrada dos Parses.” Finally, the Parsee Church in Shanghai is called either the “Parsee Church” (巴斯教堂 *ba si jiao tang*) or the “White-Head Hall of Worship” (白头礼拜堂 *bai tou li bai tang*).<sup>26</sup>

The image of “white-heads” can also be found in both Chinese and western paintings. British traveller Toogood Downing, in his book *The Fan-qui’s Visit to the Celestial Empire in 1836-1837*, writes that during his visit to the studio of Lamqua (a well-known Chinese painter), he noted that the walls were covered with large portrait paintings. Among these, Downing found one that depicted an obviously wealthy man dressed stylishly and wearing the formal headgear of a Parsee gentleman.<sup>27</sup> For

TABLE 1

H. & N. Cursetjee	架矧治	[Mandarin <i>jia she zhi</i> , Cantonese <i>ga se ji</i> ]
Tamooljee Rustomjee, esq.	担姆治 · 罗心治	[M. <i>dan mu zhi</i> · <i>luo xin zhi</i> , C. <i>dan mou ji</i> · <i>loh sun ji</i> ]
Nasserwanjee Biccjee, esq.	拿舍湾治 · 别歌治	[M. <i>na she wan zhi</i> · <i>bie ge zhi</i> , C. <i>na sa wan ji</i> · <i>bit goh ji</i> ]

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES



Parsee cemetery in Macao.

historical reasons, in Hong Kong today Parsees are still referred to in common parlance as ‘white-head Moors’ (白头摩罗 *bai tou mo lu*), and this appellation is related to a local slang term for “loanshark.”

In Chinese-language documents, Parsees are most often referred to as “white-heads” because they were so easily distinguishable by this aspect of their attire. Although most people in the Qing Dynasty would not have known what a “Parsi” was, they certainly would have known that there was a group of people called the “white-heads.” Knowing this certainly assists in our attempt to mine the Chinese documents for references to this heretofore neglected group.

#### PARSEES AND THE CHINESE FROM CANTON, HONG KONG AND MACAO

Before the Opium War, the Parsees were active primarily in the cities of Guangzhou and Macao, and they dealt almost exclusively with Chinese merchants.<sup>28</sup> After the Opium War, however, they moved most of their activities to Hong Kong.

Article Three of the Treaty of Nanjing stipulates that “It being obviously necessary and desirable that

British subjects should have some port whereat they may [maintain] and refit their ships when required, and keep stores for that purpose, His Majesty the Emperor of China cedes to Her Majesty the Queen of Great Britain, &c., the Island of Hong-Kong, to be possessed in perpetuity by Her Britannic Majesty, her heirs and successors, and to be governed by such laws and regulations as Her Majesty the Queen of Great Britain, &c., shall see fit to direct.”<sup>29</sup>

In fact, some Parsees had moved to Hong Kong before the end of the Opium War. When the British military occupied Hong Kong on 26 January 1841, there were already 2,700 Indian soldiers and four Parsee merchants in Hong Kong. The four Parsees were Dhunjibhoy Ruttonjee Bisney, Hirjibhoy Rustomjee, Pestonji Cawasji and Framjee Jamsetjee.<sup>30</sup> By 1860, there was a total of 73 foreign factories on Hong Kong, of which 17 were owned by Parsees.<sup>31</sup>

The following are the names of some important Parsee merchants and businesses in Hong Kong:

*Messrs. Cawasjee Pallanjee & Co.*

Messrs. Cawasjee Pallanjee & Co. was a long-established and well-known Indian firm in Hong Kong

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU



“Parsee Ground”. According to most translations of Qing documents, the standard translation for “Parsee” is *ba si* 巴斯. This translation has retained historical significance since it was made by the Parsees themselves.

and was the first Indian company to open an office in Hong Kong. It was originally a subsidiary of Cursetjee Bomanjee & Co. Mr. Cawasjee Pallanjee first established this company in 1794 in Guangzhou, where it prospered. After the Opium War began, the company was forced to move to Macao. However, the Portuguese in Macao did not welcome competition from other foreign firms, so in 1841, it relocated to Hong Kong. Cawasjee Pallanjee died in 1842 and was buried in Macao, at which point his son Pestonjee Caswasjee inherited the business.

Pestonjee Caswasjee was a talented businessman and the firm reached new heights of prosperity under his leadership. The firm dealt mainly in opium, spices, and silk; later on, it began dealing in yarn and became one of Hong Kong’s most important yarn companies. The firm became so successful that a popular saying arose: “Whatever Cawasjee says, Hong Kong does.”

And indeed, Hong Kong soon became a major producer of cotton yarn. In 1874, Sorabjee Dhumjeebhoy inherited the firm from Pestonjee Cawasjee, and as business continued to expand, he opened a branch was opened in Shanghai. Over successive generations, the firm was run by S. C. Khan and D. H. Sethna. But after the First World War, the business went into decline; by the middle of the twentieth century, it had been largely forgotten.<sup>32</sup>

#### *F. M. Talati and Co.*

F. M. Talati and Co. was another Parsee firm that was relocated from Guangzhou to Hong Kong in 1842. The company’s founder, F.M. Talati (or Talatee), had been a businessman in Guangzhou as early as 1827. In 1868, F.M. Talati passed away; his son, P. F. Talati, inherited the firm and expanded its business in new directions. F. M. Talati and Co. was known throughout Hong Kong and beyond for its fine quality gems, jewellery, silks and oil. In the mid-twentieth century, the company moved its headquarters to Surat, India. M. P. Talati was the most famous member of the family, and was very much respected by Parsees, Indians, Europeans and Chinese alike.<sup>33</sup>

#### *Mody and Paul Chater*

Another famous Parsee firm in Hong Kong was Mody and Paul Chater. One of the co-founders of this firm, H. N. Mody, made a fortune in real estate in Kowloon.<sup>34</sup>

#### *Rustomji Cawasji Banaji*

Rustomji Cawasji Banaji was one of the most influential shareholders in the firm of Rustomji, Turner & Co, which owned 27 ships that plied the route between London, Calcutta and the China coast.<sup>35</sup>

#### *Framjee Jamsetjee*

Framjee Jamsetjee established a business in Guangzhou in 1830. He was among the first to buy land in Hong Kong in 1841. However, his name is not listed in the Hong Kong registry of names in 1846. It is possible that he remained with his firm in Guangzhou.<sup>36</sup>

Other famous Parsee merchants in Hong Kong included Mr. Dorabji Naorojee, Mr. Dhunjibhoy Bisney and the Ruttonjee family.<sup>37</sup>

The Board of Directors of the Hong Kong and Shanghai Bank was established in 1864. Of the 13



## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

members of the Board, three were Parsees from India: Mr. Pallanjee Framjee, of Messrs. P. & A. Camaji & Co.; Mr. Rustomjee Dhunjeeshaw, of P. F. Cama & Co; and Mr. Arthur Sassoon of Messrs. D. Sassoon Sons & Co. Later, Mr Belilios, an Indian, was chosen to be the bank's chairman, a position which he held for quite a long time.<sup>38</sup>

Other Parsees based in Shanghai or overseas also engaged in trade in Hong Kong. For example, the Tatas, Ferozeshaw B. Petit, and R. S. Kermani were Parsees from Shanghai who traded in Hong Kong.

Although there were only a few Parsee merchants in Hong Kong, their influence was far greater than their numbers. Along with Messrs. Cawasjee Pallanjee & Co. mentioned above, Mody and Chater also had an enormous impact on the development of Hong Kong's stock market and construction industry.<sup>39</sup>

What is particularly noteworthy is the fact that the historical record is full of references to associations not only between Chinese merchants and Parsee merchants, but also between Chinese literati and Parsee merchants. The records of these associations are quite different from the categories of documents mentioned above, in that the literati who compiled them were either conversant in English themselves or had people around them who were. Men who had received this kind of education were thus quite different from their predecessors, and the barriers of language and culture that had hindered their forebears' communication with foreigners were less of a problem for them. Thus their writings are often rich and colourful, and provide a more vivid and realistic portrayal of the lives of Parsee merchants in China after the Treaty of Nanjing. For this reason, these accounts are extremely important historical sources. However, academics in China have yet to work in any systematic way with these documents. In what follows, I will use the example of novelist Zhang Ailing's encounter with a Parsee merchant to discuss the relationship between Parsees and Chinese people in Canton, Hong Kong and Macao in the modern era.

Zhang Ailing (also known as Eileen Chang) is one of the best-known Chinese writers of the modern era. She received an excellent English-language education, and translated many works of Western literature into Chinese.<sup>40</sup> In 1938, Zhang received the highest score in the Far East regional entrance examination for the University of London. However, because of the outbreak of World War II, she studied at the University of Hong

Kong instead. Her good friend Yan Ying was also studying at the university. One day in 1939, an old friend of Yan's father, a man from India, invited Yan to the cinema. At Yan's request, Zhang accompanied her to the cinema. The Indian fellow, who did not know in advance that Zhang would also be there, found himself without enough money to pay for an extra ticket. In the end, the Indian gave his ticket to Zhang, and she and Yan watched the movie. Later, on their way out, Yan told Zhang, "he's a 帕西人 (*pa xi ren*, or Parsee)—his ancestors were Indian Zoroastrians."

As we have seen above, the present-day Chinese term for Parsee is "帕西人 [*pa xi ren*]," which, in the Mandarin pronunciation of these characters, is a direct transliteration. But in the post-Opium War period, Qing literati usually used the term "巴斯" (*ba si*) which, in the Cantonese pronunciation (*ba see*), was a closer approximation of the word "Parsee."<sup>41</sup> Although



"Panyu delimitation". After the Opium War, the Panyu district government gave this area to the Parsees merchants as a cemetery according to the negotiation between the Chinese and the British.

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU



Parsee Building, Changzhou. Nowadays, local people call it *bosilou* 波斯楼 (Persian Building).

Zhang Ailing only met this Parsee man once, “the story of Mrs. MacDonald, her daughter, and the Parsee, stayed with me for many years.” In 1976, when she wrote her autobiography *Zhang Kan* 张看, she recounted this incident in some detail. Although this 2700-word autobiographical sketch describes the Parsees in Hong Kong in the late 1930s, it reveals the changes that the Parsee community had undergone in the late nineteenth and early twentieth centuries.

#### 1. MUTUAL RECOGNITION: PARSEES ARE ACCEPTED INTO CHINESE SOCIETY

It took a long time for Parsees to be accepted by the Chinese community. From the time the first Parsee merchant arrived in China in 1756 until the beginning of the Opium War, Parsees generally dealt only with Chinese merchants, and then only on a relatively superficial level. The Chinese and Parsee communities in Shanghai and Hong Kong started to forge stronger ties with each other only long after the Treaty of

Nanjing was signed. A sign of the extent of this mutual acceptance the growing practice of intermarriage. In her autobiography, Zhang Ailing provides a good example: the marriage of Mi Ni, a Chinese woman, and a Parsee named Banaji. In China as elsewhere, intermarriage between people of different nationalities is an age-old practice; there is nothing surprising in this fact itself. But in the early twentieth century, and even earlier, marriages between Chinese and Parsees were not marriages of convenience; they served no political purpose. They were the results of a process of the two communities getting to know and appreciate each other over a long period of time—a period in which Chinese people came to understand the Parsees, who in turn had to adapt themselves to the dominant Chinese culture. From what we can tell about how this adjustment process unfolded, it was not an easy one for either side. In what follows I will examine this question from both perspectives.

From the Chinese perspective, both before and after the Opium War, the Parsees were known only as

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

“white-head foreigners;”<sup>42</sup> and since the social rank of any foreigner was below that of any Chinese, they had little to do with each other outside of the business environment. It would have been almost impossible for a Parsee and a Chinese person to become friends, let alone marriage partners. As Zhang Ailing says, in that era, “Chinese people were very conservative – men would never think of marrying a person of mixed blood, not even as a concubine.” However, after the signing of the Treaty of Nanjing, the Parsees’ sphere of activities in China expanded, and they had more opportunities to interact with Chinese people. Language barriers gradually diminished, as more Chinese learned to speak English and more Parsees learned Chinese. For example, Zhang Ailing mentions that Banaji could speak fluent Chinese. Slowly, social conventions changed to the point that Chinese women could have the choice of marrying foreigners. This “choice,” it should be mentioned, referred only to choosing foreigners wealthy enough to match the woman’s social standing – in those days, no one would have thought of marrying a “poor black devil.” But over many years, as understanding and acceptance grew between the Chinese and Parsee communities, marrying a Parsee came to be viewed as an acceptable option for the Chinese.

The marriage between Banaji and Mi Ni was not a happy one, but the problems that they experienced were those that any married couple might have. This, in effect, reflects the extent to which the idea of marrying a Parsee was accepted as normal in Chinese society. To develop this point, let us examine Zhang Ailing’s description of the marriage between Mi Ni and Banaji:

“She [Yan Ying] lived in Hong Kong when she was small. There was a [Chinese] woman called Mrs. MacDonald, who had been the foster daughter of a Guangdong family; she had originally lived with an Indian man. The third time she lived with a man it was with a Scot named MacDonald, so she called herself Mrs. MacDonald. They had many children. She knew a Parsee man and was always making a big deal about how she would be a matchmaker for him. She insisted that he marry her eldest daughter, Mi Ni. And he liked Mi Ni well enough. But at that time, she was 15 years old and still in school, and she refused to marry him. Her mother beat her and forced her to marry him. By age 22, she had divorced him; they had one child, but she insisted on keeping custody of him, and wouldn’t even let her ex-husband see him.”

Mrs. MacDonald had herself been married to an Indian, and she appreciated Banaji, “always making a big deal about how she would be a matchmaker for him. She insisted that he marry her eldest daughter, Mi Ni... at that time, she was 15 years old and still in school, and she refused to marry him. Her mother beat her and forced her to marry him.” Mrs. MacDonald’s insistence that her daughter marry Banaji suggests that the Parsees had been accepted by Chinese society – marrying a Parsee was a worthwhile thing to do; at the very least, it would not lose face for the family, because at that time, Parsees on the whole were wealthier than most Chinese. As for Banaji himself, everyone around Mi Ni knew him quite well: Mi Ni’s mother was clearly very fond of him; Yan Ying’s father was “an old friend” of his; and young Yan Ying had the impression that Banaji had been “very successful in business.” It was precisely because Mrs. MacDonald’s friends and family knew Banaji as “an old friend” who was “very successful in business” that she wanted her daughter to marry him. The fact that Mi Ni did not want to marry Banaji does not suggest that Chinese people as a whole could not accept Parsees at that time. From this sea change in Chinese attitudes—from “never think of marrying a person of mixed blood, not even as a concubine” to wanting to be the mother-in-law of a Parsee—we can see the process by which Parsees began to be accepted into Chinese society.

As for the Parsee perspective, Zhang Ailing wrote only one line about Banaji’s attitude toward marrying a Chinese woman: “he liked Mi Ni well enough.” We can see from Mrs. MacDonald’s high regard for Banaji that he was quite wealthy, and it was his choice whether or not he would accept this offer of marriage. But the laws of Banaji’s homeland would not have allowed him



Foreigners’ cemetery in Changzhou Island, Huangpo.



سنة ١٠٠٠

وقف

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

this choice, for Parsees practiced ethnic endogamy. Anyone who married outside the group would be ostracized by society, family and the religious community. In fact, in 1865, the "Parsee Marriage and Divorce Act" was amended to include an "Endogamy Law." In 1936, precisely when Banaji was in China, the Parsees revised the law in a way that reaffirmed endogamy with the following stipulations:

"In the context of this law, ... "husband" means a Parsi husband; "marriage" means a marriage between Parsis, whether contracted before or after the commencement of this Act; a "Parsi" means a Parsi Zoroastrian; and "wife" means a Parsi wife."<sup>43</sup>

Parsee law did not permit Banaji to marry a woman from a different ethnic group; nor did he personally have any obligation to marry a Chinese woman. Thus the fact that "he liked Mi Ni," he married her and they had a son, demonstrates that because of his many years of residence in China (and in a way similar to many other Parsees in Britain and America<sup>44</sup>), bucked what must have been enormous pressure from Parsee society, rebelled against traditional ideas, and dared to marry a woman he liked despite the fact that she was not a Parsee.

Such enormous changes in the traditional attitudes of both Parsees and Chinese are powerful evidence of the extent to which Parsees were accepted into Chinese society.

## 2. FROM PROSPERITY TO DECLINE.

### THE DEMISE OF PARSEE MERCHANTS IN CHINA

In Zhang Ailing's description, Banaji had fallen on hard times. This is a realistic reflection of the decline of the Parsees' "Golden Age" in China. Recall that Banaji did not have enough money to buy an extra movie ticket for Zhang Ailing; from Zhang's description of what they got for the two cheap tickets that he could afford, we can see how down and out he was:

"It was a cinema in Central, housed in an old building that looked a bit like the early Australian-style buildings one saw in pictures. Dark and dirty, large but ungainly, these buildings made the surrounding streets seem narrow and crowded by comparison. The cinema's billboard was plastered with huge posters of gory scenes from one of the latest films – really a big gruesome mess – but anyway, that wasn't the movie we wanted to see, and there was already too much for the eyes to take in. [...]"

Our tickets were for balcony seats – the cheapest seats in the very last row at the back. In this old cinema, the balcony was large and banked at what seemed to be a dangerously precipitous angle such as I had never seen before. In the dim yellow light of the lamps, we followed the usher as he clambered up to the summit of the steep, narrow staircase whose steps were covered in palm grass mats that looked like burlap sacking. Looking down, we saw the densely packed rows of balcony seats spread out like a fan below us, so steeply it seemed they would topple over at any minute. Along the edge of the balcony ran a railing, which appeared to be suspended in midair against an even lower backdrop; the whole effect was dizzying. Even after I sat down, I was afraid that I would tumble out of my seat, and gripped the armrests for dear life. When the movie started, the screen was so small that it was hard to see much of anything, and we couldn't hear very well either. In the darkness, she [Yan Ying] handed me a little piece of fried bread to eat. Holding it in my hand, I was afraid that the oil from the bread might drip on my dress and stain it, so I ate it right away. It wasn't bad, but I couldn't appreciate it in such an environment. After we finished eating, we sat there doggedly trying to watch the movie; but after a while, we said to each other, "Let's get out of here."

According to Zhang Ailing's description, not only was Mr. Banaji able to afford only the cheapest movie tickets, but he was also hardly as well-dressed as his Parsee ancestors (once described by Zhang Deyi):

"... [He was] a tall man over fifty, but as thin as a skeleton. He wore a white suit, yellowed with age, in a style that had been popular ten or twenty years before but had gone extinct almost immediately. He gave the overall impression of a character in one of Maugham's novels, a Westerner adrift in the Orient or the South Pacific. His hair and skin were sallow; his large eyes, bloodshot and jaundiced, were the only things about him that looked Indian."

Why did Mrs. MacDonald force her daughter to marry a man in such a state of decrepitude? Yan Ying provides a hint: namely, that Banaji had been "very successful in business." In point of fact, the Banaji family had enjoyed a stellar reputation in the China trade community for over a hundred years.

Banaji (or Banajee) is a common Parsee family name. From inscriptions in Macao's Parsee Cemetery

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

and other original source materials, we may find the names of some of the more illustrious members of the family who ran the China trade enterprise during the Qing dynasty, such as K. C. Banaji (1812) and R. C. Banaji (1829).<sup>45</sup> In general, Parsi names are comprised of three parts, the last of which is the surname.<sup>46</sup> In the custom of the Parsis themselves, therefore, the correct polite form of address would be “Mr. Banaji,” rather than simply “Jeejeebhoy” or “Framjee,” which was how they were addressed in the Opium War era. But exactly how well-off was the Banaji family? The following is not a full accounting of their trade activities in China, but it highlights the importance of this family:

- “In the first half of the 19<sup>th</sup> century, the Banajis were leading in the Bombay-China opium trade; this earned them enormous profits, and was one of the two factors that made the Parsees ‘succeed in placing their mark upon the economic development of Bombay and India.’”<sup>47</sup>
- “The Parsees were closely allied in business with the British firms in the early days, especially in the ownership of the clippers. Often many sixty-fourths were held by Jardine, Matheson and Company in ships which were nominally under the ownership of the Banajees or the Camas, and vice versa.”<sup>48</sup>
- In 1831, the Banaji family’s 305-ton ship *Sylph* was built in Calcutta. It could get from India to Macao in only sixteen days, and so became one of the most famous clippers of the era.<sup>49</sup>
- In October 1839, on the eve of the Opium War, after receiving Lin Zexu’s expulsion order, and after agreeing to return to their homeland immediately, they instead lingered on the coast at Guangzhou to continue their opium trading. The British were willing to pay an inflated price for the Banajees’ clipper *Sylph*, but the family would not sell. Instead, they used the boat to continue smuggling opium during the War, in order to earn more money.<sup>50</sup>
- The Banajis were very powerful in Hong Kong after the signing of the Treaty of Nanjing. Rustomji Cawasji Banaji was a major shareholder in the firm of Rustomji, Turner & Co, which owned 27 ships that plied the route between London, Calcutta and the China coast.<sup>51</sup>

The Banaji family thus epitomized the rise and fall of the Parsee merchant community in China. After

the end of the Parsees’ “Golden Age” of trade with China, for a variety of reasons, they had little choice but to slowly retreat from the world of commerce in China.<sup>52</sup>

## PARSEE HERITAGE TODAY

In the study of the Parsees in China, we are aided by the existence of an abundance not only of textual records, but also of material history—parts of the Parsee heritage such as cemeteries and buildings. In the past, the lack of attention to the problems of terminology in the textual sources hindered any systematic study of the Parsees in China. Likewise, little serious research has been done on the Parsees’ heritage in Guangzhou, Hong Kong and Macao. But in order to begin this task, we must consult textual sources from all three cities to aid in our interpretation. In what follows, I will take the Parsee Cemetery in Huangpu, Guangzhou, as an example to demonstrate the importance of this method of analysis.

International scholars of Zoroastrianism generally agree that a major distinguishing characteristic of Zoroastrianism was the practice of leaving corpses exposed to birds and animals of prey.<sup>53</sup> However, in the Qing Dynasty, the Parsee Zoroastrians in Guangzhou buried their dead underground. It is reasonable to assume that this change took place because the Parsis, far from home, were forced to adopt the customs of the Chinese communities in which they settled. But when we compare the style and form of the graves in the Parsee Cemetery in with their traditional methods of exposure, and when we further examine textual sources about the cemetery, we may come to the following conclusion: Parsees living in the environs of Guangzhou adopted flexible burial methods that respected the main tenets of their religion, and reflected the continuing influence of the tradition of Parsee funerary customs.

## 1. DESCRIPTION OF THE TOMBS

The “Parsee Ground” is located on the Parsee Hill, also called “White-Head Point” (白头斑 *bai tou ban*) or “Golden Rooster Drinks Water” (金鸡饮水 *jin ji yin shui*), on Changzhou Island in Huangpu, which lies 38.9 metres above sea level.

Today in the Parsee Cemetery there remain at least nine tombs that we may safely conclude are the resting places of adults, arranged in line from north to

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

south. The earliest and northernmost tomb dates from 1847, and the latest and southernmost from 1852. All that is left of the second tomb is three damaged pieces of the tombstone, one of which is inscribed in English, while the other two have Gujarati inscriptions. Although there are not many undamaged tombstones left, from the structure of their foundations it appears that all the adults' tombs were originally the same size. The ninth tombstone is complete, and measures 90 centimetres wide by 55 centimetres high. Each tombstone is carved with two inscriptions, two meters in length, in English and Gujarati. English was the *lingua franca* adopted by the Parsees after they arrived in Bombay in the wake of the British; it was also the *lingua franca* of all India at the time. Gujarati was the language the Parsees learned when they fled Iran some 1300 years ago and found safe haven in Gujarat, India. The Parsees have continued to use Gujarati ever since.<sup>54</sup>

Each tombstone recorded the deceased's name, religion, date of death, and age at death (or date of birth). For example, the fourth tombstone is engraved with the following inscription:

To the Memory  
of  
Burjorjee Eduljee Kotwal  
Parsee Inhabitant of Bombay  
Who Departed His Life at Canton  
On the 1st Day of August 1850  
and  
The 9th Day of the 11th Month  
of  
Yazdezerd 1219  
In the 36th Year of His Age

The people buried in these tombs were all Parsees resident in Bombay. This indicates that the Parsee community in Guangdong province was comprised mainly of Parsees from Bombay, and provides evidence that trade between Guangzhou and Bombay occupied an important position in the Parsee trade. It is interesting to note that dates on the tombstones are recorded according to both the Christian calendar and the Persian calendar (Yazdezerd or Yerdejerdy). Yazdezerd was the reign title of the Persian king Yazdegerd III, the last king of the Sassanid dynasty.

To the west of the sixth adult tomb lie the tombs of a newborn baby and a girl, dated 1918 and 1923, respectively. However, these two tombs have been

badly damaged, and only the upright tombstones remain. To the west of the adult tombs lies the tomb of a stillborn baby who was buried in 1919. The area occupied by this tomb is the same as that of the adult tombs and is made of granite, but the tomb itself is smaller than the adult tombs, and an upright tombstone stands at one end. The inscriptions on the tombstones of the three children are in English only, and record simply the names of their parents.

At the boundary of the cemetery stands a tablet engraved with English and Chinese inscriptions that read "Parsee Ground" and "巴斯墓界" (*ba si mu jie*, or Parsee Cemetery). On the southern side of the cemetery stands a boundary stone, engraved, on the front, with the Chinese characters "番禺县正堂定界" (*Panyu xian zheng tang ding jie*, Boundary of Panyu District), and on the back with the characters "南界" (*Nan jie*, Southern Boundary). These inscriptions prove that in the Qing dynasty, the Panyu district government gave this plot to the Parsee community in Guangzhou to be used as a cemetery.

At the northern foot of Parsee Hill stands a two-storey building, which the locals call "Parsee Building." This building was a branch of the Parsee factory in Guangzhou during the Qing Dynasty.<sup>55</sup>

## 2. PARSEE RELIGIOUS BELIEFS AS REVEALED BY THE CEMETERY

From the records of the Chinese and British negotiations with the Parsees over the question of renting land for a cemetery,<sup>56</sup> it becomes clear that the main stumbling block was the fact that the Parsees, "in accordance with the teachings of Zoroastrianism, insisted on building a wall around the cemetery."<sup>57</sup>

But this was not just any wall. According to Avesta, the sacred book of Zoroastrianism, it was called a Dakhma. Europeans called it the "Tower of Silence;" in Chinese, it was translated as the "Tower of Silence," the "Tower of Rest" or the "Tower of Loneliness."

Parsees are devoutly religious. The reason that their ancestors fled from Persia to India in the eighth century was so that they would be able to continue practicing their Zoroastrian faith. India's ex-prime minister Jawaharlal Nehru once wrote that most of the Parsees in India no longer had any connection to Persia, but were completely Indian; nevertheless, they stayed close to their traditions, and never forgot their homeland.<sup>58</sup>

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

Thus in the 19<sup>th</sup> century, when the terms of the Treaty of Nanjing stipulated that foreigners would have the right to rent land in China in which to bury their dead, the Parsees wanted to erect a Dakhma on this land. However, due to the above-mentioned conflicts that arose in the negotiations around this problem, they were forced to build bamboo fences instead of stone walls. Bamboo fences fulfilled, to the minimal extent, the burial requirements in the Vendidad [part of the Avesta]: “the worshippers of Mazda shall erect a building out of the reach of the dog, of the fox, and of the wolf, and wherein rain-water cannot stay.” This is evidence that, when circumstances did not permit them to observe their religious beliefs properly, the Parsees managed to use flexible ways to express their continued faith and devotion to the religion of their ancestors.

From our investigation of the Parsee cemetery in Huangpu, we can see that in building the cemetery, the Parsees referred both to their scriptures and to their own traditional customs, rather than just building a cemetery in any haphazard way. This conclusion is also borne out in the following examples (and here, in explaining the heritage of the Parsees in Guangzhou, Hong Kong and Macao, textual sources from these three cities plays a crucial role).

#### A. All Tombs Should Face East

Verses 13 to 18 of Chapter 5 of the Vendidad taught followers that “the worshippers of Mazda shall lay down the dead (on the Dakhma) with his eyes towards the sun.”<sup>59</sup> This is because the sun is the source of light. The Parsee Ground in Huangpu faces East, so it can receive the first ray of sunlight in the morning. We can understand this as a fulfilment of the teachings of the Avesta.

The layout of the Parsee Ground in Huangpu is the same as that of the Parsee Cemetery in Macao, which was built slightly earlier. The first Parsee tomb in Macao was erected in 1829, for Cursetjee Framjee. At the top of the tomb is a granite slab, engraved with the following text in English:

“Truly the light is sweet,  
And a pleasant thing it is for the eyes to behold  
the sun,  
But if a man lives many years and rejoices in  
them all,  
Yet let him remember the days of darkness.  
For they shall be many,  
All that cometh is vanity.”<sup>60</sup>

The Parsee cemeteries in Huangpu and Macao have the same layout; the same text in Macao also reflects the religious beliefs of the Parsees in Huangpu. They believed that light and fire were the origins of goodness; thus the line, “Truly the light is sweet, and a pleasant thing it is for the eyes to behold the sun.” Although the Parsees in Huangpu could not lay out their dead upon the Dakhma with their eyes facing the sun, by orienting the tombs towards the east, they were able to achieve a similar goal of “enjoying the light.”

#### B. Lack of Western Influence

The Parsees in Guangzhou had long-term dealings with Europeans; does this mean that their burial practices were influenced by Christian burial practices? Research shows that Parsee society and lifestyle did begin to become westernized early on, but their religious beliefs were not in the least influenced by Christianity. This holds true also for their cemetery, even though the British helped them acquire the land for the Parsee Ground.

A poem in Wang Zhaoyong’s book *Aomen Za Shi* 澳门杂诗 (Some Macao Poems) describes the differences among foreign cemeteries in Macao. In the poem, he notes that there are separate cemeteries for “Westerners” [in this case, probably Portuguese], for “red-hairs” [Dutch and other northern Europeans], and for “white-heads;” the tombs in all three are richly adorned with fine engravings, sculptures, statues, or crosses, but the styles and symbols in each cemetery are different. Sometimes, he remarks, visitors come in just to admire the atmosphere.

Although this is a description of the cemeteries in Macao, it also holds true for Huangpu. Today the Western cemetery on Changzhou Island in Huangpu has been restored, and we can see several obvious differences with the Parsee Ground:

##### 1. Separate locations

There are no Parsee tombs inside the Christian cemetery, just as Parsee cemeteries are reserved solely for practitioners of Zoroastrianism. Through the process of “westernization,” the Parsee lived and conducted business quite harmoniously with Europeans, especially the British. However, there was a strict separation when it came to the construction of cemeteries. In Macao, there are cemeteries for “Westerners,” “red-hairs,” and “white-heads.” Likewise, in Guangzhou there are also separate cemeteries for Parsees and Westerners.



## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

## 2. Different religious elements

As I have mentioned above, according to the teachings of Zoroastrianism, the Parsees were supposed to build walls around their cemeteries. However, the Westerners had no such requirement when they built their cemetery near the Parsee Ground in Changzhou. This much is evident in Qi Ying's negotiations with John Francis Davis: "The westerners' cemetery, located on nearby Ma On Shan Hill, is not surrounded by a wall, yet none of the more than fifty graves there have been damaged."<sup>61</sup>

Europeans do not believe in Zoroastrianism, so naturally they do not feel the need to build walls around their cemeteries. Conversely, statues and crosses are important symbols in Christian cemeteries, and they are very much in evidence in the Christian cemetery on Changzhou; but the Parsee Ground has no such symbols.


## 3. Differentiation between rich and poor

In Christian cemeteries, the appearance of the tombs is a very good marker of the gap between the rich and the poor;<sup>62</sup> yet in the Parsee Ground, all the tombs are the same size. Indeed, the Portuguese Count

of Arnoso, who accompanied Tomás de Sousa Rosa to the capital to sign the first Sino-Portuguese Treaty, made the following comment in his book *Jornadas pelo Mundo*:

"There are three cemeteries in Macao: the Catholic cemetery, the British cemetery, and the Muslim cemetery [author's note: in fact he is referring to the Parsee cemetery]. In the latter, the tombs are all exactly the same size; in other words, there is no way of knowing which tombs are for the wealthy and which for the poor. This is what we may consider a truly egalitarian cemetery."<sup>63</sup>

This egalitarian attitude so evident in the Macao Parsee Cemetery can also be found in what remains of the Parsee Ground in Huangpu today – the size and the materials used to build all nine of the adults' tombs are almost exactly the same.

These differences between the Parsee and Christian cemeteries are very much rooted in the background of conflict between these two religions in India.<sup>64</sup> 

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (n.º 47).  
Tradução de Kuan Wai Pan 关慧斌, and Cathryn Hope Clayton.

## NOTES

- 1 In Guo Deyan 郭德焱, 2001, Vol. 3.
- 2 For more detail, see Chapter One of my dissertation, Guo Deyan [n.d.].
- 3 For example, Robert Morrison compiled the six-volume *A Dictionary of the Chinese Language* in Macao between 1815-1823, and published his *Vocabulary of the Cantonese Dialect* in 1812. In 1841, he published both Chinese and English versions of the Cantonese language teaching materials written by American missionary Elijah Bridgman, entitled *Chinese Chrestomathy in the Canton Dialect* (*Guangzhou fanyan zhongwen wenxuan* 广州方言中文文选). See Wu Yixiong, 2000: p. 426.
- 4 See the first appendix to Vol. 91 of the British Blue Books; this document mentions Parsee merchants Framjee, Merwanjee, and Dadabhoy. The original version also mentions that it was translated from Chinese by Robert Morrison (*British Parliamentary Papers: China*, Vol. 30, pp. 420-421). According to research done by Prof. Wu Yixiong, between 1836 and 1840, no less than 48 articles about the opium trade were published in the *Chinese Repository*. John Robert Morrison was the principal translator; he translated twelve documents written on the topic by Chinese officials. See Wu Yixiong 2000: p. 236.
- 5 See Chen Shenglin, 鸦片战争前后中国人对美国的了解和介绍 *Yapian zhanzheng qianhou zhongguo ren dui meiguo de liaojie he jieshao* / Chinese Understandings of America after the Opium War", in Chen, 1990, pp. 296-300; Wang Lixin, 1997: pp. 296-302; Wu Yixiong, 2000: p. 426.
- 6 Some of the British Foreign Office's Chinese documents have been published in Sasaki 1977 and 1983. Liu Guangjing 刘广京 made use of the documents of Jardine, Matheson and Company to investigate the question of competition between Russell & Co, Jardine's, and the China Merchants' Steam Navigation Company 轮船招商局. See also Yang Liansheng, 1958. J. Y. Wong, 1983, introduces some relevant information in English. Yang Guozhen also used some of these documents in his research, viz. Yang 1996 and 1997. Dr. Cheng Chunsheng 陈春声 and Dr. Liu Zhiwei 刘志伟 of the History Faculty of Zhongshan University are currently editing and revising for publication a collection of Ye Mingchen's 叶名琛 documents from the British Foreign Office.
- 7 Lin Wushu, 1995: p. 11.
- 8 See the list of foreigners resident in China published in *The Chinese Repository*. According to Gulick, "In the 1930s, there were approximately 150 foreigners in Canton, 1/3 of which were Parsees." Gulick, 1973: 29.
- 9 *The World Book Encyclopaedia*, Vol. 15, p. 161.
- 10 *Collier's Encyclopedia*, Vol. 18, p. 462; see also *The Dictionary of Phrase and Fable*, p. 945.
- 11 See Nehru 1956: pp. 175-176, and Kulke 1974: p. 23.
- 12 *The Chinese Repository*, Vol.10, p. 661.
- 13 *British Parliamentary Papers: China*, Vol. 31, p. 273.
- 14 Lin, Zexu, 1946: p. 32-33; *British Parliamentary Papers: China*, Vol. 30, p. 638.
- 15 *Encyclopedia International*, Vol.14, p. 103.
- 16 Sasaki Masaya, 1977: 147.
- 17 Sasaki Masaya, 1977: 70.
- 18 *Xiao fang hu zhai yu di cong chao*, Vol. 12 小方壶斋舆地丛钞一第十二帙.
- 19 Gugong Bowuyuan 故宫博物院 Vol 52, p. 69.

## MINORIAS CULTURAIS DE MACAU

- 20 *Xiao fang hu zhai yu di cong chao zai bu bian*, Vol 10. 小方壶斋舆地从钞再补编.
- 21 Xu Jiyu, 1995-99, Vol. 3.
- 22 See Liu Jinzao, 1935, volume 333: *Si yi san* 四裔三.
- 23 Liang Tingnan, 1995-99, vol. 30. See also Chen Lunjong, 1994 and 1990.
- 24 Gong Chai, 1877: pp. 408A-410A. See also Gutzlaff 1997, p. 39: in the September 1833 issue of *Eastern Western Monthly*, it states that 大清一统全图说, ……包社, 即是大白头 (“A Qing dynasty map explains that Parsee means ‘White-head’”).
- 25 *British Parliamentary Papers: China*, Vol. 36, pp. 476-7; see also Gugong Bowuyuan 1933: p. 40.
- 26 This church no longer exists. Thanks to Gong Fangzhen for this information.
- 27 Downing, Toogood, quoted in Hu Guanghua 1998.
- 28 Guo Deyan, 1997.
- 29 Wang Tieya, 1957-62, Vol. 1; see also Guo Tingyi, 1989: p. 478.
- 30 Bard, 1993: pp. 85-6.
- 31 Bard, 1993: pp. 85-6.
- 32 Bard, 1993: p. 86; see also K. N. Vaid, 1972: pp. 15, 53.
- 33 Vaid, 1972: p. 54; Bard, 1993: p. 88.
- 34 Vaid, 1972: p. 54; Bard, 1993. p. 87.
- 35 Vaid, 1972: p. 55.
- 36 Bard, 1993, p. 87.
- 37 Vaid, 1972. p. 55.
- 38 Vaid, 1972. p. 58.
- 39 Vaid, 1972. p. 57.
- 40 Zhang Ailing received an excellent English education. She studied at the Huang Shi Primary School (黄氏小学) established with funds from the U.S. Congress, and then at St. Mary's in Shanghai (上海圣玛利亚女校) for her secondary education. Her English-language works include: *Naked Earth*, *Pink Tears* and *The Shanghai Loafer*, among others, and her translations (into Chinese) include *The Old Man and the Sea*, *The Portable Emerson*, the *Flowers of Shanghai* series, and *Seven Modern American Novelists*.
- 41 Nowadays, 帕西人 [*pa xi ren*] is the most common Chinese translation for “Parsee.” Zhang Ailing and others in her literary circles, such as Yan Ying, may have been among the earliest writers to use this translation. In the 1930s, when Liang Jiabin wrote his book *Guangdong shisan hang kao* (Study of the Thirteen Factories of Canton), he often came across information about the Parsees, but did not translate the word “Parsee” (see Liang, 1999: p. 292). Thus we can see that scholars in those days had yet to find a suitable Chinese version of the appellation “Parsee.”
- 42 See Chapter Three of my doctoral dissertation (Guo n.d.).
- 43 Quoted from Gong Fangzhen and Yan Kejia, 1998: p. 350. In this book, “Parsee” was rendered as “帕尔西人” [*pa er xi ren*]. In the interests of standardization within the text of this article, I have changed the Chinese translation from “帕尔西” [*pa er xi*] to “巴斯” [*ba si*].
- 44 The American and British perceptions of marriage are dealt with in Gong Fangzhen and Yan Kejia, 1998: pp. 349-351.
- 45 See Endacott, 1962, Wright, 1908, and Vaid 1972: p. 51.
- 46 Guo, Deyan, 2000, Vol. 3.
- 47 Kulke, 1974: pp. 53-54, 121.
- 48 Lubbock, 1984: p. 34.
- 49 Lubbock, 1984: p. 14.
- 50 See Lubbock, 1984: p. 14.
- 51 See Vaid, 1972: p. 55.
- 52 For specifics, see my doctoral dissertation (Guo, n.d.).
- 53 Lin Wushu, 1995: p. 124.
- 54 Nehru, 1956: p. 434. After the Parsees migrated to the western coast of India, they learned the local Indian language, Gujarati. However, Nehru mentions that they also spoke a special Persian language, usually called Parsee language. This language is unlike modern Persian, which has absorbed many Arabic words. Linguistically, then, we can see that the Muslim religion did not affect the Parsees because they left Persia. Later on, the Parsees translated the scriptures of the Avesta into Gujarati, and wrote Gujarati prayers. Among Parsees today, English is equally as popular as Gujarati, and many of their publications are in English. See Lin Wushu, 1995: p. 19.
- 55 Please refer to my doctoral dissertation, Chapter 3, Section 3.
- 56 See Guo Deyan, 1997.
- 57 F.O. 682/1382.
- 58 Nehru, 1956: p. 179.
- 59 *Sacred Books of the East Series*, Vol. IV, *The Zend-Avesta*, Part I, pp. 52-54.
- 60 *The Chinese Repository*, Vol XI, p. 51.
- 61 F.O. 682/1380.
- 62 The Christian tombs of the Beale brothers are a significant example of how this gap between the rich and the poor was expressed even in death. Daniel Beale died in 1827; because he died a wealthy man, his grave is large and richly decorated. However, because his brother's opium smuggling ventures failed and he went bankrupt, his tomb was very plain – a stark contrast to Daniel's final resting place. (See Hunter 1992: pp. 80-87).
- 63 Quoted from Teixeira 1989: pp. 68-69.
- 64 Please refer to Chapter 6 of my doctoral dissertation (Guo, n.d.).

## BIBLIOGRAPHY

- Bard, Solomon. 1993. *Traders of Hong Kong: Some Foreign Merchant Houses, 1841-1899*. Hong Kong: Urban Council, Hong Kong.
- Cai Hongsheng 蔡鸿生, ed. 1997. *Guangzhou yu Haiyang Wenming* 广州与海洋文明 (Guangzhou and Seafaring Culture). Guangzhou: Zhongshan University Press 中山大学出版社.
- Chen Lunjong 陈伦炯. 1877. *Xiao xi yang ji* 小西洋记 (Chronicles of the Indian Ocean). Shanghai: Zhu Yi Tang 著易堂.
- . 1984. *Hai guo wenjian lu* 海国闻见录 (Things Seen and Heard in Maritime Countries). Taipei: Taiwan Shangwu Yinshu Guan 台湾商务印书馆.
- Chen Shenglin 陈胜麟. 1990. *Lin Zexu yu ya pian zhan zheng lun gao* 林则徐与鸦片战争论稿 (On Lin Zexu and the Opium War). Guangzhou: Zhongshan University Press.
- Chinese Repository*, The. v. 1-20; May 1832-Dec. 1851. Canton [etc.] Printed for the proprietors.
- Endacott, G.B. 1962. *A Biographical Sketch-Book of Early Hong Kong*. Singapore: Published by D. Moore for Eastern Universities Press.
- Gong Chai 龚柴. 1877?. *Yindu kao lue* 印度考略 (A Brief Study of India). *Xiao fang hu zhai yu di cong chao / Anthology* Vol. 12 小方壶斋舆地从钞 (第十二帙). Shanghai: Zhu Yi Tang.
- Gong Fangzhen 龚方震 and Yan Kejia 晏可佳. 1998. *Xian jiao shi* 袄教史 (A History of Zoroastrianism). Shanghai: Shanghai Shehui Kexue Xueyuan 上海社会科学院.
- Gugong Bowuyuan 故宫博物院. 1963. *Shi liao xun kan* 史料旬刊 (Historical Materials Periodical). Taipei: Guofeng Chubanshe 国风出版社.

## MACAO'S CULTURAL MINORITIES

- \_\_\_\_\_. 1933. *Qing dai waijiao shi liao (Daoguang chao san)* 清代外交史料(道光朝三) (Documents on the History of Foreign relations of the Qing dynasty [Daoguang Period III]). Beijing: Gu Gong Bo Wu Yuan 故宫博物院.
- Gulick Edward Vose. 1973. *Peter Parker and the Opening of China*. Cambridge: Harvard University Press.
- Guo Deyan 郭德焱. 2001. "Zhongguo wenxian zhong de basi ren" 中国文献中的巴斯人 (Parsees in Chinese Documents). In *Zhongshan daxue xuebao (zhexue shehui kexue ban)* 中山大学学报(哲学社会科学版) (Zhongshan University Journal [Philosophy and Social Sciences Edition]) Vol. 3.
- \_\_\_\_\_. n.d. *Qingdai Guangzhou de basi shangren* 清代广州的巴斯商人 (Parsee Merchants in Qing Dynasty Canton). Unpublished m.s.
- \_\_\_\_\_. 1997. "Yapian zhanzheng qianhou guangzhou kou an de basi shangren" 鸦片战争前后广州口岸的巴斯商人 (Parsee merchants on the Canton Coast before & after the Opium War). In Cai Hongsheng 蔡鸿生, ed., *Guangzhou yu haiyang wenming* 广州与海洋文明 (Guangzhou and Seafaring Culture). Guangzhou: Zhongshan University Press.
- Guo Tingyi 郭廷以. 1989. *Jin dai zhong guo shi* 近代中国史 (Modern Chinese History), Vol. 2. Shanghai: Shanghai Shudian 上海书店.
- Gutzlaff, Karl, ed. 1997. *Eastern Western Monthly Magazine [Dong xi yang kao mei yue tong ji zhuan/ 东西洋考每月统记传]*. Revised by Huang Shijian 黄时鉴. Beijing: Zhonghua Shuju 中华书局.
- Hu Guanghua 胡光华. 1998. "Yi zhong teshu de zhong-xi huihua jiaoliu xingshi: Guang Qiaochang (Lan Ge) yu Qiannali de yishu jingzheng" 一种特殊的中西绘画交流形式: 关乔昌(蓝阁)与钱纳利的艺术竞争 (A Strange Kind of Cultural Exchange: Artistic Competition between Lamqua and Chinnery). In *Revista de Cultura* (Chinese edition) no. 35.
- Hunter, William C. 1992. *Jiu zhongguo zaji* 旧中国杂记 (Bits of Old China). Translated from the English by Shen Zhengbang 沈正邦; revised by Zhang Wenqin 章文钦. Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe 广东人民出版社.
- Kulke, Eckehard. 1974. *The Parsees in India*. Munchen: Weltforum Verlag.
- Liang Jiabin 梁嘉彬. 1999. *Guang dong shi san hang kao* 广东十三行考 (Study of the Thirteen Factories of Canton). Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe.
- Liang Tingnan 梁廷楠. 1995-1999. *Yue hai guan zhi* 粤海关志 (Annals of the Guangdong Customhouse). Shanghai: Guji Chubanshe 上海古籍出版社.
- Lin Wushu 林悟殊. 1995. *Bosi bai huo jiao yu gudai zhongguo* 波斯拜火教与古代中国 (Persian Zoroastrianism and Ancient China). Taipei: Shin Wen Feng Print Co 台湾新文丰出版公司.
- Lin Zexu 林则徐. 1936. *Xin ji lu* 信及录. Shanghai: Shenzhou Guoguang She 神州国光社.
- Liu Jinzao 刘锦藻 ed. 1935. *Qingchao xu wenxian tongkao* 清朝续文献通考 (Documents of the Qing dynasty). Taipei: Shangwu yinshu guan.
- Lubbock, Basil. 1933. *The Opium Clippers*. Boston: Charles E. Lauriat Company.
- Ma Jianzhong 马建忠. 1877?. *Nan xing ji* 南行记 (Chronicles of an Expedition to the South). *Xiao fang hu zhai yu di cong chao zai bu bian*, vol. 10 小方壶斋舆地丛钞再补编. Shanghai: Zhu Yi Tang.
- Nehru, Jawaharlal. 1956. *The Discovery of India*. London: Meridian Books.
- Sacred Books of the East Series*, Vol. IV: *The Zend-Avesta*. 1969. Delhi: Banarsidass.
- Sasaki Masaya 佐佐木正哉. 1977. *Yapian zhanzheng qian zhongying jiaoshe wenshu* 鸦片战争前中英交涉文书 (Documents from the Sino-British negotiations before the Opium War). Taipei: Wenhai Press 文海出版社.
- \_\_\_\_\_. 1983. *Yapian zhanzheng zhi yanjiu (zi liao pian)* 鸦片战争之研究(资料篇) (Studies on the Opium War [Documentary Collection]). Taipei: Wenhai Press.
- Teixeira, Manuel. 1889. *A-er-nuo-suo bojue bi xia de Aomen* 阿尔诺索伯爵笔下的澳门 (Macao in the Writings of Count Arnoso). In *Revista de Cultura* (Chinese edition), no. 7/8.
- Vaid, K.N. 1972. *The Overseas Indian Community in Hong Kong*. Hong Kong: University of Hong Kong Press.
- Wang Lixin 王立新. 1997. *Meiguo chuanjiaoshi yu man qing zhongguo jindaihua* 美国传教士与满清中国近代化 (American missionaries and China's modernization in the late Qing). Tianjin: Tianjin People's Press 天津人民出版社.
- Wang Tieya 王铁崖. 1957-1962. *Zhong wai jiu yue zhang hui bian* 中外旧约章汇编 (A collection of treaties between China and other countries), Vol. 1. Beijing: Shenghuo, dushu, xinzhi sanlian shudian 生活读书新知三联书店.
- Wong, J. Y. 1983. *Anglo-Chinese Relations, 1839-1860: a calendar of Chinese documents in the British Foreign Office records*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- Wright, Arnold. 1908. *Twentieth Century Impressions of Hong Kong, Shanghai and Other Treaty Ports of China*. London: Lloyd's Greater Britain Publication Co.
- Wu Yixiong 吴义雄. 2000. *Zai zongjiao yu shisu zhijian: jidujiao xinjiao chuanjiaoshi zai huanan yanbai de zaoqi huodong yanjiu* 在宗教与世俗之间: 基督教新教传教士在华南沿海的早期活动研究 (Between Religion and Custom: The Early Period of New Protestant Missionaries along China's Southeast Coast). Guangzhou: Guangdong Educational Press 广东教育出版社.
- Xu Jiyu 徐继畲. 1995-1999. *Ying huan zhi lue* 瀛环志略 (A Sketch of the World). Shanghai: Guji chubanshe 上海古籍出版社.
- Yang Guozhen 杨国桢. 1996. "Yangshang yu daban: Guangdong shisan hang wenshu chutan" 洋商与大班: 广东十三行文书初探 (Foreign merchants and the "Taipans": exploring the documents of the thirteen factories). In *Jindai shi yanjiu* 近代史研究 (Modern History), 1996, Vol. 3.
- \_\_\_\_\_. 1997. "Yingguo waijiaobu zhongwen dang an yu Lin Zexu yanjiu" 英国外交部中文档案与林则徐研究 (Sources for the Study of Lin Zexu in the Archives of the British Foreign Office). In *Jindai shi yanjiu* 近代史研究 (Modern History), 1997, Vol. 1.
- Yang Liansheng 杨联升. 1958. "Kangqiao daxue suo cang yihe yanghang zhongwen dang an xuan zhu" 康桥大学所藏怡和洋行中文档案选注 (Selections from Cambridge University's Collection of Chinese-language Documents from Jardine, Matheson and Company). In *Qinghua Xuebao* 清华学报 (Journal of Tsinghua University), Vol. 3, September 1958.



Pormenor de Macau no "Mapa Geral das Sete Províncias do Litoral [da China]", dinastia Qing.

# Tentativa de uma Nova Abordagem às Origens Históricas da Presença Portuguesa em Macau

JIN GUOPING\* E WU ZHILIANG\*\*



No nosso artigo “Reformular as Origens de Macau. Imperadores, âmbar-cinzento e Macau”<sup>1</sup> tivemos a oportunidade de percorrer o processo da busca oficial do âmbar-cinzento<sup>2</sup> no reinado de Jiajing 嘉靖 (1522-1566) e de estudar algumas das suas ligações à fundação de Macau. Nesta sede, mediante novas investigações sobre as datas exactas do assentamento sino-português quinhentista e da conhecida carta-relação do Pe. Gregório Gonçalves, tentaremos analisar mais a fundo a incrível função e o hábil disfarce que o âmbar-cinzento constituiu no processo do estabelecimento dos Portugueses em Macau. A fim de desmistificar a “lenda de Macau” iremos combinar este com outros factores, designadamente com a descoberta das origens dos bairros estrangeiros em Suzhou 肅州, que teriam servido de base legal e institucional para acomodar os Portugueses na península de Macau.

## I. DAS DATAS DO ASSENTAMENTO SINO-PORTUGUÊS E DA CARTA-RELAÇÃO

A datação correcta do assentamento entre Leonel de Sousa e o *haidao fushi* 海道副使 (subintendente dos Assuntos de Defesa Costeira) Wang Bo 汪柏 e da famosa carta-relação do Pe. Gregório Gonçalves continua controversa no meio académico internacional.

Em primeiro lugar, ocupemo-nos com a data dessa carta-relação que o Pe. Gregório Gonçalves dirigiu a D. Juan de Borja,<sup>3</sup> embaixador de Espanha em Lisboa. O seu título exacto é *Relacion del Vicario de la China a D. Juan de Borja, traducida de Portugues*. Sabemos, assim, que a missiva original foi escrita em português. Trata-se de um documento histórico importantíssimo sobre os primeiros tempos de Macau, cuja tradução original em espanhol ainda se conserva no Archivo General de Indias, em Sevilha, e de que também existe cópia no Ministério da Marinha, em Madrid.<sup>4</sup> Em 1925, quando o Pe. Pastells reproduziu parcialmente este documento na sua *História Geral de las Filipinas*,<sup>5</sup> não tendo a certeza, datou-o do ano de 1570, mas com um ponto de interrogação. O Pe. Manuel Teixeira seguiu a mesma versão.<sup>6</sup> O Dr. António Baptista sugeriu a data de 1568<sup>7</sup> e o Professor Rui Loureiro avançou com duas datas.<sup>8</sup>

Ora, sem a introdução de novas fontes, a solução desta questão continuará adiada *sine die*. Todavia, algumas peças arquivísticas espanholas fornecem-nos provas irrefutáveis da data e lugar desta carta.

\* 金国平 Tradutor e investigador da História de Macau e da História das Relações Sino-Portuguesas. Licenciado em Português pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim.

*Translator and investigator of the History of Macao and of the History of Sino-Portuguese Relations. He holds a Degree in Portuguese from Beijing University of Foreign Studies.*

\*\* 吴志良 Doutorado em História pela Universidade de Nanjing, Vice-presidente do Instituto das Relações Chinesas com o Exterior. Administrador da Fundação Macau.

*Ph.D. in History from the University of Nanjing. Vice-president of the China Overseas Relations Association. Chairman of the Macao Foundation.*

## HISTORIOGRAFIA

Começamos pela carta de recomendação do Pe. Gregório Gonçalves que o embaixador espanhol em Lisboa dirigiu ao rei Filipe II de Espanha. Datada “De Lisboa, 26 de noviembre de 1573”, reza no começo:

*Señor: Por la relación que con ésta envío de Gregorio de Ganzálvez, vicario de la China, entenderá vuestra Majestad a lo que se ofrece y las razones que da para haber de tomar el sitio de los Luzones, los que de la Nueva España fueron a las Islas Filipinas y están ahora en la isla de Pulucubu. Yo ha días que comunico este hombre, y a lo que de él entiendo, trata verdad; y, pareciéndome ser esto así, le he hecho amistad en lo que se le ha ofrecido. Ha tenido mucha gana de ir a tratar estos negocios con vuestra Majestad y se lo he estorbado, por parecerme que, habiéndose vuestra Majestad de servir de él, conviene que sea en mucho secreto; lo cual no podría ser, yendo él a esa corte; él no pretende merced, sino después de haber servido, como en su relación dice. Entiendo que es persona que puede bien cumplir lo que promete, vuestra Majestad enviárame ha mandar lo que debo hacer.*<sup>9</sup>

Pelo conteúdo da carta, fica definitivamente apurada a nacionalidade do Pe. “Gregorio de Ganzálvez”, um português que se ofereceu ao serviço de Espanha em circunstâncias assim propostas pelo Pe. Gregorio de Andres:

*En 1572 había desembarcado en Lisboa un clérigo portugués, de nombre Gregorio Gonzálvez, audaz misionero que había recorrido la India, China e islas de Indonesia y Filipinas. Parece que había tenido diferencias con los jesuitas y, últimamente, con su Obispo Melchor Carneiro, primer Obispo de Japón y China, del cual era vicario en Macao; pero no sé por que motivos fue degradado y suspendido de Ordenes; por lo cual venía a Roma a apelar contra esta sentencia e obtener de la Santa Sede la vicaría de Macao. Estas disensiones con los Portugueses explican la inclinación de Gonzálvez hacia los castellanos, que buscaban, según este clérigo, no la conquista territorial sino espiritual de estos remotos territorios. Aunque Gonzálvez quiso venir a Madrid para explicar a Felipe II los derechos de los castellanos en Oceanía, sin embargo el embajador Borja le desaconsejó por ele peligro que corría si los Portugueses llegaran a enterarse de que comunicaba sus conocimientos sobre aquellos territorios a sus rivales. Por lo cual remitió, por la embajada, una extensa relación en que describe sus andanzas por Oriente.*<sup>10</sup>

Ao que parece, estamos perante outro Luís Jorge de Barbuda! Face a este documento, poderemos, assim,

situar a data da elaboração da *Relación del Vicario de la China a D. Juan de Borja* no período entre 1572 e Novembro de 1573. Provavelmente, teria sido escrita nos inícios ou meados de Novembro de 1573, pois D. Juan de Borja diz: *Yo ha días que comunico este hombre, y a lo que de él entiendo, trata verdad*, parecendo certo que o lugar em que foi escrita terá sido Lisboa.

Apesar de já termos assim identificada a data da elaboração desta carta, ainda não podemos definir exactamente qual é o período de “doze anos” nela referido. Só com a resolução deste problema poderemos saber a data da chegada do Pe. Gregório Gonçalves a Macau, de maneira a conseguir dados seguros sobre a data do assentamento sino-português e do momento em que os Portugueses começaram a frequentar Macau.

Foram sugeridas várias datas, 1553, 1554, 1555, 1571, 1573, etc., sendo as mais correntes 1553 e 1554. Pessoalmente inclinamo-nos para 1553. Eis a nossa argumentação:

Primeiro, o próprio Pe. Gregório Gonçalves relata: “Nenhuma coisa tratarei com Vossa Senhoria em que haja dúvida, nem seja de outiva, senão de vista e certa. Eu há vinte anos que estou na Índia de Portugal, e tantos há que fui enviado ao reino da China, pelas muitas guerras que há muitos anos que em tal reino há com os Portugueses, apesar da qual sempre fizeram seus negócios, até ao ano de cinquenta e três. E neste tempo vieram notícias à Índia que queriam os Chineses fazer pazes com os Portugueses, como de facto se fizeram.”<sup>11</sup>

Por esta narrativa testemunhal sabe-se que a data do assentamento sino-português seria 1553. Tomando por base os períodos das monções, condições indispensáveis às navegações marítimas dessa altura, também podemos obter alguns dados aproximados que nos permitem deduzir a data. Das monções, que constituíam as melhores épocas para a navegação dos barcos à vela que viajavam da China para a Ásia Marítima e vice-versa, no Índico, a de sudoeste começa em Março, num deslocamento paulatino em direcção a leste, atingindo em Junho a sua máxima força. Em Julho, continua vigorosa. A partir dos inícios de Agosto vai perdendo a sua intensidade, mas prevalece até Setembro. Nos finais de Setembro ou inícios de Outubro chega a época das chuvas, que anuncia a mudança de direcção dos ventos. Em Outubro, começa a levantar-se a monção de nordeste.<sup>12</sup> Segundo a carta de Leonel de Sousa, dirigida ao Infante Dom Luís, em Março de 1553 ele já estava na Malaca, o

que quer dizer que, pelo menos, em Março de 1553 já tinham chegado barcos da China a Malaca a trazer a notícia do assentamento.

Em segundo lugar, recordemos que, com o falecimento de S. Francisco Xavier na ilha de S. João, ocorrido em 1552, o projecto inaciano de entrar na China sofreria uma suspensão temporária. A paz entre a China e Portugal foi uma boa oportunidade para que os missionários pudessem pôr pé na China. O bispo da Malaca, em cuja jurisdição religiosa cabiam os assuntos religiosos da China, não deve ter perdido tempo em mandar missionários para essa mesma China. Os barcos que saíam de Malaca para lá costumavam zarpar entre Abril e Maio, razão pela qual podemos supor que o bispo da Malaca, ao obter esta notícia, teria mandado imediatamente o Pe. Gregório Gonçalves embarcar nalgum barco de vela que fosse à China com a monção de sudoeste. O enviado deverá ter chegado a Macau antes de Junho ou Julho de 1553, pois a embarcação em que viajava deveria ir ao Japão antes desta data, sob risco de perder as monções.

Em terceiro lugar, o sucessor do Pe. Gregório Gonçalves foi o Pe. João Soares, que chegou a Macau em Outono de 1564 numa embaixada do rei português ao imperador da China. Por causa das monções, a saída do Pe. Gregório Gonçalves de Macau teria ocorrido no Outono de 1564, substituído pelo recém-chegado e novo Vigário da China.<sup>13</sup> Ele próprio no-lo diz: "... E comecei a entender a terra e a fazer cristandade, trabalhando sempre [para] que os da terra fossem favorecidos, sabendo perdoar-lhes as suas faltas, tratando com eles e fazendo-os tratar [com] muita verdade, donde vim a fazer, no decurso do tempo, que foram doze anos uma povoação muito grande na ponta da terra firme que se chama Macau, com três Igrejas e um hospital de pobres e casa da Misericórdia, que agora é uma povoação que passa de cinco mil almas cristãos."<sup>14</sup> Ora, analisando a data em que o Pe. Gregório Gonçalves deixou Macau ou o seu cargo de Vigário da China – que dissemos supor ser o ano de 1564 – recuados 12 anos, teríamos exactamente o ano de 1553!

Pelo exposto, parece poder afirmar-se que o assentamento da paz entre a China e Portugal deverá ter sido firmado antes de Fevereiro de 1553. O Pe. Gregório Gonçalves teria chegado a Macau entre a Primavera e o Verão de 1553 e o seu abandono de Macau, ou do cargo do Vigário da China, teria ocorrido no Outono de 1564. Resumindo: o Pe. Gregório Gonçalves, que viveu e

missionou na qualidade de Vigário da China, num total de 12 anos em Macau, bem merece ser incluído no elenco dos fundadores de Macau e chamado de fundador da Igreja Católica no território.

Os estudiosos que insistem na data de 1554<sup>15</sup> baseiam-se principalmente na obra *Riben Yi Jian* 日本一鑑 (Um Olhar sobre o Japão), de Zheng Shungong 郑舜功, e no *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China com as suas particularidades, e assi do reyno de Ormuz* do Pe. Gaspar da Cruz. Todavia, comparando estas duas obras com a carta de Leonel de Sousa sobre o assentamento sino-português e a carta-relação do Pe. Gregório Gonçalves ao embaixador espanhol em Lisboa, advertimos que as primeiras não são fontes primárias; ou seja, a haver discrepâncias sobre os mesmos factos, são as fontes primárias a prevalecer.

Em nossa opinião, quanto ao processo da fundação de Macau, a explicação dada pelo Professor Dai Yixuan afigura-se-nos a mais defensável e aceitável. Dai Yixuan frisa: "No nosso entender, as circunstâncias reportadas na carta de Sousa correspondem à verdade histórica dos factos. Primeiro, em termos da data, corresponde à registada nas fontes chinesas. Sousa veio à China em 1552 (isto é, 31.º ano do reinado de Jiajing), mas não obteve grandes sucessos comerciais. Os seus contactos com o *haidao fushi* verificaram-se no ano seguinte (isto é, no 32.º ano do reinado de Jiajing, 1553), o que coincide com a data em que os "bárbaros dos barcos" pediram alguma terra emprestada para pôr a secar os tributos que traziam, para o que obtiveram a autorização do *haidao fushi* Wang Bo, registada na *Guangdong Tong Zhi* 广东通志 (Crónica Geral de Guangdong), da autoria de Guo Fei 郭斐. Em segundo lugar, este assentamento deveria ser autorizado pelo imperador, o que podia demorar de três a quatro meses. Ou seja, pelo menos só no ano seguinte (33.º ano do reinado de Jiajing, 1554) poderia chegar algum despacho oficial da corte. Esta versão coincide com a data avançada por Gaspar da Cruz que diz que, a partir de 1554, os Chineses deixaram os Portugueses pagar os direitos e comerciar pelos ancoradouros. Também está em conformidade com o relato feito por Zheng Shungong em *Riben Yi Jian*: "No ano *jiayin* 甲寅 (1554), apareceu um grupo de barcos dos bárbaros *Fulangji* 佛朗机 (Frangis, designação dada aos Portugueses) pelas águas de Guangdong 广东 em companhia dum tal Zhou Luan

## HISTORIOGRAFIA

周鸾, que se apresentou como sendo o *kegang* 客纲 (agente oficial).<sup>16</sup> Junto com os bárbaros, assumiu o nome dum outro país para informar falsamente o *haidao fushi*, que veio a autorizar-lhes o pagamento dos direitos conforme as taxas em vigor. De maneira que, ao obter a autorização da parte do *haidao fushi* Wang Bo para o comércio, usava com frequência embarcações pequenas para incitar os bárbaros a transportar as suas mercadorias para o sopé da cidade capital de Guangdong a fim de as comercializar. Chegaram a entrar na cidade com o mesmo objectivo.<sup>17</sup> Vemos que tanto as datas como os factos estão conformes. As descrições de *Riben Yi Jian* são complementares de alguns pormenores contidos nas informações de Sousa.<sup>18</sup>

## II. A CARTA-RELAÇÃO, A *GUANGDONG TONG ZHI* E OS PORTUGUESES EM MACAU

O maior valor documental da carta-relação do Pe. Gregório Gonçalves reside no facto de descrever com grande fidelidade o processo histórico da instalação portuguesa em Macau:

“... E com esta notícia fui para lá enviado, e permaneci na terra no primeiro ano com sete cristãos, onde me cativaram a mim e aos demais, até a vinda dos navios no ano seguinte. E no segundo ano me começou Nosso Senhor a alumiar, com o que converti alguns Chineses à fé de Jesus Cristo, e permaneci na terra, onde tinha edificado uma igreja de palha. E logo que se vieram os navios para a Índia e para outros reinos, me tornei a deixar ficar na terra com 75 cristãos, os quais todos fomos outra vez cativos, sendo derramados por diversas partes, sem saber uns dos outros, gritando os chins comigo, porque me deixava ficar na terra, que seria alguma traição. E detiveram-nos até ao ano seguinte, [altura em] que chegaram os navios e fomos todos soltos e juntos, e tornei a fazer [uma] igreja, e os Portugueses casas, donde fiquei conhecido deles [Chineses] daí em diante pacificamente.”<sup>19</sup>

Aqui “o primeiro ano” deve ser o de 1553, o que coincide com a versão do 32.º ano (1553) do reinado de Jiajing da *Guangdong Tong Zhi* da autoria de Guo Fei. O primeiro “no ano seguinte” e “no segundo ano” referir-se-iam a 1554. O segundo “no ano seguinte”, pelo contexto, seria 1555.

Pela carta-relação do Pe. Gregório Gonçalves sabe-se que nos primeiros dois anos da instalação

portuguesa em Macau, “eles começavam por habitar a bordo”,<sup>20</sup> mais tarde “limitavam-se a algumas barracas, que eram destruídas após o período comercial que coincidia com o início e o fim das monções”.<sup>21</sup> “Na Baía [de Macau] eles viviam em palhais”,<sup>22</sup> “ao terminar as feiras eram expulsos. Com o correr do tempo, a lei ia afrouxando, de maneira que os Portugueses começaram a juntar-se como abelhas e a Baía tornou-se num favo”<sup>23</sup> e “começaram a levantar casas de palha e lances de muralha”.<sup>24</sup> A definição deste *modus vivendi* para os comerciantes estrangeiros que vinham a comerciar à China data dos inícios da dinastia Ming (1268-1644).

“Nos inícios do reinado de Hongwu 洪武 (1368-1398), foi dada ordem para que os artífices e comerciantes bárbaros se limitassem a bordo, sem poderem entrar nas cidades. Havia ordenanças proibitivas muito rigorosas para aqueles que se comunicavam com os bárbaros. A partir dos meados do reinado de Jiajing, houve comerciantes bárbaros que começaram a levantar casas à beira de baías, com o objectivo de facilitar o comércio. O valor de trespasse de cada casa podia chegar a centenas de *jin* 金<sup>25</sup>.”<sup>26</sup>

Logo, desde 1553, os Portugueses deixaram de habitar a bordo durante o tempo das transacções e passaram a viver em construções improvisadas, que bem poderiam ser “os palhais” acima referidos. Isto quer dizer que, a partir desse ano, os Portugueses começaram a “desembarcar em terra e montar as suas barracas” para habitação. Por outras palavras, a instalação portuguesa em Macau dividiu-se em duas etapas: de 1553 a 1554, os Portugueses começaram a frequentar a baía de Macau, com habitações temporárias em terra firme; a partir de 1555, alguns Portugueses começaram a habitar permanentemente em Macau. Citemos outra vez o Pe. Gregório Gonçalves: “... e tornei a fazer [uma] igreja, e os Portugueses casas, donde fiquei conhecido deles [Chineses] daí em diante pacificamente.” Da frase “daí em diante pacificamente” talvez possamos fazer a seguinte interpretação: a partir de 1555, com as repetidas ordens de busca do âmbar-cinzeno dadas por Pequim, as autoridades de Guangdong já deixavam os Portugueses estar à vontade em terra, que passaram dos seus “palhais” a “casas” que eles próprios construíram. Passados mais dois anos, com Wang Bo no topo da Administração Judicial de Guangdong e com o decreto imperial de 1556 sobre o âmbar-cinzeno, os pioneiros Portugueses ganharam



confiança e dedicaram-se seriamente a construir a cidade que veio a ser Macau.

Este processo da instalação portuguesa em Macau tem ecos em crónicas locais chinesas, dos quais destacamos um registo na *Guangdong Tong Zhi*, de Guo Fei, que reputamos ser a referência mais primitiva da versão de 32.º ano (1553) do reinado de Jiajing.

“No 32.º ano (1553) do reinado de Jiajing, os bárbaros dos barcos que vieram a ancorar em Haojing 濠鏡 mostraram o desejo de, contra o oferecimento de subornos, pedir terras emprestadas para a secagem de algumas coisas, a pretexto de ter os seus navios danificados pela tempestade e os tributos molhados, o que veio a ser autorizado pelo o *haidao fushi*, Wang Bo, que recebera esses subornos. De início, fizeram apenas umas dezenas de cabanas de palha, mas passado algum tempo, à medida que os artífices e comerciantes que procuravam lucros fáceis transportavam para lá tijolos, telhas, madeiras e pedras, construíram casas e tomando forma duma povoação que atraía muitos navios para aí ancorarem, tudo à custa de outros surgidouros que caíram em desuso.”<sup>27</sup>

Não falta quem negue terminantemente qualquer relação entre a data avançada pelo Pe. Gregório Gonçalves e a versão do 32.º ano (1553) registada na *Guangdong Tong Zhi* de Guo Fei. Até há quem afirme que os factos reportados nestas duas fontes são contraditórios, alegando que, caso tivesse havido, em 1553, o pedido de empréstimo de alguma nesga de terra em Macau para secar os tributos – pedido este autorizado pelo *haidao fushi* Wang Bo –, não seria possível que houvesse o assentamento entre Leonel de Sousa e Wang Bo em 1554; ou seja, se o assentamento sino-português fosse verdadeiro, seria inverosímil a versão de pedido de terra por parte dos “bárbaros dos barcos”. No entender de alguns investigadores chineses, o referir estas duas fontes nos mesmos termos, além de simplista, é erróneo, por se descurarem as contradições que existem entre os dois documentos. Esses mesmos investigadores chegam a afirmar que, do ponto de vista do valor documental, a carta de Leonel de Sousa é mais primitiva e com uma descrição mais directa, portanto mais credível.

Também já foi posta em causa por alguns historiadores chineses a versão de empréstimo da terra aos Portugueses, reportada na *Guangdong Tong Zhi*. Eis os seus dois argumentos: primeiro, os referidos “bárbaros dos barcos” não eram necessariamente

portugueses; segundo, face ao facto de, nessa altura, não terem os Portugueses o estatuto de tributários, caso tivessem necessidade de secar os tributos, os mandarins locais da dinastia Ming, tal como Wang Bo, não se teriam atrevido a dar a para isso autorização.

Ora, perante este novo avanço que reside na fixação do ano de 1553 como a data do assentamento sino-português e da chegada do Pe. Gregório Gonçalves a Macau deixam de existir as contradições acima referidas. É verdade que os “bárbaros dos barcos” não eram necessariamente Portugueses, mas também é verdade que neles podiam estar incluídos. De facto, “embora haja proibições para a presença dos *Fulangji*, os seus homens vinham misturados na tripulação dos barcos bárbaros para fazer o comércio”.<sup>28</sup> E precisamente porque não tinham o estatuto de tributários, necessitavam de alegar algum motivo que lhes legitimasse a presença não autorizada. Eis o bem achado argumento: pedir terras emprestadas para a secagem dos tributos molhados num naufrágio. As “baías para estrangeiros” e as “baías oficiais” – que são os tais “portos limitados” no dizer de Leonel de Sousa<sup>29</sup> – abertas mediante um Memorial ao Trono apresentado por Lin Fu 林富, eram ancoradouros para barcos dos países tributários. Macau era um deles. O *haidao fushi* Wang Bo, sendo um mandarim destacado da corte, onde tinha contactos e protecções, para a administração de Guangdong, tinha entre as suas competências a pasta do comércio externo; mesmo assim, “como havia ordenanças proibitivas em relação aos contactos com os bárbaros e as baías designadas para eles, assim como a fuga fiscal, e castigos rigorosos para os transgressores”,<sup>30</sup> qualquer consentimento, explícito ou implícito, em deixar os Portugueses entrar em baías para tributários, precisava de ser legitimado com algum argumento válido. A primeira coisa a fazer seria mudar de nome, porque os Portugueses, conhecidos como *Fulangji*, ainda estavam na lista dos que não podiam entrar na China. O *zong du* 总督 (grande coordenador) e *du yu shi* 都御史 (censor-mor) Lin Fu enviou um Memorial: “Solicito que autorizem a passagem da pasta do comércio externo para as competências do *haidao fushi*. Quando chegam às baías os barcos bárbaros, o *haidao fushi*, juntamente com o *beiwo* 备倭 (comandante provincial das forças antipirataria)<sup>31</sup> e o *ti ju* 提举 (superintendência dos navios mercantes),<sup>32</sup> que, por sua vez, chefia os seus subalternos, fazem a patrulha e inspecção aos barcos. Aos que vêm munidos com

## HISTORIOGRAFIA

credenciais tributárias e respectivos *kan he* 勘合<sup>33</sup> será permitido entrar nas baías oficiais, mas sempre os sujeitando a inspecções de rotina. Os bárbaros desconhecidos que nunca vieram trazer-nos tributos, tais como os *Fulangji*, serão expulsos”.<sup>34</sup>

Ora, disto estava perfeitamente informado Leonel de Sousa: “Quanto aos negócios, e vyagem da China toquarey ém pouquos, porque pus tres annos nella e tiue muitos de que tirey pouquo proveyto, achey os Portos todos carrados com muyta guarda, e provimento darmadas pera nos não deyxarem fazer fazenda, nem nola consentirem dar do que fuy logo avizado por hum China alevantado<sup>35</sup> e de portuguezes que lá estavam prezos, que estivesse bem aprecebido que aviam de peleyar comigo, e que de nenhua maneira farya fazenda, por que o mandava asy El Rey, por ser emformado, que ha faziamos furtadamente, e mandava que toda ha geração de mercadores deixassem entrar, e pagar direitos, se não aos Franges que eram homens de corações sujos, que são os portuguezes, e os tinhao por ladroims, e alevantados que amdavam fora da obediencia de seu Rey. Como achey a terra desta maneira e com o avizo que tive pus logo o mylhor requado, e goarda que pude nos Navios, e portuguezes que estavam comygo, que nam alevantassem a terra nem fizessem sem rezomes de que estavam escamdelizados dos passados, soffrendo com isto alguas necessidades, e myngoia de mantimentos por mos nã darem da terra; e aproue a Nosso Senhor que me mandaram cõmeter paz, e que assantase direitos como estavam em custume aseytey este requado cõ conselho de todos, que ho ouveram por muyto serviço de Deos, e de Sua Alteza pelo nã poderem alcançar ate ly os que os que lá hiã e ter El Rey asantado de nos primeiros portuguezes de os nam consentyr na China, e asy pera fazerem esta paz nos mudarão os nomes de Franges que nos dantes chamavaõ a portuguezes de portugual, e Mala qua, que nam eramos da geração dos primeiros, e por suas sortes, e agoyros que he muyto de gentyos que elles são, deziaõ que esta ventura me gardara Deos que pellas portas das Cidades, e lugares ma aviam de mandar espreater o nome.”<sup>36</sup>

Em segundo lugar, havemos de considerar a autorização do pagamento dos direitos aos Portugueses. A taxa de 20% foi fixada mediante um Memorial ao Trono apresentado por Wu Tingju 吴廷举: “No 12.º ano do reinado de Zhengde 正德 (1506-1521), o grande coordenador dos Dois Guang 两广 e o censor

metropolitano Chen Jin 陈金, juntamente com o *fu shi* 副史 (subintendente)<sup>37</sup> Wu Tingju apresentaram um Memorial ao Trono onde propõem seguir a prática de 20% da dinastia Song 宋 (960-1279) ou a taxa mais recente de 30% para taxar as mercadorias trazidas, das quais, as preciosas e finas seriam mandadas à capital e as grossas e pesadas comercializadas *in loco*, cujas receitas reverteriam para o orçamento militar local. Foi apenas autorizada a taxa de 20%.<sup>38</sup> E os Portugueses conseguiram uma maneira de pagar metade da taxa estabelecida, até só um terço: “Esta paz, e direitos mandou cometer ho Aytao da Cidade, e Reyno de Cãtaõ, que he officio e Denydade grande, e Estado como Almyrante do Mar, que prove em todolos negocios dos Portos de Mar asy na fazenda como Armadas, em que as vezes sahe em pessoa com muyto poder, quando ay ha causas pera iso, da qual paz não fiz com elle pauta nem assanto pelo nã levar por Regimento, e que aviamos de pagar a vinte por cento, como hera custume, e paguavam os Syames do Reyno de Siã, que navegam na China par previlejo, e licença d’El Rey, nos quaes Direitos a vymte por cento, nam consenty em mays que ha dez por cento ao que me respodeo que elle os nã podia abaixar, porque eram Direitos Reaes que o faria saber a El Rey, que pera o ãno achariamos a reposta, que aquele nam podia vir, que eram tres ou quatro mezes de caminho aonde El Rey estava, e que por entaõ nam pagassemos mais Direitos aos vinte por cento que dametade das fazendas que levavamos, e asy fyquariam aos dez por cento que dezia, e que me pedia que mandase fazer bom gasalhado dos Mandarys que são como Desembargadores, que os viessem fazer aos Navios, que não oulhase que eram Chins senã as devizas, e Armadas do Estado d’ElRey que traziam, que malembrava que por hua descortezia que fizerão os primerios portuguezes a hum Mãdarim os nã consentio ElRey mais na China, e pois minha ventura fora tão boa que se nã perdesse.

Desta maneira fiz paz; e os negocios na China com que todos fizeram suas fazendas, e proueitos seguramente foram muytos portuguezes á Cidade de Camtaõ, e outros lugares par onde andaram folgando algus dias, e negociando suas fazendas á sua vontade sem receberem agravo, nem pagarem mais Direitos dos que atras digo, que muytos pelo que esquonderam nã ficaram pagando mais Direitos que da terça parte das fazendas.”<sup>39</sup>

Em relação ao facto de saber se Wang Bo teria ou não a autorização de Pequim para tais negociações

comenta W. Robert Usellis: “Em 1554, Leonel de Sousa concluiu um acordo com o *haidao fushi*, Wang Bo, segundo o qual concordava em pagar direitos alfandegários aos Chineses. Este acordo marca um ponto de viragem nas relações luso-chinesas. A partir de agora era permitido aos Portugueses frequentar as feiras de Cantão, o que lhes permitia praticar uma actividade comercial semi-legal; semi-legal uma vez que o acordo havia sido feito pelos funcionários locais sem a necessária autorização das autoridades de Pequim.”<sup>40</sup>

A ideia de as autoridades de Guangdong terem negociado o assentamento com o capitão-mor português nas circunstâncias semi-legais aqui referidas é literalmente copiada por Fok Kai Cheong 霍启昌. Vejamos: “Como o acordo mencionado por Sousa foi feito sem a devida autorização das autoridades de Pequim, os acontecimentos por ele narrados não podem naturalmente ser confirmados nas fontes chinesas oficiais da época. Contudo, existem provas de fontes privadas coevas que corroboram a história de Sousa”.<sup>41</sup> E mais: “É importante notar que a fórmula marca um afastamento de qualquer padrão de comércio e de relações entre a China e os estados estrangeiros permitido durante o período Ming no âmbito do sistema sinocêntrico. As relações com os Portugueses, de acordo com a fórmula, não obtiveram aprovação imperial durante a dinastia Ming”.<sup>42</sup> Noutro passo: “Por volta de finais do século XVI a corte Ming não ignorava estas relações com os Portugueses, já que vários censores haviam enviado memoriais para a corte sobre o estado dos negócios de Macau. A fórmula Macau foi, não obstante, passivamente tolerada.”<sup>43</sup>

Veremos que tanto a teorização como as provas e análises sobre a ignorância de Pequim do caso dos Portugueses não são sustentáveis. Pequim, como centro político, estava por trás das operações levadas a cabo em Guangdong. A “fórmula de Macau” não foi “passivamente tolerada” por Pequim. Pequim tinha pleno conhecimento da situação em Guangdong e manipulou magistralmente todas as circunstâncias que contribuíram para a fixação portuguesa em Macau, sem que os Portugueses percebessem os verdadeiros motivos da drástica viragem da atitude oficial chinesa para com eles. Daí a origem de toda a nebulosidade que envolve a fundação de Macau.

Comparando as referidas fontes chinesas e portuguesas é fácil chegar à conclusão de que será difícil dizer qual delas é a mais primitiva ou directa.

Actualmente, no meio académico estudioso da história de Macau existe uma tendência pouco saudável que reside em economizar esforços na descoberta ou redescoberta de novas fontes históricas, por um lado, e, por outro, em negar precipitada e terminantemente algumas fontes históricas bem conhecidas, cuja correcta percepção e explicação exigem aturados esforços cruzados de pesquisa e análise, como o têm feito os Professores Tang Kaijian 汤开建 e Rui Manuel Loureiro. E, para tentar justificar algum novo ponto de vista, esses “inovadores” ou interpretam de maneira forçada ou não hesitam em deturpar intencionalmente algumas dessas fontes. É assim que, a fim de destruir gratuitamente versões existentes, de preferência as dos estudiosos autênticos e consagrados, por aí aparecem tantas e novas fantasias e romances saídas da pena desses “arrivistas da História”, surpreendentes e, ao mesmo tempo, lamentáveis aos olhos de qualquer estudioso sério. Em muitos casos, deparamos com essas tentativas de destruição, mas pena é não termos o gosto de ver sair desses “historiadores” qualquer iniciativa ou tese inovadora séria. No nosso entender, questionar ou tentar “actualizar” alguma teoria não implica necessariamente negar as existentes; é preciso lançar outras novas e trazê-las à apreciação da comunidade científica. Combater uma teoria existente e não apresentar nenhuma nova... Não será este comportamento contraditório? Não deverá ser questionado quanto à sua lisura?

A carta-relação do Pe. Gregório Gonçalves e a *Guangdong Tong Zhi* de Guo Fei têm os seus méritos e constituem fontes fidedignas enquanto não houver outras provas em contrário. Descrevem em complementaridade, e partindo de ângulos diferentes, o mesmo processo do surgimento de Macau. A primeira dá mais importância a alguns detalhes: o número das pessoas que conseguiram ficar em Macau, as datas, as mudanças da atitude das autoridades chinesas locais, as construções, etc.; a segunda possui um estilo altamente sintético, mas também nos dá conta de pormenores ausentes na primeira, nomeadamente no que diz respeito ao número das construções improvisadas: p. ex. “nessa altura, havia apenas uma dezena de barracas.” Pela carta-relação do Pe. Gregório Gonçalves, sabemos que 1555 corresponderia a “de início”. A *Guangdong Tong Zhi* de Guo Fei dá-nos uma ideia da envergadura das construções levantadas. E o “passados alguns tempos” é muito elástico. O período em que os Portugueses

## HISTORIOGRAFIA

habitaram em palhais teria durado mais ou menos dois anos. O início do “mais tarde” poderia ser 1555 ou 1557. A partir da primeira data, os Portugueses começaram a construir as tais “casas” referenciadas pelo Pe. Gregório Gonçalves. A partir de 1557, em consequência do consentimento tácito das autoridades de Guangdong em deixar definitivamente os Portugueses fixarem-se em Macau, começou a surgir no local toda uma série de construções de cal e pedra, descrita por Guo Fei nos seguintes termos: “De início, fizeram apenas umas dezenas de cabanas de palha, mas passado algum tempo, à medida que os artífices e comerciantes que procuravam lucros fáceis transportavam para lá tijolos, telhas, madeiras e pedras, construíram casas e tomando forma duma povoação que atraía muitos navios para aí ancorarem, tudo à custa de outros surgidouros que caíram em desuso.”

Veremos agora que também por detrás das datas de 1553, 1555 e 1557 houve um fio condutor que activou e conduziu o processo da abertura de Macau: a procura do âmbar-cinzeno.

### III. ÂMBAR-CINZENTO, WANG BO E OS PORTUGUESES

#### 1. O ÂMBAR-CINZENTO NA CULTURA CHINESA

Nos obscuros primórdios de Macau, houve um objectivo e uma pessoa que se revelaram como dois factores omnipresentes em todo processo da abertura do estabelecimento: o âmbar-cinzeno e o *haidao fushi* Wang Bo.

O âmbar-cinzeno foi introduzido na China como tributo já na dinastia Song,<sup>44</sup> embora a primeira referência possa ser encontrada em *Youyang Zazu* 酉阳杂俎 (Mosaico de Youyang) uma obra da dinastia Tang 唐 (618-907): “O país de Bobali 拔拔力<sup>45</sup>... essas terras só têm marfim e o *amoxiang* 阿末香.”<sup>46</sup> Um produto cujo nome tem outras variantes, tais como *anbaxiang* 暗八香,<sup>47</sup> *ambaer* 俺八儿<sup>48</sup>, *ambaerxiang* 俺八儿香, etc. Todas estas formas são transcrições fonéticas do árabe *anbar*, que quer dizer cachalote e, por extensão, o âmbar-cinzeno que se cria dentro deste mamífero.

O seu nome chinês *longxianxiang* 龙涎香 (âmbar-cinzeno) resulta duma tradução semântica, baseada na lenda das babas do dragão marítimo. Consta que, nas fontes históricas chinesas, a primeira referência ao âmbar-cinzeno é a de um poema de Su Dongpo 苏东坡, um conhecido letrado e político da dinastia Song do Norte

北宋 (960-1127). Quando foi exonerado do seu cargo e desterrado para Dazhou 儋州, na ilha de Hainan 海南, o poeta encontrou-se numa grande penúria. O seu filho, de nome Su Guo 苏过, a fim de o consolar o pai, preparou um bolo, à base de inhame, baptizando-o com o nome de *Yusangeng* 玉糝羹. Muito comovido pela piedade filial, o poeta improvisou os seguintes versos: “É tão cheiroso como o âmbar-cinzeno, mas mais pastoso e branco; o seu sabor é parecido com o de leite de vaca, mas mais refrescante. Todos os manjares de luxo do mar de Sul são inferiores ao *Yusangeng* de Dongpo!” Noutro poema do mesmo autor, intitulado *Doufu* 豆腐,<sup>49</sup> temos outra alusão: “À procura de cheiro da podridão, às vezes entram pelas lojas de peixe salgado dentro, e ao cheirar uma fragrância não encontram onde haja o âmbar-cinzeno.”

Culturas diferentes dão usos diferentes ao âmbar-cinzeno.<sup>50</sup> Nos seus lugares de origem, tais como parte da Ásia Ocidental, África Oriental e Índico, o âmbar-cinzeno usou-se como incenso,<sup>51</sup> material de construção<sup>52</sup> e betume para embarcações,<sup>53</sup> etc. Marco Polo, que veio para a China na dinastia Yuan 元 (1206-1368) conta nas *Viagens de Marco Polo* a forma de recolha do âmbar-cinzeno no Oceano Índico, que presenciou durante a sua viagem de regresso à Europa.<sup>54</sup> No seu *Zhifang Waiji* 职方外记 (História dos Países não Tributários) o missionário jesuíta Giulio Aleni também dá conta do âmbar-cinzeno que se achava em diversas partes do mundo.<sup>55</sup>

Até por volta de 1620 o âmbar-cinzeno continuava a ser do monopólio real na costa indiana. O padre jesuíta António Gomes, que nessa altura viajou pela Índia, relata: “... perguntamos lhe por âmbar, mostrou se lhe hum pedaço, disserão q tinham mas q não podião vender senão a seu Rey, q tem gr.<sup>des</sup> penas quem faz o contrº...”<sup>56</sup> Esta versão é corroborada pela obra chinesa *Youhuan Jiwen* 遊宦紀聞 (Crónica dum Eunuco Viajante) que descreve o âmbar-cinzeno nos seguintes termos: “Por debaixo dos redemoinhos que correm pelos mares vivem os dragões. Com os turbilhões das correntes, as suas babas vêm à superfície da água. Ao entrar em contacto com a luz solar, transformam-se em flocos e com os ventos chegam à costa. As pessoas recolhem-nos e entregam-nos às autoridades.”<sup>57</sup>

Na China, a primeira referência ao âmbar-cinzeno como objecto de decoração pessoal data da dinastia Song. Além disso, usava-se como incenso e material fragrante para a produção de velas. Só a partir da

dinastia Ming é que se começou a dar-lhe um uso medicinal. Ademais, o âmbar-cinzento encontra-se registado em duas conhecidas farmacopeias chinesas, *Bencao Huiyao* 本草会要 (Súmula do Compêndio da Matéria Médica), de Wang Ji 汪机, e no *Bencao Gangmu* 本草纲目 (Compêndio da Matéria Médica), de Li Shizheng 李时珍. Não obstante, a melhor obra sobre o âmbar-cinzento pertence a Zhao Xueming 赵学敏, da dinastia Qing 清 (1644-1911) autor de *Bencao Gangmu Shiyi* 本草纲目拾遗 (Adendas ao Compêndio da Matéria Médica), que inclui um aprofundado estudo sobre as suas propriedades farmacêuticas. O âmbar-cinzento “tem um cheiro de peixe, ligeiramente ácido e salgado, não é venenoso. Quanto às suas propriedades farmacêuticas, possui um sabor doce, cheira a peixe, agarra um pouco à língua, activa a circulação sanguínea, fortalece as medulas, revitaliza a potência, revigora o sistema sanguíneo. Segundo uma mezinha preparada por Liao Chengyan 廖承言, o âmbar-cinzento é diurético, activa o sistema linfático, afugenta espíritos maléficos, faz desaparecer qualquer sinal de envelhecimento.”<sup>58</sup>

Como o âmbar-cinzento era extremamente difícil de conseguir, a partir do período Song do Sul 南宋 (1127-1279) Guangdong detinha o monopólio na obtenção desta raridade. “O âmbar-cinzento dos incensos é o mais caro e precioso. No mercado de Guangzhou, cada tael não vale menos de 100 mil caixas e mesmo o de segunda classe, nunca é inferior a 50 ou 60 mil caixas. Trata-se de um produto de monopólio estatal.”<sup>59</sup> No Fujian 福建, a sua taxa alfandegária era muito baixa, ‘incensos: cada 100 cates de almíscar e âmbar-cinzento e cada cate do *Samuxiangyou* 萨木香油 (bálsamo) pagam 3 mazes.”<sup>60</sup>

O grande poeta Tang Xianzu 汤显祖 imortalizou a procura do âmbar-cinzento em Macau em forma poética e teatral. O seu poema “Versos sobre a procura do âmbar-cinzento pela Inspeção de Incensos do distrito de Xiangshan 香山 (Monte Odorífero)” constitui uma excelente peça literária, com elevado valor histórico:

“Os dragões marítimos brincam com os fios de  
babas, que parecem intermináveis,  
Nas enchentes primaveris, os peixes grandes ex-  
pelem pela boca flores de *Furong* 芙蓉.<sup>61</sup>  
Pagando uma fortuna por uma ninharia,  
Espero que, como as nuvens do Céu, ele [âmbar-  
-cinzento] proteja os palácios imperiais.”

Estes versos estão cheios de referências literárias. A primeira frase talvez tenha a sua inspiração na entrada de Longxianyu 龙涎屿 (Pulau Rondo)<sup>62</sup> de *Daoyizhilue* 岛夷志略 (Crónica Abreviada dos Ilhéus) que diz: “Aquando dum tempo limpo ondulam-se as águas com os ventos e os dragões andam em brincadeira pelo litoral. Deixam as suas babas sobre a ilhota, e daí veio o nome.” Os dragões aqui referidos são de facto os cachalotes. Os antigos julgavam que o âmbar-cinzento provinha dos dragões marítimos e só mais tarde é que vieram a saber que se criava dentro dos cachalotes. Dos peixes, a baleia é a maior, daí a expressão “os peixes grandes”.

“Em relação ao peixe *Haiweng* 海翁 dizem que é como um pequeno monte e que sobre as suas costas podem mesmo nascer plantas; os lenhadores às vezes sobem pelas suas costas por engano, e ele desvia-se logo para outros lugares, sem destino certo. Isto não está bem investigado. A *Crónica* afirma: na comunidade dos autóctones havia no passado um osso da coluna vertebral, que media uns 5 ou 6 *chi* 尺. Era tão grosso que nem duas pessoas conseguiam abraçá-lo. Segundo os pescadores, as maiores poderão pesar uns 3 ou 4 mil cates, mesmo as mais pequeninas deverão ter mais de mil cates. A sua pele é tão dura como pedra, onde não entram nem facas nem flechas. Às vezes, aparecem umas hirtas. Algumas pessoas entram pela sua boca para tirar óleo que pode servir de combustível. A sua carne é muito grossa, pouco apropriada para o consumo. Pela sua boca saíam babas num movimento constante. De alguns pedaços que aparecem pelas praias, há-os de cor preta, amarela clara, etc. Outros dizem que são âmbar-cinzento. Os nativos recolhem-nos para o comércio. É muito difícil distinguir o genuíno das falsificações (*Chikan Ji* 赤嵌集 Antologia de Chikan)”<sup>63</sup>

No nosso entender, o uso da expressão “as enchentes primaveris” talvez venha da seguinte frase: “Pelas rochas dessa ilhota abundam os dragões, que expelem as suas babas na Primavera.” Na nossa opinião, nesta passagem, *furong* não pode ser interpretado como “anfião”, mas sim como a figura de um corpo semi-sólido que flutua quando as barbas dos dragões entram em contacto com a água. Estes flocos parecem-se com as flores de *furong*, de modo que se diz “Nas enchentes primaveris, os peixes grandes expelem pela boca flores de *furong*”. Contudo, esta imagem também poderia ter sido elaborada por inspiração numa frase registada na *Youhuan Jiwen*,

## HISTORIOGRAFIA

de autoria de Zhang Shinan 张世南, da dinastia Song do Sul, que diz: “Por debaixo dos redemoinhos que correm pelos mares vivem os dragões. Com os turbilhões das correntes, as suas babas vêm à superfície da água. Ao entrar em contacto com a luz solar, transformam-se em flocos e com os ventos chegam à costa.”

Na 8.<sup>a</sup> lua do 34.<sup>o</sup> ano (Agosto e Setembro de 1555) do reinado de Jiaping, o Ministério da Fazenda Pública oficiou às autoridades máximas de Guangdong para mandar “pagar como antigamente por cada cate de âmbar-cinzentos 1200 taéis de prata”. O âmbar-cinzentos era já muito caro na origem. Segundo *Xiyang Fanguo Zhi* 西洋番国志 (Crónica dos Países Bárbaros do Mar de Oeste), “(As Maldivas) produzem o âmbar-cinzentos. Os pescadores recolhem-no das ilhotas. A sua forma lembra o breu. Cheirando, não se detecta nenhuma

*Pequim tinha pleno conhecimento da situação em Guangdong e manipulou magistralmente todas as circunstâncias que contribuíram para a fixação portuguesa em Macau...*

fragrância. Queimando-o, expele um cheiro a peixe. O seu preço é muito elevado e paga-se com prata.”<sup>64</sup> “A maior parte do âmbar-cinzentos que se obtém vem das Maldivas, em cujas rochas abundam os dragões marítimos que expelem babas. As aves pairam sobre elas e os peixes dão bicadas nelas. Do âmbar-cinzentos, o que se apresenta amarelo lembra a cola e o preto parece *wulingzhi* 五灵脂.<sup>65</sup> E o branco é como *baiyaojian* 百药煎.<sup>66</sup> Cheira a peixe. O que se obtém da barriga da baleia é grande como uma ganta e redondo como pérola. O seu preço paga-se por taéis. Cada tael custa 12 moedas de ouro, de maneira que um cate custa 192 moedas de ouro desse país, que equivalem a 49 mil caixas chinesas. Um preço elevadíssimo.”<sup>67</sup>

Fei Xin 费信 tem um relato semelhante: *The price is not cheap: one liang of our official scales costs twelve gold coins of that country, and one chin, costs one hundred and*

*ninety-two of the said gold coins; this is equal to [a bill of] forty thousand and ninety copper cash of the Middle Kingdom. It is extraordinarily expensive [indeed].*<sup>68</sup> Por isso a afirmação de “Pagando uma fortuna por uma ninharia” não é nenhum exagero.

Segundo dizem, o âmbar-cinzentos tinha a propriedade de “acalmar as dores cardíacas e revigorar a potência”<sup>69</sup>; “Também há quem diga que dos afrodisíacos é o melhor”<sup>70</sup>; “Dizem melhorar muito as relações sexuais, mas é uma raridade difícil de obter.”<sup>71</sup> Nas fontes portuguesas, temos descrições semelhantes: “... e dizem que aproveita muyto pera a conversação das molheres, e que aproveita ao coração, e ao cerebro e ao estomago”.<sup>72</sup> “Levava para resgate destes cativos um pouco de âmbar que há seis anos<sup>73</sup> que é buscado de el-rei da China, com grande prometimento a quem lho trouxesse, porque acham em seus livros que dá longa vida aos velhos se o comerem com certas confeções.”<sup>74</sup>

Mas a procura do âmbar-cinzentos era muito dispendiosa. Wei Jun 魏浚 frisou: “o âmbar-cinzentos é produzido em vários países do Mar de Oeste. Barcos bárbaros trazem-no aos portos orientais. Nem era originário de Oeste. No ano *jiawu* 甲午<sup>75</sup> do reinado de Wanli 万历 (1573-1620), foram dadas ordens ao Fujian e aos Dois Guang para o adquirirem e apresentarem à corte. Os ocidentais ficaram embaraçados com isto. Eram um grande encargo para Guangdong, estas ordens [...] Vi com frequência este produto quando estava de missão na província de Fujian. Aconteceu que um comerciante veio de barco com 13 taéis de âmbar-cinzentos e, ao perguntar-lhe pelo preço pedido, respondeu: cada tael custa 120 taéis de prata. Perguntei-lhe qual era a referência para a fixação deste preço? Respondeu que havia antecedentes no reinado Jiaping [...] Consegui apurar que as buscas do âmbar-cinzentos em Fujian e Guangdong tiveram lugar no ano *bingchen* 丙辰<sup>76</sup> do reinado de Jiaping.”<sup>77</sup>

Buscas que não acabaram no reinado de Wanli,<sup>78</sup> o que nos permite ter uma ideia de como era a situação no anterior reinado de Jiaping. Na dinastia Qing, parece que cessou a procura oficial do âmbar-cinzentos, mas “os que viviam obcecados com a sua fama de afrodisíaco buscavam-no em Taiwan, mas a verdade é que se trata dum produto muito raro nesta terra. Então passaram a tentar obtê-lo dos comerciantes dedicados ao comércio exterior. Tanto trabalho para uma coisa que não tem grande utilidade!”<sup>79</sup>

O âmbar-cinzento tem algumas propriedades farmacêuticas,<sup>80</sup> mas está muito longe de ser a panaceia milagrosa divulgada pelos tauistas e alquimistas. Classificar esta procura dispendiosa como “pagar uma fortuna por uma ninharia” não deixa de ser uma afirmação muito apropriada. A par duma obsessão maníaca por pílulas preparadas com âmbar-cinzento, com que alguns imperadores, sem pensar nos interesses de Estado, viviam, o poeta, apesar de ter sido exonerado do seu cargo e desterrado, formulava os seus votos, desejando que o âmbar-cinzento pudesse, como as nuvens brancas, proteger os filhos do Céu que viviam nas profundezas da Cidade Proibida.

## 2. O ÂMBAR-CINZENTO NA CULTURA PORTUGUESA

Em português, o *longxianxiang* é conhecido por vários nomes: âmbar-cinzento-pardo, âmbar-cinzento-cinzento ou ambergris, todos com a sua etimologia no árabe *anbar*, podendo usar-se simplesmente âmbar-cinzento.

A forma âmbar-cinzento veio do Oriente para o português. A forma *al'anbar* veio directamente do árabe<sup>81</sup> e o seu uso é anterior à forma sem o artigo *al*. A primeira grafia comprovada de “alambre” data de 1265. Referências ao âmbar-cinzento podem ainda ser encontradas nas várias fontes portuguesas sobre o Oriente produzidas durante o período dos Descobrimentos.

Das duas cartas que D. Manuel escreveu, após a chegada da primeira expedição de Vasco da Gama a Lisboa, respectivamente aos Reis Católicos da Castela e ao Cardeal Protector, podemos ter uma ideia do já adquirido conhecimento português da importância do âmbar-cinzento. De facto, em Julho de 1499, D. Manuel escreveu aos Reis Católicos dando-lhes as seguintes informações:

“Sabem Vossas Altezas como tínhamos mandado a descobrir Vasco da Gama, fidalgo de nossa casa, e com ele Paulo da Gama, seu irmão, com quatro navios pello oceano, os quaes agora ja passava de dous annos que eram partidos; e, como o fundamento principal desta empresa sempre fosse per nossos antepassados de serviço de Deos Nosso Senhor e isso mesmo nosso, prouve lhe, por sua piedade assy s em caminhar, segumdo ho recado que por hum dos capitaes, que a nos a esta cidade ja he chegado, ouvemos que acharam e descobriram a Imdia e outros

regnnos e senhorios a ella comarquãos, e emtraram e navegaram o mar della, em que acharam gramdes cidades e de gramdes edefiçios e ricos e de gramde povoaçam; nas quaes se faz todo o trauto da especiarya e pedrarya, que passa em naaos, que os mesmos descobridores viram e acharam, em grande quantidade e de gramde gramdeza a Mequa, e dahy ao Cairo, dhomde se espalha pello mundo; da qual trouxeram loguo agora estes quantidade, a saber: de canella, cravo, gingivire, noz nozcada e pimenta e outros modos de especiarya, e ainda os lenhos e folhas delles mesmos; e muyta pedrarya fyna de todas sortes, a saber: robiins e outras; e ainda acharam terra em que ha mynas de ouro; do qual e da dita especearya e pedrarya nam trouxeram logo tanta soma, como poderam, por nam levarem mercadaria.”<sup>82</sup>

Nestas informações, o monarca português escondeu aos Reis Católicos notícias sobre o âmbar-cinzento, como podemos ver noutra carta, datada de 28 de Agosto do mesmo ano, que o dito soberano mandou a D. Jorge da Costa, então em Roma:

“Primeiramente, allem do que a Sua Santidade screvemos, sabera Vossa Reverendissima Paternidade que estes que ora tornaram da dita investigação e descobrimento, antre outros portos da India, estiveram em huma cidade chamada Qualecut, principal escapulla de mercadoria da Yndia, domde nos trouxeram toda maneira de especiaria, a saber, canela, cravo, pymenta, gengibre, noz mozcada, benjoym, ambar, almizquere, perlas, robys, e todo outro genero de pedraria e mercadorias preciosas.”<sup>83</sup>

Comparando as duas missivas, não será difícil descobrir a ausência de “benjoym, ambar, almizquere” na carta dirigida aos Reis Católicos: porventura mais uma ocultação do que uma negligência.

*A Suma Oriental*<sup>84</sup> de Tomé Pires fala do âmbar-cinzento. Também menciona esta preciosidade numa carta ao monarca português, enviada de Cochim, e datada de 27 de Janeiro de 1516.<sup>85</sup> Duarte Barbosa chega mesmo a falar do preço do âmbar-cinzento no *Livro do que Viu e Ouviu no Oriente*.<sup>86</sup> Fernão Mendes Pinto refere-se três vezes ao âmbar-cinzento na sua *Peregrinação*.<sup>87</sup> Garcia da Orta<sup>88</sup> e Frei João dos Santos<sup>89</sup> dedicaram capítulos inteiros a este tema. A maioria dos cronistas das Descobertas referenciam o âmbar-cinzento.<sup>90</sup>

Em Portugal, o âmbar-cinzento era usado principalmente como fragrância e medicamento.<sup>91</sup> Na

## HISTORIOGRAFIA

dinastia Qing, Zhao Xueming registou em *Bencao Gangmu Shiyi* a maneira como os Portugueses de Macau usavam o âmbar-cinzento como produto medicinal:

“Chen Liangxi 陈良士 comenta: ‘Em Macau, eu vi como os japoneses e os bárbaros usavam o enxofre importado e outros elementos medicinais para produzir pílulas do âmbar-cinzento. Dizem que já na dinastia Han 汉 (206 A.C.-220) os alquimistas faziam drogas usando o âmbar-cinzento. Tanto os japoneses como os bárbaros possuem as suas respectivas receitas e as guardam como segredos que não podem ser divulgados na China. O livro *Zhaji* 笱记 (Miscelânea) diz que o âmbar-cinzento que se acha em Danshui 淡水<sup>92</sup> tem a propriedade de acalmar as dores cardíacas e revigorar a virilidade. Zhou Quda 周曲大 afirma: ‘O âmbar-cinzento pode provocar a segregação de saliva. Os que têm falta de saliva, ao chupar um bocado do âmbar-cinzento na boca, começam a ter salivas que até correm pelos cantos da boca. Tem um ligeiro cheiro a peixe, como se dele se tratasse. Esse cheiro desaparece quando os bárbaros de Guangdong<sup>93</sup> usam âmbar-cinzento em pílulas, misturando-o com outros medicamentos.’”<sup>94</sup>

Na África Oriental Portuguesa usava-se do âmbar-cinzento para fazer um preparado destinado ao tratamento da letargia.<sup>95</sup> Do ponto de vista comercial, nesse tempo, na África Portuguesa e no litoral indiano, o âmbar-cinzento, bem como o ouro, marfim, corno de rinoceronte, marfim de cavalo marinho, eram mercadorias de luxo.<sup>96</sup> Temos referências ao valor comercial do âmbar-cinzento no *Lyvro dos pesos da Yndia, e Assy medidas e mohedas* de António Nunez, terminado em 1554.<sup>97</sup>

No século XVI, o monarca português reservou aos comandantes das fortalezas de Sofala e da ilha de Moçambique o monopólio do âmbar-cinzento.<sup>98</sup> Durante um período considerável de tempo, os Portugueses controlavam todo o mercado do âmbar-cinzento vindo do Índico e do Atlântico. Lisboa transformou-se no único centro distribuidor desse produto na Europa.<sup>99</sup>

Até ao ano de 1792, temos o “Regimento da Fazenda Real que devem observar o feitor e mais officiaes da mesma, na Ilha de S. Nicolau”:

“15.º – Sobre o Ambar, que apparece nas prayas vay dito no paragrafo sétimo do Tit. 5. Cap.º 1 o em que advertirá o Feitor, que toda a pessoa, que o achar lho deve manifestar, e não o fazendo pagar a pena, que vay declarada no 7.º do Cap. 2.º Tit. 10, que he

pagar a Real Fazenda não só o valor do Ambar achado, mas também ser prezo por vinte dias pela primeira vez, e pagar da cadeya mil, e duzentos reis a metade para a dita Real Fazenda, e outra a ametade para quem o accuzar.

16.º – E a toda a pessoa que achar o Ambar, e o manifestar dará a propina do estyllo, como se aponta no paragrafo septimo do Capitulo primeiro, e Titulo quinto, que he hoje a terça parte do achado, não obstante mandar dar-lhe o Dezebargador José da Costa Ribeiro a ametade como se ve no Cap.º 18, dos que deixou na Feitoria da sobredita Ilha de S. Nicolau. Porem se o Ambar for achado dentro das Baleyas, que sahirem nas prayas, como dizem que se acha, este Ambar todo pertence a Real Fazenda, e ninguem tem parte nelle.”<sup>100</sup>

No século XVIII, o âmbar-cinzento constava da lista das exportações da Índia Portuguesa para Macau<sup>101</sup> e no século XIX continuamos a ter notícia sobre o comércio do âmbar-cinzento nessa cidade.<sup>102</sup>

### 3. A PROCURA DO ÂMBAR-CINZENTO E A ENTRADA DOS BARCOS PORTUGUESES EM MACAU

Na China imperial, durante o reinado do imperador Jiajing, o âmbar-cinzento transformou-se na fragrância mais procurada. O 10.º ano (1531) do reinado de Jiajing foi certamente um ano frustrante e amargo para o imperador. Após dez anos de casamento, e apesar da substituição de imperatrizes e consortes, não lhe nasceu nenhum filho. A débil saúde do imperador era também motivo de preocupação para a corte e para o povo.

No 6.º dia da 10.ª lua do 9.º ano (1530) do reinado de Jiajing o primeiro *colao* Zhang Cong 张璁 enviou um Memorial ao imperador: “Majestade: Os antigos imperadores, além de terem as imperatrizes, possuíam 6 damas palacianas, 3 esposas, 8 concubinas, 27 mulheres legítimas, 81 esposas imperiais, a fim de poder conseguir uma ampla linhagem. Penso que a Vossa Imperatriz já está no trono há anos e até agora não vimos brilhar nenhuma estrela, de maneira que Vossa Majestade continua sem herdeiro. Eu, na qualidade do vosso humilde vassalo, penso que Vossa Majestade está na maior pujança da sua imperial vida e é preciso pensar em algumas medidas para conseguir uma próspera linhagem...”<sup>103</sup>

A escolha do herdeiro imperial era, de facto, “primordial para a causa dinástica”. O imperador



Shizong 世宗 aceitou de bom grado esta proposta e deu o seguinte despacho:

“Já lá vão quase 10 anos que me casei. Dado que perdi a minha primeira esposa, a sucessão está sem solução. De vez em quando fico com medo desta situação ao pensar nas esperanças da minha santa mãe.”<sup>104</sup>

Ordenou então ao Ministério dos Ritos que acelerasse o processo de procura de donzelas. O Ministério mandou quatro funcionários para diversos lugares da China em busca de raparigas virgens para o soberano e num único mês foram seleccionadas 1258<sup>105</sup> candidatas, depois levadas a Pequim, das quais “nove foram escolhidas a dedo para preencher os lugares das nove concubinas.”<sup>106</sup>

Afirmam alguns autores que *the emperor's interest in Taoism first centered on rituals and practices that were said to induce or to increase fertility*.<sup>107</sup> Por *rituals* e *practices* entendem-se o estabelecimento do altar tauísta e a fabricação das pílulas tauístas. A obcecação do imperador Jiajing pelo tauísmo reflecte bem a sua preocupação com a própria sucessão e a sua procura irrealista da longevidade. Os seus antepassados – excepto Taizu 太祖, que fundou a dinastia Ming, e Chengzu 成祖, que deslocou a capital imperial para Pequim, que gozaram duma desejável longevidade – quase todos tiveram uma vida curta. O imperador, embora com a graça e o mandato do Céu, e numa posição suprema sobre todos, era tão mortal como qualquer elemento do povo. Por isso, a longevidade seria a maior preocupação para qualquer imperador, sobretudo para Jiajing, que sucedeu na Cidade Proibida ao seu tio Zhengde, precisamente por este não ter tido um filho próprio.

O imperador Jiajing era, desde criança, doente. Mesmo após a entronização contraiu várias doenças graves. Estes factos levam-nos a perceber melhor o porquê da sua obcecação por uma longevidade irrealista. “O imperador Shizong era obcecado pelas coisas de imortais. Os *gei shi zhong* 给事中 (censor de ministério) Gu Cunren 顾存仁, Gao Jin 高金 e Wang Nayan 王纳言 foram responsabilizados pelas suas intervenções expressas. Aconteceu que, nessa altura, um alquimista de nome Duan Chaoyong 段朝用 apresentou, através de Guo Xun 郭勋, a Sua Majestade uma centena de recipientes de platina feitos por ele. Dizia ele que nas cerimónias tauístas se servem comidas neles e os que as comessem poderiam ser imortais. O imperador convocou-o imediatamente para a sua presença e conver-sou com ele, ficando muito contente. O convocado mais

afirma que se o imperador passasse a viver num completo isolamento do mundo conseguiria todo o ouro que quisesse e a mezinha da imortalidade. Ao ouvir isso, o imperador ficou radiante. Mandou aos vassalos da corte dizer ao príncipe herdeiro que tomasse conta dos assuntos de Estado. ‘Vou passar férias durante um ou dois anos e mais tarde retomarei a governação’. Estas palavras deixaram toda a corte espantada, mas ninguém se atreveu a dizer nada em oposição.”<sup>108</sup>

Na sua juventude, para ter filhos e na sua-meia idade para obter a longevidade, o imperador Jiajing tinha uma vida sexual anormal que não fazia diferença entre o dia e a noite. Chegava a copular com uma dezena de mulheres; uma potência exacerbada pelo uso dos afrodisíacos *hongqian* 红铅<sup>109</sup> e *qiushi* 秋石.<sup>110</sup> As mulheres que passavam em roda-viva pela cama do imperador – a mais nova tinha apenas 13 anos<sup>111</sup> – eram tantas que os escrivães palacianos nem logravam registar atempadamente todas para lhes dar algum título oficial e decidir a linhagem materna quando tivessem algum filho do imperador.<sup>112</sup>

Vejamos o que nos diz a autorizada *Cambridge History of China*:

*During the 1550s T'ao continued to suggest new techniques for attaining longevity and immortality to the emperor, who responded with enthusiasm. Taoists had the notion that physical immortality could be attained by preparing oneself for such a transformation. This preparation entailed refining the inner and outer elixirs. The outer elixirs comprised the plant and mineral compounds loosely known as ‘elixirs of immortality.’ The inner elixir was refined by strengthening the yang or life element. It was held that this could be done by having intercourse with virgin girls at the first instance of menses after the age of fourteen, this being the point at which the yang or life force in the yin or dark force was said to be most intense and when it could be absorbed during intercourse.*

*T'ao Chung-wen advised the emperor to gather young girls for this purpose. In 1552 he selected 800 girls between the ages of eight and fourteen for palace service, and in 1555 he selected 180 more, all under the age of ten, for use in refining the elixir. Although this practice was criticized by some officials, it was in fact not uncommon on a lesser scale among the wealthy and the educated, particularly in the south.”<sup>113</sup>*

Na verdade, desde que a tradição “de manutenção da saúde” foi introduzida na dinastia Qin 秦 (221aC-

## HISTORIOGRAFIA

-206aC), a “arte sexual” residia em fazer exercícios respiratórios para activar a circulação energética do corpo e adoptar o jejum tauista a fim de manter a boa saúde e prolongar a vida. Contudo, desde a dinastia Han, esta “arte” começou a dar importância à prática de sexo com virgens e quantas mais melhor. Na sua juventude, com a ideia de ter uma prole numerosa e na meia-idade, com o fim de conseguir a longevidade, o imperador Jiajing teve uma vida sexual muito intensa, marcada frequentemente por necessidades impulsivas de sexo tanto durante o dia e como de noite. Chegou a ter na sua cama imperial mais de uma dúzia de mulheres. Para manter este apetite sexual fora do comum e para “enriquecer o *yang* (masculino) com o *yin* (feminino)”, o imperador Jiajing andou sempre desesperado na busca de afrodisíacos. Além de tomar o *hongqian* e *qiushi* que o grande médico e farmacêutico Li Shizheng nem sequer se dignou registar no seu *Compêndio da Matéria Médica*.

“Na 8.<sup>a</sup> Lua do ano *bingchen*<sup>114</sup> do reinado de Jiajing, Sua Majestade perguntou aos funcionários do Ministério dos Ritos: ‘Antigamente, usava-se o *lingzhi* 灵芝 (líquen, cogumelo da imortalidade)<sup>115</sup> como medicamento. Onde é que se deve procurar? É possível consegui-lo actualmente?’ O ministro Wu Shan 吴山 respondeu: ‘De acordo com *Ben Cao* 本草 (Compêndio da Ervanária), dos líquens, existem o preto, o vermelho, o azul, o branco, o amarelo e o púrpura. São diferentes tanto nas cores como nos sabores. No entanto, toda a gente afirma que ao tomá-lo, se sente extasiado.’ Por decretos imperiais Sua Majestade mandou as autoridades competentes procurar o líquen em lugares como Yuanyue 元嶽, Longhu 龙虎, Heming 鹤鸣, Sanmao 三茅 e Qiyun 齐云, assim como nas Wuyue 五嶽 (Cinco Montanhas).<sup>116</sup> Ao mesmo tempo, uma recompensa foi prometida à população. Chang Juyou 张巨佑, um habitante do distrito de Wanping 宛平县, foi quem primeiro conseguiu cinco pés de líquen e os ofereceu a Sua Majestade, que ficou muito contente e o recompensou com ouro e seda. Não tardou muito que aparecessem sucessivamente ofertas de tais ervas tanto por funcionários como por populares. Foram despachados para toda a parte comissários imperiais em procura do líquen. Na 9.<sup>a</sup> lua do ano seguinte, o Ministério dos Ritos apresentou a Sua Majestade mais de um milhar de pés de líquen frescos, vindos das Cinco Montanhas e de outras montanhas célebres. Até aos últimos anos do reinado de Jiajing, Wang Jian 王健,

por causa da oferta de líquen, caiu nas graças do imperador e foi nomeado médico imperial, com o fim de preparar medicamentos com o líquen. A saúde do imperador ficou afectada com a tomada desse medicamento não oficialmente classificado. Após o falecimento do imperador, o médico imperial foi acusado de ‘parricida’ e ser-lhe-ia aplicada a pena de ‘esburgar até aos ossos’ se não conseguisse comutar a pena por dinheiro. Quando se começava a fazer a preparação do líquen, o imperador deu ouvidos a Gu Kexue 顾可学 e a Tao Zhongwen 陶仲文, entre outros, que andavam a dizer que era indispensável o âmbar-cinzento autêntico para a preparação de líquen e que, uma vez preparada a mezinha, tinha de ser servida em recipientes de prata, com a finalidade de alcançar os efeitos de longevidade. Deste modo, o secretário de segunda classe Wang Jian foi nomeado comissário imperial da procura do âmbar-cinzento e o *zuo tong zheng* 左通政 (vice-director de Transmissão da Esquerda) Wang Huai 王槐 e outros percorreram o território chinês como comissários imperiais na procura das minas de prata. Wu Yue 吴嶽, *fu chen* 抚臣 (governador civil) de Baoding 保定 e outros ofereceram uns grãos de ouro e prata a Sua Majestade. Essas buscas percorreram o território chinês de lés a lés.”<sup>117</sup>

Assistimos assim a uma verdadeira farsa promovida pelo próprio imperador! Mas foi assim que aconteceu e se deu origem a Macau.

“No dia *sichou* 巳丑,<sup>118</sup> um decreto imperial foi mandado ao Ministério da Fazenda Pública para a compra do âmbar-cinzento”,<sup>119</sup> destinado à preparação do afrodisíaco para o imperador Jiajing, a fim de que ele pudesse desfrutar as 800 donzelas seleccionadas em 1552. O âmbar-cinzento era um artigo importado e só podia ser obtido através do comércio externo. Devido à rígida proibição marítima, a sua obtenção não era certamente uma tarefa fácil. Nessa altura, os Portugueses navegavam pelo Oceano Índico e pelo mar do Sul da China fora. Por dominarem o comércio entre o Ocidente e o Oriente, eram certamente os melhores agentes para trazerem o âmbar-cinzento. Daí a ligação histórica entre os “barcos forasteiros que entravam em Macau” em 1553 e a procura do âmbar-cinzento.

Em 1555, foram seleccionadas mais 180 raparigas para o imperador e a necessidade dos afrodisíacos tornou-se mais premente. “No 34.<sup>o</sup> ano (1555) do reinado de Jiajing, foi ordenado ao Ministério das Fazendas a procura e a compra de 100

## HISTORIOGRAPHY

cates<sup>120</sup> de âmbar-cinzento. Não se conseguiu nenhuma quantidade dentro da Capital Imperial. Mais tarde foram dadas ordens ao *fan si* 藩司<sup>121</sup> de Guangdong para que tentasse adquirir este produto. Ao receber o ofício ministerial, foi convocado um conselho no *tai si* 台司.<sup>122</sup> Ofereceram-se 1.200 taéis por um cate<sup>123</sup> deste produto. Conseguiram-se apenas onze mazes<sup>124</sup> que foram mandados à Capital Imperial... Foram assim dadas novas ordens ao Ministério das Fazendas para que destacasse um enviado especial<sup>125</sup> para os lugares com contactos com os bárbaros do litoral a fim de, com todos os recursos, procurar e comprar este produto para a corte”.<sup>126</sup>

*Minghuidian* 明会典 (Instituições dos Ming) diz expressamente que “Nos inícios do reinado de Shizong, houve uma quebra nos fornecimentos à *nei fu* 内府 (tesouraria palacial). [...] Durante mais de uma dezena de anos foi ordenada a compra por separado de âmbar-cinzento, razão pela qual o enviado<sup>127</sup> solicitou autorização para que os barcos bárbaros pudessem entrar no[s] ancoradouro[s]. Com o passar do tempo, conseguiu-se o produto...”.<sup>128</sup> Terá sido este o pano de fundo da criação dos *kegang* e *keji* 客纪 (agente oficial)<sup>129</sup> de Guangdong e “tornei a fazer [uma] igreja, e os Portugueses casas, donde fiquei conhecido deles [Chineses] daí em diante pacificamente”, no dizer do Pe. Gregório Gonçalves.

É de salientar que nos Memoriais ao Trono, referentes à abertura de Macau não há nenhuma referência à causa da entrada dos Portugueses no porto de Haojing. O Memorial intitulado “Pacificar e tratar os bárbaros no porto de Haojing”, apresentado pelo censor Pang Shangpeng 庞尚鹏, no 43.º ano (1564) do reinado de Jiajing, é considerado como sendo o primeiro documento oficial chinês sobre Macau. Pang Shangpeng conta como os Portugueses se mudaram de Lampacau para Macau:

“Em tempos passados, todos os navios fundeavam em Langbai 浪白 e noutras baías que, afastadas do litoral, ofereciam condições de vida assaz duras, impróprias para uma estância prolongada. Por este motivo, as autoridades incumbidas da vigilância das baías autorizaram a construção de palhotas para descanso dos bárbaros, como uma medida de conveniência e com a condição de que fossem destruídas depois de concluídas as transacções e antes da partida dos navios. Nos últimos anos, os bárbaros conseguiram entrar em Macau, onde começaram a

levantar casas de carácter permanente, as quais, em menos de um ano, atingiram várias vintenas. O seu número actual deverá ultrapassar o milhar.”<sup>130</sup>

A presença portuguesa em Macau seria um acontecimento para a época. Não podia ter passado despercebida da corte. E se nem um censor o terá ter afirmado num Memorial ao Trono é porque havia fortes razões para tal – os interesses do imperador. Após a instalação portuguesa em Macau, houve muitas discussões de iniciativas locais de Guangdong sobre uma possível expulsão dos Portugueses de Macau mas todas foram silenciadas ou pelas autoridades provinciais de Guangdong ou pelas centrais. Após a repressão dos amotinados de Zheling 柘林, Wu Guifang 吳桂芳 recusou a proposta de Yu Dayou 俞大猷 de acabar com Macau. Por Wu Guifang, de bom grado aceitaria isto a usurpar dos méritos militares Portugueses,<sup>131</sup> mas não o pôde fazer porque não podia acabar com a via pela qual se obtinha o âmbar-cinzento para a corte. Outro factor seria o bom resultado da separação dos Portugueses dos Japoneses que conduziu a vitória final sobre os piratas japoneses em 1564. Ye Quan 葉權, um letrado chinês que esteve em Macau em 1565, apenas um ano decorrido após o dito acontecimento, deixou um testemunho:

“Os oficiais militares imperiais acreditados em Macau e os funcionários alfandegários Chineses não tinham capacidade suficiente para os controlar; limitavam-se a tranquilizar com promessas amenas e vagas o ânimo dos bárbaros para que se não revoltassem...”<sup>132</sup>

Tudo isto porque ninguém se atrevia a cortar a via da obtenção do âmbar-cinzento autêntico de que Pequim precisava. O âmbar-cinzento terá sido o talismã de Macau e dos Portugueses.

#### 4. O ÂMBAR-CINZENTO, PRETEXTO PARA WANG BO AUTORIZAR A PRESENÇA PORTUGUESA

Wang Bo terá sido a personagem decisiva na autorização da entrada dos Portugueses em Macau, estando até também ligado à fixação lusa em Macau. *Jiajing Guangdong Tongzhi* 嘉靖广东通志 (Crónica Geral da Província de Guangdong, edição do reinado de Jiajing) informa-nos que “no 35.º ano (1556) do reinado de Jiajing, o *haidao fushi* Wang Bo mandou formar, pela primeira vez, *kegang* e *keji*, exercidos por comerciantes naturais de Guangdong, Anhui 安徽 e Quanzhou 泉州.”<sup>133</sup> Com a criação de *kegang* e *keji*, o

## HISTORIOGRAFIA

comércio português foi integrado no circuito comercial oficial. Esses *kegang* e *keji* seriam talvez aqueles “mercadores da terra” referenciados por Fernão Mendes Pinto na sua *Peregrinação*. Existem fontes chinesas que nos dão notícias sobre estes *kegang* e *keji*, anteriores ao 35.º ano (1556) do reinado de Jiajing. Citemos outra vez Zheng Shungong: “No ano *jiayin* (1554), apareceu um grupo de barcos dos bárbaros pelas águas de Guangdong, em companhia dum tal Zhou Luan, que se apresentou como sendo o *kegang*. Junto com os bárbaros, assumiu o nome de um outro país para informar falsamente o *haidao fushi*, que veio a autorizar-lhes o pagamento dos direitos conforme as taxas em vigor. De maneira que, ao obter a autorização do *haidao fushi* Wang Bo para o comércio, usava com frequência embarcações pequenas para incitar os bárbaros a transportar as suas mercadorias para o sopé da cidade capital de Guangdong a fim de as comercializar. Chegaram a entrar na cidade como o mesmo objectivo.”

A primeira crónica provincial elaborada após a sucessão dos Ming pelos Qing – *Kangxi Guangdong Tongzhi* 康熙广东通志 (Crónica Geral da Província de Guangdong, edição do reinado de Kangxi) – regista no Livro XXVIII, “Relações Externas”, o seguinte:

“No 34.º ano (1555), o *xun fu* 巡抚 (governador civil)<sup>134</sup> convocou à sua repartição, mediante um ofício, entre outros comerciantes do distrito de Fuliang 浮梁,<sup>135</sup> Wang Hong 汪弘 e incumbiu o *gangji* 纲纪 (agente oficial)<sup>136</sup> He Chude 何处德 de os levar aos barcos dos bárbaros para comprar o âmbar-cinzento. Conseguiram sucessivamente um total de onze taéis do âmbar-cinzento.”<sup>137</sup> A quantia solicitada pela corte por um decreto imperial ascendia a uma centena de cates e aqueles onze taéis conseguidos estavam muito longe de poderem cumprir a meta estabelecida. Talvez precisamente por esta razão se foi afrouxando o controle sobre os Portugueses a fim de ver aumentadas as possibilidades da obtenção do âmbar-cinzento. Estão por esclarecer as relações entre o *haidao fushi* Wang Bo e Wang Hong, comerciante do distrito de Fuliang. Não obstante, olhando para os seus nomes de família, talvez se possa admitir que fossem conterrâneos do mesmo clã.

No 35.º ano (1556) do reinado de Jiajing, o imperador Shizong ambicionava acumular em si as funções de mortal, chefe religioso e monarca.<sup>138</sup> Ambição que porventura estará na origem das ordens centrais da procura do âmbar-cinzento e da criação de *kegang* e *keji* em Guangdong.

Tanto Wu Tingju como Wang Bo tiveram a felicidade de ver as suas carreiras bem sucedidas graças ao mérito de terem conseguido o que a corte precisava em matéria de incensos e perfumes. O primeiro foi promovido a *fu du yu shi* 副都御史 (sub-censor mor) no 12.º ano (1517) do reinado de Zhengde<sup>139</sup> e a *du yu shi*<sup>140</sup> no 14.º ano (1519) do mesmo reinado e, por fim, a Ministro de Transportes e Obras Públicas de Nanquim. O último foi promovido a *an cha shi* 按察使 (desembargador provincial) da *an cha si* 按察司 (departamento do desembargador provincial) de Guangdong no 36.º ano (1557) do reinado de Jiajing.<sup>141</sup> Esta situação foi descrita através de uma personagem da peça *Mudanting* 牡丹亭 (Pavilhão das Peónias), do dramaturgo Tang Xianzu, nos seguintes termos: “Ao saíres um bocado alegre desta terra de Xiangshan,<sup>142</sup> tens todo um caminho de honras e riquezas pela frente. Isto é como oferecer um tesouro ao Nosso Imperador.”<sup>143</sup> Wang Linheng 王临亨, um funcionário judicial que esteve de missão em Guangdong, diz: “regra geral, o armazém da prefeitura de Guangzhou contava com uns taéis de âmbar-cinzento para as requisições oficiais imprevistas. Ao saber disso, o comissário imperial fiscal mandou retirar todo o aprovisionamento desse produto e mandou-o apresentar a Sua Majestade.”<sup>144</sup> O historiador Shen Defu 沈德符 regista: “Todos os grandes mandarins de Qianguogong 黔国公 (Duque do Estado de Guizhou 贵州) para baixo competiam em obtê-lo mediante suborno.”<sup>145</sup> Por estas citações se vê claramente o motivo pelo qual os poderosos tentavam obter o âmbar-cinzento.

Um lugar na administração de Guangdong foi sempre uma boa sinecura. Os que conseguiam entrar na função pública de Guangdong, sobretudo os que ocupavam lugares de chefia, tudo faziam para “procurar tudo quanto seja raro e exótico para agradar aos da corte”.<sup>146</sup> A procura e a oferta do âmbar-cinzento era certamente um meio de ganhar e de consolidar as boas graças do imperador, mas, ao mesmo tempo, estava também relacionada com os interesses de Estado. Se, para o povo, ter filhos era garantir o próprio bem-estar na velhice e a continuação da linhagem da família, para o imperador a procriação era sobretudo uma questão de interesse do Estado. De acordo com esta teoria, Wu Tingju e Wang Bo tinham cumprido com os seus deveres de vassalos para com o seu soberano, embora contra as leis em vigor que proibiam a entrada na China dos não tributários. E foi também por causa desta

necessidade imperial que os dois agiram contra tudo e contra todos, sem dar ouvidos a ninguém.

Os dois mandarins foram, por isso, alvo de duras críticas. *Wuzong Shi Lu* 武宗实录 (Registo do Imperador Wu Zong), no seu volume 194, regista: “(Entrada do dia *Sichou*<sup>147</sup> da 12.<sup>a</sup> lua do 15.<sup>o</sup> ano (1520) do reinado de Zhengde) ... Recentemente, por proposta do *you bu zheng shi* 右布政使 (tesoureiro provincial da direita) Wu Tingju, devido à falta de incensos e perfumes e à intenção de arrecadar direitos para a Repartição do *zong du*, começou-se a taxar os barcos bárbaros que arribavam fora dos prazos estabelecidos, o que fez com que eles não deixassem os surgidouros marítimos e passassem a frequentar as cidades que eram sedes de prefeitura.<sup>148</sup> Por esse facto, as leis pertinentes e a defesa ficaram frouxas e os caminhos conhecidos dos *Fulangji*, que não perderam tempo em aparecer por aí.”<sup>149</sup>

A cronologia *Guoque* 国榷 (Cronologia de Estado) acusa directamente Wu Tingju nos seguintes termos: “(Entrada do dia *xincou* 辛丑<sup>150</sup> da 5.<sup>a</sup> lua do 15.<sup>o</sup> ano (1520) do reinado de Zhengde) Autorizando uma solicitação de Wu Tingju, *you bu zheng shi* de Guangdong, começaram a taxar os barcos bárbaros tributários, o que trouxe as ameaças dos *Fulangji*. Dizem que foi (Wu) Tingju quem provocou isto.”<sup>151</sup> Huo Tao 霍韬,<sup>152</sup> natural do distrito de Nanhai 南海 de Guangdong, favorito do imperador Shizong, por ter lutado implacavelmente pelo estatuto oficial dos pais do monarca, “escreveu-lhe (Wu Tingju) cartas a criticar as suas acções infundadas”<sup>153</sup> que também foram classificadas como contrárias aos antecedentes históricos. “No 12.<sup>o</sup> ano (1517) do reinado de Zhengde, os bárbaros *Fulangji* apareceram repentinamente pelas terras do distrito de Dongguan 东莞. O antigo *bu zheng shi* Wu Tingju autorizou-os a apresentar os seus tributos e disso deu conta em Memorial à corte. Isto constituiu uma falta por não se seguirem os antecedentes históricos.”<sup>154</sup> Mais tarde, chegou a ser alvo de suspensão por dois censores imperais, conhecedores das circunstâncias do Guangdong, mas mesmo assim, acabou a sua carreira como Ministro de Transportes e Obras Públicas de Nanquim. Wu Tingju, apesar de ter sido gravemente acusado de ter dado lugar às ameaças de *Fulangji* e ter autorizado a apresentação dos tributos, não foi investigado pela corte e, muito ao contrário, viu a sua carreira bem sucedida.

Embora na *Wuzong Shi Lu* não venham especificados os géneros de “incensos e perfumes”, o

âmbar-cinzentos estava incluído neles, disso não há dúvida alguma.

O caso de Wang Bo é ainda mais significativo. Guo Fei registou uma discussão entre Wang Bo e o seu superior imediato sobre os Portugueses nos seguintes termos: “nessa altura, os *Fulangji* tencionavam ir ilegal e clandestinamente a Nan’ao 南澳 (Lamao).<sup>155</sup> Esta intenção foi bem acolhida e estimulada pelo *haidao fushi* Wang Bo. Ding Yizhong 丁以忠 questionou-o, prevenindo: essa situação será motivo de preocupações futuras para Guangdong, não será conveniente reflectir? [Wang] Bo não lhe deu ouvidos. Agora [os Portugueses] estão enraizados.”<sup>156</sup> Mais tarde, para justificar a invulgar atitude de Wang Bo, a este episódio foi acrescentada uma história de suborno: “Nessa altura, os *Fulangji* tencionavam ir ilegal e clandestinamente a Nan’ao. Esta intenção foi bem acolhida e estimulada pelo *haidao fushi* Wang Bo que tinha recebido um suborno. Yizhong disse: isto constituirá uma preocupação futura no Guangdong; mas mesmo com esta discussão não conseguiu impor a sua opinião.”<sup>157</sup> Nessa altura, Ding Yizhong estava no lugar de *an cha shi*, o superior imediato de Wang Bo, tendo sobre ele autoridade e jurisdição. Como superior, discutiu assim o assunto com Wang Bo, sem poder impor a sua opinião e Wang Bo, apesar de inferior, chegou ao ponto de não lhe dar ouvidos. Wang Bo apresenta-se-nos, de facto, como uma verdadeira figura de “valido” imperial. Supomos que se o acto de Wang Bo atentasse contra as regras estabelecidas o seu superior não deixaria de sofrer as consequências; todavia, assistimos aqui a uma situação bem contrária: Ding Yizhong beneficiou do que fez Wang Bo e foi promovido a *bu zheng shi*.

Oferecer âmbar-cinzentos ao imperador era assunto que não admitia críticas. E como matéria que tocava aos interesses palacianos, nas fontes da dinastia Ming não encontramos nenhuma referência expressa sobre o assunto. Havia cuidado em não referir estas matérias. Por esta razão, a procura do âmbar-cinzentos esteve encoberta como uma das mais nebulosas questões da história da China, arrastando consigo a história de Macau para um mistério até agora não de todo desvendado.

A primeira crónica provincial elaborada após a sucessão da dinastia Ming pela Qing – *Kangxi Guangdong Tongzhi* – regista um decreto relacionado com o âmbar-cinzentos, mandado publicar pelo imperador Jiajing:

“Na 3.<sup>a</sup> lua do 34.<sup>o</sup> ano (Março-Abril de 1555) do reinado de Jiajing, a Direcção das Cerimónias

## HISTORIOGRAFIA

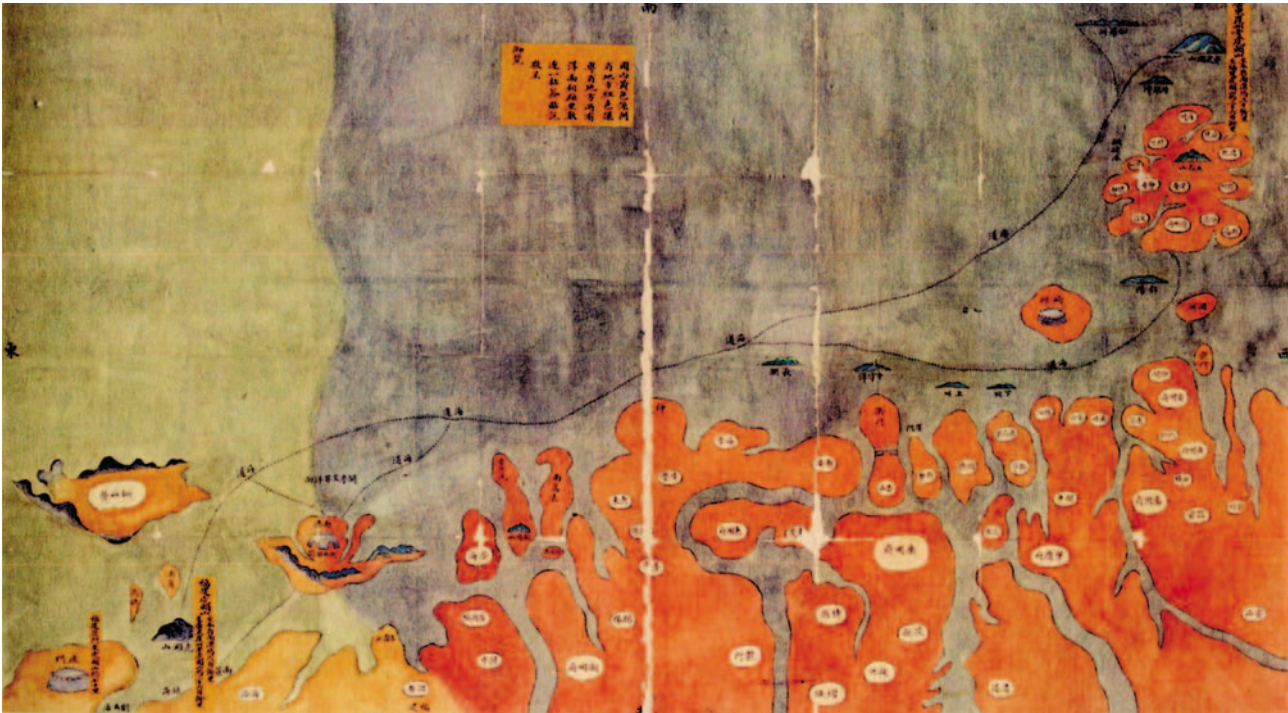
transmitiu o seguinte decreto imperial: Seja dada ordem ao Ministério (da Fazenda Pública) que tente comprar o mais depressa possível mil cates de *garu* 沉香, dois mil cates de *jiangxiang* 降香 de cor púrpura e cem cates do âmbar-cinzento e que os apresente quanto antes à corte. Por ordem imperial, começaram logo a procurar-se e a comprar-se tais produtos na capital imperial. O *garu* e *jiangxiang* que se conseguiram foram logo entregues na corte. No entanto, o âmbar-cinzento que se mandou comprar mediante avisos públicos na capital não apareceu. Deferindo Memoriais ao Trono sobre esta questão, foram dadas ordens à província de Zhejiang 浙江, de entre mais de 13 províncias, e aos portos mais frequentados pelos barcos dos bárbaros para comprar o âmbar-cinzento. Na 8.<sup>a</sup> lua do ano corrente (1555), o Ministério da Fazenda Pública comunicou às autoridades competentes e aos grandes coordenadores que emitissem ofícios aos seus subordinados a insistir na obtenção do âmbar-cinzento, mantendo a oferta anterior de 1.200 taéis de prata por cada cate. No 34.<sup>o</sup> ano (1555), o *zong du*<sup>158</sup> convocou, mediante ofício, Wang Hong, entre outros comerciantes do distrito de Fuliang,<sup>159</sup> à sua repartição e incumbiu o *gangji* He Chude de os levar aos barcos dos bárbaros para comprar o âmbar-cinzento. Conseguiram um total de onze taéis do âmbar-cinzento, que foram levados pelo comandante de batalhão Zhu Shiwei 朱世威 na 10.<sup>a</sup> lua para inspecção imperial, juntamente com um Memorial ao Trono. Chegou um altíssimo decreto imperial a dizer que, embora o resultado da inspecção fosse diferente, foram aceites para o uso imperial. Doravante, é necessário que só se apresente o âmbar-cinzento autêntico. Que esta ordem seja cumprida e seja respeitada. As autoridades pertinentes tomaram conhecimento de que Manabiedi 马那别的,<sup>160</sup> um réu condenado à decapitação e nessa altura preso na cadeia da prefeitura de Guangzhou, oferecera um tael e três mazes do âmbar-cinzento, de cor castanha-preta. Além disso, uns bárbaros de nomes Mididu 密地都<sup>161</sup> e Midishan 密地山<sup>162</sup> conseguiram seis taéis do âmbar-cinzento de cor castanha-branca. Segundo dizem, o de cor castanha-preta foi apanhado da água e o de cor castanha-branca, recolhido numa montanha. Mididu e Zhou Minghe 周鸣和,<sup>163</sup> entre outros, levaram o âmbar-cinzento para inspecção oficial. Ficou apurado que conseguiram 27 taéis, sete mazes e cinco cundurins 分 de âmbar-cinzento autêntico.<sup>164</sup> O comandante de batalhão Zhang Luan 张鸾 foi incumbido de o levar à inspecção imperial pela 8.<sup>a</sup> lua do 35.<sup>o</sup> ano (Setembro-

-Outubro de 1556), com um Memorial ao Trono. Chegou um altíssimo decreto imperial a dizer que “mediante a verificação realizada pela Casa Civil, constatou-se que esta remessa de âmbar-cinzento é genuína. Que fique para o meu uso. Cumpra-se.”<sup>165</sup>

O âmbar-cinzento era um produto extremamente caro que se pagava a peso de ouro, o que deu lugar a muitas falsificações. Os que tentavam agradar ao imperador ofereciam à corte tudo o que pudesse passar por âmbar-cinzento, falso ou genuíno, em troca de recompensas e favores imperiais. Efectivamente, o historiador Shen Defu descreve-nos um caso de falsificação de âmbar-cinzento: “No 34.<sup>o</sup> ano (1555) do reinado de Jiajing, um tal Wu Shangyao 吴尚尧, natural de Macheng 麻城 passava por *zhong shu* 中书 (secretário chanceler) dizendo ter sido mandado pelo *gongchengbo* 恭诚伯 (conde reverente e fiel) Tao Zhongwen ao distrito de Dingbian 定边 de Yunnan 云南 à procura do âmbar-cinzento. Ao chegar ao lugar, mandou colocar uma escada num penhasco e subiu por ela. Tirou de entre algumas estalactites três objectos que dizia serem âmbar-cinzento. Tratava-se de umas coisas esquisitas que tinham um aspecto escamado. Todos os grandes mandarins de Qianquogong para baixo competiram para o obterem mediante suborno. Ao ser descoberta esta fraude, os implicados foram julgados e condenados à morte.”<sup>166</sup> Foi por esse motivo que se instalou um posto de verificação do âmbar-cinzento em Xiangshan.<sup>167</sup>

Vejamos agora que a data da ordem da procura de âmbar-cinzento dada pela Direcção de Cerimónias ao Ministério da Fazenda Pública foi a 3.<sup>a</sup> lua do 34.<sup>o</sup> ano do reinado de Jiajing, isto é, entre Março e Abril de 1555. A obtenção de um tael e três mazes do âmbar-cinzento do preso português Manabiedi foi anterior ao envio do âmbar-cinzento por Zhang Luan à inspecção imperial pela 8.<sup>a</sup> lua do 35.<sup>o</sup> ano (Setembro-Outubro de 1556). No decreto imperial afirma-se: “Mediante a verificação realizada pela Casa Civil comprovou-se que esta remessa de âmbar-cinzento é genuína. Que fique para o meu uso. Cumpra-se.” Quer isto dizer que o mais tardar nos fins de 1556 e inícios de 1557, o imperador Jiajing já tinha pleno conhecimento da presença portuguesa em Macau. A confirmar esta hipótese, teríamos resposta para um mistério histórico; ou seja, a data de 1557, tradicionalmente considerada pelos Portugueses como a data oficial da fixação portuguesa em Macau, estaria muito provavelmente ligada ao supracitado decreto imperial. Graças a ele “tornei a fazer

## HISTORIOGRAPHY



Mapa de vias de comunicação marítima, litoral da província de Guangdong, dinastia Qing.

[uma] igreja, e os Portugueses casas, donde fiquei conhecido deles [Chineses] daí em diante pacificamente” como nos informa o Pe. Gregório Gonzalez, “mas passados alguns tempos, construíram casas à medida que os artífices e comerciantes que procuravam lucros fáceis transportavam para lá tijolos, telhas, madeiras e pedras, tomando forma duma povoação...”.

Outro factor teria sido o facto de o protector dos Portugueses, Wang Bo, “no 36.º ano (1557) do reinado de Jiajing foi promovido a *an cha shi* da *an cha si*.” Com este decreto imperial na mão, Wang Bo teria autorizado a permanência portuguesa em Macau a fim de assegurar uma via regular de obtenção do âmbar-cinzento. Perante este avanço historiográfico, documentalmente fundado, a afirmação de Fernão Mendes Pinto – que inaugurou a versão de 1557 – nunca mais poderá ser considerada uma inverdade: “... Ao outro dia pela manhã nos partimos desta ilha do Sanchão, e ao sol-posto chegámos a outra ilha que está mais adiante seis léguas para o norte, a Lampacau, onde naquele tempo os Portugueses faziam sua veniaga com os chins, e aí se fez sempre até ao ano de 1557, em que os mandarins de Cantão, a requerimento dos mercadores da terra, nos deram este porto de Macau...”.

Está mais do que provado que a presença portuguesa em Macau se tornou numa fonte de

recursos e benefícios tanto políticos como económicos para o mandarinato de Guangdong.

É, porém, de salientar que o âmbar-cinzento, embora tenha sido um factor decisivo, ou pelo menos um dos mais importantes, na fixação dos Portugueses em Macau, não terá passado de um factor indirecto a inserir num conjunto mais alargado de circunstâncias históricas. Numa questão de importância primordial para a história de Macau, como é a das suas origens, só poderemos ter uma visão objectiva e global se situarmos o surgimento de Macau no contexto nacional da China, não nos limitando às circunstâncias locais da zona onde Macau está inserida.

Até agora, a maioria dos estudiosos nega duma maneira abstracta a impossibilidade de Pequim não conhecer a verdadeira situação dos Portugueses em Macau, como foi sugerido por W. Robert Usellis, posição cegamente seguida e desenvolvida por Fok Kai Cheong, ao basear-se unicamente na aplicação das rigorosas proibições marítimas e no rigoroso sistema censorial e fiscal. Veremos como é que este raciocínio não corresponde à verdade.

No 33.º ano (1554) do reinado de Jiajing, Hu Zongxian 胡宗宪 foi nomeado *zong du* de Zhejiang para fazer frente à pirataria<sup>168</sup> japonesa que assolava o

## HISTORIOGRAFIA

litoral do sudeste da China. Em 1556, Wang Bo foi transferido de Guangdong para Zhejiang para preencher o lugar de *zuo can zheng* 左参政 (assessor de governador) de *bu zheng shi si* 布政使司 (departamento do tesoureiro provincial) e ajudar Zhao Wenhua 赵文华 e Hu Zongxian na luta contra a pirataria japonesa. Hu Zongxian, baseando-se nas positivas experiências de Guangdong, fez uma brilhante análise da situação:

“Se quando há grandes lucros, o povo não deixará de ir a eles, como é que se poderá proibir o povo de não sair a ganhar a vida? Por mais rigorosas que sejam as leis oficiais, o povinho prefere sacrificar a vida nos seus tratos com os bárbaros. São ideias cada vez mais ardentes. Sem ordens da corte, quem é que se atreve a autorizar o comércio externo correndo o risco de transgredir a legislação de Estado? Para remediar esta situação, bastaria um *haidao fushi* hábil e vigoroso, que agisse com uma flexibilidade que poderia ser resumida como ‘rédeas prontas, mas curtas’. Por exemplo, se houvesse alguém que se dedicasse ao comércio externo a partir duma determinada ilha marítima, se quisermos aplicar-lhe a pena da morte sob a acusação de comunicação com os bárbaros, talvez não seja um castigo correspondente aos seus crimes e poderia levá-lo a rebelar-se. Convém esclarecê-lo com as leis da corte e dar-lhe um tratamento tolerante ao modo de *jimi* 羈縻. Além disso, incumbam-no de certas grandes responsabilidades. Quanto ao comércio externo, dê-se-lhe carta branca, mas deixam bem claro que ele é o único responsável por uma determinada localidade. Caso haja incursões de piratas japoneses, ele será chamada à responsabilidade. Para aqueles que procuram os lucros como meta primordial, se puderem conservar os seus interesses, sem se sujeitar às rigorosas leis, ficariam muito gratos às nossas mercês e com respeito das nossas virtudes e não falhariam nas suas acções. Por outro lado, devemos intensificar a defesa marítima, sem deixar os barcos bárbaros receber no litoral mercadorias dos que saem para o mar. Serão instalados postos de controlo para fiscalização, proibindo estritamente a saída clandestina de salitre, entre outros materiais. Os barcos que aportam serão taxados pelas autoridades competentes, que fazem reverter os rendimentos ao orçamento militar. Não seria uma medida benéfica tanto para os Chineses como para os bárbaros, com que se poderia pacificar os conflitos pelos mares? Trata-se duma governação sem medidas administrativas concretas. Já que hoje em dia o *shi bo si* 市舶司 (superintendência dos navios mercantes) de

Guangdong trata os naturais de Xiyang 西洋 (Mar de Oeste)<sup>169</sup> com este método, talvez não fosse inconveniente deixar os ilhéus de Dongyang 东洋 (Mar do Oriente)<sup>170</sup> ir fazer os seus tratos a Guangdong.”<sup>171</sup>

A frase “já que hoje em dia, o *shi bo si* de Guangdong trata os naturais de Xiyang com este método” refere-se, sem dúvida, ao facto de que Wang Bo, ao deixar de perseguir os Portugueses e ao adoptar uma política de afeição para com eles, ter conseguido resultados surpreendentes que se traduziram na rápida repressão do grupo de piratas chineses encabeçado por He Yaba 何亚八<sup>172</sup> e na acomodação dos Portugueses mediante “medidas suaves e o mínimo de acções”. Esta “política inteligente” teria influenciado toda a estratégia de Hu Zongxian na luta contra a pirataria japonesa. Zhao Wenhua, que foi nomeado comissário imperial inspector dos assuntos militares, andava em desavenças com o *zong du* Zhang Jing 张经 e o *xun fu* Li Tianchong 李天宠. Hu Zongxian era o único que se aliava com Zhao Wenhua. Após a exoneração de Li Tianchong, Hu Zongxian foi promovido a *you qian du yu shi* 右佥都御史 (assessor da direita do censor mor), com a inspecção de Zhejiang. Mais tarde, foi nomeado *you shi lang* 右侍郎 (vice-ministro da direita) do Ministério da Guerra, com a inspecção dos assuntos militares de quatro províncias.<sup>173</sup> Na 1.ª lua do 36.º ano (1557), Hu Zongxian apresentou um Memorial ao Trono propondo a mudança da política relativa a Wang Zhi 汪直,<sup>174</sup> Xu Hai 徐海<sup>175</sup> e os piratas japoneses, isto é, da perseguição à afeição. Wu Zongxian tinha na corte como protector o censor Zhao Wenhua que, por sua vez, era um discípulo favorito do primeiro *colao* Yan Song 严嵩, o “Marquês de Pombal” do reinado de Jiajing. Por estas ligações está comprovado que houve uma mútua influência entre o que se fez em Guangdong com os Portugueses e a mudança da política nacional para com os piratas chineses e japoneses. A política de afeição dos Portugueses com o fim inicial de obter o âmbar-cinzento veio a influenciar a política nacional relativamente a um problema que provocara dores de cabeça aos governantes durante dezenas de anos. E a política de afeição relativamente aos piratas chineses e japoneses trouxe uma definição da política para os Portugueses. Por isso, a presença definitiva portuguesa em Macau não resultou dum simples acto pessoal de Wang Bo, que durante muito tempo foi injustamente acusado de corrupção e de autorizar a presença portuguesa em Macau à revelia da corte de Pequim.



Acabámos, assim, por ser nós a reabrir o processo de Wang Bo, reabilitando-o das acusações injustas e infundadas de que foi objecto durante séculos, já que a forma mais fácil de historiar a presença portuguesa foi, durante muito tempo, a de atirar toda a culpa para mandarins “corruptos”. Perante o exposto, a tradicional “versão do suborno” deverá ser definitivamente arquivada.

Numa palavra, e como já foi dito, “a abertura do porto de Haojing para o comércio e o seu arrendamento ulterior teria ficado a dever-se à escassez de incensos e perfumes para o tributo devido ao Imperador”.<sup>176</sup>

#### IV. ANTECEDENTES INSTITUCIONAIS DA AUTORIZAÇÃO PARA A FIXAÇÃO PORTUGUESA EM MACAU

##### 1. OS FANFANG EM SUZHOU

A política chinesa de gestão da questão de Macau terá nascido das duas necessidades temporais acima analisadas. Quanto ao molde concreto de acomodar os Portugueses em Macau, devemos, analisando as medidas concretas de âmbito local, tentar procurar as suas possíveis origens institucionais no contexto histórico chinês a nível nacional, área esta que até agora passou completamente despercebida à comunidade científica. Recentes avanços científicos, baseados em novas fontes históricas trazidas à luz, demonstram que não é sem razão e fundamento que poderemos considerar Macau como um *fanfang* 番坊 (bairros estrangeiros), tentando justificar a sua sobrevivência como tal.

Macau era tratada como um *fanfang* especial, devido aos precedentes institucionais chineses. É verdade que durante a dinastia Ming, os históricos *fanfang* iam perdendo a sua importância, mas esta antiga instituição ainda não tinha então desaparecido completamente e os *fanfang* ainda podiam ser encontrados na antiga “Rota da Seda” terrestre. Em 1607, o missionário jesuíta Bento de Góis viu comunidades muçulmanas estrangeiras em Suzhou na província de Shaanxi 陝西. Matteo Ricci, que mandou um irmão macaense buscar Bento de Góis, reproduziu o episódio nos seguintes termos:

*La città di Socceo sta divisa in due parti: nell'una stanno gli Catai, che da qui avanti chiamaremo col suo primo nome di Cinesi; nell'altra stanno i saraceni che vengono di Cascàr et altre parti dell Persia a*

*mercanteggiare con la Cina. E già stanno molti quivi con mogli e figliuoli, fatti naturali, come neila città di Maccao in Quantone stanno i Portoghesi, ma molto più soggetti, perciocchè sono serrati di notte, senza poter uscire de' suoi proprii muri, e sono governati e castigati in tutto da' mandarini de'la Cina come ogni altro Cinese. Dipoi di star quivi nove anni, non gli lasciano più uscire per ritornare a sue terre.*<sup>177</sup>

Referências ao assunto ainda podem ser encontradas em antigos documentos portugueses: “... e na China não hê sò Machao p.r q' fora dos muros da prouincia de Xensy tem os mouros húa cidade sua com estar dentro na China.”<sup>178</sup> Em 1921, Stein ainda relatava: *The division of the city into two parts, which Goes' narrative mentions, one for the Chinese, the other for Muhammadans from western region, is still observed in the present Su-chou.*<sup>179</sup>

As fontes acima reproduzidas comprovam que a autorização chinesa da presença portuguesa em Macau teria origens institucionais, não resultando apenas de um eventual suborno activo e passivo com que alguns historiadores tentam explicar o surgimento de Macau.

##### 2. SUZHOU EM MACAU.

###### AS CONDIÇÕES POLÍTICAS PRÉVIAS DA ACOMODAÇÃO

A conhecida “Rota da Seda” atravessava a Pérsia, o Afeganistão e a Ásia Central, entrava no território chinês pelos sopés setentrionais e boreais da Tianshan 天山 (Montanha Celestial) de Xinjiang 新疆, passava por Qinghai 青海, Gansu 甘肅 e descia para o Sul até a Chang'an 长安. Suzhou tem uma história milenar<sup>180</sup> e era um lugar estratégico desde a antiguidade. A partir das dinastias Han e Tang, sendo parte duma importante via de intercâmbio cultural e comercial entre a China e o Ocidente, constituía um ponto de passagem obrigatório nessa “Rota da Seda” terrestre.

Tal como Suzhou, Macau também constituía um ponto muito importante na “Rota da Seda” marítima. Entre as duas existem demasiadas semelhanças expressas, quanto às suas origens institucionais. Dentro da cidade de Suzhou havia um *fanfang*, que se chamava *Yichang* 夷厂 (Telheiro dos Bárbaros). A *Chongxiu Suzhou Xinzhi* 重修肃州新志 (Crónica de Suzhou, revista) regista: “No 26.º ano (1547) do reinado de Jiajing, o *xun fu* Fu Fengxiang 傅凤翔 estudou a construção de um *Yichang*. Seriam construídas pequenas casas dentro dela, com um portão no recinto ocidental da cidade. A construção

## HISTORIOGRAFIA

realizou-se sob a inspecção do *can jiang* 参将 (brigadeiro) Liu Xun 刘勳. Agora dos que vivem nele os bárbaros representam a metade e o resto são Chineses.”<sup>181</sup> Segundo a mesma crónica, havia fora da cidade de Suzhou outros lugares fortificados, do tipo das pequenas cidades fortificadas para a acomodação de refugiados bárbaros.

“Weilucheng 威虜城 (cidade de Weilu) situa-se no nordeste da prefeitura. Nos inícios da dinastia Ming, foi criada uma guarnição militar que veio a ser abandonada.<sup>182</sup> No 7.º ano (1528) do reinado de Jiajing, o bárbaro Yamulan 牙木兰 veio<sup>183</sup> submeter-se ao *xun fu* Tang Ze 唐泽.<sup>184</sup> Foi estudada a possibilidade de acomodá-lo e aos seus homens na Weilu Jiucheng 威虜旧城 (cidade velha de Weilu), Tianchandun 天仓墩 (cidadela do armazém celestial), Maomucheng 毛目城 (cidade de Maomu) e Baichengzi 白城子 (Cidadela Branca), entre outros lugares, situados no Norte, fora das fronteiras de Suzhou. No 28.º ano (1549), o *jiansheng* 监生 (estudante da Universidade Nacional) Li Shiyang 李时旸, em Memorial à corte, escreve “Antigamente, os bárbaros, sujeitos a nós, andavam perseguidos pelos Turfan 吐鲁番. Hoje em dia, a sua vivência em mistura com os nativos à volta da cidade Suzhou não é conveniente’. O *xun fu* Yang 杨 ordenou, por ofício, que o *fushi* 副史 (subintendente) Wang Yi 王仪 e outros restaurassem a Weilu 威虜 (cidade de Weilu) e Jintasi 金塔寺 (Templo da Torre Dourada), entre outras antigas cidades, e levantassem sete baluartes de fogacho de alarme e doze fortalezas, onde foram instaladas mais de setecentas tendas bárbaras. Com isto, desapareceu num ápice o problema dos bárbaros que tinha afligido a cidade de Suzhou durante dezenas de anos.”<sup>185</sup>

É fácil verificar que o *modus vivendi* dos Portugueses em Macau era completamente igual ao dos bárbaros na cidade de Suzhou. No Norte, com a acomodação dos bárbaros em alguns lugares restaurados e fortificados fora da cidade de Suzhou, ficou resolvido um grave problema que se tinha prolongado durante dezenas de anos. A mesma solução foi copiada para o caso português no Sul. No Norte ainda se gastou algum dinheiro nos restauros, mas os cantonenses revelaram-se mais imaginativos e económicos. Em Guangdong foi escolhida a península de Macau para a fixação dos Portugueses. Para o efeito, Huo Yuxia 霍与瑕 tinha proposto o seguinte: “construir uma cidade, criar postos mandarínicos e sujeitar Macau a medidas suaves.”<sup>186</sup> Devido às características da geografia de Macau, nem a

construção duma cidade foi precisa, bastou levantar uma “porta do cerco”, guarnecida por soldados. Foi uma escolha de mestre, que tornou os Portugueses de Macau dependentes do fornecimento dos mantimentos vindos da China continental. Ao longo da história de Macau, a fome revelou-se a arma mais letal de que as autoridades chinesas locais dispuseram para se imporem aos Portugueses nas situações de crise. O primeiro caso registado foi em 1565:

“Tendo em consideração que o orçamento militar de Guangdong depende dos [direitos pagos pelos] navios bárbaros, não se vê qualquer inconveniência se os bárbaros, sem outras ambições, apenas pretenderem fazer rentabilizar os seus produtos com a abertura da feira marítima e através do comércio com os Chineses. No entanto, o que se verifica hoje em Macau é a reunião de milhares de bárbaros, que fazem os Chineses tornarem-se em criados e que casam com mulheres chinesas tomando-as e aos seus filhos como escravos. Os oficiais militares imperiais acreditados em Macau e os funcionários alfandegários chineses não tinham capacidade suficiente para os controlar, senão tentar apenas tranquilizar, com promessas amenas e vagas, o ânimo dos bárbaros para não se revoltarem, sem que pudessem sujeitá-los à força. Os bárbaros que frequentavam as feiras marítimas, anteriormente realizadas a bordo dos navios, findas as transacções, iam-se embora e tornavam no ano seguinte. Mas agora, em vez de se irem embora ao terminar as feiras, deixam os seus navios e instalam-se em terra em casas construídas. Os bárbaros que são, por temperamento, astutos, com a orientação de rebeldes ou fugitivos aqui refugiados, adquirem profundos conhecimentos sobre as vantagens e desvantagens da China bem como as facilidades de navegação até à cidade de Cantão pela via fluvial. Como é que esta situação poderia continuar a existir? As autoridades não deveriam procurar alguma solução para esta situação?”

No motim do distrito de Dongguan, na última Primavera, os rebeldes conseguiram chegar, a bordo de lorchas e ao som dos tambores, à capital da província, obrigando ao encerramento das portas da cidade em pleno dia. Os rebeldes ousaram fazer festas no Templo da Concubina Celestial. O comandante Tang Kekuan 汤克宽<sup>187</sup> teve vários combates com eles, mas todos foram sucessivamente mal sucedidos. Mandou então um mensageiro aos bárbaros de Haojing (Macau), aliciando os bárbaros de Macau a dar o seu apoio para derrotar os rebeldes com a promessa de isenção da

medição no caso de vitória, o que não era nenhuma ideia do grande coordenador. Ao obter a vitória sobre os rebeldes, o comandante Tang considerou-a como uma vitória de seu próprio mérito e o *haidao fushi*, desconhecendo também o conteúdo do prometido, não os isentou do pagamento da medição. Os bárbaros, inconformados com a situação, recusaram-se a pagar os direitos das suas mercadorias, o que fez com que as autoridades provinciais procurassem meios para colocá-los em apuros. Foi decretada a proibição de exportação de víveres para Macau. Esfomeados, os bárbaros acabaram por pagar os direitos em causa, mas lamentavam a falta de dignidade e de palavra por parte dos Chineses, desconhecendo que tudo tivesse sido obra do comandante Tang. As autoridades de instância superior, por sua vez, achavam que os bárbaros eram muito difíceis de controlar, também por ignorarem a promessa feita pelo comandante Tang no sentido de isentar os bárbaros da medição se viessem a conquistar a vitória sobre os rebeldes. Ora, os conflitos nascem sempre assim, ou seja, pela falta de comunicação entre as partes.”<sup>188</sup>

As autoridades centrais já estavam habituadas à coabitação entre os bárbaros e os seus súbditos. Dentro da cidade de Suzhou a percentagem dos bárbaros era muito elevada, chegando a ser metade da população, de maneira que as autoridades estavam preparadas para uma situação semelhante em Macau, situação que, de facto, veio a surgir. No entanto, as autoridades centrais não tinham plena consciência da especificidade da questão de Macau. No Norte, os bárbaros acomodados estavam reintegrados na sociedade local, sem fortes ligações com as regiões donde vieram, mas em Macau o caso era diferente. Os Portugueses, embora estabelecidos em Macau, mantinham fortes vínculos com a sua mãe pátria, seja pela estrutura administrativa, seja pela religiosa. Esta especificidade levou as autoridades de Guangdong a procurar medidas concretas, a complementar com o modelo copiado do Norte.

Pelo acima exposto, sabe-se que, antes da entrada e permanência dos Portugueses em Macau, verificada no reinado de Jiajing da dinastia Ming, a China já possuía uma política fronteiriça bastante completa, de modo que a autorização da fixação portuguesa em Macau, concedida pela dinastia Ming não teria constituído nem um problema nem uma novidade ou inovação, pois havia já antecedentes institucionais a ser seguidos, que remontavam ao início do reinado de Jiajing, quando surgiu Macau.

Na historiografia recente de Macau há quem defina uma “Macao formula”: “Por volta de finais do período Ming começava, gradualmente, a tomar forma uma política para conciliar dois factos das relações estrangeiras chinesas: o comércio marítimo estrangeiro era lucrativo e a defesa eficiente da costa era essencial. Esta política bem merece ser designada por ‘fórmula Macau’. A ‘fórmula’ nunca foi claramente enunciada como tal em qualquer texto oficial.”<sup>189</sup>

Todavia, artificialmente sintetizada, esta construção não tocou na essência das origens institucionais de Macau e, em nosso entender, não passa de uma enumeração de medidas concretas levadas a cabo pelas autoridades locais de Guangdong, já depois de firmada a presença dos Portugueses em Macau. De base fica em aberto a seguinte questão: porque é que os Ming deixaram os Portugueses estabelecerem-se em Macau? Ora, somos da opinião de que é nos acima referidos antecedentes institucionais que residem as verdadeiras origens de Macau, todo um conjunto de medidas concretas discutidas e levadas a cabo pelas autoridades de Guangdong complementares do modelo institucional que serviu de linha mestra para acomodar os mesmos Portugueses em Macau. Caso ignoremos essa origens institucionais de Macau, como poderemos analisar, de maneira lógica e correcta, algumas medidas concretas? Qualquer abordagem exclusiva das medidas locais, que não tente uma percepção global da questão a nível nacional, não deixará de ser parcial e supérflua.

Perante estas fontes chinesas agora trazidas à luz, a tradicional versão de “ocupação portuguesa de Macau” – tão querida dos historiadores nacionalistas que a propalam aos quatro ventos – revela-se totalmente infundada e contrária aos factos históricos. A verdade histórica terá sido a seguinte: as autoridades da dinastia Ming, baseando-se na experiência e práticas de governar e afeiçoar os bárbaros, acumuladas ao longo da história da China e levando em consideração a crítica situação militar e económica do Norte e do litoral Sudeste, por volta do ano de 1550 decidiram separar os Portugueses dos piratas chineses e japoneses. Foi através do *haidao fushi* Wang Bo que a corte aplicou a política de afeição aos Portugueses, fazendo-os deslocar de S. João para Lampacau e daqui para a península de Macau, a fim de conseguir um controle mais fácil e eficaz sobre os afeiçoados. Esta estratégia foi bem explicada pelo grande coordenador Zhang Minggang:

## HISTORIOGRAFIA

“A presença dos bárbaros de Macau é como uma gangrena nas costas do Guangdong e a presença dos piratas japoneses em Macau é o mesmo que acrescentar um par de asas ao tigre. Não nos custaria nada expulsar os japoneses. Nem seria preciso lançar uma única flecha, bastaria para isso o prestígio e as virtudes do Santo Filho do Céu. Apesar dos japoneses serem expulsos, os bárbaros continuariam na localidade. Por isso, há quem defenda a conveniência de erradicar a presença dos bárbaros e não falta quem opine deslocá-los para as águas exteriores de Langbai (Lampacau), permitindo-lhes fazer transacções a bordo. Ora, não se podem mobilizar tropas por motivos insignificantes. Aliás, Haojing fica no território de Xiangshan, que está sob a vigilância das tropas oficiais pela via marítima. Como os bárbaros dependem completamente de nós quanto aos víveres, ao alimentarem qualquer má intenção poderemos imediatamente dar-lhes um xeque-mate. Caso os desloquemos para o mar, na imensidão das águas como poderemos proceder a indagações sobre as suas actividades suspeitas? Como poderemos exercer um controlo eficaz sobre eles? Valeria mais a pena deixar bem claros os regulamentos e restrições, proibindo a saída clandestina de qualquer malfeitor chinês e a entrada furtiva de qualquer pirata japonês. Desta maneira, não haverá mais provocações nem afrouxamento na vigilância, sendo este, portanto, o melhor meio para podermos viver numa boa vizinhança com todos.”<sup>190</sup>

As fontes chinesas acima reproduzidas provam que a condição prévia da acomodação dos bárbaros era a sua submissão ao poder político chinês, isto é, a prestação de uma vassalagem política que nominalmente evitava qualquer ameaça para os governantes. Só mediante esta condição prévia, lhes foi dado terreno para a sua instalação, uma doação restringida por algumas obrigações; de resto, todos aqueles que não eram aceites pela dinastia Ming como vassallos eram expulsos.<sup>191</sup>

E, a propósito, é conveniente recordar que o fracasso da primeira embaixada portuguesa à China significou que a China não aceitara a “vassalagem portuguesa”, traduzida na forma duma embaixada, que era, aos olhos Chineses, sempre tributária. Após este episódio, as autoridades de Guangdong propuseram a expulsão dos Portugueses. O mentor desta estratégia básica era precisamente Huo Tao,<sup>192</sup> natural de Guangdong, que teve uma intervenção activa e decisiva nos assuntos fronteiriços do Norte quando ocupou altos

cargos na corte de Jiajing. Independentemente dos recursos a que os Portugueses deitaram mão, o simples facto da presença portuguesa em Macau já constituía uma prova da aceitação da sua “vassalagem política” à China, condição *sine qua non* da permanência portuguesa em Macau. De facto, os primeiros jesuítas que foram autorizados a residir dentro do território chinês conseguiram essa autorização precisamente na qualidade de *letrados e naturales de la China*<sup>193</sup> como nos informa o visitador Alexandre Valignano. Também uma fonte portuguesa, que reporta um facto do século XVII, evidencia claramente que, desde o princípio, os Portugueses em Macau prometeram lealdade à soberania Ming e que esta promessa de lealdade e obediência foi aceite pela corte imperial. Neste documento, o procurador do Leal Senado de Macau, na sua exposição que dirigiu às autoridades chinesas, alega expressamente o estatuto de “*proprios naturales*”:

“O primeiro capítulo é fazer-nos que criámos japões. Ao que respondemos todos juntos, que pela graça de Deus e de seus Santos, que haverá sessenta e tantos annos d’aquelle tempo até hoje nos tractaram e amaram como *proprios naturales*, e temos casas, mulheres, filhos e netos, e em nenhuma cousa temos offendido a sua justiça.”<sup>194</sup> Já no século XVIII, o bispo de Macau, D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, num parecer datado de 8 de Agosto de 1777, expõe duma maneira exemplar o duplo estatuto dos Portugueses de Macau, nos seguintes termos:

“Estas Leys, e Ordens se intendem eficazmente nos dominios, onde o seu poder [do rei português] hê absoluto, livre, dispotico, e in solidum, porem neste canto da China, onde o muito poder de Sua Magestade Fidelissima sò hê absoluto, e in solidum, livre, e dispotico a respeito dos seus vassallos, que tãobem estão sujeitos as determinaçoens do Imperador, e por isso a sujeição quanto ao regimen, hê mista, pendente do El Rey Nosso Senhor, e do Imperador da China, eu não sey como se poderão executar com forças e contra as Ordens do Senhor da terra o Imperador tem toda a força e nós nenhuma; Elle hê Senhor directo de Macau que lhe paga hum foro, e nós apenas temos o dominio util: A terra não se obteve [...] por conquista, e assim a nossa rezidencia não hê firme, ad natum sim.”<sup>195</sup>

Por outro lado, uma fonte chinesa recorda-nos que “querem efectuar um pagamento anual extra de dez mil taéis, que correspondem aos impostos por cabeça a fim de se transformar em *meng* 氓”.<sup>196</sup> Nesta

citação, a palavra *meng* é a chave: trata-se dum arcaísmo que quer dizer civil, indivíduo, sobretudo os que vêm de fora; ou melhor, “imigrante recém-chegado e pouco culto”.<sup>197</sup> O que também nos leva à figura de *hua wai ren* 化外人 (pessoas alheias à nossa cultura), de que o *Damingliu Jijiefulu* 大明律集解附录 (Jurisprudência do Código Ming) nos dá esta definição: “Por *hua wai ren* entendem-se aqueles bárbaros sujeitos ou aqueles bárbaros capturados que vivem dispersos pelo nosso território. Estes, embora não sendo da nossa raça, uma vez sujeitos a nós são considerados como súbditos do imperador.”<sup>198</sup> De facto, na dinastia Qing, o estrangeiro que residisse no território chinês já era considerado como súbdito chinês: “os bárbaros (de Macau) também são gente. Sendo residentes no nosso território, fazem parte do nosso povo...”<sup>199</sup>

Pelos vistos, a submissão ao poder político era a condição indispensável para a acomodação dos Portugueses. Pela vassalagem política, simulada ou não, os Portugueses eram obrigados a tratar com todo o respeito as autoridades chinesas, pois os mandarins locais eram praticamente os seus superiores imediatos. Para manter boas relações com eles, vitais para a sobrevivência do Território, os Portugueses não se importaram de usar uma linguagem muito respeitosa e humilde nas suas comunicações com os mandarins, aproveitando-se de todas as oportunidades para os agradar com “presentes”. Tanto a autorização dada por Wang Bo para os Portugueses poderem legalizar a sua presença no litoral de Guangdong com o pagamento dos direitos e a consequente entrada e permanência em Macau como o reconhecimento do direito de residência dos Portugueses em Macau feito pelo *zong du* Chen Rui 陈瑞, que conduziu à autonomia de Macau, tinham as suas bases legais, consolidadas nos antecedentes históricos. Na antiga sociedade chinesa, ser um funcionário obsequioso era a maior garantia da sua carreira. O próprio *haidao fushi* Wang Bo, antes de ser destacado para Guangdong já desempenhara altos cargos na Casa Civil Imperial dentro da Cidade Proibida.<sup>200</sup> Sendo uma pessoa com profundas raízes e ligações palacianas sabia o que estava a fazer e tinha plena consciência das consequências positivas ou negativas dos seus actos. Ou seja, bem decidido naquilo que fez, já que sabia que não ia sofrer nenhuma consequência negativa. Quando foi destacado para Guangdong, embora não tivesse o estatuto de comissário imperial da busca do âmbar-cinzento, o conhecimento das necessidades palacianas permitiu-lhe agir como tal. Sendo o responsável

máximo da defesa marítima que superintendia o comércio externo e tudo quanto estava relacionado com os estrangeiros, a autorização para os Portugueses pagarem os direitos à taxa de 20% e para entrarem em Macau estava dentro das suas competências, de maneira que não precisou de pedir autorizações a Pequim, razão pela qual não existiu nenhum processo de solicitação de autorização para os Portugueses entrarem em Macau.

Tudo isto deu lugar a uma difícil compreensão do surgimento de Macau. Esta actuação de Wang Bo é classificada por Hu Zongxian de “governança sem acções directas”. Outro caso semelhante é o de Chen Rui que, em representação das autoridades centrais, reconheceu o estatuto de residentes dos Portugueses em Macau, e que se pode resumir em “governança através da autonomia”. Chen Rui era próximo de Zhang Juzheng 张居正, que exerceu as funções de *shoufu* 首辅 (Grande Secretário Sénior) “no momento em que o imperador era menino e a nação estava um caos”. Zhang Juzheng, bem comparável ao português Marquês de Pombal, servia-se com frequência de cartas particulares para dar instruções aos seus homens de confiança em Guangdong, chamando-lhes a atenção para a necessidade de reforçar a defesa fronteiriça, reprimir a pirataria e resolver a questão de Macau.<sup>201</sup> Talvez por isso se possa explicar porque é que não se terá produzido qualquer documento de autorização da autonomia portuguesa em Macau.

Analisando bem a documentação chinesa sobre a presença portuguesa em Macau, após a sua acomodação ou fixação, quando as autoridades e os notáveis locais<sup>202</sup> cantonenses discutiam como solucionar o problema dos Portugueses e quais as medidas concretas com que iam controlá-los, nunca foram mencionadas as origens Macau, o que nos permite notar um desvio do motivo principal do surgimento de Macau, muito ligado aos interesses do próprio imperador. Era um verdadeiro tabu! Toda a discussão se desenvolveu em redor dos perigos que a presença portuguesa em Macau representava. Mesmo quando se propunha a expulsão dos Portugueses mediante Memoriais ao Trono, nunca foi alegada a ilegalidade da presença portuguesa em Macau; na maioria das vezes, realçou-se apenas a sua perigosidade. Isto quer dizer que, na época, não havia opiniões diferentes sobre as origens de Macau; pura e simplesmente toda a gente se calava sobre um assunto que tinha que ver com o monarca. Depois da fixação portuguesa em Macau houve algumas propostas da

## HISTORIOGRAFIA

destruição de Macau ou da expulsão dos Portugueses, que não se baseavam na ilegalidade da presença portuguesa em Macau. Só o facto de os cantonenses não pouparem tempo e energia em discutir medidas concretas que deviam ser tomadas com os Portugueses prova que as origens de Macau jamais estiveram em causa, dadas como de origem institucional e vinculadas aos interesses do imperador.

Em face do exposto, somos da opinião de que, se alguma vez existiu alguma “fórmula de Macau”, seria uma fórmula de duas fases: a “governança sem acções directas” de Wang Bo e a “governança através da autonomia” de Chen Rui,<sup>203</sup> mas sempre escudadas numa arma básica: a irresistível fome. A fome de Macau era a força da China.

### 3. OS ESTATUTOS E AS OBRIGAÇÕES DOS ACOMODADOS

A *Chongxiu Suzhou Xinzhi* regista em detalhe os estatutos e as obrigações dos acomodados na terra:

“Em Suzhou havia duas raças de bárbaros: os de raça amarela e os de raça negra.<sup>204</sup> Os de raça amarela viviam nos vales circundantes da cidade de Suzhou, cultivavam as terras e cumpriam o serviço militar como os nativos. Os bárbaros que possuíam as suas próprias terras ou se alistavam nas tropas para viverem dos seus soldos ou trabalhavam como assalariados dos civis ou ganhavam a vida como pastores, sem nenhuma diferença dos indígenas. Os de raça negra viviam na zona de colinas no sul misturados com os locais. Alguns cultivavam em montes e vales e pagavam impostos em cereais, outros desbravavam terras montanhosas; também havia quem ganhasse a vida como pastor. Estavam sob o controlo das forças militares. No 10.º ano (1732) do reinado de Yongzheng 雍正 (1723-1735) passaram a estar sob a alçada dos mandarins da administração civil.”<sup>205</sup>

Das duas raças de bárbaros acomodados em Suzhou, a “amarela” talvez possa ser interpretada como sendo os descendentes de árabes asiáticos que têm uma tonalidade de pele mais clara, semelhante à chinesa; a “negra” pode ser lida como referente aos de sangue indiano. Os Portugueses de Macau entram perfeitamente da “raça amarela” pelas suas características físicas. Na dinastia Ming, os bárbaros, quer amarelos quer pretos, acomodados em Suzhou gozavam dos mesmos direitos e cumpriam os mesmos deveres dos nativos. Enfim, eram considerados já Chineses de pleno direito. Foi neste estatuto, como

vassallos do imperador chinês que os Portugueses em Macau usufruíram de vários privilégios e isenções,<sup>206</sup> até então não concedidas a outros estrangeiros. Por outro lado, as suas obrigações incluíam o “pagarem impostos em cereais e prestar serviços, cumprindo com todos os seus deveres fiscais e serviçais” O foro que pagavam os Portugueses era realmente um “imposto em cereais”,<sup>207</sup> mas em forma de moeda, porque os Portugueses não se dedicavam à agricultura, enquanto o auxílio ao combate de piratas era considerado um serviço militar. Como tal, era um dos deveres que os Portugueses deviam cumprir em contrapartida do uso da terra de Macau.

Através de alguns documentos chineses e portugueses sabemos que os Portugueses em Macau pagaram um foro-do-chão anual de 500 taéis de prata a partir do início do reinado de Wanli. O que não sabemos é a razão pela qual começaram a pagá-lo. A opinião mais comum é que o aluguer de terra marcou o começo do relacionamento entre a China e Portugal. De acordo com estas fontes recentemente trazidas à luz, “pagar o imposto em cereais” era uma das obrigações em troca da autorização para a sua permanência em Macau, como acontecia em Suzhou, no Norte.

A outra obrigação era a de “prestar serviços” como os Chineses locais. Os sucessivos auxílios militares dados pelos Portugueses aos governos Ming e Qing são um facto incontestável. Contudo, os Portugueses salientavam que a ajuda dada aos Chineses para a expulsão dos piratas e as expedições a favor do governo Ming na luta contra Qing eram actos magnânimos e de livre vontade, tentando encobrir o facto de que eram obrigações cumpridas em troca da autorização para se radicarem em Macau. Por esse motivo, eram obrigados a responder sempre que chamados. Por estarem conscientes da sua dependência relativamente ao império chinês, actuavam de acordo com as circunstâncias e sobreviveram a muitas dificuldades e crises ao longo da história, trabalharam, viveram e multiplicaram-se com uma estratégia baseada numa hábil “lealdade dupla”, que lhes garantiu uma atribulada mas milagrosa vivência e sobrevivência em Macau durante quase meio milénio.

Não poucos investigadores afirmam que a dinastia Qing copiou tudo da dinastia Ming. Pelas aparentes semelhanças entre algumas medidas adoptadas pelas duas dinastias somos tentados a subscrever esta afirmação. No entanto, uma análise mais aprofundada mostra-nos facilmente não ter sido assim. No caso da dinastia Ming,

quando os Portugueses apareceram pela primeira vez no litoral chinês, nem sabiam como se chamavam nem donde vinham e muito menos o nome do seu país. Os Portugueses eram conhecidos com *Fulangji* e o seu país *Fulangjiguo* 佛朗机国 (País de Frangis). Com esta ignorância, era evidente que as autoridades Ming não sabiam o que fazer com os Portugueses. Nesse tempo, a política chinesa para com os Portugueses e Macau foi-se formando com progressivas medidas concretas. Mas o caso da dinastia Qing é bem diferente do da Ming. Antes da sua conquista da China, os tártaros já tinham tido contactos com os Portugueses nos campos de batalha no Norte da China e, sobretudo, tinham experimentado o superior poderio militar português, nessa altura do lado dos Ming. Os Manchus jamais esqueceram a morte de Nurhachi 努尔哈赤, fundador da sua dinastia, e a de outros nobres, vítimas da artilharia lusa. Por isso, os tártaros, antes de chegarem ao poder na China, bem sabiam o que iam fazer com os Portugueses. Já que estes, sendo estrangeiros, tinham ajudado os Ming, supunha-se que o adoptar uma política de afeição para com eles conduziria a tê-los ao serviço. Foi com esta intenção que os Manchus, mal tomaram Pequim, reconduziram o jesuíta alemão Adam Schall von Bell nas funções que ocupara no tempo dos Ming.

É verdade que as medidas adoptadas pela dinastia Qing aparentam alguma coincidência com as tomadas pela dinastia Ming, mas partem de princípios e de orientações bem diferentes. A dinastia Ming, no que toca à presença portuguesa no litoral chinês e, mais tarde, em Macau, não tinha, desde início, uma política bem definida, o que, numa expressão popular, podemos descrever como “andar ao sabor das ondas”. O mesmo não se pode dizer em relação aos tártaros. Como ficou dito, estes tinham uma política predefinida em relação aos Portugueses – afeição e utilização para os seus fins políticos e militares. Numa palavra, os Manchus “estavam na crista das ondas”. Isto talvez constitua a maior diferença entre as políticas Ming e Qing em relação a Macau e aos Portugueses. As medidas podem ser coincidentes, mas os princípios e orientações eram diferentes.

#### 4. CONTROLO MILITAR

As terras onde foram acomodados os bárbaros de Suzhou estavam sob a alçada dos militares. Por isso, as autoridades da dinastia Ming tomaram algumas medidas

tais como estabelecer o *zhenfan qianhusuo* 镇番千户所 (batalhão de repressão de bárbaros). Observando a situação de Macau, embora não se tenham verificado tais instituições militares, é certo que a localidade estava sob o controlo directo e militar da China.

Do ponto de vista da estrutura administrativa, Macau estava sob a jurisdição directa do distrito de Xiangshan. Sendo Macau uma zona muito periférica do distrito, a administração civil dificilmente manteria o território sob um controle efectivo e eficaz e, daí, a necessidade de colocar Macau sob um controlo militar directo. Os tais “mandarins do Porto” das fontes portuguesas eram três cargos militares de baixa patente. Não tinham repartições fixas em Macau, apenas patrulhavam o local.

O primeiro documento chinês, até agora conhecido, sobre a discussão da depois tão célebre “questão de Macau” é um Memorial apresentado ao Trono, em 1564, pelo censor Pang Shangpeng. Sem dúvida, o problema de Macau já era anterior a essa data. Porque é que só a partir dessa data é que temos informações duma discussão sobre a “questão de Macau” na documentação chinesa? Tentaremos responder à pergunta da seguinte maneira: antes disso, houvera já discussões sobre a presença portuguesa em Macau; contudo, por interesses imperiais, as vozes de Guangdong nunca chegaram ao Filho do Céu. Em 1564, morreu Yan Song, *shoufu*, o já referido “Marquês de Pombal” do reinado de Jiajing, que tinha todo o interesse em manter Macau como a via de obtenção do âmbar-cinzentado e de outras preciosidades para o imperador. Com a sua morte, as discussões sobre a questão de Macau começaram a fazer-se ouvir nos palácios pequinenses. Foi nestas circunstâncias que surgiu o Memorial de Pang Shangpeng.

Apesar das diversas propostas cantonenses no sentido de expulsar os Portugueses e acabar com Macau, as autoridades centrais não cederam aos pedidos de Guangdong, mas começaram a tomar algumas medidas.

A primeira foi a cobrança do foro-do-chão, cerca de 1571.<sup>208</sup> A aceitação do “foro” constitui um reconhecimento oficial chinês da presença portuguesa em Macau e significa o início da formação de uma política Ming para com os Portugueses. Esta política tem como base e condição prévia consentir a presença portuguesa em Macau. Todas as medidas que vieram posteriormente a ser tomadas pela dinastia Ming não

## HISTORIOGRAFIA

eram para acabar com a presença portuguesa em Macau, mas sim para sujeitá-la ao controlo oficial chinês.

A segunda foi a criação, em 1573, da Repartição de *haidao fushi* em Yongmo 雍陌 (Caminho Harmonioso), repartição esta que detinha a jurisdição sobre o comércio externo e tudo quanto era relacionado com os estrangeiros. No mesmo ano, foi levantada a “Porta do Cerco” no istmo que ligava Macau ao continente. Esta barreira era uma estrutura militar, guarnecida por soldados, sob comando de um *ba zong* 把总 (tenente).<sup>209</sup> Também tinha carácter administrativo, pois por ela a China controlava toda a circulação de pessoas e bens, sobretudo a circulação dos mantimentos entre a China continental e a península de Macau. Durante bastante tempo, nomeadamente nos momentos de maior crise, a “Porta do Cerco” revelou ser uma medida eficaz de sujeição dos Portugueses à vontade chinesa, já que constituída como arma mortífera – a negra fome.

A terceira foi a criação do posto de *can jiang*, em 1614, no quartel de Yongmo. A quarta, a deslocação da repartição de *can jiang* para a Casa Branca, em 1621. Estas medidas de carácter militar partiram do princípio de deixar os Portugueses ficar em Macau.

Em síntese, Macau terá sido uma continuação em desenvolvimento dos bairros estrangeiros em Suzhou, cujo modelo pode ser resumido em: submissão – acomodação – pagamento de impostos em cereais – prestação de serviços militares. O modelo de Macau, com que a China oficializou a presença portuguesa, poderá ser definido como assente em: assentamento das pazes e pagamento dos direitos à taxa de 20% – fornecimento de terreno para residência – pagamento do foro-do-chão de 500 taéis – auxílio militar contra os piratas.

Não será difícil verificar que entre os dois modelos existem sobejas semelhanças. O modelo de Macau foi copiado do Norte, disso não há dúvida nenhuma. Mas o modelo do Norte não é de todo aplicável a Macau. Embora num e noutro haja estrangeiros, naturalizados, os do Norte estavam completamente integrados na sociedade chinesa, sem nenhuma ligação com as suas terras de origem, enquanto que a situação de Macau era diferente. Os Portugueses, apesar de integrados na sociedade local, mantinham fortes ligações com a mãe pátria e cultura. Por isso, um simples decalque do modelo do Norte para Macau não era suficiente. Era preciso procurar medidas

complementares. A chamada “fórmula Macau” assenta toda numa identificação e análise destas medidas complementares, de iniciativa local, sem que os seus “formuladores” tenham prestado a devida atenção às origens institucionais de Macau. Como já conseguimos provar, a política dos Ming para com Macau não era nenhuma novidade nem uma inovação, tanto para as autoridades centrais como para as locais. Quer o caso do Norte, quer o de Macau verificaram-se e foram resolvidos no mesmo reinado de Jiajing, uma prova mais de que os dois estavam correlacionados. Esta correlação obriga-nos a analisar liminarmente o *modus vivendi* dos bairros e cidades destinados aos “bárbaros” naturalizados em Suzhou. Isto porque – mais uma vez insistimos – tentar formular *a posteriori* alguma “Macau formula” afigura-se-nos ilógico sem este passo prévio.

## V. SOBRE OS FACTORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A FIXAÇÃO PORTUGUESA EM MACAU

Os motivos da fixação portuguesa em Macau são a temática mais básica de toda a história e historiografia de Macau, uma questão tão apaixonante, pela sua importância, como confusa e desgastante, pela escassez de documentos coevos. Versões há muitas, demasiadas. Durante séculos, os directamente envolvidos, Chineses e Portugueses, cada um “puxou a brasa para a sua sardinha”. Umhas versões bastante correntes e até prevalentes durante algum tempo, tais como “recompensa de combates a piratas”, “cessão por subornos” e “progressiva ocupação portuguesa”, etc., por serem pouco defensáveis e sustentáveis à luz de novos avanços científicos e/ou devido ao desaparecimento de factores políticos, já passaram à história. Outras versões que ainda persistem nos meios académicos caracterizam-se por abordagens genéricas, que revelam ser vagas e carenciadas de argumentos baseados em factos concretos e documentados.

Verifica-se que a muitas obras-primas literárias, quando os seus autores as produzem, não lhes preside a consciência da grandeza de que virão depois a gozar. Muitas vezes essa grandeza é atribuída, sintetizada e popularmente divulgada pela crítica literária. A historiografia não pode fazer o mesmo com a história. A história é uma ciência que tenta procurar a verdade e faz parte da própria história. Não há espaço para fantasias e interpretações forçadas *a posteriori*. No caso de Macau, quando se fala nos principais motivos pelos



quais as autoridades chinesas autorizaram a presença portuguesa em Macau parece existir já um formulário que reside em: factor político – factor económico – factor militar – âmbar-cinzentos. Isto resulta de certos pensamentos preconcebidos ou de certas orientações políticas, como se pode verificar na maioria das histórias chinesas de Macau. Devemos sujeitar este molde a exames detalhados, baseados em factos históricos.

**Factor político:** Sob este tópico, muitos investigadores, quando abordam os motivos pelos quais as autoridades da dinastia Ming autorizaram a fixação portuguesa em Macau, insistem em realçar a componente política como a decisiva em todo este processo. O argumento reside em que esta política se enquadrava bem nas linhas gerais das relações exteriores do Governo da dinastia Ming. Ora sabemos que, durante o reinado de Jiajing, a pedra basilar das relações da China com o mundo era o chamado “sistema tributário”. Como nessa altura não havia relações político-diplomáticas estabelecidas entre a China e Portugal, com o fracasso da embaixada de Tomé Pires, parece difícil alegar o factor político para justificar a posição chinesa em relação aos Portugueses. Com a morte do imperador Zhengde, que tinha certa simpatia pelos Portugueses,<sup>210</sup> estes tornaram a entrar na lista das *personae non gratae*, de modo que os Portugueses não foram objecto de qualquer “processo de afeição”.

Nos primórdios das relações sino-portuguesas não vemos que alguma vez tenha existido um factor político que, na maioria das vezes, encabeça os estudos modernos da historiografia chinesa de Macau. Convém lembrar que na altura do assentamento entre Leonel de Sousa e Wang Bo, após o entendimento entre ambos sobre “paz e direitos” se refere: “... ao tempo da minha partida me mandou dizer o Aytao, que se queríamos navegar na Chyna, que fosse Embaixador de Sua Alteza pêra ElRey se emformar por ele de nos e que gente heramos, e a paz ficaria fixa...”<sup>211</sup> Isto significa que o assentamento era pura e simplesmente uma medida de conveniência de carácter económico para ambos e de cunho militar para a China, desprovido de qualquer relação político-diplomática que só se veio a estabelecer entre a China e Portugal com o Tratado de 1887.<sup>212</sup> Por este facto e durante séculos, Macau sobreviveu numa total falta de relações de Estado para Estado, o que obrigou os Portugueses a adoptarem no local uma “lealdade dupla”.<sup>213</sup> Este pragmatismo constitui uma prova bem convincente do carácter económico-militar da existência de Macau nos

inícios das relações sino-portuguesas. No entanto, a ausência das relações político-diplomáticas oficiais não quer dizer que não houvesse considerações políticas de parte a parte ao longo da história e em relação a muitas matérias importantes das relações bilaterais. As tais medidas de “afeiçoar os que venham de longe” e de “governar os bárbaros com os próprios bárbaros” não serão as medidas tomadas em relação aos Portugueses após a sua presença em Macau?

**Factor económico:** hoje em dia, os que não aceitam ter sido este elemento um dos principais motivos que levaram as autoridades Ming a consentir a presença portuguesa em Macau citam com frequência o caso da “receita anual de 20 mil taéis” e “o foro-do-chão de 500 taéis”, insinuando que isto era uma ninharia para a economia dos Ming. Inicialmente talvez o fosse. Mas, em nosso entender, o factor económico não se limitava apenas a estes dois montantes, já que estava estritamente ligado ao

*É fácil verificar que o modus vivendi dos Portugueses em Macau era completamente igual ao dos bárbaros na cidade de Suzhou.*

militar. É preciso reconhecer que ele teria sido um dos motivos que levaram as autoridades Ming a autorizar a presença portuguesa em Macau se fizermos uma análise profunda da situação económica do reinado de Jiajing, como faremos de seguida. No entanto, é sempre difícil afirmar qual dos dois factores era prevalecente. Conforme as circunstâncias, os dois factores alternavam em posição.

Outra vertente do factor económico seriam as chamadas rivalidades comerciais inter-regionais, como as verificadas entre Fujian e Guangdong. Essas rivalidades existiam, mas existiam sob o controlo de Pequim. Não era a concorrência entre as duas províncias marítimas que condicionava a política de Macau na corte. Era a política central que às vezes criava um certo desequilíbrio entre estes dois vizinhos. Por exemplo, o encerramento total das fronteiras de Guangdong, decretado por Pequim, empurrou os

## HISTORIOGRAFIA

Portugueses para Zhejiang e Fujian. Outro caso é o da abolição das proibições marítimas, despoletada por Tu Zeming 涂泽民, grande coordenador de Fujian, em 1567. Em consequência, “foi autorizado a ir comerciar ao Xiyang e ao Dongyang”<sup>214</sup> Se em Fujian já era livre o comércio, não havia razão para continuar a impor restrições aos Cantonenses e Portugueses de Macau.

**Factor militar:** A designação do reinado do imperador Shizong é Jiajing, que quer dizer “Excelência” e “Tranquilidade”.<sup>215</sup> Mas os primeiros tempos do seu reinado não foram nem excelentes nem tranquilos. Assistimos a sucessivos desastres naturais, guerras e invasões, conflitos internos e convulsões sociais. A situação nacional chinesa era crítica.

Desde a fundação da dinastia Ming que a grande preocupação era a defesa contra qualquer tentativa restauradora da dinastia derrubada, a Yuan. Por esta razão, toda a defesa militar chinesa se concentrou no Norte, nas fronteiras com os mongóis. A deslocação da capital imperial de Nanquim para Pequim abona perfeitamente esta afirmação. Nessa altura, o maior perigo para o poder Ming vinha do Norte, dos derrotados Yuan. Vejamos a situação na altura da chegada dos Portugueses à China. Desde o primeiro ano (1506) do reinado de Zhengde que os mongóis começaram a assolar as fronteiras setentrionais da China. Já no reinado de Jiajing, as incursões mongóis tornaram-se mais frequentes e em maior escala. O conhecido “Incidente de Gengshu 庚戌”<sup>216</sup> protagonizado por Altan 俺答 em 1550, abalou a corte da dinastia Ming. Altan conseguiu contornar a Grande Muralha e, chegando ao pé de Pequim, ameaçou tomar a cidade. As tropas invasoras de Altan, que saquearam os subúrbios de nordeste de Pequim, foram rechaçadas com os esforços conjugados do exército Ming, mas ficou a descoberto que a defesa no Norte estava muito fraca. Em 1551, foram chamados 6.000 soldados das tropas fronteiriças para a guarnição de Pequim. Em 1553, a fim de que os arredores do sul de Pequim não fossem saqueados, levantaram-se muros de defesa. Tudo isto dá-nos uma ideia de quão crítica era a situação em que vivia a capital imperial. O perigo em que esteve a corte levou os Ming a reorganizarem a defesa militar. Perante a incapacidade militar para impedir mais invasões de Altan <sup>217</sup> e para fazer frente a outras rebeliões das minorias nacionais chinesas, tornou-se urgente resolver o problema de Macau. A situação no litoral

sul também não era nada optimista. Em 1552, a capital do distrito de Huangyan 黄岩 caiu na mão de piratas japoneses, o que ficou conhecido na história como *Renzi zhi bian* 壬子之变 (Incidente do ano *renzi* [1552]). Foi um tremendo abalo para a Administração Ming.<sup>218</sup> Eis o pano do fundo do assentamento entre Leonel de Sousa e Wang Bo. A invasão de Pequim em 1550 e *Renzi zhi bian* são as chaves para se perceber a viragem da atitude chinesa, decidida por Pequim e executada em Guangdong, para com os Portugueses que já tinham sofrido grandes reveses à mão de Zhu Wan 朱纨 em Liampó 双屿 e Chincheo 漳州, respectivamente em 1548 e 1549. As campanhas expedicionárias de Zhu Wan contra os Portugueses conseguiram algumas vitórias militares, mas não resolveram o problema da pirataria, nem conseguiram acabar com a presença portuguesa. O que conseguiram não foi mais do que destruir algumas bases lusas e afugentar os Portugueses. Numa palavra, essa política de perseguição revelou-se infrutífera do ponto de vista estratégico. Mudou-se então de estratégia: já que não podiam acabar com os Portugueses, começaram a estudar uma outra maneira de resolver o problema. Passaram da perseguição à afeição. Isto, no nosso entender, esteve na origem da mudança da posição cantonense. Caso contrário, seria difícil entender por que é que estando Zhejiang, Fujian e Guangdong sob a mesma administração central, houve atitudes diametralmente opostas em relação aos Portugueses. Curiosamente, o que não se conseguiu com a guerra obteve-se com a paz. Resolver o problema dos Portugueses era mais do interesse nacional do que provincial ou interprovincial. As medidas tomadas em Guangdong eram repercussões das intenções e decisões de Pequim. Quando se analisam as medidas concretas locais devem procurar-se as suas origens palacianas e não limitá-las a um âmbito provincial, como tem feito o autor da “Macau formula”. E ainda que admitíssemos que essa “fórmula Macau” tivesse existido, seria mais correcto chamá-la de “fórmula cantonense de Macau”, por reflectir uma inexplicável negligência da indicação das suas origens pequineses.

Além dos mongóis, também os Manchus começaram a dar dores de cabeça aos governantes Ming no Nordeste da China a partir do reinado de Jiajing. Durante o reinado de Wanli houve muitas guerras entre os Manchus e os Ming. Pelo mesmo motivo pelo qual

## HISTORIOGRAPHY

os Ming autorizaram a fixação portuguesa em Macau, em 1582, a corte de Pequim, através de Chen Rui, grande coordenador dos Dois Guang, reconheceu oficialmente aos Portugueses os seus direitos de residência em Macau, dando-lhes a inesperada autonomia. Com esta medida, os Ming assentaram definitivamente os Portugueses em Macau. No ano seguinte, isto é em 1583, Nurhachi levantou-se contra os Ming. Em 1619, as tropas Ming sofreram uma grande derrota na Batalha de Saerxu 萨尔浒. Para impedir os avanços impetuosos dos tártaros, os Ming mobilizaram quase toda a força de elite do exército chinês para o Nordeste e aumentaram os impostos. Nestas circunstâncias de vida ou morte para a China, os Ming começaram, a partir de 1619,<sup>219</sup> a pensar em solicitar auxílio militar aos Portugueses, mediante intervenção de alguns altos funcionários convertidos ao Catolicismo. Por aqui podemos ver que a concessão da autonomia aos Portugueses em 1582 foi bem prudente. Que seria dos Ming se os Tártaros e os Portugueses atacassem ao mesmo tempo pelo norte e pelo sul? Conclusão: Numa situação assaz crítica, não se podia abrir mais uma frente de combate, esta com os Portugueses. A fixação portuguesa em Macau e a sua autonomia já faziam parte da estratégia nacional chinesa. Ultrapassam de longe o âmbito provincial de Guangdong, sobre o qual o autor da “Macao formula” tentou teorizar.

Além disso, uma parte dos Dois Guang, Guangxi 广西, a partir dos meados da dinastia Ming, estava a braços com sucessivas rebeliões de algumas minorias nacionais. Outras províncias de sudoeste, tais como Yunnan, Guizhou e Sichuan 四川 sofriam dos mesmos problemas. Mesmo no coração do território chinês, por exemplo, na parte ocidental de Hunan 湖南, as minorias étnicas não davam descanso aos governantes Ming.

A situação da defesa marítima também não era de molde a inspirar optimismo, existindo três factores a considerar: os Chineses que saíam ao mar contra as proibições marítimas, os Portugueses e os Japoneses. Em relação aos piratas japoneses, o caso era extremamente complexo. Destes, os verdadeiros nem chegavam a 30%, o resto eram Chineses que passavam por tal para amedrontar as tropas oficiais. Nas fileiras dos “piratas japoneses” podia até haver Portugueses. Para as autoridades Ming, estas três forças, ora separadas ora agrupadas, formavam uma temível tríade. Sabemos

que após os conflitos armados sino-portugueses, nos anos vinte dos Quinhentos, os Portugueses, sob a orientação de alguns Chineses, abandonaram o litoral de Guangdong, em demanda das costas de Fujian e Zhejiang.<sup>220</sup> Chegaram ao Japão em 1543. Liampó tornou-se numa importante base comercial para os Portugueses nas viagens do Japão, que aí desafiavam todas as ordenanças proibitivas em vigor sobre o comércio externo. Um incipiente comércio popular, no dizer dos governantes, e o comércio clandestino agravaria ainda mais o problema da pirataria japonesa. Macau começou por ser um entreposto para o comércio português entre Malaca e o Japão. O desenvolvimento desse comércio traria, mais cedo ou mais tarde, a “praga da pirataria” a Macau e a Guangdong. Após a repressão de alguns grupos de piratas chineses nas águas de Guangdong, e instalados os Portugueses em Macau, as autoridades de Guangdong começaram a tentar resolver o problema dos Japoneses. Antes de mais, uma autorização de residência concedida aos Portugueses em Macau poderia obrigá-los a não se associarem publicamente aos piratas japoneses. De facto, sem os fixar num lugar, como se poderia sujeitá-los à legislação chinesa? Mais tarde seriam tomadas medidas legais para proibir os Portugueses de ter Japoneses ao seu serviço. Através desta medida de acomodação dos Portugueses em Macau, foram conseguidas, a nível militar, duas vitórias: a rápida repressão dos piratas chineses e o impedimento de qualquer ligação pública entre os Portugueses e os piratas japoneses.

Todas estas circunstâncias de carácter militar ocuparam os Ming durante bastante tempo, de modo que não puderam pensar numa solução imediata para a questão de Macau. Mas foi precisamente por causa destas circunstâncias que os Ming se viram obrigados a resolver o problema dos Portugueses, como parte indispensável de uma solução nacional das crises que enfrentavam em termos militares.

Recorde-se ainda que estas guerras sucessivas, obras imperiais em grande escala e a procura do âmbar-cinzento e do *lingzhi*, deixaram a China numa imensa crise financeira.

*In 1552 the Ministry of Revenue reported that the aggregate annual disbursement of silver for imperial and border defense expenses had reached 5,950,000 ounces, while owing to tax remissions and defaults, the annual receipts in silver amounted to less than half that amount. In order to raise the balance, the minister of revenue*

## HISTORIOGRAFIA

*suggested that a surtax of 2 million ounces be levied on the wealthy prefectures in the Yangtze delta. The emperor approved his proposal, and it subsequently became the standard method of raising additional revenues in silver to meet extraordinary expenses. However, during the 1550s the wealthy prefectures of the southeast suffered from widespread piracy and banditry, as well as from an unusual number of natural disasters. In many areas even regular taxes could not be collected; surtaxes were out of the question.*<sup>221</sup> *“By 1558 the expense of defending the northern borders could not always be met. Early in 1552 the Ministries of Revenue and Works reported that the total revenues marked for border defense since October 1550 amounted to roughly 10 million ounces of silver, while the total disbursements exceeded 13 million ounces. When the emperor ordered the production of 19 million silver coins in 1553, he was informed that the issue would cost 32 million ounces and that the imperial treasuries held less than 2 million ounces, which was not sufficient to defray border expenses.”*<sup>222</sup>

Pelo exposto, vemos que, à volta de 1550, o erário do Estado da dinastia Ming estava praticamente vazio. O país encontrava-se à beira da bancarrota. As proibições marítimas não afectavam só as zonas litorais da China. Sendo estas as portas de escoamento dos produtos do interior, grande parte, a parte economicamente mais desenvolvida e activa, da China estava paralisada. O desenvolvimento económico normal chegou assim a depender de operações militares. Nestas circunstâncias, dada a crise financeira e a superioridade bélica portuguesa, tornou-se imperioso abandonar a política de perseguição dos Portugueses e passar a afeiçoá-los para o bem de ambos. Foi em Guangdong que houve a inteligência política e a coragem de adoptar a política de afeiçoar os Portugueses, após objectivas e desapaixonadas análises da crítica situação económica e militar dessa altura. Esta prática pioneira ultrapassou largamente as suas repercussões no âmbito da província de Guangdong, teve o mérito de poupar despesas militares e de activar a economia regional e nacional. Uma solução que influenciaria a estratégia nacional de luta contra os piratas japoneses. A solução era tão simples: deixar os Portugueses ficar num torrão – Macau.

Costuma afirmar-se que os Portugueses conseguiram ficar em Macau pela mercê e benevolência dos imperadores. Palavras floridas com que os mandarins esconderam os verdadeiros motivos da abertura de

Macau e hábeis adulações com que os Portugueses procuraram agradar aos mandarins. No fundo, haveria outro factor que teria pesado na decisão de Pequim. Referimo-nos à superioridade portuguesa tanto nas embarcações como nas armas de fogo. Nos conflitos armados navais sino-portugueses, verificados entre 1521 e 1522, na foz do Rio das Pérolas, a China já experimentara o superior poderio militar português. O *haidao* Wang Hong,<sup>223</sup> num Memorial ao Trono, classificou os Portugueses de “bárbaros poderosos”. Este próprio Wang Hong, depois de ter saído de Guangdong, veio a desempenhar importantes cargos no governo central. É de calcular que tenha influenciado a adopção da política de afeiçoar os Portugueses por parte da corte de Pequim.

Em termos globais, o poder militar chinês era superior ao dos Portugueses que frequentavam o litoral chinês. Desde o termo das expedições marítimas chinesas, chefiadas pelo almirante Zheng He 郑和, que a China já não possuía nenhuma capacidade naval para viagens de longa distância. Isto quer dizer que a China estava incapacitada de poder lidar com os barcos portugueses, armados com boas peças. Pouco mais podia fazer do que manter em alerta máximo todo o litoral dos sul. É isto não poderia ser duradouro, por ser muito dispendioso. A China de nenhuma maneira poderia suportar estas despesas militares incalculáveis. É neste sentido que afirmamos que a instalação portuguesa em Macau contribuiu para a poupança das despesas militares, evitando os possíveis gastos em expedições contra eles, que eram incalculáveis. Na essência, foi a superioridade militar portuguesa que terá obrigado à China a mudar a sua política hostil em relação aos Portugueses, levando em consideração a possibilidade duma guerrilha marítima que estes podiam fazer em conjunto com os piratas chineses e japoneses. Caso isto se viesse a concretizar, representaria, decerto, um perigo mortal para a China. Por isso, “durante o reinado do imperador Shizong, pacificar as fronteiras foi algo de importância primordial sobre todas as coisas.”<sup>224</sup> Assim, partindo de uma análise global da estratégia militar a seguir e perante a realidade de ter de enfrentar uns “bárbaros poderosos”, as autoridades da dinastia Ming, num acto inesperado para os Portugueses, decidiram deixar de os perseguir e passaram a afeiçoá-los com algo que ansiavam: permitir-lhes fazer o negócio com a China e dar-lhes um lugar fixo. Macau foi a escolha certa. Daí

surgiu uma viragem diametral na política chinesa para com os Portugueses. Convém lembrar que, em 1548, Liampó foi destruída pelas forças chinesas sob o comando de Zhu Wan; em 1549, os Portugueses foram expulsos de Chincheo; em 1550, os Portugueses já puderam andar à vontade em São João, dedicando-se ao seu “negócio da China”. Daí passaram a Lampacau, e, finalmente, estabeleceram-se em Macau. O executor desta política de afeição foi o *haidao fushi* Wang Bo. Em 1582, perante o facto consumado da presença portuguesa em Macau, o *zong du* Chen Rui,<sup>225</sup> na qualidade da autoridade máxima destacada em Guangdong, reconheceu oficialmente o direito de residência dos portugueses em Macau, com a condição da expressa obediência portuguesa ao imperador da China, deixando-os organizarem-se numa autonomia que veio a dar origem ao Leal Senado de Macau. Este acto de Chen Rui foi um verdadeiro golpe de mestre, baseado na arte de *jimi* que já se aplicava aos povos não-Han, desde a dinastia Han.<sup>226</sup>

Do ponto de vista da defesa fronteiriça, a China beneficiou da presença portuguesa em Macau, que servia, no sistema defensivo da capital provincial, como uma barreira contra qualquer incursão de piratas japoneses e chineses, dada a superioridade bélica dos Portugueses, o que, em si, já era um factor dissuasor. Já em 1621 o Pe. Gabriel de Matos fala nisso: “Confirmou mais esta doação do porto e sitio da cidade o grande serviço q fizeram os Portuguezes ao Reyno, e foi destruir hum Ladrão afamado q molestava a Cantaõ, e para este fim trouxerão para este porto mais perto de Cantaõ aos Portuguezes, como affirmão os antigos moradores desta cidade.”<sup>227</sup> Isto corresponde ao tradicional pensamento estratégico chinês de que “os filhos do Céu mantêm a defesa dos seus territórios junto dos bárbaros vizinhos”, que é ainda melhor elucidado pela seguinte argumentação: “As províncias fronteiriças são portas da China e os bárbaros submissos constituem barreiras para a China. Com a queda das barreiras, os perigos chegam à porta da China. Com os perigos à porta, a nação estará em causa.”<sup>228</sup> A partir deste princípio estratégico, já desde a dinastia Song que os governantes Chineses mantinham uma relação de *jimi* com os chefes dos nómadas no oeste chinês, usando-os como uma barreira de primeira resistência contra qualquer invasão que pudesse vir dessa direcção.<sup>229</sup> Evidentemente, a dinastia Ming herdou esta estratégia e veio a aplicá-la aos Portugueses em Macau.

Quando as autoridades de Guangdong e a *gentry* local discutiram a acomodação dos Portugueses, também foi usado este argumento como fundamento básico, cujo mentor foi Huo Yuxia e que frisou então: “As águas de Xiangshan poderão ter Macau como uma barreira. Em tempos, sujeitos como Lao Wan 老万 (Wan, o velho), Zeng Yiben 曾一本<sup>230</sup> e He Yaba nem se atreviam a olhar estas águas de frente. Todo o domínio marítimo estava tranquilo. Caso mandem retirar os bárbaros de Macau, Xiangshan terá de assegurar a sua própria defesa. Este é o segundo inconveniente.”<sup>231</sup> Este já tinha sido o argumento de que se serviu Huo Tao, pai de Huo Yuxia, quando foi incumbido pelo imperador da resolução dos assuntos fronteiriços de Suzhou, nos meados do reinado de Jiajing, defendendo: “Convém afeioá-los [aos bárbaros] imediatamente para os ter ao nosso serviço. Tendo-os do nosso lado, trariam mais para nós, o que seria benéfico para as nossas barreiras fronteiriças.”<sup>232</sup> A proposta de Huo Yuxia no sentido de “construir uma cidade, criar postos mandarínicos e sujeitar Macau à jurisdição do distrito de Xiangshan” – que ele considerava uma “medida superior” – ter-se-ia assim inspirado no “modelo da cidade de Weilu” definido pelo seu pai.<sup>233</sup> E, por fim, usar a presença portuguesa em Macau como uma barreira defensiva trouxe tanto benefícios militares como económicos: aumento da receita fiscal e poupança das possíveis despesas militares.

Resumindo: O aumento drástico do orçamento militar e a bancarrota do erário estatal obrigaram os Ming a dar a devida solução ao problema dos Portugueses.

É preciso reconhecer que os Portugueses conseguiram o que conseguiram graças a um poder militar que representava uma grande ameaça para a corte de Pequim.

**Factor âmbar-cinzeno:** em último lugar, mas, como ficou já comprovado, de nenhuma forma o factor menos importante.

Aos Ming – embora a braços com grandes dificuldades financeiras e ameaças militares, fosse dos mongóis, dos tártaros ou das minorias nacionais – não lhes faltou inteligência política. Cobriram a cessão de Macau com a capa da “benevolência imperial” e da procura do âmbar-cinzeno, tornando este acto inesperado mais compreensível e aceitável pelos Portugueses, escondendo as suas verdadeiras intenções e o medo das armas portuguesas e ainda uma possível

## HISTORIOGRAFIA

aliança com as forças hostis. Com estas verdadeiras “representações teatrais” de cunho palaciano das autoridades de Guangdong, os Ming originaram muitas incógnitas, deixando as origens históricas de Macau confusas e nebulosas e a um ponto que os Portugueses se viram posteriormente obrigados a recorrer a certas versões para justificar a sua presença em Macau.<sup>234</sup> Por trás de cada grande acontecimento em Guangdong e Macau houve sempre linhas de força moldadas em Pequim. Não deverão aqueles que insistem em dizer que Pequim não tinha conhecimento do que se passava em Macau e que a “fórmula Macau” foi criada por Guangdong apresentar provas em contrário?

Na história da China, Wang Bo não era e continua a não ser uma personagem muito conhecida; no entanto, a presença portuguesa em Macau constituiu um acontecimento transcendente que terá condicionado todo o rumo da história moderna da China. Além das muitas histórias já feitas de Macau, parece ser possível poder elaborar-se uma história oficiosa de Macau, desenvolvida em torno de uma trilogia: o âmbar-cinzento, os relógios e a artilharia portuguesa. Esta linha básica está patente em todas as relações sino-portuguesas desde o reinado de Jiajing até à dinastia Ming do Sul 南明 (1644-1662). O âmbar-cinzento terá sido o talismã com que o *haidao fushi*, Wang Bo, autorizou a presença portuguesa em Macau e com que os Portugueses conseguiram entrar e sobreviver em Macau; os relógios constituíram o verdadeiro “abre-te sésamo” com que os primeiros jesuítas descerraram a porta de uma China hermeticamente fechada ao exterior. Nos últimos tempos da dinastia Ming a artilharia portuguesa foi considerada como uma coisa milagrosa que poderia salvar a nação chinesa das invasões tártaras. Este mesmo fio condutor atravessa as relações sino-portuguesas na dinastia Qing. Nesta, cessou a procura oficial do âmbar-cinzento, mas sabemos que, quando foram encetados os primeiros contactos oficiais entre os Manchus e os Portugueses de Macau, o Governador de Macau, João de Sousa Pereira, propôs ao Vice-Rei da Índia, Dom Felipe Mascarenhas, que mandasse uns presentes ao imperador da China: “... e achamos ser conveniente, o sagoate há de constar de peças, ou pedaços de alambre...”<sup>235</sup> Diversas e abundantes fontes, tanto em chinês como em línguas ocidentais, evidenciam o grande gosto e apreço dos imperadores manchus pelos relógios vindos de Macau. É do conhecimento geral que os jesuítas Adam Schall von

Bell, reconduzido e nomeado mandarim, e Ferdinand Verbiest, este também na sua qualidade de mandarim, foram engenheiros de artilharia ao serviço dos tártaros. Nomeadamente o último, que contribuiu decisivamente com as peças fundidas sob a sua orientação para a repressão dos “Três Feudatários”.

Finalmente, face à datação exacta do primeiro acordo sino-português e da abertura de Macau, assim como uma justificação aceitável de 1557 como a data oficial portuguesa da fixação lusa em Macau e o achamento das origens institucionais de Macau, entendemos que a presença portuguesa em Macau se terá ficado a dever à procura oficial do âmbar-cinzento, o factor mais decisivo. Em segundo lugar estariam os factores económico e militar, que serviam de pano de fundo para a viragem da atitude cantonense em relação aos Portugueses. A procura do âmbar-cinzento terá sido o rastilho do processo da fixação portuguesa em Macau, sendo os outros factores os verdadeiros motivos e argumentos que fundamentaram a adopção da política de afeiçoar os Portugueses. Dentro da nebulosa história de Macau, parecerá isto incrível, demasiadamente incrível mesmo; no entanto, são factos documentalmente investigáveis e investigados, confirmáveis e confirmados, de modo a poderem ser tidos como credíveis e seguros que nos elucidam sobre as apagadas origens de uma Macau sino-portuguesa.

Parece, pois, poder afirmar-se que Macau não terá nascido de um acaso, como se julga. A autorização e a confirmação da presença portuguesa em Macau foram outorgadas com pleno conhecimento e por estratégia da corte de Pequim. O âmbar-cinzento, a reactivação da economia nacional, a luta contra os invasores, rebeldes e piratas e a superioridade militar portuguesa teriam sido, assim, os factores que mais pesaram na decisão dos Ming de acomodar os Portugueses em Macau.

E a “lenda de Macau”, quantas manipulações palacianas não teve?! Como escreveu Wu Zhiliang, “seja do ponto de vista político e jurídico, seja do ponto de vista social e humano, Macau terá parecido uma realidade fictícia, cuja singular evolução histórica constitui um exemplo único da História da China e até da História Universal.”<sup>236</sup>

Fazendo uma retrospectiva da História de Macau, não nos será difícil descobrir que o peculiar processo do surgimento, sobrevivência e desenvolvimento do território terá sido, em todos os sentidos, o resultado

dos factores acima analisados e da confluência da civilização chinesa com a ocidental, representada por Portugal e pelos Portugueses.

A Macaulogia está a entrar na sua fase de amadurecimento, caracterizada por três aspectos: 1. publicação massiva de fontes, permitindo o cruzamento de informações; 2. teorização e criteriorização cada vez mais consensuais da metodologia de investigação e

abordagem dos temas básicos, 3. uma aproximação cada vez maior entre as historiografias chinesa e portuguesa, em relação a alguns pontos muito polémicos da História de Macau. **RC**

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (N.º 43)

Tradução de Jin Guoping.

## NOTAS

- 1 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Reformular as Origens de Macau. Imperadores, Âmbar-cinzeno e Macau”, pp. 5-22.
- 2 Para informações bibliográficas sobre este produto, cf. Roderich Ptak, *China's Seaborne Trade with South and Southeast Asia* (1200-1750), VI, pp. 687, nota n.º 77 e Hsing-Ch'a Sheng-Lan, *The Overall Survey of the Star Raft by Fei Hsin*, p. 61, nota 142.
- 3 Filho de São Francisco de Borja. Conde de Mayalde e Ficalho. Para mais informações sobre a sua estadia em Lisboa, cf. Gregorio de Andrés O. S. A., “Los libros chinos de la Real Biblioteca de el Escorial”, p. 116 e Sylvie Deswarte-Rosa, “De l'emblematique à l'espionnage: Autour de D. Juan de Borja, Ambassadeur Espagnol au Portugal”, pp. 147-183.
- 4 Archivo del Ministerio de Marina de Madrid, *Colección Fernandez de Navarrete*, XVII, ff. 35-36.
- 5 Pablo Pastells (ed.), *História Geral de las Filipinas*, vol. I, pp. CCLII-CCLLIII. Dada a sua importância, este documento foi objecto de referência de muitos estudiosos, dos quais destacamos Henri Bernard, C. R. Boxer, Benjamim Videira Pires e Roderich Ptak, entre outros.
- 6 Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes em Macau*, p. 20.
- 7 António Rodrigues Baptista, *A Última Nau. Estudos de Macau*, p. 125.
- 8 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, pp. 22 e 193.
- 9 Archivo General de Indias. Sección I. Patronato. Leg. 46. Documento 48. Existe uma cópia no Archivo del Ministerio de Marina de Madrid, *Colección Fernandez de Navarrete*, XVII, ff. 35-36. Citamos de Gregorio de Andrés O. S. A., “Los libros chinos de la Real Biblioteca de el Escorial”, p. 118.
- 10 Gregorio de Andrés O. S. A. “Los libros chinos de la Real Biblioteca de El Escorial”, pp. 116-117.
- 11 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 194.
- 12 Seguimos Max Justo Guedes, *O Descobrimento do Brasil*, p. 17.
- 13 Os Jesuítas têm silenciado a história deste primeiro vigário da China (António Rodrigues Baptista, *A Última Nau...*, pp. 123-134). O Pe. Manuel Teixeira, numa carta datada do “Deste Amaquao Porto da China Primeiro do Dezembro de 1563” chama-lhe apenas de “Vigario deste porto”, cf. *Mosaico*, reimpressão da Fundação de Macau, Macau, 2000, vol. 44-64, n.º 53 a 55, p. 183. Fernão Mendes Pinto devia ter conhecido o Pe. Gregório Gonçalves, porque no Cap. 221, em que fala da fundação de Macau, refere-se já a “igreja matriz em que há vigário e beneficiados...” A única referência a ele, com nome e apelido, é a carta que o jesuíta Pedro Buenaventura mandou desde Cochim a 16 de Fevereiro de 1572, dirigida ao Pe. Juan de Polanco, em Roma, cf. *Documenta Indica*, vol. VII, pp. 536-537.
- 14 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 194.
- 15 Sobre esta data, faremos análises num outro trabalho futuro.
- 16 Agente-chefe, nomeado pelo governo, para tomar conta dos comerciantes estrangeiros.
- 17 Zheng Shungong, *Riben Yi Jian*, vol. VI, pp. 4-4v.
- 18 Dai Yixuan, “Guanyu Puren Rujia Aomen De Niandai Wenti”, p. 16.
- 19 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 195.
- 20 Wang Shixing, *Guangzhibi*, p. 100.
- 21 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxianhui Huibian*, vol. V, p. 77.
- 22 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 129.
- 23 Wang Linheng, *Yuejianpian*, p. 91.
- 24 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 129.
- 25 Ouro, aqui no sentido figurado de moeda de ouro.
- 26 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 179.
- 27 Guo Fei, *Guangdong Tong Zhi*, vol. LXIX, “Os Bárbaros”, p. 72.
- 28 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 133.
- 29 *Mosaico*, op. cit., vol. 44-64, n.º 53 a 55, p. 154.
- 30 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti ...*, vol. V, p. 186.
- 31 O “pio” das fontes portuguesas.
- 32 O “tico” das fontes portuguesas.
- 33 Documentos de identificação. Leonel de Sousa chama-lhe de “licença de ELRey”, cf. *Mosaico*, op. cit., vol. 44-64, n.º 53 a 55, p. 154.
- 34 O mentor desta política foi Huo Tao, que defende uma rigorosa política de perseguição contra os Portugueses. “Os bárbaros do sudeste que entram com os seus tributos dedicam-se ao comércio que é de benefício para ambos, o que a China não pode recusar. Os *Fulangji* (Frangis, designação dada aos Portugueses) que são os mais ferozes dos bandidos bárbaros devem ser pura e simplesmente recusados. A recusa de outros bárbaros como se faz com os *Fulangji* não seria uma boa política. A melhor política a seguir neste momento seria aceitar os outros bárbaros. Quando aparecerem os *Fulangji*, serão admoestados. Caso insistam em vir, serão mobilizadas tropas de elite para os enfrentar, num sinal de aniquilamento. Não é preciso muito tempo para saber dos méritos e deméritos desta política.” cf. Huo Tao, *Huowenmin Gong Quanji* 霍文敏公全集 (Antologia do Senhor Huo Wenmin), vol. X. Sobre os assuntos dos Dois Guang, Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 259.
- 35 Talvez seja identificável com Xu Dong 许栋, o “Cheilata” das fontes portuguesas. Segundo uns prisioneiros da Batalha de Liampó, “Xu Er

## HISTORIOGRAFIA

- 许二 (Xu, o Segundo), Liguangrou 李光头 (Li, o Careca) e outros, tendo sido destruído o seu ninho estabelecido em Shuangyu 双屿 (Liampó), em Zhejiang 浙江, não tinham para onde ir. Ao saber das expedições militares contra eles organizadas pelo Governador Militar, foram obrigados a juntar os seus barcos aos dos *Fulangji* e foram a Dajuyu de Quanzhou, com a intenção de saqueá-la. Cf. Wu Zhiliang e outros [dir.], *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 270. Zheng Shungong in *Riben Yi Jian*, vol. VI, p. 9, informa que, em 1548, “os irmãos Xu, o Segundo e Xu, o Quarto fugiram para o Xiyang. Para mais informações sobre Xu Dong 许栋, cf. Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, pp. 85-135.
- 36 *Mosaico, op. cit.*, vol. 44-64, n.ºs 53 a 55, p. 152.
- 37 Abreviatura de *haidao fushi*.
- 38 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 177.
- 39 *Mosaico, op. cit.*, vol. 44-64, n.ºs 53 a 55, pp. 152-153.
- 40 W. Robert Usellis, *As Origens de Macau*, p. 23.
- 41 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, p. 47.
- 42 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação...*, p. 57.
- 43 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação...*, p. 59.
- 44 Luo Meng, “Luetan Gudai Minggui Xiangyao – Longxianxiang de Chuanru”, p. 97.
- 45 Berbera na actual Somália.
- 46 Duan Chengshi, *Youyang Zazu*, p. 31 e *Xintangshu*, p. 6262.
- 47 Luo Meng, “Luetan Gudai Minggui Xiangyao – Longxianxiang de Chuanru”, p. 95.
- 48 Gong Zhen, *Xiyang Fanguozhi*, p. 34.
- 49 Queijo de soja.
- 50 Sobre o seu uso entre os árabes, cf. Gabriel Ferrand, *Relations de Voyages et Textes Géographiques Arabes, Persans et Turcs Relatifs à L'Extrême-Orient du VIIIe au XVIIIe Siècles*, passim.
- 51 Gong Zhen, *Xiyang Fanguozhi*, p. 34 e Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 8448.
- 52 Gong Zhen, *Xiyang Fanguozhi*, p. 45 e Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 8624.
- 53 Huang Shengzeng, *Xiyang Chaogong Dianlu*, p. 76 e João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis*, p. 70. *O Livro de Marco Polo*, pp. 274-275 e 279.
- 54 Xie Fang, *Zhifang Waiji Jiaoshi*, edição revista, pp. 106 e 154. *Studia* n.º 3, Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos, 1959, p. 159.
- 57 Cf. Luo Meng, “Luetan Gudai Minggui Xiangyao – Longxianxiang de Chuanru”, p. 98.
- 58 Cf. Luo Meng, “Luetan Gudai Minggui Xiangyao – Longxianxiang de Chuanru”, p. 101.
- 59 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. VI, p. 43.
- 60 Zhou Kai, *Xianmenzhi*, p. 221.
- 61 *Hibiscus Mutabilis L.*
- 62 Hsing-Ch'a Sheng-Lan, *The Overall Survey of the Star Raft*, pp. 60-61.
- 63 *Taiwan Tongzhi*, p. 215.
- 64 Gong Zhen, *Xiyang Fanguozhi*, p. 33.
- 65 *Wulingzhi* ou, abreviado, *lingzhi* 灵脂. É excremento de *Trogoptes xanthipes*, animal parecido com o esquilo, cujo nome vulgar é *banbaochong* 寒号虫, e que se usa como medicamento.
- 66 É o mesmo que *wubeizi* 五倍子 ou, abreviado, *beizi* 倍子, que se usa como medicamento. O nome inglês deste medicamento é *Chinese gall* ou *gallnut*. Cf. *A Chinese-English Dictionary*, Pequim, The Commercial Press, 1980, p. 730.
- 67 Luo Meng, “Luetan Gudai Minggui Xiangyao – Longxianxiang de Chuanru”, p. 99.
- 68 Hsing-Ch'a Sheng-Lan, *The Overall Survey of the Star Raft*, p. 61.
- 69 Liu Liangbi, *Chongxiu Fujian Tongzhi Taiwanfu*, edição revista, p. 495.
- 70 Wang Linheng, *Yuejianpian*, p. 88.
- 71 *Zhu Shijie, Xiaoliuqiu Manzhi*, vol. VII, p. 65.
- 72 Cf. Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. I, pp. 51-52 e *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, que tem um capítulo baseado em Garcia de Orta, p. 244.
- 73 Recuados seis anos estaríamos em 1550; quererá isto dizer que, a partir dessa data, as autoridades de Cantão já tinham a intenção de afrouxar a perseguição contra os Portugueses começada em Liampó e passaram a tolerar a presença portuguesa em São João, mais tarde em Lampacau e, finalmente, em Macau. Todo este processo foi conduzido pela procura imperial do âmbar-cinzentado. Tendo os Portugueses mais à mão, haveria mais facilidade de conseguir esse produto para satisfazer as necessidades da Corte.
- 74 Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, in Rebecca Catz e Francis M. Rogers, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, p. 71.
- 75 1594.
- 76 1556.
- 77 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 383.
- 78 Shen Defu, *Wanli Yehupian*, vol. II, p. 547 e Zhang Xie, *Dongxiyangkao*, vol. 12, p. 427.
- 79 *Zhu Jingying, Haidong Zhaji*, 1958, vol. III, p. 46.
- 80 Luo Meng, “Luetan Gudai Minggui Xiangyao – Longxianxiang de Chuanru”, p. 101.
- 81 Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, vol. I, p. 40.
- 82 António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente - Índia 1499-1522*, vol. 1, pp. 3-4.
- 83 António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões...*, vol. 1, p. 7.
- 84 Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, p. 149.
- 85 Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires...*, p. 454.
- 86 Duarte Barbosa, *Livro do Que Viu e Ouviu no Oriente*, p. 167.
- 87 Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, capítulos 143, 165 e 168.
- 88 Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples...*, vol. I, pp. 51-52.
- 89 João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis*, pp. 169-172.
- 90 Rodolfo Sebastião Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, vol. 1, pp. 40-41.
- 91 Luís de Albuquerque (ed.), *Dicionário da História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 62. Desde há muito tempo, os árabes usam o âmbar-cinzentado como medicamento, cf. Gabriel Ferrand, *Relations de Voyages...* Tomo I, pp. 282-284.
- 92 Uma localidade de Taiwan.
- 93 Entenda-se como *bárbaros de Macau*.
- 94 Luo Meng, “Luetan Gudai Minggui Xiangyao – Longxianxiang de Chuanru”, p. 101.
- 95 *Studia*, n.ºs 20-22, 1967, p. 206.
- 96 *Studia*, n.ºs 11, 1963, pp. 145 e 344; 12, 1963, p. 485 e 49, 1989, p. 167.
- 97 Rodrigo José de Lima Felner (dir.), *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, p. 13.
- 98 Luís de Albuquerque (ed.), *Dicionário da História dos Descobrimientos...*, vol. 1, p. 62.
- 99 *Ibidem*.
- 100 *Studia*, n.º 2, 1958, p. 207.
- 101 Afzal Ahmad, *Os Portugueses na Ásia*, p. 81.
- 102 Anders Ljungstedt, *Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica na China & Descrição da Cidade de Cantão*, pp. 344-345.
- 103 *Shizong Shilu*, vol. 118, p. 5.
- 104 *Shizong Shilu* vol. 118, p. 5.



## HISTORIOGRAPHY

- 105 *Shizong Shilu*, vol. 119, p. 3.
- 106 *Shizong Shilu*, vol. 122, p. 10.
- 107 Frederick W. Mote e Denis Twitchett (eds.), *The Cambridge History of China*, vol. 7 “The Ming Dynasty, 1368-1644”, p. 479.
- 108 Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 5516.
- 109 Literalmente, chumbo vermelho, preparado à base de óxido do chumbo com o primeiro sangue menstrual que se acreditava concentrar a energia sexual das virgens.
- 110 Literalmente, pedra outonal, um cálculo obtido a partir da urina de meninos virgens e que se cria concentrar a energia sexual dos virgens.
- 111 Shen Defu, *Wanli Yehuopian*, vol. I, pp. 77-78.
- 112 Shen Defu, *Wanli Yehuopian*, vol. I, p. 77.
- 113 Frederick W. Mote e Denis Twitchett (eds.), *The Cambridge History of China*, vol. 7, p. 481.
- 114 1556.
- 115 Um lendário cogumelo da imortalidade.
- 116 Taisan 泰山, Hengshan 衡山, Huashan 华山, Hengshan 恆山 e Songshan 嵩山, que se dizia ser onde viviam os imortais.
- 117 Shen Defu, *Wanli Yehuopian*, vol. III, p. 892.
- 118 17 de Setembro de 1554.
- 119 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 51
- 120 O equivalente a 50 quilos.
- 121 Um tratamento officioso de *bu zheng shi* 布政使 (tesoureiro provincial), o tesoureiro das fontes portuguesas. Cf. Charles O. Hucker, *A Dictionary of Official Titles in Imperial China*, p. 208.
- 122 Um dos muitos tratamentos do *an cha shi* 按察使 (desembargador provincial). Cf. Charles O. Hucker, *A Dictionary of Official Titles...*, p. 355.
- 123 Compar com Garcia de Orta: –“e, o que he mais de maravilhar, he ter mayor valia ácerca dos Chins, porque o levarão lá os nossos Portuguezes, e venderão hum cate, que são vinte onças, por 1500 cruzados. “1200 taéis eram sensivelmente 1500 cruzados. O imperador Jiajing, desesperado, em relação ao preço que ia oferecer, ordenou: “dispensar todos os esforços na procura deste produto em todos os lugares do litoral que tenham tratos com bárbaros, sem olhar ao preço, por mais elevado que seja.”
- 124 O equivalente a meio quilo.
- 125 Wang Jian.
- 126 *Shizong Shilu*, vol. 422, p. 12.
- 127 Wang Jian 王健.
- 128 Sheng Shixing, *Minghuidian*, p. 1118. Na *Mingshi*, editada em 1739, encontramos outra versão com pouco variações: “No início do reinado de Shizong, houve uma quebra nos fornecimentos à *nei fu* na ordem de 90% em relação ao reinado de Zhengde. Desde meados [1535-1545] do mesmo reinado começaram as construções civis em grade escala e estabelecimentos de altares de cultos tauistas, razão pela qual foram dadas ordens de procura de madeiras, incensos e perfumes, pérolas e jades, o que fez com que as autoridades e o povo não tivessem mãos a medir só com estas procuras [...] Mandaram comprar por separado o âmbar-cinzentos durante mais de uma dezena de anos, razão pela qual, o enviado solicitou a autorização para os barcos bárbaros entrar no[s] ancoradouro[s]. Com o passar do tempo, conseguiu-se o produto”, cf. Zhang Tingyu, *Mingshi*, pp. 1993-1994.
- 129 Corretor, nomeado pelo governo, para trabalhar com os comerciantes estrangeiros.
- 130 Yin Guangren e Zhang Rulin, *Aomen Jilüe*, p. 20.
- 131 Como de facto veio a acontecer. Nas suas informações relativas à vitória sobre os marinheiros amotinados foi silenciado o decisivo auxílio militar português.
- 132 Ye Quan, *Xian Bo Bian*, p. 44.
- 133 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 179.
- 134 Entenda-se como de Guangdong.
- 135 Hoje Jingdezhen 景德镇.
- 136 Agente-chefe, nomeado pelo governo, para tomar conta dos comerciantes estrangeiros.
- 137 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. VI, p. 27.
- 138 Para mais informações, cf. Zhang Tingyu, *Mingshi*, pp. 7897-7898.
- 139 Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 209.
- 140 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 173.
- 141 Ruan Yuan, *Guangdong Tongzhi*, vol. I, p. 369.
- 142 Entenda-se como Macau.
- 143 Tang Kaijian, *Mingqing Shidafu Yu Aomen*, p. 83.
- 144 Wang Linheng, *Yuejianpian*, p. 88.
- 145 Shen Defu, *Wanli Yehuopian*, vol. II, p. 543.
- 146 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 189.
- 147 13 de Janeiro de 1521.
- 148 Uma alusão à cidade de Guangzhou que era ao mesmo tempo a capital provincial e a sede da Prefeitura de Guangzhou.
- 149 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 22.
- 150 30 de Maio de 1520.
- 151 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 49.
- 152 Para a sua biografia, cf. L. Carrington Goodrich e Chaoying Fang, *Dictionary of Ming Biography 1368-1644*, vol. I, pp. 679-683.
- 153 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 174.
- 154 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 162.
- 155 Cf. Jin Guo Ping, *Nan'ao Sankao*, pp. 74-82.
- 156 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 157.
- 157 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 182.
- 158 Entenda-se como de Guangdong.
- 159 Ver supra nota 135.
- 160 ‘Manabiedi’ poderia ser uma corruptela de Mateus Brito, cujo nome completo e correcto é Mateus de Brito.
- 161 Por identificar.
- 162 Por identificar.
- 163 Por identificar.
- 164 Havia muitos formulários para falsificar o âmbar-cinzentos, cf. Gabriel Ferrand, *Relations de Voyages...*, Tomo II, pp. 610-611.
- 165 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. VI, p. 27.
- 166 Shen Defu, *Wanli Yehuopian*, vol. II, p. 543.
- 167 Tang Kaijian, *Mingqing Shidafu Yu Aomen*, pp. 74-75.
- 168 Para o período até a Zhu Wan 朱纨, pode consultar-se Roland Louis Higgins, *Piracy and Coastal Defense in the Ming Period-Government Response to Coastal Disturbances, 1523-1549*. A partir de 1550, cf. Kwan-wai So, *Japanese Piracy in Ming China During the 16th Century* e Marilyn Fitzpatrick, *Local administration in northern Chekiang and the response to the pirate invasions of 1553-1556*.
- 169 Jin Guo Ping, “Daxiyangguo. O Reino do Grande Mar de Oeste”, pp. 5-31.
- 170 *Ibidem*.
- 171 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 143.
- 172 Jin Guo Ping, *Zhongpu Guanxi Shidi Kaozheng*, p. 57, nota 76.
- 173 Zhejiang, Fujian, Guangdong e Guangxi.
- 174 John E. Wills, Jr., “Maritime China from Wang Chiguangh to Shih Lang: Themes in Peripheral history”, pp. 201-238.
- 175 Charles O. Hucker, *Hu Tsung-hsien's campaign against Hsü Hai, 1556*, pp. 273-307.
- 176 Liang Jiabin, “Mingshi gao fulangji zhuan kao zheng”, p. 11.
- 177 Pasquale M. D’Elia, *Fonti Ricciane*, vol. II, p. 431.
- 178 Cf. Biblioteca da Ajuda, *Jesuitas na Ásia 49-V-4*, p. 11. Em 8 de Março de 1608, Matteo Ricci escreveu de Pequim para o Geral da

## HISTORIOGRAFIA

- Companhia de Jesus em Roma informando-o de que *Questa città di Succo, et un'altra di Canceo, sta nella parte più occidentale e nel cantone boreale della Cina, dove possono facilmente entrare Tartari; e sono due bone fortezze, dove si sta un vicerè et altri magistrati con molti soldati e potere dentro del muro del regno, che chiamiamo muro settentrionale. Nella città di Canceo risiede il vicerè, nell'altra di Succo, che è la più occidentale, doi o tre giorni di ammino, vi è una parte con muri dove stanno Mori forastieri con mogli e figliuoli, molte migliara di loro, ma soggetti in tutto al magistrati della Cina.* Cf. Pietro Tacchi Venturi, *Opere Storiche del P. Matteo Ricci S. I*, vol. 2, p. 349.
- 179 Pasquale M. D'Elia, *Fonti Ricciane*, vol. 2, p. 431, nota 3.
- 180 Song Lian e outros, *Yuanshi*, p. 1450; Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 1014 e Zhao Erxun, *Qingshigao*, pp. 2109 e 2124.
- 181 Huang Wenwei, *Chongxiu Suzhou Xinzhi*, vol. II, p. 5.
- 182 Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 1014.
- 183 Com mais de duas mil pessoas, cf. Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 8534.
- 184 Sobre este caso, cf. Zhang Tingyu, *Mingshi*, pp. 8516, 8625-8626 e 8534-8535.
- 185 Huang Wenwei, *Chongxiu Suzhou Xinzhi*, vol. I, p. 1.
- 186 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 292.
- 187 Zhang Tingyu, *Mingshi*, pp. 5342, 5397, 5407, 5418, 5603, 5606, maxime 5609-5610, 5616 e 5874.
- 188 Ye Quan, *Xian Bo Bian*, p. 44.
- 189 Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação...*, p. 56.
- 190 Yin Guangren e Zhang Rulin, *Aomen Jilüe*, p. 22.
- 191 Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 8503.
- 192 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 259.
- 193 *Documenta Indica*, vol. XIV, p. 140.
- 194 António Bocarro, *Década XIII da História da Índia*, vol. II, p. 729.
- 195 *Arquivos de Macau*, 3.<sup>a</sup> série, vol. V XI, n.º 4, 1971, pp. 206-207.
- 196 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, p. 398. A tradução coeva desta frase nas fontes portuguesas é a seguinte: “querendo p. si mesmos acrescentar das cabeças dez mil taes p. a mostrar mais obediência...” cf. Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. IX, “O culto de Maria em Macau”, Macau, p. 414.
- 197 Joaquim Guerra, *Dicionário Chinês-Português de Análise Semântica Universal*, p. 448.
- 198 *Daminglü Jijiefulu* 大明律集解附录 (Jurisprudência do Código Ming), Taiwan, Livraria Estudantil, vol. I, p. 344.
- 199 Yin Yuanjing, *Pingnanwang Yuangong Chuifan*, in Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. VI, p. 584.
- 200 Tan Shibao e Cao Guoqing, “Nova avaliação de Wang Bo e do primeiro acordo Sino-Português”, pp. 68-69.
- 201 Wong Io Fong, “Análise Histórica do Período do Estabelecimento de Macau”, pp. 44-45. Para mais pormenores, cf. Zhang Juzheng, *Zhang Juzheng Ji*, vol. II, Epistolário, e Wei Qingyuan, *Zhang Juzheng ju Mingdai Zhonghouqi Zhengju*, pp. 662-668.
- 202 Usamos o termo *notáveis locais* como equivalente à *gentry*.
- 203 Curiosamente, a “fórmula Macau” não tem nenhuma referência a esta personagem, que contribuiu decisivamente para a “fórmula” da governação chinesa de Macau através da autonomia dos Portugueses.
- 204 Zhao Erxun, *Qingshigao*, pp. 2120.
- 205 Huang Wenwei, *Chongxiu Suzhou Xinzhi*, vol. XV, p. 17.
- 206 Sobre esta questão, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Zailun Fanfang Yu Shuangchong Xiaozhong*, pp. 86-121.
- 207 O foro-do-chão de Macau, para as autoridades chinesas, era “tributos em cereais”, cf. António Vasconcelos de Saldanha (org.), *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China*, vol. I, p. 158.
- 208 Jin Guo Ping, “Aomen Dizu Shina Niandai Jiqi Yiyi”, pp. 123-136.
- 209 Yin Guangren e Zhang Rulin, *Aomen Jilüe*, p. 23.
- 210 Sobre novos dados, nomeadamente a lista de presentes da Embaixada de Tomé Pires e as relações cordiais que havia entre o Imperador Zhengde e a Embaixada, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Uma Embaixada com dois Embaixadores. Novos Dados Orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan* (inédito).
- 211 *Mosaico*, op. cit., vol. 44-64, n.ºs 53 a 55, p. 154.
- 212 António Vasconcelos de Saldanha (org.), *Colecção de Fontes Documentais...*, vols. V e VI.
- 213 Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*, pp. 82-94.
- 214 Zhang Xie, *Dongxiyangkao*, p. 226.
- 215 Frederick W. Mote e Denis Twitchett (eds.), *The Cambridge History of China*, vol. 7, p. 440, nota 1.
- 216 1550.
- 217 O problema de Altan foi resolvido precisamente fazendo com as pazes com ele, dando-lhe um título nobiliário de *Shunyiawang* 顺义王 (Rei de Obediência e Lealdade) e autorização para as trocas fronteiriças. Evidentemente, os Ming não podiam dar nenhum título oficial aos Portugueses; bastava autorizar implicitamente ou “tolerar” a presença portuguesa em Macau, motivo suficiente para os Portugueses ficarem pacificados e contentes.
- 218 Kwan-wai So, *Japanese Piracy in Ming China During the 16th Century*, p. 6 e 72.
- 219 Hou Wailu (dir.) *Zhongguo Sixiang Tongshi*, vol. IV, Tomo II, p. 1258.
- 220 Jorge Manuel Flores, “Os Anos da Gestão”, pp. 160-164.
- 221 Frederick W. Mote e Denis Twitchett (eds.), *The Cambridge History of China*, vol. 7, p. 487.
- 222 *Idem*, p. 478.
- 223 O *haidao* 海道 (subintendente dos Assuntos de Defesa Costeira) que comandou a batalha naval contra a ramada de Martim Afonso de Melo Coutinho em 1522. Sobre este primeiro confronto sino-português, cf. Jin Guo Ping, “1521-1522 Nianjian Zhonggu Wuzhuang Chongtu – Xicaowan Shikao”, p. 1-18.
- 224 Shen Defu, *Wanli Yehuopian*, vol. III, p. 786.
- 225 Sobre esta personagem, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Chen Rui Zhaojian Aomen Puren De Yuanwei” 陈瑞召见澳门葡人的原 e (Quais teriam sido os motivos com que Chen Rui convocou os Portugueses de Macau?), in *Dongxiwangyang* 东西望洋 (Em Busca de História(s) de Macau Apagadas pelo Tempo), no prelo.
- 226 Ban Gu, *Hanshu*, pp. 3833-3834.
- 227 *Mosaico*, op. cit., vol. 44-64, n.ºs 53 a 55, p. 172.
- 228 Zhao Erxun, *Qingshigao*, p. 14648.
- 229 Tuo Tuo e outros, *Songshi*, p. 9707.
- 230 O famoso Zhang Silao das fontes portuguesas. Sobre a sua identificação, cf. Jin Guo Ping, “Tchang-Si-Lao Qiren Wenhai Gouji – Haidaoshui Suyuan”, pp. 61-100.
- 231 Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. V, pp. 291-292.
- 232 Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 8526.
- 233 Para um estudo mais aprofundado sobre as influências exercidas pelos Huo, pai e filho, sobre a política chinesa para com Macau, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Huotao Fuzi Yu Aomen” 霍韬父子与澳门 (Os Huo, Pai e Filho, e Macau), in *Dongxiwangyang* 东西望洋 (Em Busca de História(s) de Macau Apagadas pelo Tempo), no prelo.
- 234 António Vasconcelos de Saldanha, *A “Memória”...*, Jin Guo Ping, *Tchang-Si-Lao Qiren Wenhai Gouji – Haidaoshui Suyuan*, pp. 61-100, “Combates a Piratas e a Fixação Portuguesa em Macau”, pp. 199-228 e Jorge Manuel Flores, “Os anos da gestão”, pp. 167-168.
- 235 C. R. Boxer, *Estudos para a História de Macau, Séculos XVI a XVII*, vol. I, tomo 1.º, p. 151.
- 236 Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência...*, p. 4.

## BIBLIOGRAFIA

- Ahmad, Afzal – *Os Portugueses na Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- Albuquerque, Luís de (ed.) – *Dicionário da História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994.
- Andrés, Gregorio de – “Los libros chinos de la Real Biblioteca de el Escorial”, in *Missionalia Hispanica*, año XXVI, n.º 76, 1969, Madrid.
- Ban Gu 班固 – *Hanshu* 汉书 (História dos Han). Pequim: Livraria China, 1962.
- Baptista, António Rodrigues – *A Última Nau. Estudos de Macau*. Macau: [s.n.], 2000.
- Barbosa, Duarte – *Livro do Que Viu e Ouviu no Oriente*. Lisboa: Alfa, 1989.
- Bocarro, António – *Década 13 da História da Índia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1876.
- Boxer, C. R. – *Estudos para a História de Macau, Séculos XVI a XVII*. Lisboa: Fundação Oriente, 1991.
- Catz, Rebecca e Rogers, Francis M. – *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*. Lisboa: Editorial Presença/Biblioteca Nacional, 1983.
- Cortesão, Armando – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1978.
- D’Elia, Pasquale M. – *Fonti Ricciane*, Roma, Libreria dello Stato, 1949.
- Dai Yixuan 戴裔煊 – “Guanyu Puren Ruju Aomen De Niandai Wenti” 关于葡人入居澳门的年代问题 (Acerca da data da entrada dos Portugueses em Macau), in Cai Hongsheng 蔡鸿生, *Aomenshi Yu Zhongxi Jiaotong Yanjiu* 澳门史与中西交通研究 (A História de Macau e os Estudos do Intercâmbio entre a China e o Ocidente). Guangzhou: Editora do Ensino Superior, 1998.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo – *Glossário Luso-Asiático*. Lisboa: Academia das Ciências, 1983.
- Deswarte-Rosa, Sylvie – “De l’Emblématique à l’Espionnage. Autour de D. Juan de Borja, Ambassadeur Espagnol au Portugal”, in *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987.
- Documenta Indica* – Edição de Josef Wicki, 18 vols. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988.
- Duan Chengshi 段成式 – *Xintangshu* 新唐书 (Nova História dos Tang). Pequim: Livraria China, 1975.
- *Youyang Zazu* 酉阳杂俎 (Mosaico de Youyang). Taiwan: Livraria Estudantil, 1985.
- Felner, Rodrigo José de Lima (dir.) – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1868.
- Ferrand, Gabriel – *Relations de Voyages et Textes Géographiques Arabes, Persans et Turcs Relatifs à L’Extrême-Orient du VIIIe au XVIIIe Siècles*. 2 vols. Paris: Ernest Leroux, 1913-1914.
- Fitzpatrick, Merrilyn – *Local administration in northern Chekiang and the response to the pirate invasions of 1553-1556*. Diss. Australian National University, 1976.
- Flores, Jorge Manuel – “Os anos da gestão”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1.º Vol., Tomo II, De Macau à Periferia Séculos XVI-XVII. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Fok Kai Cheong 霍启昌 – *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- Gong Zhen 巩珍 – *Xiyang Fanguozhi* 西洋番国志 (Crónica dos Países Bárbaros do Mar de Oeste). Pequim: Livraria China, 1982.
- Goodrich, L. Carrington e Chaoying Fang – *Dictionary of Ming Biography 1368-1644*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1976.
- Guedes, Max Justo – *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Directoria do Património Histórico e Cultural da Marinha, 1998.
- Guerra, Joaquim – *Dicionário Chinês-Português de Análise Semântica Universal*. Macau: Jesuítas Portugueses, 1981.
- Guo Fei 郭斐 – *Guangdong Tong Zhi* 广东通志 (Crónica Geral de Guangdong), edição fac-similada da edição de 1606. Jinan: Livraria Qilu, 1996.
- Higgins, Roland Louis – *Piracy and Coastal Defense in the Ming Period-Government Response to Coastal Disturbances, 1523-1549*. Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services, 1993.
- Hou Wailu 侯外庐<sup>1</sup> (dir.) – *Zhongguo Sixiang Tongshi* 中国思想通史 (História Geral do Pensamento Chinês). Pequim: Edições do Povo, 1980.
- Hsing-Ch’a Sheng-Lan – *The Overall Survey of the Star Raft by Fei Hsin*. Trad. de J. V. G. Mills. Edição revista e anotada por Roderich Ptak. Wiesbaden: Harrassowitz, 1996.
- Huang Shengzeng 黄省增 – *Xiyang Chaogong Dianlu* 西洋朝贡典录 (Vademecum dos Países Tributários de Xiyang). Pequim: Livraria China, 1982.
- Huang Wenwei 黄文炜 – *Chongxiu Suzhou Xinzhi* [重修肃州新志 (Crónica de Suzhou Revista), [1737], edição revista de 1762.
- Hucker, Charles O. – “Hu Tsung-hsien’s campaign against Hsü Hai, 1556” in *Chinese ways in warfare*, ed. Frank A. Kierman, Jr. e John K. Fairbank. Cambridge: Mass, Harvard University Press, 1974
- Hucker, Charles R. – *A Dictionary of Official Titles in Imperial China*. Taipei: SMC Publishing, 1985.
- Jin Guo Ping 金国平 – “1521-1522 Nianjian Zhongpu Wuzhuang Chongtu - Xicaowan Shikao 1521-1522” 年间中葡武装冲突悱靄W试考 (Os conflitos armados sino-portugueses entre 1521-1522. Uma tentativa de identificação do lugar da batalha naval da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho), in *Xilidongjian* 西力东渐 (O Ocidente ao Encontro do Oriente). Macau: Fundação Macau, 2000.
- “Aomen Dizhu Shina Niandai Jiqi Yiyi” 澳门地租始纳年代及其意义 (Sobre a data-início do pagamento do foro de Macau e o seu significado) in *Zhongpu Guanxi Shidi Kaozheng*,
- “Combates a piratas e a fixação portuguesa em Macau”, in *Revista Militar* (Lisboa), n.º especial, 1998.
- “Cong 从 Chapa de Prata Dao 到 Chapa de Ouro. Da Chapa de Prata à Chapa de Ouro”, in *Boletim de Estudos de Macau* (Macau), n.º 10.

## HISTORIOGRAFIA

- “Daxiyanguo, O reino do Grande Mar de Oeste”, in *Daxiyanguo. Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* (Lisboa), vol. I, n.º 1, 2002.
- “Nan’ao Sankao” 南澳三考 (Três apontamentos históricos sobre Lamao) in *Xilidongjian* 西力东渐 (O Ocidente ao Encontro do Oriente). Macau: Fundação Macau, 2000.
- “Tchang-Si-Lao Qiren Wenhai Gouji - Haidaoshui Suyuan” 张四老其人文海钩稽 溯源 (Contributos para uma identificação documentada de Tchang-Si-Lao. Em torno da Génese das Versões de Combate a Piratas), in *Zhongpu Guanxi Shidi Kaozheng*, pp. 61-100.
- *Zhongpu Guanxi Shidi Kaozheng* 中葡关系史地考证 (As Relações Luso-Chinesas Histórica e Geograficamente Falando). Macau: Fundação Macau, 2000.
- Jin Guo Ping e Wu Zhiliang 吴志良 – “Reformular as origens de Macau. Imperadores, âmbar-cinzentos e Macau”, in *Revista de Cultura* (Macau), n.º 38/39, 1999.
- Jin Guo Ping e Wu Zhiliang – “Zailun Fanfang Yu Shuangchong Xiaozhong 再论番坊与双重效忠 (Ainda sobre o bairro estrangeiro e a dupla lealdade), in *Jinghao Piaomiao* 镜海飘渺 (História(s) de Macau. Ficção e Realidade). Macau, 2001.
- Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun 张正春 – “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (org.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês Séculos XVI-XIX*. Macau: IPOR, 1996.
- Kwan-wai So – *Japanese Piracy in Ming China During the 16th Century*. East Lansing: Michigan State University Press, 1975.
- Liang Jiabin 梁嘉彬 – “Mingshi gao fulangji zhuan kao zheng” 明史稿佛朗机传考证 (Adendas à Crónica de Fulangji do Esboço da História Oficial dos Ming), in *Mingdai Guoji Guanxi* 明代国际关系 (Relações Exteriores da Dinastia Ming). Edição de Wang Xiyi 王锡易 e outros. Taipei: Livraria Estudantil, 1968.
- Liu Liangbi 刘良璧 – *Chongxiu Fujian Tongzhi Taiwanfu* 重修福建通志台湾府 (Crónica Geral de Fujian). Taiwan: Biblioteca da Documentação de Taiwan, n.º 74.
- Ljungstedt, Anders – *Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica na China & Descrição da Cidade de Cantão*. Macau: Leal Senado de Macau, 1999.
- Loureiro, Rui Manuel – *Em Busca das Origens de Macau*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos, 1996.
- Luo Meng 骆萌 – “Luetan Gudai Minggui Xiangyao - Longxianxiang de Chuanru” 略谈古代名贵香药 涎香的传入 (A propósito da história da introdução dum perfume precioso - o âmbar-cinzentos - na China) in *Haijiaoshi Yanjiu* 海交史研究 (Boletim de Estudos de Intercâmbios Marítimos), 1986.
- Mote, Frederick W. e Twitchett, Denis – *The Cambridge History of China, Vol. 7 “The Ming Dynasty, 1368-1644”*. Taipei: Caves Books, Ltd, 1988.
- O Livro de Marco Polo*. Sintra: Colares Editora, 2000.
- Orta, Garcia de – *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- Pastells, Pablo (ed.) – *História Geral de las Filipinas*. Barcelona, 1925-1936, 9 vols.
- Ptak, Roderich – *Seaborne Trade with South and Southeast Asia (1200-1750)*, Ashgate, 1998, VI, p. 688, n. 7.
- Rego, António da Silva – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia 1499-1522*, vol. I. Lisboa: Fundação Oriente e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991.
- Ruan Yuan 阮元 – *Guangdong Tongzhi* 广东通志 (Crónica Geral da Província de Guangdong). Xangai: Editora dos Clássicos, 1990.
- Saldanha, António Vasconcelos de – *A “Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau” do Visconde de Santarém (1845)*. Macau: IPOR, 1995.
- Saldanha, António Vasconcelos de (org.) – *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China*. Trad. chinesa de Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun. Macau: Fundação Macau Universidade de Macau, 1996-2000.
- Santos, João dos – *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- Shen Defu 沈德符 – *Wanli Yehuo pian* 万历野获编 (História Oficiosa do Reinado de Wanli). Pequim: Livraria China, 1997.
- Sheng Shixing 申时行 – *Minghui dian* 明会典 (Instituições dos Ming), edição fac-similada da edição xilografada de 1587. Pequim: Livraria China, 1989.
- Shizong Shilu* 世宗实录 (Verídica Crónica do Imperador Shizong). Taipé: Instituto da História e Línguas da Academia Sínica, 1962.
- Song Lian 洗懌 e outros – *Yuanshi* 元史 (História dos Yuan). Pequim: Livraria China, 1976.
- Taiwan Tongzhi* 台湾通志 (Crónica Geral de Taiwan). Taiwan: Biblioteca de Documentação de Taiwan, n.º 84.
- Tan Shibao 谭世宝 e Cao Guoqing 曹国庆 – “Nova avaliação de Wang Bo e do primeiro acordo Sino-Português”, in *Revista de Cultura - Edição Internacional* (Macau), n.º 1, 1.º Trimestre de 2002.
- Tang Kaijian 汤开建 – *Mingqing Shidaifu Yu Aomen* 明清士大夫与澳门 (Mandarins e Letrados dos Ming e Qing e Macau). Macau: Fundação Macau, 1998.
- Teixeira, Manuel – *Vultos Marcantes em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.
- *Macau e a sua Diocese*, vol. IX, “O culto de Maria em Macau”. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1969.
- Tuo Tuo 迺迺 e outros – *Songsbi* 洗姮 (História dos Song). Pequim: Livraria China, 1977.
- Usellis, W. Robert – *As Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1995.
- van Linschoten, Jan Huygen – *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição preparada por Arie Poe e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Ventura, Pietro Tacchi – *Opere Storiche del P. Matteo Ricci S. I.*, Macerata, 1913.
- Wang Linheng 王临亨 – *Yuejian pian* 粤剑篇 (Espadas de Guangdong). Pequim: Livraria China, 1997.

## HISTORIOGRAPHY

- Wang Shixing 王士性 – *Guangzhiyi* 广志绎 (Descrições Gerais). Pequim: Livraria China, 1981.
- Wei Qingyuan 韦庆远 – *Zhang Juzheng he Mingdai Zhonghouqi Zhengju* 张居正与明代中后期政局 (Zhang Juzheng e a Situação Política nos Meados e nos Finais da Dinastia Ming). Guangzhou: Editora do Ensino Superior, 1999.
- Wills, John E. Jr. – “Maritime China from Wang Chih to Shih Lang: Themes in peripheral History,” in J.D. Spence e J.E. Wills, Jr., *From Ming to Ching Conquest, Region, and Continuity in Seventeenth-Century China*. New Haven: Yale University Press, 1979.
- Wong Io Fong 黄晓峰 – “Análise Histórica do Período do Estabelecimento de Macau”, in *Revista de Cultura - Edição Internacional* (Macau), n.º 1, 1.º Trimestre de 2002.
- Wu Zhiliang 吴志良 – *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.
- Wu Zhiliang e outros (dir.) – *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Coleção de Arquivos e Documentos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau). Pequim: Editora do Povo, 1999.
- Xie Fang 谢方 – *Zhifang Waiji Jiaoshi* 职方外记校释 (Crónica dos Países não Tributários), edição revista. Pequim: Livraria China, 1996.
- Ye Quan 叶权 – *Xian Bo Bian* 贤博编 (Coleção de Xian Bo). Pequim: Livraria China, 1987.
- Yin Guangren 印光任 e Zhang Rulin 张汝霖 – *Aomen Jilue* 澳门记略 (Monografia Abreviada de Macau), anotada por Zhao Chunchen 赵春晨. Guangzhou: Editora do Ensino Superior, 1988.
- Yin Yuanjing 尹源进 – *Pingnanwang Yuangong Chuifan* 平南王元功垂范 (Perpetuando a Memória do Régulo Pacificador do Sul), vol. II, *Qingding Aoyi quliu* 请定澳?去留 (Memorial ao Trono sobre o destino dos bárbaros de Macau), in Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti...*, vol. VI, p. 584.
- Zhang Juzheng – *Zhang Juzheng Ji* 张居正集 (Obras de Zhang Juzheng). Hubei: Edições do Povo de Hubei, 1987.
- Zhang Tingyu 张廷玉 – *Mingshi* 明史 (História dos Ming). Pequim: Livraria China, 1974.
- Zhang Xie 张燮 – *Dongxiyangkao* 东西洋考 (Investigações dos Mares do Oriente e do Ocidente). Taiwan: Livraria Estudantil, 1985.
- Zhao Erxun 赵尔巽 – *Qingshigao* 清史稿 (Esboço da História dos Qing). Pequim: Livraria China, 1977.
- Zheng Shungong 郑舜功 – *Riben Yi Jian* 日本一鉴 (Um Olhar sobre o Japão), edição facsimilada de 1939.
- Zhou Kai 周凯 – *Xianmenzhi* 厦门志 (Crónica de Amoy). Taiwan: Biblioteca de Documentação de Taiwan, n.º 95.
- Zhu Jingying 朱景莖 – *Haidong Zhaji* 海东箭记 (Notas do Leste dos Mares). Taiwan: Gabinete de Estudos Económicos do Banco de Taiwan, 1958.
- Zhu Shijie 朱仕玠 – *Xiaoliuqi Manzhi* 小琉球漫志 (Crónica Geral dos Pequenos Léquios). Taiwan: Gabinete de Estudos Económicos do Banco de Taiwan, 1957.



# As Relações Sino-Portuguesas Durante a Dinastia Qing através dos Ofícios das Chapas Sínicas

LIU JINGLIAN\*



Os “ofícios” que integram as “Chapas Sínicas” são os veículos utilizados nos contactos escritos entre o governo local de Guangdong 广东, representante do governo Qing 清, e o Leal Senado. A mudança do tipo destes “ofícios” revela de forma clara a mudança nas relações sino-portuguesas. Com base nos *bingwen* 禀文, um dos tipos do “ofício” chinês de então e que expressa uma relação de desigualdade entre o remetente e o destinatário e se pode, de certo modo, equiparar à informação ou informação-proposta, apresentados pelo governo de Macau antes de 1844, e na sua posterior substituição pelo *zhaohui* 照会, outra fórmula de “ofício” e equivalente à nota, o autor procura, neste breve estudo de história política, expor as alterações verificadas nas relações políticas sino-portuguesas durante as dinastias Ming 明 e Qing e as suas causas.

## AS “CHAPAS SÍNICAS” E OS SEUS BINGWEN

Os 1.567 documentos de Macau relacionados com a dinastia Qing,<sup>1</sup> conservados nos Arquivos Nacionais da Torre de Tombo de Lisboa e na sua maioria escritos em chinês, são designados pelos investigadores

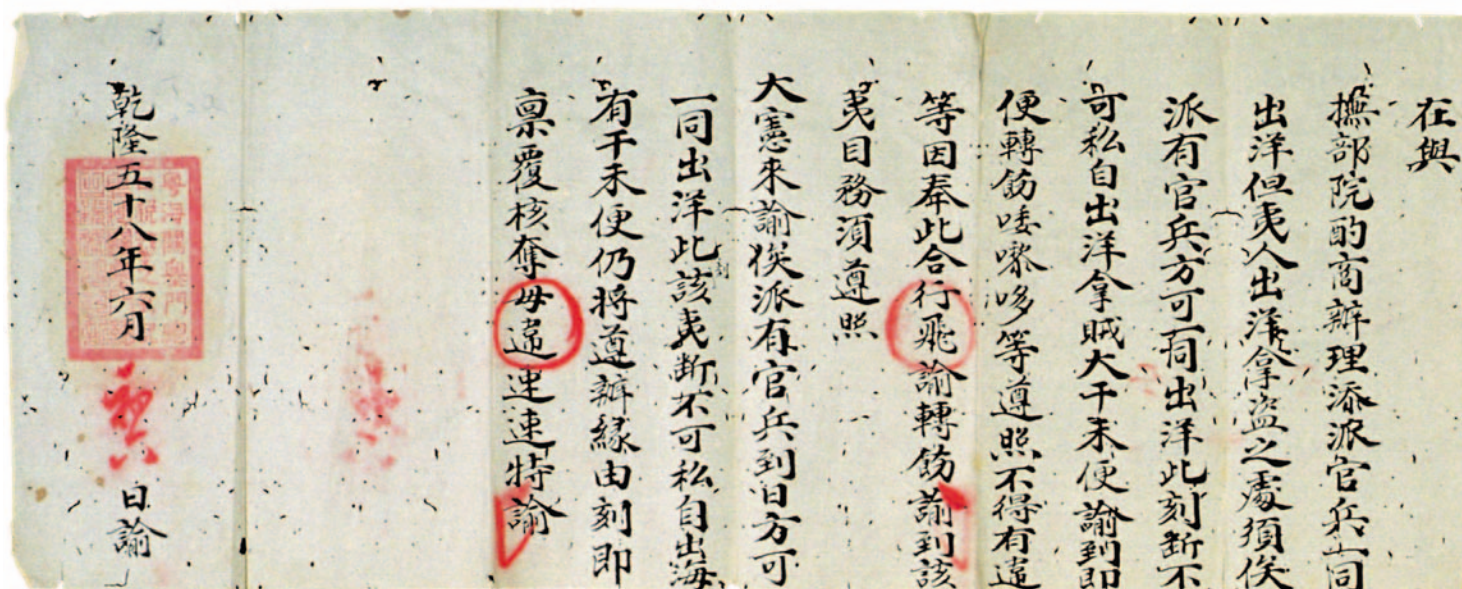
portugueses por “Chapas Sínicas”, mas os estudiosos chineses costumam chamá-los *Dong Bo Dang* 东波档 (Colecção do Tombo). Estes documentos, originalmente guardados no Leal Senado de Macau, foram transportados em finais do século XIX, juntamente com o espólio documental do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, para o Arquivo da Torre de Tombo. Nos últimos mais de cem anos foram pouco estudados, uma vez que os investigadores portugueses não conheciam a língua chinesa e os estudiosos chineses a eles não tinham acesso. Em 1989, o Arquivo Histórico de Macau procedeu à sua microfilmagem e, depois da sua ordenação e catalogação, Lau Fong 刘芳 publicou *Hanwen Wenshu – Putaoya Quoli Dongbota Danganguan Guichang Aomen Ji Dongfang Dangan Wenxian* 汉文文书—葡萄牙国立东波塔档案馆度藏澳门及东方档案文献 (Chapas Sínicas. Macau e o Oriente nos Arquivos Nacionais da Torre de Tombo). Em finais de 1999, a Fundação Macau editou de Lau Fong e Zhang Wenqin 章文钦, *Qingdai Aomen Zhongwen Dangan Huibian* 清代澳门中文档案汇编 (Colecção de Documentos Sínicos do IAN/TT Referentes a Macau durante a Dinastia Qing) da qual constam 1.509 documentos extraídos “Chapas Sínicas”, oferecendo estas duas publicações novas possibilidades aos investigadores.

Além de contratos, escrituras, liquidações de impostos de terras e documentos de receitas e despesas de uma igreja, a maior parte destas “Chapas Sínicas” é constituída por documentos assinados e relacionados com os reais problemas de Macau na época – administração, justiça, comércio, defesa, impostos,

刘景莲 Investigadora do Departamento de Investigação da História da Dinastia Qing, Instituto de Investigação Histórica da Academia de Ciências Sociais da China. Estudou na Universidade de Macau entre 1998 e 2000, onde obteve o Mestrado em Relações Sino-Portuguesas e História de Macau.

Researcher at the Department of Research on the History of the Qing Dynasty, Institute for Historical Research, Chinese Academy of Social Sciences. Studied at the University of Macau from 1998 to 2000, for a Master's degree in Sino-Portuguese Relations and the History of Macao.

## HISTORIOGRAFIA



Ofício (13.07.1793) do mandarim da alfândega de Macau ao procurador de Macau determinando que os navios de Macau que vão participar no combate aos piratas não saiam antes da chegada dos navios imperiais.

cultura, etc. Estes documentos originais são de grande valor histórico e o seu estudo abre novas oportunidades ao aprofundamento das investigações sobre a História de Macau.

Entre as “Chapas Sínicas” existem 83 *bingwen*, originais e cópias, cerca de 5,5% do total dos documentos. Embora em pequeno número, em razão das vicissitudes sofridas ao longo dos tempos, podemos, no entanto, concluir que, anteriormente à Primeira Guerra do Ópio, era esta a fórmula de “ofício” de que o governo de Macau principalmente se socorria nos seus contactos com o governo Qing. Mais de metade dos *yu* 諭 (edicto imperial), outro tipo de “ofício”, incluídos nas “Chapas Sínicas”, são respostas dos mandarins aos *bingwen* apresentados pelo governo de Macau. O *yu* é sempre redigido da mesma forma: Começa pela frase “segundo a informação apresentada pelo chefe estrangeiro *weiliduo* 委黎哆 (procurador), em (mês) de (ano), a que se segue um resumo do seu conteúdo feito por um mandarim, e, por fim, a decisão tomada pelo mandarim.”

De acordo com a natureza dos assuntos versados, os *bingwen* das “Chapas Sínicas” dividem-se em oficiais e privados. Oficiais são 81, a esmagadora maioria, e privados apenas dois: um, em que Ya Wan 亞晚 escreve, da prisão, ao pai pedindo-lhe que junte dinheiro para o libertar; outro, em que Chen Wu 陈乌, da loja de Yang Cheng 阳成, pede a um vizinho, homem influente, para

testemunhar em seu favor. Estes *bingwen*, tendo em conta a natureza do remetente e do destinatário, podem ainda dividir-se em dois grupos: um, em que ambos são instituições públicas e outro, quando o remetente é um particular e o destinatário uma instituição pública. Nas “Chapas Sínicas”, 62 *bingwen* são do primeiro tipo: 60, do *weiliduo* do Leal Senado ou do *fanchai* 番差 (ouvidor)<sup>2</sup> e dirigidos ao governo de Guangdong através do *dalaoye* 大老爷 (subprefeito de Macau ou magistrado do distrito de Xiangshan 香山) ou do *tailaoye* 太老爷 (assistente do magistrado do distrito), seus representantes, e dois são apresentadas por mandarins de baixo grau aos seus superiores. Os restantes 19 são endereçados por particulares a instituições públicas – 12 são apresentados por cidadãos residentes em Macau, chineses, portugueses ou outros, a mandarins locais de Guangdong e 7 são apresentados por chineses ao governo de Macau (vide Anexo I). Os *bingwen* incluídos nas “Chapas Sínicas” são, pois, na sua maioria *bingwen* apresentados ao governo Qing pelo governo de Macau ou por portugueses ou outros estrangeiros residentes em Macau.

## NATUREZA DO BINGWEN

Estes *bingwen* incluídos nas “Chapas Sínicas” reflectem a desigualdade de posições do remetente e do destinatário.



## HISTORIOGRAPHY



O “ofício” Qing estava intimamente relacionado com o sistema administrativo, manifestando, por si próprio, uma relação hierárquica. Podia ser de três tipos, de acordo com a posição do destinatário: de nível superior, inferior ou do mesmo nível. As instituições governamentais, nos seus contactos recíprocos, escolhiam o modelo de “ofício” segundo a sua relação de subordinação, posição e competência. A de nível inferior, obrigada a obedecer às ordens da instituição de nível superior e sujeita à sua superintendência, devia utilizar a fórmula de “ofício” para nível superior; as instituições governamentais do mesmo nível ou não dependentes umas das outras deviam usar a fórmula de “ofício” para o mesmo nível. Segundo o regime Qing, o *bingwen* pertencia ao primeiro destes três tipos. Os mandarins usavam-no quando pretendiam solicitar directrizes aos seus superiores, informá-los de algum assunto ou dar respostas às suas inquirições: “O ofício que o inferior usa para informar o superior é o *bingwen*.”<sup>3</sup> O *yu*, o *zha* 箭 (carta), o *pai* 牌 (placa) e o *gaoshi* 告示 (edital) são “ofícios” de superior para inferior e o *zhaohui* deve ser utilizado quando ambos, remetente e destinatário, se encontram ao mesmo nível.

O governo Qing impunha também a utilização destas diversas fórmulas aos governos e cidadãos estrangeiros, incluindo, pois, o governo português e os seus cidadãos. Esta desigualdade, traduzida na obrigatoriedade da utilização do *bingwen* por parte dos

países ocidentais, era resultado da concepção tradicional, profundamente enraizada nas mentes dos detentores do poder, desde o imperador aos funcionários de base, cheios de si mesmos e colocando-se na posição de grande Império, razão por que chamavam indistintamente os países ocidentais que vinham comerciar “países grosseiros e bárbaros”. No seus contactos com os diversos países que vinham à China fazer negócio, preferiam acautelá-los politicamente a ter de pesar os prós e os contras no plano económico. Para garantir esta superioridade política, advertiam os estrangeiros que se encontravam na China que não deviam esquecer esta relação desigual, exigindo-lhes que usassem o *bingwen* para contactar por escrito com o governo Qing. “Este chefe estrangeiro apresenta-nos sempre um *bingwen* quando tem assuntos a informar.”<sup>4</sup>

A aceitação pelos portugueses desta desigualdade política, expressa na obrigatoriedade do uso do *bingwen* nos seus contactos com a China, resultou principalmente dos conflitos de “sangue e fogo” ocorridos entre Portugal e a China. No 8.º ano do reinado de Zhengde 正德, imperador Ming, ou seja, em 1513, Jorge Álvares dirigiu uma “delegação oficial” à ilha de Tamão, onde levantou um padrão com as armas do reino de Portugal. Jorge Álvares foi, pois, o primeiro português a pisar terra chinesa e Portugal o primeiro país ocidental a contactar com a China. Na 6.ª lua do 12.º ano do reinado de Zhengde (Junho de 1517), Fernão Peres Andrade capitaneou uma esquadra de quatro barcos portugueses e quatro barcos malaios à China. Nela seguia como embaixador à China, e por ordem do governador da Índia, Tomé Pires, boticário e autor da *Suma Oriental*. Em 1521, a delegação encabeçada por Pires foi expulsa de Pequim, onde se deslocara para se apresentar perante a corte imperial, sendo, em seguida, detida em Cantão. Os restantes portugueses, que tinham permanecido na zona marítima de Cantão, foram expulsos com os seus barcos para fora das fronteiras da China pelas forças Ming. Fracassou, pois, a missão de Pires. Este fracasso do primeiro contacto oficial entre Portugal e a China está também relacionado com a política diplomática dos Ming, com o seu regime de tributos e com a morte do imperador Wuzong 武宗, mas a sua principal causa reside nos próprios portugueses: “Os que permaneceram na costa violaram à vontade os regulamentos de trânsito e os que entraram na capital

## HISTORIOGRAFIA

mostraram-se arrogantes.<sup>25</sup> Podemos, assim, afirmar que a causa directa do fracasso da delegação portuguesa residiu na ignorância por parte dos seus membros das leis e costumes da China, mostrando-se petulantes e presumidos, e que a causa indirecta esteve na forma como actuaram os portugueses que permaneceram na ilha de Tamão, a seu bel-prazer e com todo o tipo de violências. Estes actos violentos dos portugueses, dentro e fora da capital, ficaram registados na crónica da corte imperial: “jamais poderá ser recebido o enviado português”.<sup>6</sup> Os portugueses, contudo, não retiraram as devidas consequências e continuaram a perpetrar actos de pirataria em Ningbo 宁波 de Zhejiang 浙江, em Fujian 福建 e em Guangdong, tendo sido alvo de um novo ataque chinês. Em 1553, os portugueses pisaram terras de Macau, não tendo conseguido, porém, nos primeiros anos uma permanência estável. Os frequentes conflitos com chineses levaram-nos, então, a pensar nas razões dos fracassos dos primeiros

contactos e a mudar de tática para poderem comerciar em segurança com a China e assim poderem lucrar. Os comerciantes portugueses residentes em Macau progressivamente foram compreendendo a sua posição em Macau. “Quase desde o momento em que Macau se tornou num entreposto, os seus residentes tiveram uma compreensão muito clara sobre a sua posição mista e que só poderiam manter-se para sempre graças à boa-fé do seu poderoso vizinho.” Para poderem efectuar em Macau os seus negócios com a China, “viram-se obrigados a adoptar uma atitude de respeito filial perante os chineses, obedecendo-lhes totalmente. De facto, esta atitude humilde era absolutamente necessária para conservarem a posição que já tinham obtido em Macau.” Assim, foram tolerando as maiores humilhações e cumprindo rigorosamente todas as exigências dos funcionários chineses. Ao serem recebidos em audiência, faziam o *kotow*. Às vezes “ajoelhavam-se assim, de cabeça descoberta, por seis horas.”<sup>27</sup> Esta mudança tática contribuiu para a fixação dos portugueses em Macau. Os outros ocidentais que vieram à China a seguir aos portugueses, igualmente na mira de obterem benefícios económicos, sentindo-se imponentes, dadas as suas próprias limitações económicas e militares, igualmente se viram obrigados a adoptar temporariamente a tática de engolir submissamente todos os insultos e a recorrer ao *bingwen* nos seus contactos oficiais com o governo chinês.

Portugal e os outros países ocidentais viram-se, pois, contrariados a tolerarem uma posição de desigualdade política.

Em 23 de Fevereiro de 1846, na sua resposta às interrogações formuladas pelas autoridades de Lisboa relativamente ao comportamento débil e incompetente do governo de Macau perante o governo Qing, o governador de Macau, José Gregório Pegado, escreveu que, na sua correspondência com altos funcionários de Cantão, algumas autoridades podiam adoptar o tratamento de posição igual. Por exemplo, entre o governador de Macau ou o Leal Senado e o *kuguan* 库官 (tesoureiro da província) ou o *xianling* 县令 (magistrado distrital de Xiangshan), ou entre o procurador e os mandarins distritais podia ser usada o “ofício” do mesmo nível. Mas “o governador, o Leal Senado e o procurador, nos seus contactos quer com o enviado imperial, o vice-rei provincial ou o governador civil provincial, só podiam adoptar o *bingwen*, dada a



## HISTORIOGRAPHY

sua inferior posição”.<sup>8</sup> Nesta sua resposta, José Gregório Pegado expressava claramente a sua compreensão pela desigualdade que o uso do *bingwen* significava e a sua íntima amargura por a ele se ver obrigado.

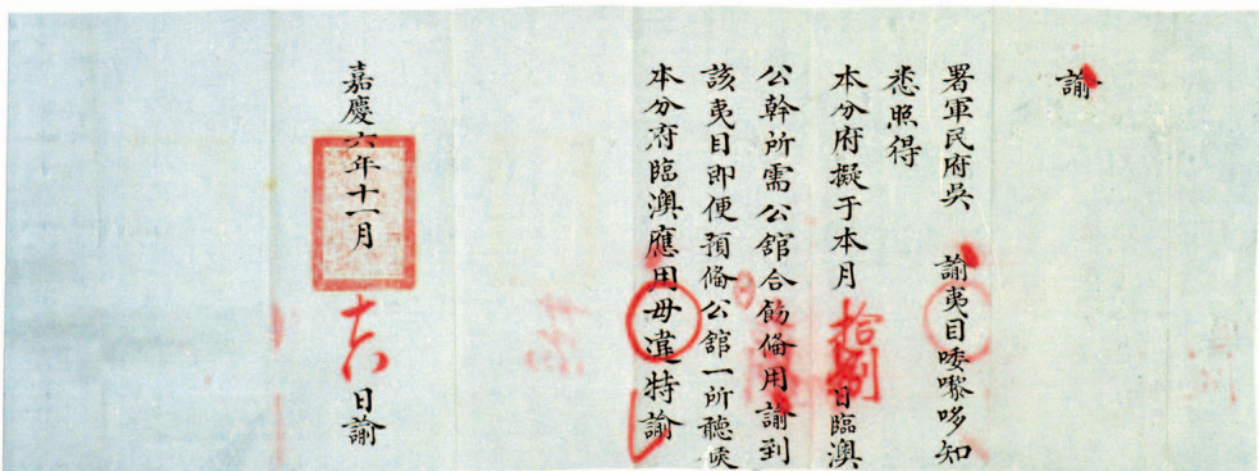
O *bingwen* com que o inferior informa o superior, e significando uma relação de inferioridade do remetente perante o destinatário, é completamente diferente do “ofício” usada entre instituições do mesmo nível. Em 1846, entre o governo de Macau e alguns mandarins locais começou a utilizar-se o “ofício” do mesmo nível, mas na correspondência oficial entre o governo de Macau e os altos mandarins Qing mantinha-se o uso do *bingwen* tradicional.

## SOBRE A APRESENTAÇÃO DO BINGWEN

Como mencionámos, o governo Qing exigia que o governo de Macau utilizasse o *bingwen* para o informar ou para lhe pedir instruções, quando tinha alguns assuntos importantes a tratar. Mas não só. Também estipulou detalhadamente como se devia proceder na sua redacção e como devia ser apresentado, exigindo, sobretudo, que fosse escrito em chinês e que o seu tom fosse respeitoso e obediente. “O prefeito ou magistrado distrital dá instruções ao procurador, enquanto o procurador lhe apresenta a informação, obrigatoriamente em língua chinesa”<sup>9</sup> e “os termos usados também devem ser respeitosos e obedientes”.<sup>10</sup> Era imperativo que o *bingwen* tivesse o selo em lacre do governo de Macau sobre a data, devendo o invólucro ser igualmente selado com lacre. “O lacre é aplicado sobre a data do documento e o seu envelope também

deve ser tratado deste modo.”<sup>11</sup> O lacre é uma mistura de colofónia fundida e de corante, sobre o qual, uma vez derretido, se coloca o selo.<sup>12</sup>

Dada a obrigatoriedade da utilização do chinês, os *bingwen* só podiam ser redigidos por quem conhecesse não só a língua chinesa como também as determinações Qing sobre a sua redacção. Por isso, o governo de Macau criou o cargo de jurubaça, “tradutor dos *bingwen* e outros tipos de ofício para os funcionários portugueses”.<sup>13</sup> Era o responsável pela tradução, para chinês, dos *bingwen* do governo de Macau ao governo Qing e para português, por escrito ou oralmente, dos edictos emitidos pelo governo Qing ao governo de Macau. Em meados do século XIX trabalhavam no Leal Senado “dois jurubaças chineses”.<sup>14</sup> De finais do reinado de Qianlong 乾隆 (1736-1795) até ao reinado de Jiaqing 嘉庆 (1796-1820), os jurubaças de Macau foram todos chineses, como Lin Yapei 林亚沛, segundo o registado num “ofício”. Sendo o domínio do chinês um requisito prévio para os padres que queriam entrar na China, os missionários ocidentais promoviam activamente a aprendizagem da língua chinesa pelo que havia cada vez mais padres portugueses conhecedores do chinês e, portanto, em condições de assumir aquele cargo de jurubaça. Em Junho do 59.º ano do reinado de Qianlong (1794), Rodrigo da Madre de Deus, que tinha sido expulso de Pequim para Macau – “Justamente porque conhecia bem os caracteres chineses”<sup>15</sup> –, foi nomeado jurubaça de Macau pelo Leal Senado. A sua principal tarefa era “redigir ofícios, traduzir os ofícios recebidos e ensinar a língua chinesa a uma ou várias pessoas”,<sup>16</sup> tendo trabalhado como



Ofício (31.12.1801) e respectivo invólucro (pág. anterior) do subprefeito de Macau ao procurador de Macau informando da sua deslocação oficial a esta cidade.

## HISTORIOGRAFIA

jurubaça 14 anos, isto é, até 14.º ano do reinado de Jiaqing (1809). O jurubaça era, pois, o principal responsável pela redacção e tradução dos “ofícios” trocados com o governo chinês. Se alguma *bingwen* do governo de Macau ao governo distrital de Xiangshan violava o que estava estipulado ou o seu conteúdo não era seguro, o jurubaça era inevitavelmente criticado pelo mandarim competente. “Porque devemos tolerar tal redacção ou tradução feita a seu bel-prazer?”<sup>17</sup>

*O “ofício” Qing estava intimamente relacionado com o sistema administrativo, manifestando, por si próprio, uma relação hierárquica.*

Para aumentar a eficiência do trabalho e facilitar a autorização, despacho e consulta do “ofício”, o governo Qing determinara também que os *bingwen* do governo de Macau fossem apresentados em duplicado: um exemplar para exame e autorização pelo mandarim e outro para ser expedido. Também quanto à sua transmissão, o regime era muito claro e exigente no seu cumprimento. Se o estrangeiro tinha algum assunto que necessitasse da atenção do governo Qing ou algum assunto a informar o governador provincial,

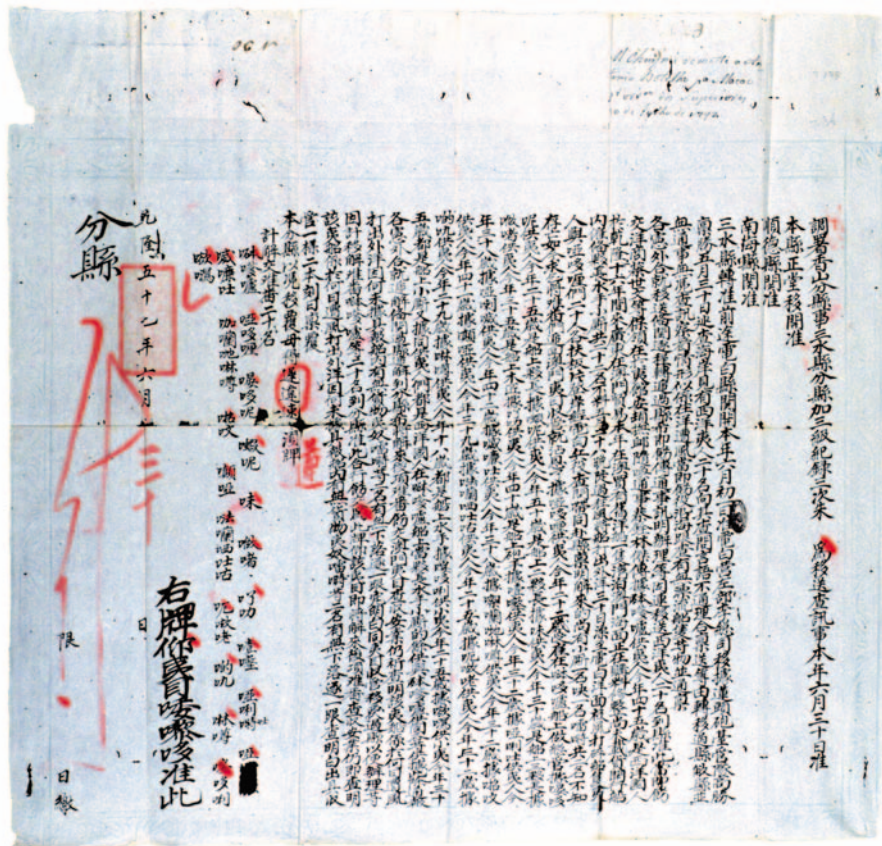
ainda que muito urgente ou importante, devia entregar o *bingwen* ao *zong shang* 总商 (gerente geral da firma chinesa concessionária) ou ao *bao shang* 保商 (agente comercial chinês) para que estes o transmitissem. No 9.º ano do reinado de Daoguang 道光 (1829) foi feita, no entanto, uma pequena concessão: se o *zong shang* ou *bao shang* colocassem entraves ou recusassem a transmissão, seria permitido que um ou dois estrangeiros o fossem entregar pessoalmente. “O *bingwen* do comerciante estrangeiro deve ser entregue pelo seu agente chinês ou directamente por ele próprio, conforme a urgência ou importância dos assuntos que informa [...] É necessário emitir edictos imperiais aos comerciantes ingleses e dos outros países, declarando que, quando tiverem assuntos importantes a informar o governo provincial, devem entregar o seu *bingwen* ao *zong shang* ou ao *bao shang* que serão responsáveis pela transmissão, estando proibidos de irem pessoalmente fazer a sua entrega à entrada da sede governamental sem autorização. Se o *zong shang* ou o *bao shang* dificultarem ou recusarem a transmissão, o que conduzirá à impossibilidade de informar, será permitido que os estrangeiros, em número não superior a dois, levem o documento até à entrada da cidade; se o assunto a informar for normal e o *zong shang* ou o *bao shang* não colocarem obstáculos nem recusarem a transmissão do *bingwen*, mas o estrangeiro persistir em se dirigir, com muitas pessoas, para entregar este ofício à entrada da cidade, como castigo, os negócios deste comerciante estrangeiro ficarão suspensos por um mês. O *bingwen* de qualquer estrangeiro sobre um assunto comercial comum deve ser apresentado directamente à alfândega de Guangdong; o *bingwen* para pedir o tratamento de qualquer assunto local comum deve ser apresentado directamente ao subprefeito de Macau, às repartições do magistrado e assistente do magistrado do distrito de Xiangshan. Deste modo, todas os *bingwen* serão tratados como de costume.”<sup>18</sup>

No entanto, e neste aspecto, o governo de Macau gozava de um tratamento privilegiado em relação aos governos dos outros países ocidentais: recebera a graça de apresentação directa. “Segundo o nosso estatuto, o vosso país goza de tratamento diferente do dos outros países, incluindo a Inglaterra; se o vosso país tiver um assunto oficial a informar, pode apresentar directamente o *bingwen* às nossas autoridades locais.”<sup>19</sup> Não necessitava, pois, o governo de Macau de recorrer ao *zong shang* ou ao *bao shang*.



Ofício (8. 01.1793) do magistrado distrital de Xiangshan ao procurador de Macau sobre a entrega de Manuel Dias ao magistrado por ter morto Tang Ya Zhen.

No entanto, esta prerrogativa tinha como limite a repartição do assistente do magistrado ou a do magistrado distrital de Xiangshan. Se as instituições portuguesas de Macau tivessem algum assunto importante a informar a elementos importantes do governo de Guangdong, deviam seguir a prática habitual, ou seja, “devem apresentá-lo primeiro ao assistente do magistrado do distrito de Xiangshan,<sup>20</sup> que o examinava e transmitia à repartição do magistrado do distrito de Xiangshan ou ao subprefeito de Macau, de acordo com a sua importância; estes, por sua vez, tinham a responsabilidade de o transmitir à instituição governamental de nível superior. Antes do seu envio, “o seu original deve ser fechado e lacrado.”<sup>21</sup>



Ofício (17.08.1792) do assistente substituto do magistrado distrital de Xiangshan ao procurador de Macau sobre a entrega de 20 naufragos de um barco português.

MUDANÇAS NA APRESENTAÇÃO DO BINGWEN E SUAS CAUSAS

Para garantir uma posição política dominante nos seus contactos internacionais, o governo Qing tinha uma série de regras claras e rigorosas relativamente à redacção, apresentação e trans-missão do *bingwen* e que reflectiam a desigualdade de posição das partes. O governo de Macau sempre se mostrou contrariado com estas determinações, começando, a partir da última etapa do século XVIII, e em consequência de mudanças de vária ordem verificadas em Portugal e na China, a infringi-las sistematicamente.

No 56.º ano do reinado de Qianlong (1791), para relatar o seu trabalho ao magistrado do distrito de Xiangshan, pela primeira vez o governo de Macau adoptou a fórmula de correspondência que expressava igualdade de posição de remetente e destinatário, recorrendo até a alguns termos desrespeitosos. “Recentemente, eles usaram a “carta” para nos

informar e alguns dos seus termos mostram uma atitude intolerante, o que afecta o nosso regime e não deve ser menosprezado.”<sup>22</sup>

O governo de Macau desafiou também a determinação do uso exclusivo da língua chinesa. Dada a inutilidade do uso exclusivo do português, formulou a exigência do uso simultâneo das duas línguas, portuguesa e chinesa. Na 2.ª lua do 8.º ano do reinado de Jiaqing (1803), na sequência de uma discussão havida, o procurador informou o governo distrital de Xiangshan da opinião do Leal Senado. “Após discussão, o Leal Senado é de opinião que no futuro se deverão usar simultaneamente o chinês e o português na redacção do *bingwen*, pelo que pedimos sinceramente a vossa autorização.” De acordo com o regime vigente – “os *bingwen* a apresentar pelos estrangeiros devem ser escritos apenas em chinês, não podendo aparecer nenhuma palavra estrangeira” –, Yang 楊, governador do distrito de Xiangshan, rejeitou peremptoriamente o pedido: “Quanto ao estilo, o governo do Império tem desde

## HISTORIOGRAFIA



Ofício do assistente substituto do magistrado distrital de Xiangshan ao procurador de Macau, remetendo o dinheiro pertencente a um comerciante estrangeiro que tinha sido burlado por vários chineses.

sempre uma clara estipulação: não só os chineses mas também os estrangeiros deve usar sempre caracteres chineses na redacção dos *bingwen* [...] Todos os *bingwen* dos estrangeiros devem continuar a ser escritas exclusivamente em chinês segundo o nosso regulamento tradicional, sendo proibida a sua redacção simultaneamente em chinês e em qualquer língua estrangeira. Se alguém infringir esta prática habitual, será considerado provocador de caos.”<sup>23</sup> O governo de Macau continuou obrigado a utilizar apenas a língua chinesa nos seus *bingwen* às autoridades locais de Guangdong, situação que se manteria até ao 2.º ano do reinado de Daoguang (1822). Deste período são os últimos *bingwen* em chinês do governo de Macau ao governo local da China integrados nas “Chapas Sínicas”: um, ao vice-governador distrital, em que o procurador pede autorização para desfazer cobertas e barracas na rua das Estalagens e em outros lugares como forma de prevenir os incêndios; outro, também ao vice-governador distrital, pedindo autorização para expulsar o chinês Wang Wu 王乌 e ainda um outro, ao *dalaoye*, em que pede a devolução dos medicamentos do português José Barros.<sup>24</sup>

O governo de Macau também frequentemente violava a exigência, estabelecida em período anterior

ao 4.º ano do reinado de Jiaqing (1799), de apresentar o *bingwen* em duplicado. “Nos últimos anos os procuradores não têm obedecido a este preceito, pelo que só temos o exemplar para fazer o despacho, mas não o exemplar para expedir. Assim, os apresentadores não sabem as nossas opiniões sobre os seus pedidos. Isto, decerto, não pode ser.”<sup>25</sup>

O governo de Macau por vezes também não respeitava o princípio de apresentar os “ofícios” de acordo com a hierarquia. “O chefe dos estrangeiros em Macau, quando tem assuntos a informar ou quer pedir a nossa opinião sobre algum assunto, manda comerciantes conhecidos à entrada da sede provincial para que apresentem directamente o seu *bingwen*, o que é uma conduta fora das regras. Avise aquele chefe que, no futuro, sempre que tiver um *bingwen* a apresentar, primeiro deve entregá-lo ao nosso distrito, sendo nós responsáveis pela sua transmissão à competente direcção superior. Deve apresentar os *bingwen* de acordo com as estipulações tradicionais, de modo a que se manifeste o poderio do nosso regime.”<sup>26</sup>

Não obstante, governo de Macau prosseguiu nas suas transgressões e, no 58.º ano do reinado de Qianlong (1793), “No 3.º dia da 1.ª lua, o chefe dos estrangeiros em Macau voltou a apresentar directamente à sede provincial um *bingwen* sobre a captura de piratas na zona marítima e o nosso distrito não conhece nada do assunto. Esta é, sem dúvida, outra transgressão aos nossos regulamentos. Porque não entregaram primeiro o seu *bingwen* ao nosso distrito?”<sup>27</sup>

O governo de Macau resistia igualmente ao regime do traço vermelho. De acordo com as regras, os mandarins deviam fazer um traço vermelho no fim de cada “ofício” emitido ao subordinado, como sinal de aprovação. Este regime aplicava-se a todo o tipo de ofícios, não apenas aos apresentados aos portugueses. Mas o governo de Macau levantava objecções, declarando abertamente, no 57.º ano do reinado de Qianlong (1792), que esta prática feria a sua dignidade, tendo apresentado um protesto. Sobre este assunto, o magistrado distrital de Xiangshan, Zhu Fenxian 朱分县, deu uma ordem especial ao governo de Macau: “Em conformidade com o regime da corte imperial chinesa, todos os ofícios aprovados devem ter um traço vermelho no seu fim, em sinal da sua aprovação; esta prática não é aplicável exclusivamente aos ofícios dados aos estrangeiros nem é uma injúria aos países estrangeiros. Trata-se apenas de uma norma

tradicional.”<sup>28</sup> Afirmação clara da indisponibilidade Qing para alterar o seu regime.

Segundo uma outra disposição Qing, o governo de Macau só podia começar a tratar de qualquer assunto depois de o seu pedido, apresentado através de um *bingwen*, ter sido aprovado. Mas, em finais do século XVIII, por diversas vezes o governo de Macau actuou primeiro e só depois informou a parte chinesa. Na 1.ª lua do 3.º ano do reinado de Jiaqing (1798), dada a situação caótica em Cao Dui Ying Di 草堆营地 (bairro do Bazar), em Guan Bu Qian Jie 关部前街 (rua dos Ervanários) e em outros lugares onde tinham sido ilegalmente erguidas cobertas e barracas, o governo de Macau apresentou um *bingwen* pedindo autorização para a sua demolição. Mas, em 10 de Abril, ainda antes de ter recebido a respectiva autorização do governo distrital de Xiangshan, decidiu proceder àquela demolição e informou o distrito de Xiangshan desta sua decisão. Em 11 de Abril, ao tomar conhecimento, o magistrado do distrito de Xiangshan, Yao 尧, muito agastado, deu uma ordem ao governo de Macau “... Já que nos apresentou o *bingwen*, devia esperar a nossa resposta; agora, ignorando a lei e a disciplina da corte imperial, decidi à sua vontade destruir aquelas cobertas e barracas, o que é decerto uma conduta ilegal.”<sup>29</sup>

Estas violações, por parte do governo de Macau em fins do século XVIII, do que estava determinado pelo governo Qing relativamente ao *bingwen*, estão relacionadas com as mudanças da política portuguesa para com a China. Em meados do século XVIII, o conceito da soberania nacional foi-se progressivamente fortalecendo na Europa o que levou os portugueses a pensarem na situação de coexistência de diversos poderes políticos e judiciais nos territórios por si ocupados e na necessidade de se consolidar a administração de Macau, face à debilidade e incompetência manifestadas pelo governo de Macau perante o governo chinês. “Em Macau, este problema sobressai, porque o poder imperial da China que aí coexiste com o poder real de Portugal também quer exercer sozinho a soberania de Macau.”<sup>30</sup> Em 4 de Abril de 1783, Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, enviou umas “Instruções” ao governador na Índia, em nome da rainha de Portugal. Segundo estas “Instruções”, o Leal Senado era composto por um grupo de “ignorantes” e a sua incompetência nas áreas administrava, militar e judicial conduziu à submissão dos portugueses em Macau ao

governo chinês, pelo devia aquele governador reforçar os poderes do governador de Macau de modo a que fosse alterada a situação de os cidadãos portugueses viverem sob as atrocidades dos mandarins chineses.<sup>31</sup> Em 1784, D. Fr. Alexandre de Gouveia, bispo de Pequim, veio a Macau, encarregado de uma importante missão e, em 28 de Julho de 1784, chegou a Macau o novo governador, Bernardo Aleixo de Lemos Faria, investido já de mais amplos poderes. O Leal Senado, apesar de insatisfeito com a diminuição dos seus poderes pelo reforço dos poderes do governador, expressou a sua vontade de servir de todo coração o reino para que Portugal obtivesse maior poder em Macau. Em fins do século XVIII, as acções do governo de Macau contra o governo Qing nos campos administrativo e judicial já se podem ver claramente visíveis em algumas dos seus *bingwen*.

Já muito antes da Primeira Guerra do Ópio os países ocidentais, sobretudo a Inglaterra, tinham iniciado os seus esforços no sentido de alterar a situação de desigualdade patente nos “ofícios” trocados com o governo chinês. Mas todas as tentativas tinham fracassado, perante a ameaça do governo Qing de fazer cessar o comércio. Em 1833, o parlamento britânico aprovou o Projecto de Reforma da Companhia da Índia Oriental, pondo fim ao monopólio desta Companhia no comércio com a China. A Inglaterra criou em Cantão uma agência de comércio na China, que a representava nos seus contactos oficiais com este país. Em 1834 chegou a Macau o primeiro superintendente do comércio britânico com a China, William John Napier. Napier, de acordo com as directrizes de Lorde Palmerston, então ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, devia “comunicar imediatamente a sua chegada ao vice-rei de Guangdong e de Guangxi 广西 por meio de ofício.”<sup>32</sup> Lorde Napier enviou, então, o

*... o governo de Macau  
gozava de um tratamento  
privilegiado em relação  
aos governos dos outros países  
ocidentais: recebera a graça  
de apresentação directa.*

## HISTORIOGRAFIA

seu secretário a Cantão para fazer a entrega deste. O vice-rei de Guangdong e de Guangxi, Lu Kun 卢坤, recusou-se a aceitá-lo porque tinha “a capa com o estilo do mesmo nível”, exigindo que o superintendente inglês seguisse a prática habitual e adoptasse o *bingwen* e o apresentasse através da firma chinesa concessionária. Lorde Napier viu-se obrigado a respeitar esta exigência, assinalando especialmente o carácter 禀 (*bing*) no respectivo invólucro e adoptando um tratamento mais respeitoso para com o vice-rei.

Em 1837, a parte britânica apresentou de novo ao governo Qing as suas objecções sobre a desigualdade entre os dois tipos de “ofício” usadas na correspondência oficial: *bingwen* e *yu*. Em Novembro, o novo superintendente britânico na China, capitão Charles Elliot, foi instruído pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros para não utilizar *bingwen* na sua correspondência com o governo chinês, pois fazê-lo significava a aceitação da inferioridade da posição nacional. A partir de então, Charles Elliot agiu firmemente de acordo com estas instruções. Em Junho de 1838, o subprefeito de Macau deu um *yu* a Elliot relativo ao caso de alguns barcos britânicos terem entrado sem autorização em Humen; como no seu invólucro estava o carácter *yu* 諭, Elliot devolveu-o. De seguida, o vice-rei de Guangdong e de Guangxi, Deng Tingzhen 邓廷楨, emitiu outro *yu* que também foi recusado. Por seu lado, Elliot mandou entregar, em 9 de Junho, fora da cidade de Cantão, a este vice-rei um ofício sem o carácter *bing* na sua capa, que igualmente não foi aceite. No dia 29 desse mesmo mês, Elliot arriou a bandeira inglesa hasteada na Casa Comercial britânica e retirou-se para Macau, como sinal da sua recusa em usar o “ofício” *bing* e da sua determinação em se corresponder directamente e em pé de igualdade com o governo chinês. A parte chinesa não recuou e a Charles Elliot, pressionado pelos comerciantes ingleses que não podiam suportar os prejuízos resultantes da ruptura do comércio com a China, não restou outra alternativa a não ser regressar a Cantão em Julho de 1838. Em Dezembro desse ano viu-se obrigado a adoptar de novo aquela fórmula para reatar a correspondência oficial com a China,<sup>33</sup> fórmula que utilizou novamente no 10.º dia da 11.ª lua do 19.º ano do reinado de Daoguang (1839) ao pedir a reconciliação com o enviado imperial da dinastia Qing e com o vice-rei de Guangdong e de Guangxi.

No 22.º ano do reinado de Daoguang (1842) foi assinado o Tratado de Nanquim, pelo qual “nos contactos entre funcionários ingleses e chineses se usa o tratamento de igualdade.”<sup>34</sup> Foi, pois, um conflito armado que finalmente alterou a fórmula de “ofício” usada entre as partes chinesa e inglesa.

Enquanto pioneiro da corrente colonialista do século XVI, Portugal obteve o seu tesouro de ouro e encheu os sacos dos seus aventureiros com os bens obtidos da rede comercial do Pacífico então criada e que tinha Macau como centro. Mas, com a sua cedência forçada de Malaca aos holandeses, em 1641, com o fim do comércio marítimo entre Macau e o Japão e entre Macau e Manila (na sequência da Restauração), Portugal viu-se substituído no sistema comercial do Pacífico pela Holanda, Inglaterra, França e outras potências colonialistas, também seduzidas pelos bens do Oriente e então mais desenvolvidas. Portugal perdera o brilho do passado, pelo que não só não conseguiria alterar, mais cedo do que as outras potências ocidentais, a fórmula *bingwen* de há muito usada na sua correspondência oficial com o governo Qing, como se veria obrigado a apoiar-se nas poderosas forças da Inglaterra para poder contactar oficialmente em pé de igualdade a parte chinesa.

A assinatura do Tratado de Nanquim “animou outros países, europeus e americanos, que também ansiavam concluir acordos comerciais com o Império Chinês”. Os portugueses residentes em Macau sentiram-se especialmente estimulados, considerando que, para a dignidade de Portugal, “não podem estar de braços cruzados a ver que Portugal continue em posição humilde.”<sup>35</sup> Com o intuito de evitar que as negociações entre a China e potências ocidentais prejudicassem os interesses de Portugal na China e para “evitar que Macau sofra as ameaças sem precedentes, a inveja e a venda dos países poderosos”,<sup>36</sup> no 23.º ano do reinado de Daoguang (1843), aproveitando a presença em Cantão do enviado imperial Qi Ying 耆英 para negociações com o representante britânico, em 29 de Julho os portugueses apresentaram ao governo chinês nove exigências, uma das quais respeitava à igualdade do “ofício”: “entre Macau e o governo Qing, a correspondência oficial deve ser realizada em pé de igualdade, tal como entre a China e outros países estrangeiros.”<sup>37</sup> Há muito que Portugal perdera a sua posição de monopolista no comércio marítimo que possuía no século XVI, razão por que as suas





negociações com o governo chinês não decorreram sem complicações. Só em Abril do 24.º ano do reinado de Daoguang (1844) o governo Qing acedeu a seis daquelas nove exigências, incluindo a relativa à questão da desigualdade nos contactos: os portugueses gozariam do mesmo direito que os ingleses, “sendo-lhes permitido contactar os funcionários locais em pé de igualdade.” Mas, o governo de Macau “deve continuar a usar o *bingwen* para informar o vice-rei de Guangdong e de Guangxi ou o governo central de qualquer assunto ou para pedir um despacho.”<sup>38</sup>

Consultando as “Chapas Sínicas”, vemos que esta alteração do tipo de “ofício” manifesta-se principalmente pela adopção da fórmula *zhaohui*, que expressa a igualdade de posições do remetente e do destinatário. A partir do 25.º ano do reinado de Daoguang (1845) a correspondência entre o governo de Macau e os funcionários inferiores a vice-rei e governador civil de Guangdong e de Guangxi, ou seja, entre o governo de Macau e o subprefeito de Macau, magistrado e assistente do magistrado distrital de Xiangshan, passou a ser feita através de *zhaohui*. Mas, no 29.º ano do reinado de Daoguang (1849), o governador de Macau João Ferreira do Amaral, adepto de uma linha dura, também se socorreu do *zhaohui* para contactar o vice-rei de Guangdong e de Guangxi. (ver Anexo II)

No entanto, pelas “Chapas Sínicas” podemos ver que foi no 19.º ano do reinado de Jiaqing (1814) que pela primeira vez se utilizou o *zhaohui* nos contactos entre as partes chinesa e portuguesa. Este *zhaohui*, remetido pelo *xiangshan xie fujiang* 香山协副将 (coronel do regimento de Xiangshan) ao ouvidor respeitante à perseguição feita a um barco americano na zona marítima de Macau por uma fragata inglesa. Como explicar, então, este *zhaohui* se, oficialmente, só em 1844 a correspondência entre o governo de Macau e os mandarins locais passou a adoptar esta forma? No seu *Qindai Wenshu Gongzuo Shuyao* 清代文书工作述要 (Manual para a Redacção de Ofícios da Dinastia Qing), Yin Zhongqi 殷钟麒 refere-se ao *zhaohui* durante esta dinastia, afirmando que era usado entre repartições civis e militares que não se encontravam na mesma linha hierárquica: entre o vice-rei e o capitão-mor, entre o capitão-mor e as diversas prefeituras, repartições e distritos, e entre o coronel e as diversas prefeituras e distritos. Assim sendo, aquele *zhaohui* não representa qualquer violação ao regime dos ofícios da dinastia

Qing, já que o remetente e destinatário eram duas partes não subordinadas reciprocamente.

Só com a criação do Ministério para os Assuntos Estrangeiros em Dezembro do 10.º ano do reinado de Xianfeng 咸丰 (1860) se verifica a alteração do tipo de “ofício” nos contactos entre o governo de Macau e o vice-rei e o governador civil de Guangdong e de Guangxi, ou entre aquele e o governo central. O *zhaohui* passou, então, a ser a fórmula habitualmente usado pelo governo Qing para tratar dos assuntos estrangeiros. No 6.º dia da 5.ª lua do 1.º ano do reinado de Tongzhi 同治 (2 de Junho de 1862), o ministro português dirigiu um *zhaohui* ao Ministério para os Assuntos Estrangeiros, *zhaohui* este que marca o início do uso oficial deste tipo de “ofício” entre os governos de Portugal e da China.<sup>39</sup> No 7.º dia da 5.ª lua do 2.º ano do reinado de Tongzhi (22 de Junho de 1863), o governador de Macau, José Rodrigues Coelho do Amaral, dirigiu ao príncipe Yi Xin 奕忻 do Ministério para os Assuntos Estrangeiros um *zhaohui* solicitando uma visita, sendo o primeiro *zhaohui* usado na correspondência entre altos funcionários de ambos os países que hoje ainda podemos ver.<sup>40</sup>

O facto de entre o governo de Macau e o governo local de Guangdong se ter iniciado o uso do *zhaohui* não significa que o *bingwen* tenha deixado de ser utilizado. Por exemplo, nas “Chapas Sínicas” há três *bingwen* apresentadas pelo governo de Macau ao governo Qing entre o 26.º ano (1848) e o 28.º ano (1850) do reinado de Daoguang. No entanto, apresentam uma mudança fundamental: estão escritos em português, não em chinês. No Anexo I estão referidos seis *bingwen* dos reinados de Jiaqing e de Daoguang em português, dos quais há também traduções em chinês.

Nas “Chapas Sínicas” só há sete *bingwen* em chinês posteriores à Primeira Guerra de Ópio (1840-1844). Foram apresentados, não ao governo Qing pelo governo de Macau, mas a este, mais concretamente ao procurador ou ao ouvidor, por sete chineses. Os anteriores remetentes dos *bingwen*, o procurador ou o ouvidor, tornaram-se agora nos seus destinatários.

Esta troca de posições revela as mudanças de poderes e de posições de Portugal e da China em Macau. **RC**

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (n.º 43).

Tradução de Huang Huixian 黄徽现.

## HISTORIOGRAFIA

## NOTAS

- 1 Quanto ao número de “ofícios” Deng Siping 邓思平 在其文章 *Putaoya quojia dangangan de zhongwen shiliao* 葡萄牙国家档案馆的中文史料 (Materiais Históricas em Chinês Guardados no Arquivo Nacional de Portugal), in *Revista de Cultura* n.º 19, 1994, escreve “através do meu inventário e do meu registo, respectivamente em chinês e em português, descobri que o número total chega a 1.502”. No livro *Chapas Sínicas. Macau e Oriente nos Arquivos Nacionais da Torre de Tombo*, de Lau Fong (Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997) estão enumerados 1.567 documentos. Na *Colecção de Documentos Sínicos do IAN/TT Referentes a Macau durante a Dinastia Qing*, de Lau Fong e Zhang Wenqin, (Macau: Fundação Macau, 1999) estão registados 1.509. Nesta mesma obra Lau Fong explica a diferença: “Além de duas peças que são cartas sem conteúdo real, fechadas e seladas com lacre, a maioria das restantes tem conteúdos repetidos.”
  - 2 *Weiliduo* é nome chinês do procurador do Leal Senado, não do ouvidor, datando da dinastia Ming e sendo precisado durante a dinastia Qing. O tratamento completo do *weiliduo* é *du li hao jing ao shi wu xi yang li shi guan* 督理濠鏡澳事物西洋理事官 (procurador ocidental para supervisão das coisas de Macau), abreviadamente designado por *yimu weiliduo* 夷目委黎哆 (chefe estrangeiro procurador) ou *yishihui lishiguan* 议事会理事官 (chefe estrangeiro procurador de Macau) ou ainda *Aomen yimu weiliduo* 澳门夷目委黎哆 (procurador do Leal Senado). O *weiliduo* era considerado um funcionário de base do governo Qing, ponte de ligação oficial entre o governo de Macau e o governo Qing. Quando a parte chinesa comunicava ao governo de Macau a entrega de algum criminoso estrangeiro em Macau ou que já tinha castigado algum criminoso chinês, no seu edicto fazia com que outro tratamento antecederesse *weiliduo*. No seu *bingwen* apresentada a qualquer alto funcionário chinês, o governo de Macau acrescentava “procurador ocidental para supervisão das coisas de Macau” ao nome do *weiliduo*. O *fanchai* era realmente o juiz, cargo de nomeação régia criado em 1580, mas só ocupado em 1587. O *fanchai* referido nos “ofícios” das “Chapas Sínicas” é, na maior parte dos casos, Miguel de Arriaga Brum da Silveira.
  - 3 Yin Zhongqi, *Manual de Redacção de Ofícios da Dinastia Qing*, manuscrito conservado no Arquivo das Dinastias Ming e Qing, p. 448.
  - 4 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 656.
  - 5 *Mingshi - Folangji zhuan* 明史 - 佛郎机传 (História dos Ming: Crónica dos Folangji).
  - 6 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1996.
  - 7 *Ibidem*, p. 37.
  - 8 “Memória do Visconde Santarém sobre a Presença de Portugueses em Macau”, citação da obra de Wu Zhiliang 吴志良, *Sheng Cun Zhi Dao* 生存之道 (Princípios da Vida), Associação de Educação de Adultos de Macau, Macau, 1998, p. 37.
  - 9 Yin Guangren 印光任 e Zhang Rulin 张汝霖, *Aomen Jilüe* 澳门记 (Monografia de Macau), Capítulo “Os Estrangeiros em Macau”.
  - 10 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 656.
  - 11 Yin Guangren e Zhang Rulin, *Aomen Jilüe*, Capítulo “Os Estrangeiros em Macau”.
  - 12 Nas “Chapas Sínicas” há 10 *bingwen*, do governo de Macau para o governo distrital de Xiangshan, todos em chinês e selados com lacre. Assinados pelo procurador, sobre as suas datas está o selo lacrado. Dois merecem especial referência já que o selo está ainda muito nítido. Num, o n.º 50 na colecção, do procurador Domingos Marques ao vice-governador distrital de Xiangshan e datado Maio do 25.º ano do imperador Jiaqing (1820), o selo apresenta a Cruz de
- Cristo e as palavras LEAL SENADO DE MACAU. No outro, o n.º 51, e do procurador J. Barros ao subprefeito de Macau, de Novembro do 25.º ano do imperador Jiaqing (1820), o selo apresenta igualmente a Cruz de Cristo e as palavras CIDADE DO NOME DE DEOS. Está ainda por investigar se o governo de Macau utilizava dois selos diferentes ou se se verificou a sua substituição.
  - 13 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 498
  - 14 Yin Guangren e Zhang Rulin, *Aomen Jilüe*, Vol. II, Capítulo “Os Estrangeiros em Macau”.
  - 15 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 1029.
  - 16 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau, Século XVIII*, 1995, Fundação Macau, p. 198
  - 17 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofícios n.ºs 655 e 656.
  - 18 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 1243.
  - 19 *Ibidem*.
  - 20 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofícios n.ºs 68 e 67.
  - 21 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 65
  - 22 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 656
  - 23 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 817
  - 24 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofícios n.ºs 69, 253, 433 e 0155.
  - 25 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 815.
  - 26 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 811. Yin Guangren e Zhang Rulin, *Aomen Jilüe*, Capítulo “Administração de Macau”.
  - 27 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 813.
  - 28 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 811.
  - 29 Lau Fong e Zhang Wenqin, *Colecção de Documentos Sínicos ...*, ofício n.º 53.
  - 30 Jorge Carlos Fonseca, *Aomen Fazhi Shi Gailun* 澳门法制史概论 (Introdução à História do Ordenamento Jurídico de Macau), Fundação Macau, Macau, 1996, p. 46.
  - 31 Quanto ao edicto real, veja-se a obra de Wu Zhiliang, *Sheng Cun Zhi Dao*, p. 392.
  - 32 *Correspondence Relating to China* (Blue Book 1834).
  - 33 Ma Shi 马士, *Zhonghua Digu Duiwai Guanxi Shi* 中华帝国对外关系史 (História das Relações Exteriores do Império Chinês), 1963, Casa Comercial, pp. 10, 222, 350.
  - 34 *Qing Shi Gao* 清史稿 (Manuscritos da História Qing), vol. 154, p. 129.
  - 35 *Zhong Pu Guanxi Shi Ziliao Ji* 中葡关系史资料集 (Colecção de Fontes sobre a História das Relações Sino-Portuguesas), Editora Popular de Sichuan, 1999, p. 954.
  - 36 *Ibidem*, p. 1002.
  - 37 *Ibidem*, p. 952.
  - 38 *Ibidem*, p. 1008.
  - 39 *Aomen Zhuan Dang* 澳门专档 (Arquivo Especial de Macau), vol. III.
  - 40 *Aomenwenti Mingqing zhendang huicai* 澳门问题明清档案荟萃 (Colecção de Tesouros Documentais das Dinastias Ming e Qing sobre Questão de Macau), redacção do Primeiro Arquivo Nacional da China, 2000, Fundação Macau, p. 220.

## HISTORIOGRAPHY

ANEXO I: *BINGWEN* NAS “CHAPAS SÍNICAS”

N.º	Ofício	Remetente	Destinatário	Assunto	Data
1	377	Procurador	<i>Xiancheng</i> 县丞 (assistente do magistrado do distrito)	Sobre troca de lenha por enxofre	11.º ano do reinado de Qianlong (1746)
2	684	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Prevenção contra piratas e destruição de barracas e cobertos	45.º ano do reinado de Qianlong (1780)
3	2	Ya Wan 亚晚	Seu pai	Pede para o pai juntar dinheiro para o libertar da prisão	55.º ano do reinado de Qianlong (1790)
4	218	Funcionário do posto alfândega da Barra	Alfândega de Cantão	Caso de exportação ilegal de panelas	2.º ano do reinado de Jiaqing (1797)
5	649	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Captura dos ladrões Wu A San 吴阿三 e Yang A Liu 杨阿六	2.º ano do reinado de Jiaqing
6	38*	<i>Weiliduo</i> (António Vicente Rosa)	<i>Aomen Tongzhi</i> 澳门同知 (subprefeito de Macau)	Reparação de casas, templos e igrejas danificados pelos ventos	2.º ano do reinado de Jiaqing
7	444*	<i>Weiliduo</i> (Eça)	<i>Aomen Tongzhi</i>	Compra de material para pequenas reparações (1)	6.º ano do reinado de Jiaqing (1801)
8	485	<i>Weiliduo</i> (1802)	<i>Xiantai Dalaoye</i> 宪台大老爷 (subprefeito de Macau)	Construção da casa de Guo Ningyuan 郭宁远	7.º ano do reinado de Jiaqing (1802)
9	1396	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Caso de uma senhora inglesa ter sido ferida à facada por Ye Yageng	7.º ano do reinado de Jiaqing
10	1442	<i>Weiliduo</i>	Vice-rei de Guangdong e de Guangxi	Entrada de soldados ingleses em Macau	7.º ano do reinado de Jiaqing
11	1439	<i>Weiliduo</i>	<i>Tailaoye</i>	Ocupação de Macau por soldados ingleses	7.º ano do reinado de Jiaqing
12	799	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiantai</i> 宪台 (subprefeito de Macau)	Acusa parentes do vice-governador distrital de terem pedido suborno	8.º ano do reinado de Jiaqing (1803)
13	534	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Troca de bens por parte de comerciantes chineses	8.º ano do reinado de Jiaqing
14	1248	Wen De Shun 文顺得 e outros naufragos coreanos	<i>Dalaoye</i>	Danos sofridos	8.º ano do reinado de Jiaqing
15	464	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Saques cometidos por Lin Shengxing 林胜兴 na zona marítima	9.º ano do reinado de Jiaqing (1804)
16	1472*	<i>Weiliduo</i> (F. J Paiva)	<i>Dalaoye</i>	Resposta sobre um barco inglês	9.º ano do reinado de Jiaqing
17	981*	<i>Weiliduo</i>	<i>Dalaoye</i>	Compra de cordas e cabos	10.º ano do reinado de Jiaqing (1805)

## HISTORIOGRAFIA

N.º	Ofício	Remetente	Destinatário	Assunto	Data
18	988	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Resposta sobre diversos assuntos	10.º ano do reinado de Jiaqing
19	1036	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Sobre um chinês, capturado com um padre italiano por ter ajudado este a entrar clandestinamente na China	10.º ano do reinado de Jiaqing
20	911	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Recepção de canhões e outros materiais	10.º ano do reinado de Jiaqing
21	730*	<i>Weiliduo</i> (Pereira)	<i>Aomen Tongzhi</i>	Convite ao subprefeito de Macau para uma cerimónia (2)	13.º ano do reinado de Jiaqing (1813)
22	806	Pedreiro	Governo chinês	Denúncia do pedido de suborno feito por aguazis	13.º ano do reinado de Jiaqing (aproxim.)
23	1223	Chen Quan 陈泉, barqueiro de Zhangzhou 漳州	<i>Kuguan e weiliduo</i>	Pedido de autorização para regressar à terra natal, depois de ter naufragado e ter sido transportado para Macau	14.º ano do reinado de Jiaqing (1809)
24	640	Homem de influência de Macau	<i>Xiancheng</i>	Pedido para persuadir Miguel de Arriaga Brum da Silveira a permanecer no cargo	14.º ano do reinado de Jiaqing
25	1030*	<i>Weiliduo</i> (Barros)	<i>Xiancheng</i>	Sobre a saída de Liu Si Yong 刘思永 de Macau	14.º ano do reinado de Jiaqing
26	1029	Liu Si Yong	Governador de Macau	A sua saída de Macau	14.º ano do reinado de Jiaqing
27	1507	Chinês de Macau	Mandarins	Permanência do ouvidor no seu posto	14.º ano do reinado de Jiaqing
28	43	Dan Hui 但辉, dono de loja	<i>Xiancheng</i>	Construção por parte de estrangeiros	15.º ano do reinado de Jiaqing (1810)
29	366	<i>Weiliduo</i>	Alfândega de Cantão	Carga e descarga de produtos	15.º ano do reinado de Jiaqing
30	1018	Miguel A. Brum da Silveira	Vice-rei de Guangdong e de Guangxi	Concessão de uma amnistia a Zhang Baozai	15.º ano do reinado de Jiaqing
31	210*	Miguel A. Brum da Silveira	<i>Tongzhi</i>	Compra de 3 mil <i>dan</i> 担 de tutanaga	16.º ano do reinado de Jiaqing (1811)
32	236	Miguel A. Brum da Silveira	<i>Xiancheng</i>	Exigência da devolução do ópio confiscado	16.º ano do reinado de Jiaqing
33	1242	Mu Yuansheng 沐元圣, comerciante chinês	Ouvidor	Atraso no pagamento da prata	16.º ano do reinado de Jiaqing
34	1266*	<i>Weiliduo</i>	<i>Dalaoye</i>	Venda de pau-preto por comerciantes de Annam	17.º ano do reinado de Jiaqing (1812)
35	515	Miguel A. Brum da Silveira	Prefeitura civil e militar	Sobre a ocupação da casa de um português por Huang Huaixian 黄怀贤	18.º ano do reinado de Jiaqing (1813)

## HISTORIOGRAPHY

N.º	Ofício	Remetente	Destinatário	Assunto	Data
36	412	Miguel A. Brum da Silveira	Alfândega de Cantão	Sobre a substituição do barco n.º 2 dos registos de Macau	18.º ano do reinado de Jiaqing
37	213	Miguel A. Brum da Silveira	<i>Tongzhi</i>	Tutanaga	19.º ano do reinado de Jiaqing (1814)
38	1508	<i>Fanchai</i>	Mandarins chineses	Comércio de tutanaga	Não mais tarde que o 19.º ano do reinado de Jiaqing
39	1509	<i>Fanchai</i>	Mandarins chineses	Comércio de tutanaga	Não mais tarde que o 19.º ano do reinado de Jiaqing
40	1510	<i>Fanchai</i>	Prefeitura civil e militar	Comércio de tutanaga	19.º ano do reinado de Jiaqing
41	366	<i>Weiliduo</i>	Subprefeito de Macau	Fiscalização de produtos	20.º ano do reinado de Jiaqing (1815)
42	226	Zhong Hui 钟辉, chinês	Enviado nacional	Violação de contrato	20.º ano do reinado de Jiaqing
43	516	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i> 知县 (magistrado distrital)	Ocupação à força de uma casa por Lin Shucang 林述苍	20.º ano do reinado de Jiaqing
44	247	Miguel A. Brum da Silveira	<i>Zuotang</i> 左堂 (equivalente a <i>Xiancheng</i> ), etc.	Expulsão de barcos de ópio estrangeiros	21.º ano do reinado de Jiaqing (1816)
45	519	<i>Weiliduo</i>	<i>Tailaoye</i>	Pedido de autorização para a detenção de He Yachang 何亚昌	22.º ano do reinado de Jiaqing (1817)
46	63	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i> e <i>Xiancheng</i>	Pedido de autorização para a destruição de casas e cobertos perto do acampamento	23.º ano do reinado de Jiaqing (1818)
47	64	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i>	Pedido de autorização para a demolição de casas e cobertos em Sanjie 三街	23.º ano do reinado de Jiaqing
48	47	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i> e <i>Xiancheng</i>	Construção de casas de palha por Qi Yaofeng 漆尧峰 e outros	23.º ano do reinado de Jiaqing
49	48	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i>	Construção de casas de palha por Hu Lianguan 胡连官 e outros	23.º ano do reinado de Jiaqing
50	49	<i>Weiliduo</i>	<i>Tailaoye</i>	Construção de casas de palha por Qi Yaofeng e outros	23.º ano do reinado de Jiaqing
51	67	<i>Weiliduo</i>	Desembargador provincial	Demolição de casas e cobertos ilegalmente edificados	23.º ano do reinado de Jiaqing
52	65	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i> , <i>Qiansan Ying</i> 前山营, vice-rei de Guangdong e de Guangxi	Demolição de casas temporárias em frente à alfândega	23.º ano do reinado de Jiaqing

## HISTORIOGRAFIA

N.º	Ofício	Remetente	Destinatário	Assunto	Data
53	68	<i>Weiliduo</i>	Vice-rei de Guangdong e de Guangxi	Demolição de casas e cobertos ilegalmente edificados	23.º ano do reinado de Jiaqing
54	250	Funcionário da alfândega	Comissário da alfândega chinesa	Transporte ilegal de ópio, por estrangeiros	23.º ano do reinado de Jiaqing, aproximadamente
55	62	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i>	Pedido de autorização para demolir casas e cobertos	23.º ano do reinado de Jiaqing
56	66	<i>Weiliduo</i>	<i>Daotai</i> (submagistrado) de Nanzhao	Demolição de casas e cobertos frente à alfândega	23.º ano do reinado de Jiaqing
57	1100	Pe. Lamiot	Vice-rei de Guangdong e de Guangxi, e Alfândega de Cantão	Caso dos bens da Beitang 北堂 (Igreja do Norte, Pequim)	25.º ano do reinado de Jiaqing (1820)
58	1409	<i>Weiliduo</i>	<i>Tailaoye</i>	Ingleses atacados por chineses	25.º ano do reinado de Jiaqing
59	50	<i>Weiliduo</i>	<i>Dalaoye</i>	Ajuste com Rong Yaying 容亚英 para reparar a muralha da Fortaleza do Monte (3)	25.º ano do reinado de Jiaqing
60	51	<i>Weiliduo</i>	<i>Dalaoye</i>	Ajuste com Rong Yaying para reparar a muralha da Fortaleza do Monte (4)	25.º ano do reinado de Jiaqing
61	1504	Zhao Yongjing 赵允菁	<i>Xiancheng</i>	Prevenção de incêndios	25.º ano do reinado de Jiaqing
62	1505	Zhao Yongjing	<i>Xiancheng</i>	Fiscalizar a ocupação ilegal de terrenos públicos	25.º ano do reinado de Jiaqing
63	548	<i>Weiliduo</i>	<i>Zhixian</i>	Sobre os produtos e verba de Zeng Yonghe 曾永和	25.º ano do reinado de Jiaqing
64	253	<i>Weiliduo</i>	<i>Dalaoye</i>	Pedido de devolução de ópio	2.º ano do reinado de Daoguang (1822)
65	69	<i>Weiliduo</i>	<i>Tailaoye</i>	Demolição de casas e cobertos	2.º ano do reinado de Daoguang
66	651	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Pedido para expulsar o chinês Wang Wu 王乌	2.º ano do reinado de Daoguang
67	550	Tang Sheng 谭胜	<i>Laoxiansheng</i> 老先生 (Leal Senado)	Conflito por dívidas	20.º ano do reinado de Daoguang (1840)
68	231	Chen Wu, da loja Yang Cheng	<i>Xian Weng</i> 先翁 (Leal Senado)	Acusação de ter raptado pessoas	20.º ano do reinado de Daoguang
69	1336	Wang Bangda 王邦达, comerciante chinês	João Rodrigues	Dívida em prata do cônsul holandês	26.º ano do reinado de Daoguang (1846)
70	1341	Zhao Wei 赵伟	Governador	Dívida em prata do cônsul holandês	27.º ano do reinado de Daoguang (1847)

## HISTORIOGRAPHY

N.º	Ofício	Remetente	Destinatário	Assunto	Data
71	227	Li Yunchen 李云琛	<i>Dalaoye</i> de Panyu 番禺	Apresenta uma acusação por o filho ter sido raptado	28.º ano do reinado de Daoguang (1848)
72	230	Chen Wu, da loja de Yang Cheng	Homem influente do bairro	Por ter sido acusado de ter raptado pessoas	28.º ano do reinado de Daoguang
73	937	<i>Weiliduo</i>	Mandarins	Assalto a uma casa de estrangeiros em Macau (5)	26.º ano do reinado de Daoguang
74	939	<i>Weiliduo</i>	<i>Zuotang</i>	Resposta (5)	28.º ano do reinado de Daoguang
75	940	<i>Weiliduo</i>	Mandarins	Resposta (5)	28.º ano do reinado de Daoguang
76	1470	<i>Weiliduo</i>	<i>Xiancheng</i>	Demolição de casas e cobertos (6)	23.º ano do reinado de Jiaqing
77	832	Procurador	Vice-governador de Xiangshan	Refugiados das ilhas de Ryukyu (6)	1.º ano do reinado de Jiaqing (1796)
78	1507	Chinês de Macau	Mandarins	Permanência do ouvidor no seu posto (6)	14.º ano do reinado de Jiaqing (1809)
79	1508	<i>Fanchai</i>	Mandarins	Comércio de tutanaga (6)	Não posterior ao 19.º ano do reinado de Jiaqing
80	1509	<i>Fanchai</i>	Prefeitura civil e militar	Comércio de tutanaga (6)	Não posterior ao 19.º ano do reinado de Jiaqing
81	1124	Chinês	Procurador	Pedido de licença para casa de incineração (6)	21.º ano do reinado de Daoguang (1841)

Fontes: Lau Fong e Zhang Wenqin, *Qingdai Aomen Zhongwen Dangan Huibian* (Coleção de Documentos Sínicos do IAN/TT Referentes a Macau durante a Dinastia Qing) e Lau Fong, *Hanwen Wenshu – Putaoya Quoli Dongbota Danganguan Guichang Aomen Ji Dongfang Dangan Wenxian* (Chapas Sínicas. Macau e o Oriente nos Arquivos Nacionais da Torre de Tombo) para os 9 *bingwen* em português (números 75 a 83).

\* Com selo em lacre.

(1) e (2) Dos originais consta o despacho do subprefeito de Macau.

(3) No selo pode ler-se “LEAL SENADO DE MACAO”, sendo visível a Cruz de Cristo.

(4) No selo pode ler-se “CIDADE DO NOME DE DEOS”, sendo visível a Cruz de Cristo.

(5) Original em português.

(6) Tradução portuguesa.

## HISTORIOGRAFIA

## ANEXO II: ZHAOHUI NAS “CHAPAS SÍNICAS”

N.º	Ofício	Remetente	Destinatário	Assunto	Data
1	1491	Coronel de Xiangshan	Ouvidor	Perseguição a um barco americano por uma fragata inglesa nas águas de Macau	19.º ano do reinado de Jiaqing (1814)
2	184	Magistrado de Xiangshan	Procurador	Pagamento do foro-do-chão	24.º ano do reinado de Daoguang (1844)
3	1335	Magistrado de Xiangshan	Procurador	Acusações de um comerciante holandês a He Yagui 何亚贵	25.º ano do reinado de Daoguang (1845)
4	1337	Magistrado de Xiangshan	Procurador	Conflito entre Huang Yawu 黄亚乌 e o cônsul holandês por dívidas	26.º ano do reinado de Daoguang (1846)
5	1338	Subprefeito de Macau	Procurador	Conflito entre Huang Yawu e o cônsul holandês por dívidas	26.º ano do reinado de Daoguang
6	1339	Magistrado de Xiangshan	Procurador	Conflito entre Huang Yunzhong 黄允中 e Zhao Wei 赵伟 e o cônsul holandês	26.º ano do reinado de Daoguang
7	1340	Magistrado de Xiangshan	Procurador	Conflito entre Huang Yunzhong e Zhao Weiyu e o cônsul holandês	26.º ano do reinado de Daoguang
8	1309	Procurador	Comissário da Alfândega	Fiscalização barcos de arroz da Lução Pequena	26.º ano do reinado de Daoguang
9	185	Magistrado de Xiangshan	Procurador	Pagamento do foro-do-chão	28.º ano do reinado de Daoguang (1848)
10	1507	Procurador	Subprefeito de Macau	Carta fechada mas sem qualquer conteúdo	27.º ano do reinado de Daoguang (1847)
11	1508	Governador Amaral	Vice-rei de Guangdong e de Guangxi	Carta fechada mas sem qualquer conteúdo	29.º ano do reinado de Daoguang (1849)

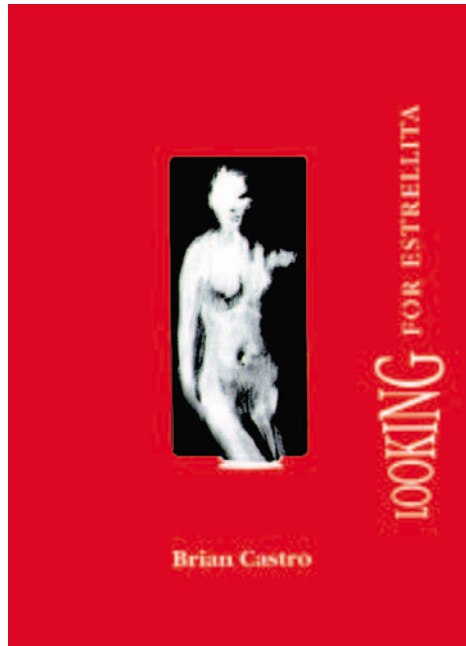
Fonte: Lau Fong e Zhang Wenqin, *Qingdai Aomen Zhongwen Dangan Huibian* (Coleção de Documentos Sínicos do IAN/TT Referentes a Macau durante a Dinastia Qing).



# Hybridity and the Pleasures of Disinheritance

## The Novels of Brian Castro

DAVID BROOKSHAW\*



Referring to the Portuguese poet, Fernando Pessoa, Brian Castro commented the following: “One of the greatest poets of this century... if you could find all the parts that sum up his whole, that is” (Castro, 1999b: 218). One of Australia’s foremost contemporary novelists, Castro is also a man of many parts, and like Pessoa, much of his originality as a writer derives from his sense of dislocation and disinheritance. Neither is his attraction to Pessoa entirely fortuitous, for just as the Portuguese poet, concealed by a name that in its literal English translation suggests an everyman,<sup>1</sup> cultivated his individuality by re-inventing himself under various guises, Castro is likewise not what he seems on the surface. His name would, after all, suggest someone of distinct Iberian origin, but equally superficially, and judging by photos of him, he could be taken for a Chinese. As a writer, he is supremely

conscious of his multiple roots, and has dedicated much of his work to exploring issues of cultural diversity.

Brian Castro’s fluid cultural inheritance seems to be summed up in his place of birth: he was born on a ferry between Macao and Hong Kong. His father was a Shanghai Portuguese, with inevitable family links to Macao, who took refuge in Hong Kong after the demise of the International Settlement at the hands of the Japanese in 1940. On his father’s side, then, he has the complex roots that characterize many Macanese, with Portuguese and Asian admixtures, along with some Spanish via the Philippines. On his mother’s side, he has Chinese and English ancestry. In 1961, at the age of eleven, Castro was sent away to boarding school in Australia by his father, adamant that he should learn English. In effect, he opened up a fresh diaspora in the Anglophone world, and did not return to his native Hong Kong for a number of years. While he travelled quite widely as a young man in Europe, he has lived more or less continuously in Australia since he was first sent there.

Castro is therefore a man who eschews essentialist labels, particularly in regard to traditional notions of Australian identity. This means that he takes pride in his cosmopolitan background. On the other hand, he is acutely conscious of the unique blend of his cultural

\* Professor of Luso-Brazilian Studies at the University of Bristol, England. His specialist interest is in the field of colonial and post-colonial literary discourse. He has published widely on Brazilian and Lusophone African literatures, and is also a literary translator. His most recent book, *Perceptions of China in Modern Portuguese Literature – Border Gates*, is currently at press.

*Professor de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade de Bristol, Inglaterra. Investigador da área de teoria literária colonial e pós-colonial. Tem vasta obra publicada sobre literatura brasileira e da África lusófona, sendo também tradutor literário. A sua mais recente obra ensaística (Perceptions of China in Modern Portuguese Literature – Border Gates) está actualmente no prelo.*

## LITERATURA

roots, and it would be true to say that most of his writing addresses issues of personal identity, and much of it reflects autobiographical influences. However, the appeal of a certain cosmopolitan deracination and pride in one's cultural heritage need not cancel each other out. On the contrary, one can enrich the other, and by so doing evoke that which is of particular importance to Castro, namely the primacy of a sense of individual identity, which defies and even subverts labelling. In an essay on the subject, the author resorts to the symbolism contained in the supposedly Macanese dish, African chicken. While the basic ingredients of this dish, which is often offered to tourists on day trips to Macao, are chicken and a sauce made with chillies and coconut, it can claim no real inheritance from Macao any more than it can from Africa. Rather, it is a Luso-tropical pastiche, which has no set recipe, but is re-invented every time it is made. Therein lies its autonomy: it is free of its origins, having long forgotten them, which is why its composition depends on the individual taste of the cook and/or its consumers. In Castro's words, "African chicken is a Creolising of forgetting and memory" (Castro, 1999b: 226). The dish, rendered autonomous from its multiple origins, is therefore Castro's symbolic embodiment of what one might call Bhabha's "third space", an area of negotiation, of transformation and transformability representing the creative dynamism of genuinely multi-cultural societies.

A word to which Castro attaches considerable importance in regard to himself is the idea of disinheritance, and contrary to what this might mean to many people, for him it is a notion that contains a liberating potential. African chicken is, after all, a disinherited dish, like the author. Disinheritance means that, as one has always dwelt on the margins of power and therefore of historiography, one has no clear or consistent memory, which in turn means that one has to fill in the gaps by using one's power of invention. Consequently, there are strong links between disinheritance, memory and the power of the imagination vested in fiction and storytelling. As Michael Jackson so cogently puts it, "to reconstitute events in a story is no longer to live those events in passivity, but to actively rework them, both in dialogue with others and within one's own imagination" (Jackson, 2002: 15). Similarly, the invention of memory means that there is no difference between

autobiography and fiction, which has implications for the concept of nation, and what Castro calls "its single, imagined and hypothetical community" (Castro, 1999b: 222), for if, like autobiography, history is also fiction, a nation's history will be fictionalised in accordance with the values of certain social and political interest groups. Given that his autobiography includes Australia, but does not belong exclusively to it, it contests monolithic views of what constitutes the "nation" and "national literature". In this sense, Castro, to use a term coined by Rosemary Marangoly George with respect to immigrant literature, "unwrites the nation" (George, 1996: 186).

Brian Castro is the author of seven novels, all of which deal in some measure with issues of migrancy, deracination and identity. Four of these novels, *Birds of Passage* (1982), *Pomeroy* (1990), *After China* (1992) and *Shanghai Dancing* (2003) relate in some way to the experience of Chinese migrants in Australia or those who are perceived by Australians as being Chinese, characters whose experiences are modelled in some measure on those of the author himself. They also involve toing and froing between the continent of origin and the new land, and are sometimes split-level in terms of their chronology, shifting between two or more historical periods linked by a quest motif which, in the case of *Pomeroy* and his most recent and ambitious novel, *Shanghai Dancing*, lends the narrative some of the characteristics of a detective novel or thriller. The other three novels, *Double-Wolf* (1991), *Drift* (1994), and *Stepper* (1997) contain thematic and formal similarities with his other works of fiction, notably two chronologically and geographically different but inter-related plots, but are not ostensibly focused on the Chinese-Australian interface.

When *Birds of Passage* won the Vogel/Australian award in 1982, Castro was hailed as an exciting and original voice on a literary scene that was beginning to reflect the new multi-cultural Australia that had been developing since the early 1970s. The novel interweaves the stories of Seamus O'Young, an Australian Eurasian, and his Chinese ancestor, Lo Yun Shan, who had joined the gold rush to Australia in the middle of the nineteenth century. The link between this modern Australian and his ancestor is the written record that Seamus discovers hidden behind pictures in the house where he has been brought up in the old mining area: faded yellow sheets covered in calligraphy that the

## LITERATURE

young man deciphers, learning his ancestral tongue in order to do so. It is through the account of Shan's brutal experiences of racism and exploitation in Australia, that Seamus begins to understand the prejudice that he himself has suffered as a "white" Chinese. Shan's torment therefore becomes his own, but beyond the mere fact of ancestry, the relationship between Seamus and Shan becomes that between writer and reader, a theme that surfaces in a number of Castro's novels and relates to issues of interpretation and the re-writing of a tale through reading it and translating it. What Seamus does is to translate his historical roots (or at least one side of them), and in the process of associating their experiences with his own, creates a story. In a sense then, it matters little whether Seamus fully understands the calligraphy, for what is important is the response that his fevered imagination gives to it. Translation is re-creation, but at the same time it is the appropriation of the writer's experience by the reader:

*Brian Castro's fluid cultural inheritance seems to be summed up in his place of birth: he was born on a ferry between Macao and Hong Kong.*

"Things move in and out of focus as though I were in a fever, everything blurred like the heat above the fire, though in the centre of the fire things are sharp and painfully clear. And the words I'm trying to translate, crawling like ants across the page, renounce their own responsibility so that I am left to create meaning out of them from my own head" (Castro, 1999a: 127-8).

Another theme sketched in *Birds of Passage* that will reappear in other novels by Castro concerns the fundamental predicament of the migrant, and that is what Iain Chambers expresses as the impossibility of return, of going home: "The impossible mission that seeks to preserve the singularity of a culture must paradoxically negate its fundamental element: its historical dynamic... It is impossible to 'go home' again" (Chambers, 1994: 74). Shan is both profoundly moved by his experience in Australia, brutal and harsh though this has been, but the China he returns to is not the one of his recollection. The Australia he set out for was a "golden myth" that turned into a hell, the China he left behind in 1856 became the paradise lost that was re-discovered in 1863 as a scene of decline and death. Memory, indeed, is invariably disappointed by

Chambers's "historical dynamic". But it is at this point that Shan's narrative and that of Seamus appear to cross paths and mingle. Just as Seamus has entered Shan's world through translation and the work of the imagination, Shan, from the recesses of the past, imagines the future that has not yet come about, that of his Eurasian Australian descendant. Earlier on, Seamus had been smitten by Shan's unrolling story upon the scraps of paper and dedicated himself to re-telling it and saving his ancestor's story for posterity:

"I will bring your words, hermetically sealed, to the light. And as for myself, I shall live the way old people live, in the past, the past which is a dream that has not yet come about, and my life shall be infinitely richer" (Castro, 1999a: 93).

Now Shan becomes conscious of this translated future:

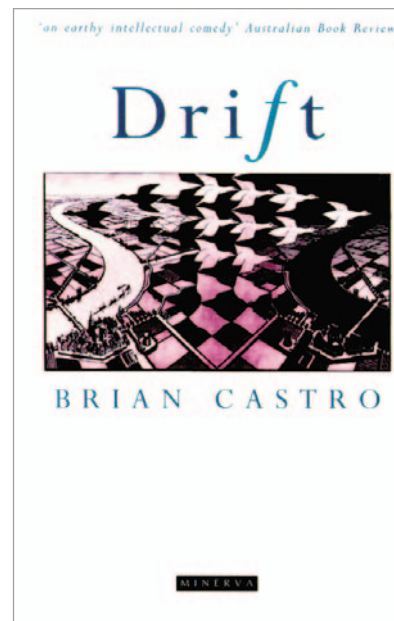
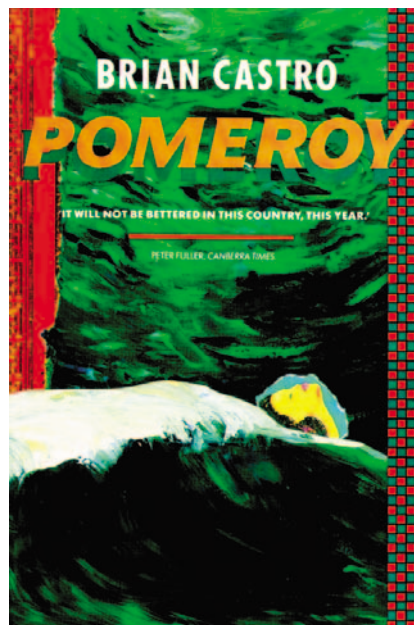
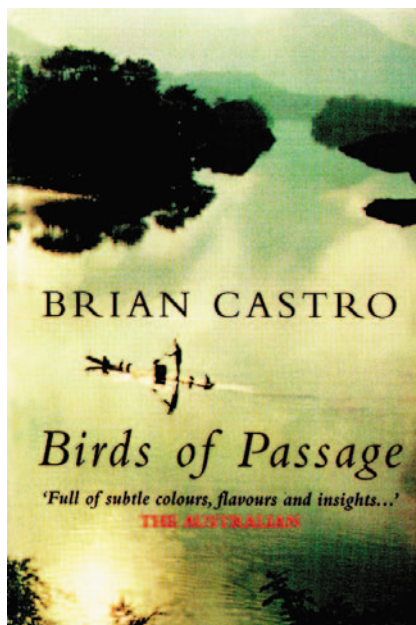
"In the flashes of distant lightning Australia seems illuminated, thousands of miles away, like a

golden myth, harsh in its reality, gentle in its tranquil isolation, and I see my descendant discovering transient moments of joy and laughter, executing portraits in his little book of a time and a place with which I am already too familiar. I feel the presence of the future, hear a voice cutting across mine" (Castro, 1999a: 156).

And so Seamus and Shan complete each other in the world of the imagination that hovers below the line of mere chronological fact, and is not constrained by historical time.

Castro's next novel, *Pomeroy*, is closer to his immediate experience, containing as it does two main characters of Hong Kong Portuguese origin, while the plot switches between Australia, Asia and Europe. Jaime Pomeroy who, like Castro, has spent most of his youth in Australia, returns to Hong Kong during the transition years to Chinese rule as an undercover journalist investigating a drugs cartel for a local magazine run by the enigmatic Stella Wang. The parallel plot in Australia centres on Pomeroy's relationship with his cousin and lover, Estrellita. The link between the two story lines is Stanford Ward, a Hong Kong entrepreneur and crook, who teams up with Estrellita's husband, the hapless Rory Harrigan,

## LITERATURA



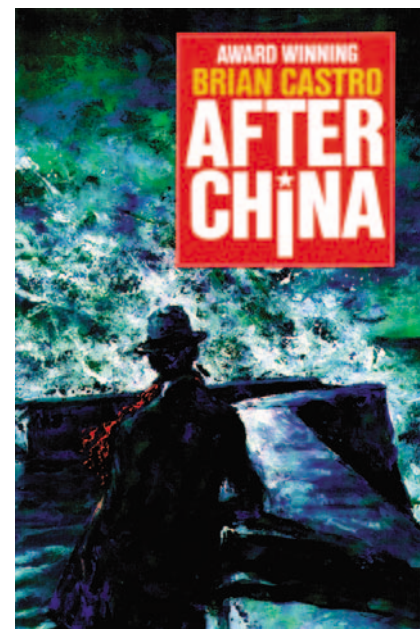
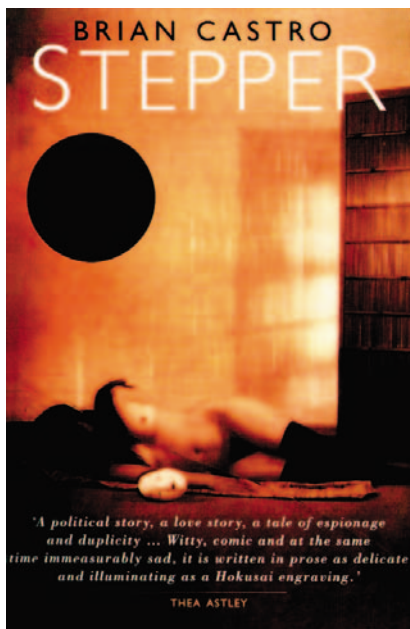
on a project to develop a tourist leisure centre in an area of natural beauty. *Pomeroy* succeeds in uncovering the cartel by posing as a courier, but in a finale that owes something to the visual elements of an action movie, is lured to the ski slopes of the Swiss Alps, where he meets his death. However, it is only the novel's outer package that is a thriller. The underlying themes in it are ones that are central to Castro's literary and philosophical sensitivity. It is also a novel that questions the moral cost of taming the wilderness, a theme that recurs in different guises in his other work, perhaps most notably, *Drift*, and by extension it focuses on the struggle between imagination and the more mundane aspects of human existence, such as social advance and materialism. Last but not least, it is a novel about the nature of identity and its fluctuations. It is Stella Wang who, to some extent, exemplifies this slippery notion of identity, or indeed the flight from identity, that is a feature of Castro's post-modern, postcolonial view of the world, for Stella turns out to be a transsexual, whom *Pomeroy* had known in his adolescence as the effeminate loner, Carter Wong. But Stella's flight from identity is different from that of the immigrant or colonized individual, who flees from his past in order to become indistinguishable from his oppressors, for this attempt to become Other is destined to fail, given that oppression is in the final instance targeted at skin colour, or as *Pomeroy* puts

it as he ponders the problem, "substance". Indeed, identity can only ever be substance:

"... Your past always leaves you a legacy, a grid into which you read the same warnings as destiny and in which you see yourself passing through different states as entirely predictable, the result of not providing for eventuality. Yet to be inside. To be free of substance, of identity. The death of one's self. To become the other. I suddenly suspected that I knew what Stella Wang meant when she said I had to learn the nature of repression and then to cross the bridge over to something other than myself" (Castro, 1991: 179).

It is the social and racial labelling of identity that comes between the rakish *Pomeroy* and his beautiful cousin, who is largely a victim of her own and her mother Fatiminha's social ambition, and the pressure placed upon her to marry into 'white' Australia. Significantly, one of Fatiminha's complaints against *Pomeroy* is that he is too Chinese looking, a dig by the author at the colour prejudices of Portuguese Eurasians, which he must have known so well. And yet Estrellita is attracted to *Pomeroy*, possibly because she sees in him the disinheritance she feels in herself, and his ability to turn this apparently negative legacy into art, words, storytelling. *Pomeroy*, for Estrellita (and unlike her prosaic husband), is the embodiment of her affinity with the world of the imagination. The Eden they inhabit, and which stands in deep contrast to the

## LITERATURE



sanitized version her husband and Stanford Ward are seeking to create, combines spiritual and sensual pleasures induced by the artistic power of words:

“Then he began to understand what was in between, in the channel of water separating the rocks and the sand. Words, having had the capacity to excite her, an excitement which in the past came to him as the alchemy of gentleness and innocence, now fed him silence. Words used to endow him with the power of making loins moist, of provoking the rising imagination over his soft hands uncalled by work except for the bunion on the second finger signifying like a ring the professional vow of writing...” (Castro, 1991: 138).

In 1992, Castro published *After China*, a moving story of a romantic engagement between You Bao, the Chinese architect of a luxury seaside hotel and an Australian writer who is terminally ill. The hotel, which straddles the land and the sea, occupies a symbolic margin, a locus of encounter and mingling among diverse manifestations of Otherness, but it is also an expression of the migrant architect’s imagination and rootlessness, having been built in such a way that it has no centre to which one might return as a point of reference. It is a place to get lost in, a mighty baroque labyrinth, somewhere one can be at home in while continuing to travel as if it were a ship, with its turret like a poop deck and its porthole windows: “The guest

was not to come round again with any recognition or familiarity. Movement is discovery” (Castro, 1992: 16). The writer, on the other hand, has known the village where the hotel has been built since her childhood. Her rootlessness is therefore one induced by time and change rather than geographical dislocation, but it is clear that the attraction between these two people of different origins derives from the meeting of their artistic sensitivities and mutual feeling of disinheritance. His hotel, a work of architectural imagination, speaks to her as a writer: it is as if this strange building contained the possibilities of inter-disciplinarity or hybridity within it: “When she gazes up at his hotel which is lit from the roof, the light falling softly upon the terra cotta fringing the belvedere, she says how it reminds her of “islands of strange emotions”. Parts of the hotel collapsing into other genres” (Castro, 1992: 21).

The relationship between these two lovers is built upon other foundations too. First, there is a central symbolic coincidence, an equation that their coming together resolves and harmonizes. You Bao had left his wife, Felicity, at home in China in order to go and study in France. Their daughter, Long Tsing (meaning silence, serenity) died as a young child, and the couple had separated. The writer’s own daughter is called Serena, and is the fruit of an affair with a Chinese poet who had abandoned her. Their union therefore reconciles You Bao with his past, while Serena’s presence

## LITERATURA

assuages his guilt for having abandoned his wife and daughter. At the same time, he graduates away from national to trans-national, inter-ethnic affiliations, while Serena, upon her mother's death, is left with a type of surrogate parent. The stories of You Bao and his lover thus become inter-twined, taking on the creative possibilities of hybridity embodied by Serena, the hotel as a project, and literature. With regard to the latter, storytelling once again plays a crucial symbolic function in the novel. You Bao tells his lover stories of ancient China. Serena's origins had been woven into a story by her grandfather to cover the shame of her illegitimate birth. Castro's idea is that stories, fictions, are somehow proof that we are alive, that our creative processes are functional, and this is why You Bao's stories keep his lover alive, in remission, buy her some more time. Humans are their stories, the product of their imaginations, which is why life stops when there are no more stories to tell.<sup>2</sup> At the same time, the relationship between You Bao and his lover is like that between Seamus and Shan in Castro's first novel, in the sense that You's stories are appropriated by the writer, translated and melded into her own writing. You's realization that he has lived on in her writing after her death inspires him to return to the hotel to continue his own project, ensuring that she will likewise live on in him:

"He remembered how she had noted his displays, and the more he read the more he understood how he had been incorporated into her writing, its resonances now being carried downstream to him... he could hear its ghostly music in the wind... and from that moment he knew what he was about, knew he had to continue building this wing on the western turret, for it was only here that he would find her again..." (Castro, 1992: 143)

In *Drift*, Castro explored a relatively little known corner of Australian history. When the English novelist Byron Johnson suddenly begins to receive letters from a Tasmanian woman, Emma McGann, he begins to explore the hidden recesses of the island's past. Johnson is based on the forgotten experimental novelist of the 1960s, B. S. Johnson,<sup>3</sup> and in common with his other works of fiction, Castro unites a marginalized, postcolonial, working-class writer from England and postcolonial Australian underdogs, Emma and her brother Tom, the semi-aboriginal descendants of the eighteenth-century convict, mutineer and sealer, Sperm

McGann and Wore, the native woman he captured, raped and obliged to become his mistress. But it is also a novel about the blurring of class lines, as well as racial and national ones. Johnson is briefly married to the aristocratic Ainslie Clackwood before he leaves England to seek out Emma McGann, while Ainslie also journeys to Tasmania where she takes up with Emma's brother, Tom. Rather as occurred between Seamus and Shan, and between You Bao and the writer, Emma's letters have an effect on Johnson that causes him to re-imagine the past, re-construct her history. Writer and reader thus become one, identified as such in their mutual understanding of each other and in their abolition of the frontiers of otherness that separate them. By resurrecting the hidden history of the oppressed through the act of writing and storytelling, and imparting its truth, Johnson reaffirms the fluid, chaotic nature of human existence and identity. But he takes on another mission in Tasmania, and that is, in a final act of anarchy and suicide, to try and clear away the outward symbols of oppression and established structures and return the aboriginal homeland to its once natural and pristine state:

"... he would drive back and fire the grasses of Northmere as they did centuries or a millennium ago, the wind from South America distilled by oceans, the wind pure and fierce and driven, taking the flames inexorably towards the station. Soon the spires of the cathedral of silence and deception would be glowing, in its heart an empty cave... He was through with bloodlines, lineage, heritage, motherlands, cathedrals... He could see it already: the reconstruction of Nature and the return of wildflowers and muttonbirds, the sigh of the sea" (Castro, 1994: 254).

The voice of reason, if not heroism, comes from Tom McGann, for he realizes, as he turns from following Johnson in his attempt to sweep away the structures of an imperfect civilization, that one cannot escape history, turn the clock back to a time that was somehow pure, in order to create a freshly imagined future. The world was hybrid from the beginning, and Sperm McGann's orphaned child had been living proof of that. Ultimately, we are bound to seek a compromise between nature and the squalor and oppression of human history, and we do this by using our imagination to broaden the limits of our understanding – that is, by telling stories. This is why McGann sets off for England to tell "the story before this one," by

## LITERATURE

which we assume he means the story of Byron Johnson, thus repaying the debt to him for having told their story. In McGann's words: "I am finally, I believe, extremely blessed that he had opened a way. By imagining us, he lit a fire in which he perished. In dying, he pushed the truth beyond its own limit, turning the challenge of supreme honesty upon itself" (Castro, 1994: 265-6).

The figure of the spy is one that has caused fascination and at times disgust, ever since the birth of modern nation states, and the assumption that our loyalty to the ideology of our political leaders, whether elected or not, is more important than our conscience as individuals. To some extent, the notion of the spy, with its implied betrayal of the nation, is anathema to the idea of the imagined community, with which Castro has resisted identifying. His fictional biography of the spy, Victor Stepper, ties in closely with his interest in the pluralities of human identity, and in this sense Stepper is Castro's quintessential rootless hero. The novel, then, follows the life and career of Victor Alexei Stepper, of mixed German and Russian parentage (and therefore like Castro's other heroes, a trans-national man), who spied for the Soviet Union (and possibly for Germany too) in Japan in the 1930s under the guise of a journalist, until he was eventually betrayed, imprisoned and executed on the eve of the Japanese surrender to the Americans in 1945. It is also the story of a love affair with a Japanese woman, Reiko, a "modern westernised courtesan," as a result of which Stepper begins to live recklessly; love causes him to lose control, until he is eventually arrested by Inspector Shimamura, the uptight imperial gumshoe who has been tracking him for some time. As we have seen, most of Castro's novels involve a Barthesian relationship between narrator and reader, one becoming the other, the author living on within the reader, the reader transforming the original by his act of reading. Something in the relationship between Stepper and Shimamura recalls Freud's statement in Castro's other novel, *Double-Wolf*, which recounts the life of Freud's most famous patient, the Wolf-Man, and ranges across twentieth-century European intellectual history. In this novel, Freud likens the writer to the criminal, the reader to his detective (Castro, 1991: 42). Certainly, Stepper, in the sense that he is the 'author' of his life, is read by Shimamura, and the detective goes so far as to file away Stepper's memoirs after the

latter's execution. On the other hand, he fails to edit them or transform them into his own, an indication perhaps of the absence of a feeling of commonality between them. Shimamura's imagination fails to respond, for he is, after all, a figure of authority, a representative of the Japanese imperial regime.

Clearly *Stepper's* eponymous hero embodies the defiance of established identity that Castro seeks to evoke in characters in his other novels. What is crucial is being freed from the past and living only the present moment, for only by doing this can one continually re-invent oneself. In Berlin, a Comintern agent manages to remove Stepper's past from the police files, thus transforming him into a man without a past, without a future (Castro, 1997: 33). Espionage is also a self-perpetuating condition leading towards the ultimate freedom of complete deracination: "... To be a good spy is to keep spying. To keep spying is to reach an inevitable end in which no help will come from any quarter. No home, no home" (Castro, 1997: 101). At the same time, in a world of absolutely held truths (German Nazism, Japanese imperialism and even Soviet revolutionary Marxism), Stepper was a man who crossed cultural borders, affirming his hybrid nature. He obeyed no rules and displayed no loyalty beyond those that governed his activity as a spy. Ultimately, he was duplicitous by ideological choice.

For the rest, Castro sticks to the split-level formula he has used to such effect in his other novels. It is set in the 1930s and 40s and in the present day, through the narrative voice of Ishigo Isaku, a painter who has lived in Australia since the end of the war and who was an admirer and collaborator of Stepper and to some extent a love rival over Reiko. Ishigo was given Stepper's memoirs by the detective, and it is these that have been incorporated into the manuscript of the novel, once again demonstrating the collusion between reader and writer, the written and the read, the transformation of meaning and the relativity of truth: "I have doctored his manuscript, edited, rearranged, driven my pencil to hell and back in order to interweave my significance. I did what I had always done... refurbished a life, saved it from oblivion... you see, his life was never going to be his own. He needed a witness" (Castro, 1997: 305). The rootless Ishigo was therefore able to do what Shimamura could not, which was to respond actively to Stepper's story, and so re-tell it.

## LITERATURA

Castro's most recent novel, *Shanghai Dancing*, was in gestation for a number of years before its eventual publication in 2003. It brings together or re-works themes which were present in some form or another in his previous fiction. This is his most explicitly autobiographical work in the sense that it is a fictionalised reconstruction of his immediate family's history: his father's life in Shanghai in the first decades of the twentieth century, his flight to Hong Kong, the author's own upbringing during the 1950s followed by his despatch to Australia. It also delves deep into his ancestral past, which takes him back to Brazil in the seventeenth century, and the flight of his Jewish ancestor, Israel Castro, to the South China Sea and Macao, the founder of the family dynasty in East Asia. But many more stories are added, including that of his mother's side, descended in part from an English missionary to China at the beginning of the twentieth century. The main protagonist is Antonio, Castro's *alter ego*, just as Jaime was in his earlier novel, *Pomeroy*, and indeed, both are to some extent the black sheep of the family, given their dedication to the craft of writing in preference to the professions to which their parents

triad boss, intent on turning the original house of Israel Castro into a casino. His escape by ferry at the onset of a typhoon marks in symbolic form his re-birth, his re-incorporation into his family's history of disinheritance and dislocation. But the central metaphor that seems to recur during the course of the novel is that of dancing: down the centuries, Antonio's ancestors on the 'carefree' Latin side of his family, dance away without a thought for the future, whether it is Isaac Castro in distant Recife, who dances with his lover Isabella, even as he is being pursued by the Inquisition for his Judaism and suspected sympathy for the Dutch in their attempts to dislodge the Portuguese from Northeast Brazil, or Antonio's father, Arnaldo José, moving across the dance-floors of Shanghai even as the Japanese occupation signals the end of the city's halcyon era. There are elements of the dance of death in all these episodes, but it is interesting that in his polemical writings, Castro has used dance as a symbol of disinherited creativity, rather as he did in the case of African chicken. Dance has its rules, that is, its inherited culture, but it is up to the dancers to reinterpret those rules, to inject the uniqueness of the present moment into it. The

*... most of Castro's novels involve a Barthesian relationship between narrator and reader, one becoming the other, the author living on within the reader, the reader transforming the original by his act of reading.*

aspired for them. Like Castro himself, Antonio was born on a ferry between Macao and Hong Kong. There is a similar resort to a mysterious document in Chinese calligraphy previously encountered in *Birds of Passage*, the identity of which comes to form one of the main reasons for Antonio's quest to uncover the past. But of all the novels in which Castro's Eurasian origins had been hinted at, *Shanghai Dancing* is the novel that most comprehensively evokes the links between Macao, Shanghai and Hong Kong in the first part of the twentieth century, as well as the complex ancestry of the Portuguese Eurasians. The two extremes of history are joined at the end of the novel, when Antonio returns to Macao at the end of the millennium, just as Hong Kong is handed back to China, and narrowly avoids being absorbed into the murky business dealings of a

diachronic process of culture is thus crossed by the synchronic act of personal creativity: "There are steps which you must follow to execute a recognisable figure. You are rewarded by grace, a partner perhaps, perfume, a beating heart, the gaze of others, your dance inscribing ecstasy and jealousy. But if you alter the steps... if you insert the transformative language of writing into the grammar of culture, into the law of the prescribed dance, well..." (Castro, 1999b: 223-4)

In summarising Castro's work, one would have to begin by saying that a common thread running through all his writing relates to the charged and often carelessly used concept of identity. Castro is as averse to the iconic classification of literary figures and their works as he is to the belief in national literatures and homogeneous identity, all of which are constricting.



## LITERATURE

Identity, in so far as it exists for Castro, is process rather than state, movement rather than stasis. It is, perhaps, Stepper who represents most completely the author's defiance of an imposed identity, with its inevitable corollary of categorization. It is significant that at the end of *Stepper*, Ishigo is invited to visit Reiko, who has created a museum in celebration of her former lover's life. It becomes apparent that she wants Ishigo to donate the spy's memoirs to the mausoleum she has created. Ishigo, however, is horrified that the memory of a man who had apparently possessed an endless capacity for spontaneity should have been imprisoned, fossilized, in an endless past created by Reiko. For all this, Castro is profoundly interested in the force of history, but in keeping with his essentially baroque view of it, he is conscious of its cyclical nature, of the notion of history, and therefore those aspects of our identity legated by it, as palimpsest. In short, there is no pure, authentic past to return to, only renewed ideals emerging from the mire of history over which we as individuals have no control: Shan's reconciliation with his ancestral past, You Bao's re-building of his hotel after the destruction of the storm, Tom McGann's setting off on a new story, and Antonio's second departure from Macao in the middle of a typhoon all serve to give these characters a sense of their own agency within the infinitely spiralling process of history.

Finally, Castro's hybridity is not only explored at the level of his cultural formation, but at that of the literary genres that find an echo in his writing. His work is traversed by elements from the thriller through to the novel of espionage, from the historical novel through to autobiography, and in his most recent work, ancient family photographs and other memorabilia from a dead world are enlivened by the text, restored to life by the story. His commitment to his multiple roots and to the idea of hybridity as a creative force has been repeatedly stated in essays and interviews. In so far as he is claimed by the Chinese, his attitude is that there are many ways of being Chinese, just as there are multiple ways of expressing one's condition as an Australian, or for that matter a Portuguese Eurasian.<sup>4</sup> Emerging from roots embedded deep within the history of European, and most notably Portuguese imperial expansion, Castro's intellectual integrity as a writer defies essentialist inscriptions of national identity, which leads one to suspect that he too has his own way of making African chicken! **RC**

Editor's Note: In early November, while this issue was in production, Brian Castro was awarded the "Victorian Premier's Literary Award / Fiction" for the novel *Shanghai Dancing* (which was reviewed in the previous *RC*). The Chinese-Portuguese descendant Australian is the only writer to have won the award three times, with *Double-Wolf* in 1992 and in the following year with *After China*.

## NOTES

- 1 Pessoa is a not uncommon family name in Portugal and Brazil, but in English, it means quite simply "Person".
- 2 For an analysis of the analogy between storytelling and physical and temporal journeying, see Jackson (2002), p. 30-1.
- 3 Bryan Stanley Johnson (1933-73) came to some prominence in the 1960s as a novelist who used postmodernist devices for questioning the limits of fact and fiction. He committed suicide in 1973.
- 4 In an interview for *Road to East Asia* (vol. 3, 1998-9), conducted by Isabella Wai, Castro stated: "I think there are many Chinese 'literatures', and national adjectives are sometimes more obstructive than useful. I feel that we need to broaden the scope of origins and identities so that their very exclusiveness is the fact that they cross borders and they bring into effect a new phenomenon more suitable to the new millennium" (<http://www.yorku.ca/iwai/castro.html>).

## BIBLIOGRAPHICAL SOURCES

- Castro, Brian. *After China*, Sydney, Allen & Unwin, 1992.
- . *Birds of Passage*, St. Leonards NSW, Allen & Unwin, 1999a (1983).
- . *Double-Wolf*, Sydney, Allen & Unwin, 1991.
- . *Drift*, Melbourne, Minerva, 1994.
- . *Looking for Estrellita*, St. Lucia, University of Queensland Press, 1999b.
- . *Pomeroy*, Sydney, Allen & Unwin, 1991 (1990).
- . *Shanghai Dancing*, Artarmon NSW, Giramondo, 2003.
- . *Stepper*, Sydney, Vintage, 1997.
- Chambers, Iain. *Migrancy, Culture, Identity*, London/New York, Routledge, 1994.
- George, Rosemary Marangoly. *The Politics of Home: Postcolonial Relocations and Twentieth-Century Fiction*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1996.
- Jackson, Michael. *The Politics of Storytelling: Violence, Transgression and Intersubjectivity*, Copenhagen, Museum Tusulanum Press, 2002.



G. Inguot

# Paz em Tempo de Guerra

## Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento de George Smirnoff

ANTÓNIO CONCEIÇÃO JÚNIOR\*

### PRELÚDIO PARA AGUARELAS

Macau, na sua peculiar singularidade de entreposto, patenteou-se desde sempre, nas águas cálidas do delta do rio das pérolas, como insólita beldade pregada nas margens do Celeste Império.

Pelas suas características, a cidade não deixou de despertar em muitos a curiosidade transmitida por descrições escritas ou orais que foram trazendo até Macau – atraídos pela curiosidade ou pela busca de novos e exóticos lugares – muita gente, dos quais alguns artistas que, decididamente, se mostraram apaixonados pelo rosto da urbe.

Porém, se George Chinnery (1774-1852) e Thomas Watson (1815-1860) se deixaram prender pelos encantos de Macau e mantiveram fortes ligações à Companhia das Índias Orientais, Auguste Borget (1808-1877) fez de Macau parte do seu périplo pelo Império do Meio, em busca de concluir o seu álbum *La Chine et les Chinois*.

Porém, se estes residentes e viajantes escolheram Macau e George Chinnery deixava em Kuan Lou Yuan, aliás Lam Qua, a sua marca e o legado da sua técnica, a visita de artistas estrangeiros não terminou aí.

\* Licenciado em Artes Plásticas e Design pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Presidente honorário da Associação de Designers de Macau, que ajudou a fundar, e membro da Academia de Belas-Artes de Lisboa. Foi Conservador do Museu Luís de Camões e Chefe dos Serviços Recreativos e Culturais do então Leal Senado. Foi consultor para Cultura da Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento de Macau, diretor da Galeria do World Trade Center, colaborou em diferentes jornais e revistas, exercendo actualmente funções de consultadoria no Museu de Arte de Macau.

*Bachelor's degree in Art and Design from the Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. He is honorary president of the Macao Designers Association, which he helped found, and a member of the Academia de Belas-Artes de Lisboa. He was curator of the Luís de Camões Museum and head of the Recreational and Cultural Division of the Leal Senado. He was also cultural advisor to the Macao Foundation for Cooperation and Development, and director of the World Trade Center Gallery. He has contributed to various newspapers and magazines, and is currently a consultant at the Macao Museum of Art.*

Largo do Senado visto da Travessa do Roquete.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 28,8x22,6 cm.



Ao celebrar, em 2003, o centenário do nascimento de George Vitalievitch Smirnoff, o Museu de Arte de Macau evoca também a condição de cidade generosa e acolhedora em tempo de guerra do Pacífico.

Yuri (George) Smirnoff nasceu a 27 de Outubro de 1903 na cidade portuária de Vladivostok.

Bem cedo, o alarme das convulsões que o czarismo passava e o levantar dos ventos da revolução bolchevique levaram a mãe, Antonina Alexandrovna, a cruzar avisadamente a fronteira e estabelecer-se em Harbin, em 1911.

George Smirnoff cresceu e tornou-se homem em Harbin, apenas deixando a cidade em 1930. Aí, manifestando desde cedo propensão para as artes, completou os estudos como arquitecto, com notas brilhantes, uma bolsa ganha para estudar nos Estados Unidos que nunca iria ser utilizada e o início de uma vida cujas dificuldades iriam avolumar-se.

Fachada principal da Igreja de Santo Agostinho.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 25,5x29,3 cm.





Contudo, desconhecedor do devir, George Smirnoff aventura-se até Tsingtao onde trabalha em equipa na concepção e construção de casas de verão para milionários e gente rica de Xangai. Três anos volvidos retorna a Harbin por dois anos e, em 1935, de novo se deixa tentar por Tsingtao, acabando por fugir com a família para Hong Kong em 1937 face à invasão das tropas japonesas.

Não reza a história as atrocidades que terá visto nem as dificuldades por que passou, mas, se não passou as piores, terá assistido a dramas maiores, que as guerras são isso mesmo, a desumanização do homem. Não será, pois, difícil imaginar pelo menos longas caminhadas, fome, privações de vária ordem, vigílias e o mais que não consta e que ficará para sempre encerrado no silêncio dos finais da década de trinta.

Página anterior: Nina e George Smirnoff

À esquerda: Igreja de N. S. da Penha vista dos aterros da Praia Grande. Lápis e aguarela sobre papel. 1944/1945, 24,2x17,6 cm.

À direita: Rampa da chácara das Madres. Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 24,1x17,6 cm.



Nina e George Smirnoff e os seus filhos, Irina, Nina e Alexandre. Macau, 1945.

Em Hong Kong a família vai subsistindo, Smirnoff trabalhando para a Marsman's & Co. Em 1940 alista-se no Hong Kong Defense Volunteer Corps., que isto da ameaça de uma invasão leva a que a maior parte das vezes se dê o corpo à batalha, porque entre morrer e ser morto antes morrer lutando.

Quis, contudo, o destino que juntamente com muitos outros, solto da prisão nipónica, George Smirnoff optasse por rumar à neutralidade de uma pacata cidade vizinha: Macau, trazendo a família.





## O MECENAS E O ARTISTA

Não se irá certamente dizer que a vida em Macau era um mar de rosas. A cidade regurgitava de estrangeiros fugidos à guerra, refugiados de muitas nacionalidades encurralados na armadilha do conflito.

Espiões de todas as facções circulavam pela cidade, a comida era racionada, os aventureiros abundavam, enquanto o mercado negro prosperava como sempre acontece, vivendo da circunstância e da miséria dos outros.

O Hotel Bela-Vista, dominado pela Penha, acolhia alguns dos muitos estrangeiros que buscavam refúgio em Macau. Smirnoff encontrou aí o seu primeiro abrigo e, aos poucos, enquanto se ia ambientando à cidade e lhe ia percebendo os hábitos, foi-se aproximando de locais como o Clube de Macau, onde se mantinha em quase permanência uma venda de tudo o que, em segunda-mão, passava a ser bem essencial, na ausência de coisa melhor, que as posses eram em geral poucas.

**Página anterior:** Igreja do Seminário de S. José e casario chinês.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 28,7x22,6 cm.

Vista da Praia Grande e Colina da Penha ao pôr-do-sol.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 22,5x28,5 cm.



ARTE

Dois homens contudo, em permanente diálogo, asseguravam a neutralidade de Macau. Ho Yin e Pedro José Lobo, cada um representando a sua quota de comunidade, os dois trabalhando em conjunto para a manutenção do *status quo* da neutralidade de Macau. Era obra o que faziam, e tal bastaria para que ficassem – como estão – na história da cidade.

Acontece que Pedro Lobo gostava de música e às filhas casadoiras as dotaria devidamente, não as separando dos filhos, reunindo-os todos ali para as bandas da Rua Pedro Coutinho e da Avenida Horta e Costa, num conjunto de casas arejadas e ajardinadas, rodeando a mansão do pai onde funcionava a Rádio Vila-Verde em chinês e, logo na rua acima, a emissora em português.

Como se tal não bastasse, Pedro Lobo gostava de compor música e, não sabendo ler pautas, trauteava algo que um músico filipino se encarregava de passar a escrito, possivelmente tocando no Steinway de meia cauda que tinha no vestíbulo que antecedia a imensa sala de jantar onde, passada a guerra, se alinhariam visitantes, filhos e netos que ao domingo iam saudar o avô.

Fachada das Ruínas de S. Paulo vista da Fortaleza de N. S. do Monte.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1944/1945, 25,2x29,1 cm.

Página seguinte: Igreja de S. Domingos.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 28,7x22,6 cm.







G. WIRNIT

## ARTE



Não espanta, pois, que Pedro Lobo fosse o principal mentor das récitas e saraus do Teatro Dom Pedro V, onde a orquestra que ele própria mantinha se exibia sob a sua batuta, pequeno de estatura, vestido de fraque e sapatos de verniz.

Alguém pintaria os cenários e teria sido ao ver alguns da autoria de Smirnoff que o milionário e mecenas se interessaria pelo artista que estaria quase sempre presente nos ensaios, dividindo o tempo e o gosto entre os mesmos e as aulas de desenho e aguarela que entretanto ia dando a algumas senhoras de Macau e a jovens, dos quais um se destacaria, tão bom como o professor, chamado Luís Demée, cujos trabalhos pude ver nos anos sessenta.

Residência na Praça Lobo d'Ávila (actualmente Colégio Mateus Ricci).  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 30,1x39,3 cm.

Deste encontro, que por vezes o destino proporciona, receberia George Smirnoff a encomenda de pintar a cidade, forma elegante de Pedro José Lobo encorajar o artista a perseverar e a dar-lhe então mais risonho presente, que os filhos já eram três e toda a família habitava numa casa compartilhada com outras famílias, no número 2 da Rua da Prata.

Contudo George Smirnoff não se limitaria a calcorrear a cidade esboçando vistas, igrejas, detalhes, fortalezas, vistas gerais. O instinto de sobrevivência e o seu entusiasmo pelo teatro, pela música e pelas artes em geral levaram-no a ensinar teatro no Colégio Matteo Ricci, gosto que partilhava com o missionário jesuíta irlandês Albert Cooney. A sua inserção no meio ocidental de Macau fazia-se rapidamente, desenhando o logotipo para *O Clarim*, recebendo ajuda financeira do cônsul britânico John Reeves, a cuja filha teria também ensinado aguarela.



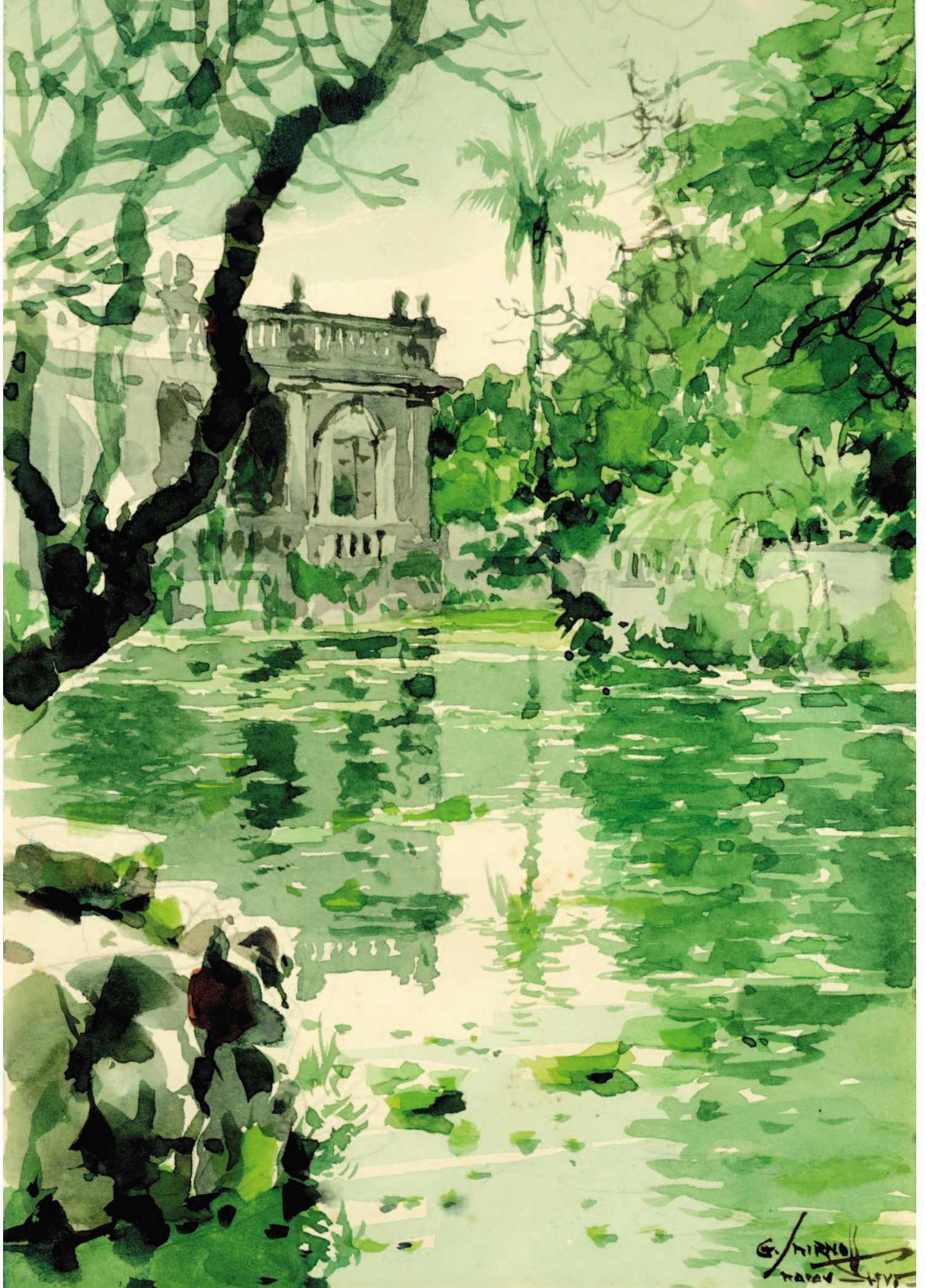
Ao anoitecer, já em casa, Smirnoff reconstruía de memória as cores e luminosidades de Macau, os ocres e os brancos, exaltando a arquitectura e envolvendo nela as figuras que anotara no papel, secundárias perante a perenidade da pedra.

Pouco mais de um ano após a sua chegada a Macau, em 1944, assinava-se o armistício e os dias prometiam uma normalidade próxima.

O retorno da família a Hong Kong far-se-ia em Novembro de 1945, mas o legado de cerca de 60 aguarelas encomendadas ao artista iriam transitar, por oferta de Pedro José Lobo, para o espólio do então Museu Comercial e Etnográfico de Macau.

Pátio da casa n.º 2 da Rua da Prata.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 22,45x28,8 cm.

Desenho de George Smirnoff para *O Clarim*, colaboração que o responsável pelo jornal, Armando Hagatong, agradece. Macau, 5 de Julho de 1945.



1920  
J. H. H. H.

## LEGADO E TESTEMUNHO

O primeiro contacto que tive com a obra de George Smirnoff deu-se em 1977, quando visitei o Museu Luís de Camões, antes de me tornar seu conservador, em Janeiro de 1978.

A visita soube a pouco, mas a inventariação do espólio a que procedi quando tomei posse permitiu-me ter uma visão mais completa, podendo analisar com mais cuidado as várias colecções e, de entre elas, mandar proceder à remoção das já antiquadas molduras e à velha fita-cola cuja acidez lançada pelo tempo dera às margens das aguarelas uma aura de antiguidade.

Por detrás do papel, raro e escasso no tempo em que fora usado, estavam os preços dos desenhos, discretamente escritos a lápis, testemunho da generosidade de Pedro Lobo e do empenho de George Smirnoff.

Resguardadas da luz, tinham mantido a sua frescura, atravessando incólumes as décadas, encer-

rando nelas o mistério dos momentos solitários que tinham presidido ao seu nascimento. A cor, pujante de subtilidades, desafia ainda hoje a luz provavelmente soturna, sob a qual tinham sido pintadas de memória. Os traços seguros do arquitecto definindo estruturas e a visão poética interpretando a alma da cidade, entre ocre, brancos, sol e sombras, acácias rubras e manchas do tempo sobre taipa, e os reflexos do rio percorrido por juncos de velas enfunadas, crónicas de paz num tempo de guerra.

Todo o espólio de George Smirnoff constitui o talvez o último testemunho antes que o rosto da cidade se transformasse para sempre.

Em 1985, por ocasião dos XXV Aniversário do Museu Luís de Camões, a obra de George Smirnoff era presente em pleno centro da urbe, na então recém-inaugurada Galeria do Leal Senado.

Página anterior: Pavilhão e lago do jardim Lou Lim Ieok.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 24,7x17,6 cm.

Igreja de Santa Clara e vista da Baía da Praia Grande.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 19x29,4 cm.



ARTE



Em 2003, 18 anos volvidos, o Museu de Arte de Macau, natural e legítimo sucedâneo do anterior Museu, revela de novo, em ambiente amplo e arejado, a obra de George Smirnoff. Esta patenteia-se como nova, povoada de memórias para aqueles que as têm, e de convites à descoberta de um canto da história de uma cidade singular, nas faldas do Império do Meio.

Cumpra-se assim dever e devoção de mostrar, em ano de centenário, a obra de um homem, mais um “estrangeiro” a quem Macau tocou profundamente e que tão bem soube retribuir a hospitalidade. **RC**

Parte superior da Calçada Central de S. Lázaro.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 25,5x25,6 cm.

Página seguinte: Macau visto da Fortaleza de N. S. do Monte.  
Lápis e aguarela sobre papel. 1945, 24,6x17,6 cm.



G. TURNER 1948  
HARROGATE

### **Apenas um Depoimento e o “Exílio” de Chaves**

A autora deste depoimento – uma das pessoas que mais conviveu com Monsenhor Manuel Teixeira nos últimos tempos da sua vida, em Chaves, e fiel guardiã de pequena parte seu espólio documental – conheceu o padre-historiador em Macau na década de 60. Terra que, segundo a autora, o Padre Manuel Teixeira amava e transformara na sua própria terra. Queria morrer e ficar em Macau, escreveu e disse-o várias vezes. No decurso da sua vida de missionário ocupava todas as suas horas livres a folhear os manuscritos dos arquivos locais, transcrevendo-os e estudando-os, procurando naquelas páginas de história a alma daquela terra *sui generis* que tanto o fascinava. Ana Maria Amaro viu o Padre Manuel Teixeira a recolher penosamente do chão, no Largo do Senado, pedaços rasgados daqueles documentos que faziam parte da sua vida e que os Guardas Vermelhos não haviam poupado (nos anos 1960). Os manuscritos, afirma Ana Maria Amaro, eram a imagem de Monsenhor. O destino não lhe permitiu concretizar a sua aspiração de ficar sepultado em Macau, “entregar-se” finalmente a esta terra. Foi para Portugal, para Chaves, nos últimos anos da sua vida contra a sua própria vontade. “Do Céu para o Inferno”, últimas palavras que a autora lhe ouviu. Para se poder entender como Monsenhor Manuel Teixeira passava os seus dias nesse seu “exílio” de Chaves (como ele dizia) optamos por transcrever algumas passagens das suas cartas e das últimas crónicas que escreveu. E isto para que os seus manuscritos possam contribuir para escrever a sua própria história. [Autor: Ana Maria Amaro, pp. 6-11]

### **Pegadas Arménias em Macau**

Os arménios travaram relações comerciais activas com a China, através de Macau, logo desde os primeiros anos do seu estabelecimento. Quando um navio francês chegou a Macau, em 1698, encontrou arménios no território. Encontramos nos documentos referências

aos arménios, como mantendo uma presença consideravelmente consistente na China ao longo de todo o século XVIII. Por volta de 1790 estavam entre os mais proeminentes mercadores que sustentavam o comércio, tanto em Macau como em Cantão. Como seria de esperar, foram também activos no comércio de contrabando. Os arménios forneciam as ligações entre os impérios coloniais e os mercados externos; forneciam artigos de luxo em Cantão para apaziguar os mandarins; viajavam como mercadores itinerantes através da Ásia, vendendo os seus produtos e investiam na China em muitas capacidades diferentes que ajudavam o comércio a florescer. Até recentemente, muitos destes aspectos relativos à presença dos arménios na China eram muito mal compreendidos. O exemplo dos arménios mostra o quão importantes e influentes os comerciantes individuais privados podem ser no resultado global do comércio. [Autores: Carl T. Smith e Paul A. Van Dyke, pp. 20-39]

### **Quatro Famílias Arménias**

Nos finais do século XVIII e princípios do século XIX existiam diversas famílias arménias proeminentes em Macau. Neste artigo reconstituímos a história de quatro dessas famílias, o que nos dá um vislumbre de como era a vida entre as comunidades não-católicas e não-chinesas na cidade. Tal como a maioria dos outros estrangeiros livres [não escravos] em Macau, os arménios tomaram parte no comércio em Cantão. Um desses arménios, Matheus Johannes, naturalizado português, realizou considerável comércio em Macau com o seu próprio nome. Outro arménio estabelecido em Macau, Lazaro Joannes, teve um filho que colaborou na tradução do Novo Testamento para chinês. Cachick Joannes, igualmente se aventurou no comércio com Cantão, mas deparou com consideráveis obstáculos e dificuldades financeiras. Gregory Baboom, por seu lado, era um indivíduo bastante aventureiro e empreendedor, que tentou obter o monopólio do comércio de ópio

de Bengala que entrava na China. Assim, estas quatro famílias dão-nos uma boa perspectiva cruzada da vida entre estes comerciantes privados, que raramente vemos nos livros de história. [Autores: Carl T. Smith e Paul A. Van Dyke, pp. 40-50]

### **Estudo dos Mercadores Parsees em Cantão, Hong Kong e Macau**

A palavra “Parsee” não surge frequentemente na moderna historiografia chinesa, não obstante o significativo papel desempenhado por esta comunidade em certos aspectos da história moderna da China, particularmente durante o século XIX. Neste artigo, o autor analisa as diferentes formas por que o termo “Parsee” é vertido para chinês, considerando que estas diferentes designações conduziram a uma certa confusão entre os investigadores com a consequente negligência no estudo dos Parsees na China. Apresenta também uma explicação para a designação mais comumente utilizada, reconhecendo que a análise dos documentos históricos em Cantão, Hong Kong e Macau contribuirá para o estudo daquela comunidade e da sua vivência nesta região. [Autor: Guo Deyan, pp. 51-69]

### **Tentativa de uma Nova Abordagem às Origens Históricas da Presença Portuguesa em Macau**

Se “O Império Português é um dos maiores enigmas da história”, a fundação de Macau é o mistério dos mistérios. Por conseguinte, Macau tornou-se uma lenda através dos tempos. Em torno das suas origens têm corrido verdadeiros rios de tinta. E apesar da bibliografia considerável sobre este tema, as circunstâncias em que nasceu esta cidade entre dois Impérios não estão ainda perfeitamente esclarecidas. A abertura do porto de Macau terá sido um acontecimento que veio influenciar todo o processo da História Moderna da China. Uma questão de grande complexidade, teve a ver com o sistema tributário, com as necessidades imperiais de âmbar-cinzento,



## ABSTRACTS

com a administração interna, com a defesa fronteiriça, com a luta contra as piratarías chinesa e japonesa e com a introdução de novas tecnologias bélicas, entre outros factores. Por falta de documentação coeva, tem sido uma tarefa difícil descobrir as verdadeiras origens de Macau. Desde os primeiros contactos sino-portugueses a China tinha uma política básica para com os Portugueses. O estabelecimento definitivo dos Portugueses em Macau, cuja data mais aceite é 1557, teria sido consequência de uma política pré-estabelecida e de cunho palaciano, de maneira que a questão que se coloca não é a de ter sido com ou sem o conhecimento do imperador, mas sim a forma como Pequim manipulou o surgimento de Macau. Os antecedentes institucionais referidos neste trabalho terão sido as verdadeiras origens do *modus vivendi* de Macau. Todo um conjunto de medidas concretas, discutidas e levadas a cabo pelas autoridades de Guangdong, foram apenas complementares ao modelo institucional que serviu de linha mestra para acomodar os Portugueses em Macau.

[Autores: Jin Guoping e Wu Zhiliang, pp. 70-111]

### As Relações Sino-Portuguesas durante a Dinastia Qing através dos Ofícios das Chapas Sínicas

Através da análise da correspondência trocada podemos verificar a natureza das relações entre as autoridades de Macau e o governo Qing e a sua evolução. Neste aspecto da correspondência oficial, o regime Qing era muito formal e rigoroso, pleno de exigências quer quanto ao modelo a utilizar quer quanto à sua redacção e forma de transmissão. À semelhança do que exigia a todos os governos estrangeiros e aos seus próprios cidadãos e instituições às autoridades de Macau impunha que, nos seus contactos escritos com as autoridades chinesas, se socorressem de um dos tipos de “ofício” então previstos e admitidos – o *bingwen* – que por si só significava uma posição de inferioridade do remetente perante o destinatário.

Apesar das frequentes violações por parte das autoridades de Macau, sobretudo a partir de finais do século XVIII, só na sequência do fim da I Guerra do Ópio este regime viria a sofrer alterações. Numa primeira fase, a partir de 1844, as autoridades de Macau passaram a poder socorrer-se do *zhaohui* e a contactar em pé de igualdade os representantes locais do governo Qing (subprefeito de Macau, magistrado distrital de Xiangshan e o seu assistente). Mantinha-se, contudo a obrigatoriedade do uso do *bingwen* nos contactos com o vice-rei de Gungdong e de Gungxi ou com o governo central, que só terminaria, dando lugar ao uso do *zhaohui*, após a criação do Ministério para os Assuntos Estrangeiros (1860).

[Autor: Liu Jinglian, pp. 112-130]

### Hibridez e os Prazeres da Deserdação: Os Romances de Brian Castro

Brian Castro é um dos mais destacados escritores australianos contemporâneos, autor de sete romances e de diversos ensaios, também já publicados num único volume. Com o seu primeiro romance, *Birds of Passage* (1983), ganhou o prestigiado Prémio Vogel logo que foi editado e com a sua mais recente obra, *Shanghai Dancing* (2003), acaba de receber o Prémio Literário Victorian Premier's, tendo ainda ganho outros prémios. Este artigo é uma introdução geral ao seu trabalho e aos seus temas entrecruzados. Estes incluem a relação entre ficção e história – e de forma mais notável a supremacia da arte de contar histórias – memória e invenção, migração e as possibilidades criativas que emergem de uma condição de exílio e deserdação e, intimamente associado a isto, a noção de hibridez como uma força de afirmação de vida. Castro nasceu num *ferry* entre Macau e Hong Kong, onde passou a sua infância antes de ser enviado para um colégio interno na Austrália. É um homem com uma complexa ancestralidade: português eurasiático pelo lado do pai (com inevitáveis ligações a Macau), chinês e inglês por parte da mãe. Alguns dos seus

romances evocam esta formação trilingue, mas simultaneamente cosmopolita. Este facto atinge a sua expressão mais ambiciosa e explícita em *Shanghai Dancing*, uma obra de ficção autobiográfica (ou uma autobiografia ficcionada) baseada na história da sua família. Este romance, assim como outros, para não falar dos seus ensaios, põe em causa percepções mais tradicionais de identidade nacional, baseadas em noções de homogeneidade cultural. Apesar do peso da história ser um factor determinante na sua escrita, não obstante Castro vê a identidade como algo de dinâmico, em evolução e, talvez, acima de tudo, plural.

[Autor: David Brookshaw, pp. 131-139]

### Paz em Tempo de Guerra - Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento de George Smirnoff

Completa-se este ano o centésimo aniversário do nascimento de George Vitalievitch Smirnoff que viveu a maior parte da sua vida na China. Nasceu em Vladivostok em 1903, tendo estudado em Harbin, onde também trabalhou além de Tsingtao e Hong Kong. Chegou a Macau em 1944 e por aqui se demorou pouco mais de um ano, tempo suficiente, contudo, para deixar um precioso legado retratando uma cidade cujo perfil ainda não sofrera as mutações que a partir dos anos 60 a iriam transformar definitivamente. A exposição, patente de Julho a Novembro, apresenta todas as aguarelas que Smirnoff pintou por encomenda de Pedro José Lobo, grande mecenas das artes, que as ofereceria de seguida ao Museu Etnográfico e Comercial Luís de Camões. O Museu de Arte de Macau, detentor da obra do artista, organizou esta mostra retrospectiva na sua principal galeria comemorando condignamente os cem anos do nascimento do artista.

[Autor: António Conceição Júnior, pp. 140-153]

## RESUMOS

## ABSTRACTS

**A Testimonial and “Exile” in Chaves**

The author of this testimonial is one of the people who saw Monsignor Manuel Teixeira most often in the latter part of his life, in Chaves, as well as the faithful guardian of a small part of his personal documents. She met the priest-historian in the 1960s, in Macao, a land that Father Teixeira loved and called home. Several times he said and wrote that he wanted to die and remain in Macao. When he was a missionary, he spent all his free time going through manuscripts at the local archives, transcribing them and studying them, seeking in those pages of history the soul of that *sui generis* land that fascinated him so much. In the 1960s, Ana Maria Amaro saw Father Teixeira in the Largo do Senado painstakingly gathering torn fragments of the documents that were part of his life and that the Red Guard had not spared. According to her, the manuscripts were the image of the Monsignor. Fate did not allow Father Teixeira to realize his dream of being buried in Macao, to finally give himself to this land. He went to Chaves, Portugal, in the last years of his life, against his will. “From heaven to hell” were the last words the author heard him speak. To be able to understand how Monsignor Teixeira occupied his time in Chaves, which he called his place of “exile”, the author transcribed a few excerpts from his letters and the last articles he wrote, so that his manuscripts may contribute to the writing of his own personal history.

[Author: Ana Maria Amaro, pp. 6-11]

**Armenian Footprints in Macao**

Armenians were active in the trade with China from the very early years of its establishment. When a French ship arrived at Macao in 1698, it found Armenians there. We find references in the documents to Armenians maintaining a fairly consistent presence in China throughout the 18<sup>th</sup> century. By the 1790s, they were among the most prominent merchants supporting the commerce in both Macao

and Canton. As would be expected, they were also active in the contraband trade. Armenians provided links between the colonial empires and outside markets; they supplied luxury items at Canton to pacify the Mandarins; they traveled as itinerant merchants throughout Asia selling their wares; and they invested in China in many different capacities that helped the commerce to flourish. Until recently, many of these aspects concerning the Armenians in China have been very little understood. The example of the Armenians shows how important and influential individual private traders could be in the overall outcome of the commerce.

[Authors: Carl T. Smith and Paul A. Van Dyke, pp. 20-39]

**Four Armenian Families**

By the late 18<sup>th</sup> and early 19<sup>th</sup> centuries, there were several prominent Armenian families who had established themselves in Macao. In this article, we retrace four of those families, giving us a glimpse into what life was like among the non-Catholic and non-Chinese communities in the city. Like most other free-foreigners [non-slaves] in Macao, Armenians came to partake in the Canton trade. One of these Armenians, Matheus Johannus, was naturalized as a Portuguese citizen, and carried on a considerable commerce in Macao under his own name. Another Macao-based Armenian, Lazaro Joannes, had a son who assisted in the translating of the New Testament into Chinese. Cachick Joannes also tried his luck in the Canton trade and resided in Macao, but experienced considerable obstacles and financial difficulties. Gregory Baboom, on the other hand, was a very adventurous and lucrative individual who attempted to monopolize all of the trade in Bengal opium coming to China. Thus, these four families give us a cross-sectional view of life among these private traders, that is rarely seen in the history books.

[Authors: Carl T. Smith and Paul A. Van Dyke, pp. 40-50]

**The Study of Parsee Merchants in Canton, Hong Kong and Macao**

The term “Parsee” does not often appear in modern Chinese historiography, despite the fact that this community played a significant role in certain aspects of modern Chinese history, particularly in the 19<sup>th</sup> century. The author analyses the various forms in which the term “Parsee” is rendered in Chinese characters and offers some considerations as to why the varying designations should have led to some confusion amongst Chinese scholars with a resulting neglect in the study of the Parsees in China. He also provides an explanation for the most commonly used option. An analysis of historical documents in Canton, Hong Kong and Macao contributes to the study of this community and its experiences in China, Hong Kong and Macao.

[Author: Guo Deyan, pp. 51-69]

**A New Approach to the Historical Origins of the Portuguese in Macao**

If “the Portuguese empire is one of the greatest enigmas of all time”, the founding of Macao is the mystery of mysteries. Because of this, as time passes Macao becomes a legend. Volumes have been written about its origins; however, the circumstances surrounding the birth of this city between two empires have not yet been fully clarified. The opening of the port of Macao influenced the whole course of the modern history of China. Among the factors that contributed to this extremely complex issue were the tributary system, the imperial need for ambergris, internal administration, border defence, the battle against Chinese and Japanese pirates, and the introduction of new military technology. Due to the lack of documentation from that period, the task of unearthing Macao’s real origins has been a difficult one. China had a basic policy in relation to the Portuguese from the time the two peoples first came into contact with each other. The definitive settlement of the

## ABSTRACTS

Portuguese in Macao (the date they generally accept being 1557) was apparently the result of a pre-established policy, and had been approved by the emperor. Therefore, the question that presents itself is not whether the Portuguese settled with or without the knowledge of the emperor, but rather how Peking handled the emergence of Macao. The institutional antecedents mentioned in this article were apparently the real source of Macao's *modus vivendi*. A whole set of concrete measures, discussed and implemented by the authorities in Guangdong, merely complemented the institutional model that served as a guideline for accommodating the Portuguese in Macao.

[Authors: Jin Guoping and Wu Zhiliang, pp. 70-111]

### **Sino-Portuguese Relations During the Qing Dynasty as Revealed by Official Correspondence in the Chapas Sínicas**

An examination of correspondence between the Macao and Qing governments reveals the nature and evolution of relations between the respective authorities.

The Qing regime operated a very formal approach to correspondence received as well as that sent, with a variety of criteria to be applied in the transmission of information. The authorities in Macao were subject to the same rules as all foreign government and indeed Chinese citizens and institutions. Any correspondence with the Chinese authorities required them to use an official model that had been prescribed and accepted. In the case of Macao this was the *bingwen*, a document that indicated that the sender was in an inferior position to that of the recipient.

Despite frequent violations by the Macao authorities, especially from the late eighteenth century onwards, it was only following the end of the first Opium War that the requirements were modified.

Initially, in 1844, the Macao authorities were given permission to use the *zhaohui* and to communicate as equals with the local representatives of the Qing government (the sub-prefect of Macao, the district magistrate of Xiangshan and his assistant). They were still, however, obliged to use the *bingwen* in their correspondence with the viceroy of Guangdong and Guangxi, as well as with the central government. This requirement remained in effect until the *bingwen* was fully replaced by the *zhaohui* after the creation of the Department of Foreign Affairs in 1860.

[Author: Liu Jinglian, pp. 112-130]

### **Hybridity and the Pleasures of Disinheritance: The Novels of Brian Castro**

Brian Castro is one of Australia's foremost contemporary writers, author of seven novels so far, and diverse essays, which have also been published as a single volume. His first novel, *Birds of Passage* (1983), won the prestigious Vogel Award when it first came out, while his most recent, *Shanghai Dancing* (2003) has recently won the Victorian Premier's Literary Award (other prizes have been won along the way). This article is a general introduction to his work and its overarching themes. These include the relationship between fiction and history – and most notably the primacy of storytelling - memory and invention, migration and the creative possibilities that emerge from a condition of exile and disinheritance and, closely associated with this, the notion of hybridity as a life-affirming force. Castro was born on a ferry between Macao and Hong Kong, where he spent his early years before being sent to boarding-school in Australia. He is a man of complex ancestry: Portuguese Eurasian on his father's side (with inevitable links to Macao), Chinese and English on his mother's. A number of his novels evoke this tri-lingual, but at the same time cosmopolitan background. This reaches its most ambitious and explicit expression in *Shanghai Dancing*, an autobiographical

fiction (or fictionalised autobiography) based on his family's history. This novel, along with his others, not to mention his essays, call into question more traditional perceptions of national identity predicated upon notions of cultural homogeneity. While the weight of history is a determining factor in his writing, Castro nevertheless sees identity as dynamic, evolving, and perhaps above all plural. [Author: David Brookshaw, pp. 131-139]

### **Peace in Wartime: An Exhibition Commemorating the Centennial of the Birth of George Smirnoff**

This year marks the 100<sup>th</sup> anniversary of the birth of George Vitalievitch Smirnoff, who spent most of his life in China. Born in Vladivostok in 1903, he was educated in Harbin, and worked there, as well as in Tsingtao and Hong Kong. He arrived in Macao in 1944 and stayed just over a year, but that was enough time to leave a valuable legacy portraying a city whose profile had not yet undergone the changes that would transform it forever, beginning in the 1960s. Presented from July to November, the exhibition included all the watercolours commissioned by Pedro José Lobo, a great patron of the arts. Lobo subsequently donated them to the Luís de Camões Museum of Ethnography and Trade. The Macao Art Museum, which currently holds Smirnoff's works, organized a retrospective in its main gallery that also commemorated the artist's centennial.

[Author: António Conceição Júnior, pp. 140-153]